

**Luiz Antonio Ferreira**  
organizador

**Inteligência  
retórica**

**LOGOS**

# Inteligência retórica: *o logos*

**Luiz Antonio Ferreira**  
organizador

2021

**Inteligência retórica: o logos**

© 2021

Editora Edgard Blücher Ltda.

**Revisão Técnica:**

Luana Ferraz

Luisiana Ferreira Moura

Nathalia Melati

**Diagramação e Capa:**

Fernando Bertolo

**Conselho Editorial:**

Ana Cristina Carmelino - UNIFESP

Ana Lúcia Magalhães - FATEC

Ana Paulo Pinto - Universidade Católica de Portugal

Cândido Oliveira Martins - Universidade Católica de Portugal

Eliana Magrini Fochi - FATEC

João Hilton Sayeg-Siqueira - PUC-SP

Lia Cupertino Duarte Albino - FATEC

Luiz Antonio Ferreira - PUC-SP

Maria Cecília de Miranda N. Coelho - UFMG

Maria Flávia Figueiredo - UNIFRAN

Orlando R. Kelm - Universidade do Texas

**Conselho Técnico:**

Ana Lúcia Magalhães

Joelma Batista dos Santos Ribeiro

Kathrine Butieri

Márcia Pituba

Mariano Magri

Éber José dos Santos

Cláudia Borragini Abuchaim

---

## Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel 55 11 3078-5366

**contato@blucher.com.br**

**www.blucher.com.br**

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.  
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,  
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por  
quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora  
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Inteligência retórica : o logos / organizado por Luiz  
Antonio Ferreira. - São Paulo : Blucher, 2021.

290 p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-160-5 (impresso)

ISBN 978-65-5550-161-2 (eletrônico)

1. Análise do discurso 2. Retórica

3. Logos I. Ferreira, Luiz Antonio

21-5084

CDD 401.41

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	5
Ana Cristina Carmelino	
<b>Os lugares do <i>logos</i> na argumentação</b> .....	9
Wander Emediato	
<b>Perspetivismo e discutibilismo: o <i>logos</i> da racionalidade retórico – argumentativa</b> .....	29
Rui Alexandre Grácio	
<b>O <i>logos</i> na retórica e na política de Aristóteles</b> .....	39
Nuno M. M. S. Coelho João Paulo Goulart	
<b><i>Logos</i>, um percurso: virtude e vício no discurso</b> .....	47
Ana Lúcia Magalhães	
<b>Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém: liberdade, <i>phronesis</i> e <i>logos</i> nos discursos aforísticos</b> .....	69
Luiz Antonio Ferreira	
<b>O Inferno, o Purgatório e o Paraíso na “Pedagogia do Oprimido” - a busca por uma educação libertadora</b> .....	83
Aidil Navarro Claudia R. S. Nascimento	
<b>O lugar dos fraudadores no inferno de Dante e a aparência da toga</b> .....	97
Kathrine Butieri	
<b>Escravagismo inglês e John Wesley: um embate retórico orientado pela racionalidade argumentativa</b> .....	111
Éber José dos Santos Joelma Batista dos Santos Ribeiro	
<b>Virtudes e vícios em depoimentos da CPI da pandemia: retórica e análise textual dos discursos em interface</b> .....	125
Sueli Cristina Marquesi Andrea Pisan Soares Aguiar	

<b>O discurso neoliberal e a autoproclamação da virtude em Hayek .....</b>	<b>143</b>
Mariano Magri	
<b>As regras de ouro dos casais saudáveis: o logos no discurso de autoajuda .....</b>	<b>157</b>
Claudiana dos Santos Neilton Falcão de Melo	
<b>Vício e virtude na autodefesa de Sócrates .....</b>	<b>175</b>
Jackson Chediak Sorhaya Chediak	
<b>O logos do Manifesto revela o ethos do criminoso: vícios e virtudes no caso Unabomber .....</b>	<b>195</b>
Acir de Matos Gomes Márcia Pituba	
<b>Quem Soul? Os vícios e virtudes na trajetória do herói Joe Gardner ...</b>	<b>211</b>
João Baraldi Neto Thalyta Karina Correia Chediak	
<b>O logos global e o maravilhamento no discurso político no projeto de extensão politizar/UFG .....</b>	<b>227</b>
Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira Haryta Silva Queiroz	
<b>A persuasão do logos: o estupro e o aborto em pauta na moda de viola .....</b>	<b>243</b>
Cláudia Borragini Abuchaim Leonardo Vinicius de Souza Tavares	
<b>A liberdade religiosa e a intolerância: limites ao direito de expressão .....</b>	<b>255</b>
Antonio Marcos Conceição Andréia Honório da Cunha	

## Prefácio

### Persuadir pelo *logos*

Ana Cristina Carmelino

A proposta de um prefácio como este é a de persuadir o leitor sobre a relevância da obra, despertando interesse sobre ela. Nesse contexto, que estratégias retóricas e argumentativas seriam as mais adequadas a esse fim? Certamente aquelas que acentuam as virtudes do livro, destacadas, no entanto, com prudência, racionalidade, razoabilidade; do contrário, poderiam soar falsas. É pelo poder persuasivo do discurso que isso é feito, um dos sentidos do *logos*, justamente o tema desta publicação.

Com *Inteligência retórica: o logos*, o grupo ERA (Estudos Retóricos e Argumentativos), sediado na PUC- SP e liderado pelo doutor Luiz Antonio Ferreira, cumpre uma importante etapa na consolidação dos estudos retóricos contemporâneos no Brasil. Traz aos leitores um estudo específico sobre o *logos*, prova retórica que vem completar a trilogia a que os pesquisadores se propuseram investigar ao longo de três anos. As duas obras anteriores, *Inteligência retórica: o ethos* (2019) e *Inteligência retórica: o pathos* (2020), tornaram-se referências e leituras necessárias a quem estuda o assunto e aos curiosos pelo campo da Retórica.

Abordar o *logos* não é tarefa simples, uma vez que o termo tem sentido amplo. Caracterizado muitas vezes como razão, raciocínio lógico ou discurso em si, ele é visto não só como o que agencia a relação entre o discurso racional e o mundo (como destaca Heráclito), mas também como prova de persuasão, centrada no discurso, “pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (segundo Aristóteles). Trata-se, portanto, do discurso

fundamentado na racionalidade, visto em contraposição ao *ethos* (referente ao caráter do orador ou confiança que ele inspira) e ao *pathos* (relativo aos afetos e ao auditório).

Persuadir pelo discurso, que se faz pela prova do *logos*, como nos ensina Aristóteles, exige empenho. Primeiro porque é preciso observar de onde provêm as provas, de que forma o ato retórico se fundamenta na *doxa* e o modo pelo qual molda os raciocínios, as premissas, as estratégias argumentativas por meio da linguagem. Segundo porque há uma gama de instrumentos linguísticos a que os oradores podem recorrer para sustentar um ponto de vista e introjetar verdades, caso dos argumentos propriamente ditos, das figuras e dos lugares retóricos, das falácias e das escolhas lexicais. Terceiro porque é importante atentar para a forma de se expressar (clareza, correção, adequação do estilo ao assunto tratado, expressão apropriada a cada gênero, organização do discurso).

Como se pode observar, é um terreno vasto o percorrido pelos autores dos capítulos que compõem esta obra. É uma trilha ainda a ser desbravada, dado que há pouco sobre o tema reunido em livro. Os pressupostos teóricos que fundamentaram as discussões foram centrados não só, mas especialmente no campo da Retórica e Nova Retórica, ancorados, entre outros, em Aristóteles (*Retórica, Ética a Nicômaco, Política, Ética*), Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (*Tratado da Argumentação: a nova Retórica*).

A originalidade da obra faz com que ela deixe um legado, que fica ainda mais evidenciado ao se observar o conteúdo da publicação. Os capítulos demonstram o necessário esforço seja para refletir teoricamente sobre a noção de *logos* (buscando seu fundamento, os lugares em que se inscreve, como foi caracterizado ao longo do tempo por meio de perspectivas diversas), seja para associar o conceito a outras teorias, seja para aplicá-lo a diferentes objetos de análise, em discursos contemporâneos ou não, em busca de desvendar a arquitetura retórica e argumentativa do(s) orador(es) ou de entender o funcionamento de estratégias envolvidas na tessitura da racionalidade.

Além das reflexões teóricas, movidas pela atualização ou pelo alargamento do conceito de *logos*, uma das questões norteadoras da obra ou que motivou a grande maioria das produções foi a de buscar entender a fundo como se configura no discurso a constituição argumentativa de oradores que tratam dos vícios e das virtudes. Ou, mais precisamente, como, retoricamente e ao longo do tempo, as virtudes e os vícios humanos se traduziram (e se traduzem) no discurso. Reflexões que se ancoram na ética aristotélica e comprovam a validade e a consistência que o arcabouço teórico-metodológico dessa área gera no meio científico.

Se no ato retórico está implicada a manifestação de virtudes ou vícios, pode-se considerar que os capítulos de *Inteligência retórica: o logos* puderam demonstrar muitas virtudes, como competência e prudência com que as questões propostas foram abordadas. A eficiência argumentativa contou também com determinação, entusiasmo, disciplina,

estilo correto, sabedoria, precisão. Tudo isso aparece concentrado em uma virtude maior dos integrantes do grupo ERA e dos convidados a participarem da obra: a generosidade. Generosidade de compartilhar conhecimento.

É isso que o leitor poderá conferir ao ler esta obra, que, juntamente às outras duas que compõem a trilogia, trata de uma leitura necessária, a que ficam todos convidados. Se, para Aristóteles, na *Retórica*, “persuadimos pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”, esperamos, pelo *logos* deste prefácio, ter persuadido o leitor sobre a importância da obra, que reflete com propriedade os desdobramentos e as aplicações dos estudos retórico-argumentativos em nosso país.





# Os lugares do *logos* na argumentação

Wander Emediato

## Introdução

A palavra *logos* tem sentido amplo. Para Heráclito (535 a.C. - 475 a.C.), um dos primeiros a utilizar a noção, o *logos* promove a relação entre o discurso racional e o mundo. Na Retórica de Aristóteles, o *logos* é definido como a parte do discurso que aparenta demonstrar, portanto, um discurso fundamentado, em contraposição ao *pathos*, que seria relativo aos afetos e ao auditório, e ao *ethos*, que se refere ao caráter do orador, ou à confiança que ele inspira. *Logos* também aparece definido como palavra, discurso ou razão, ou ainda raciocínio lógico, seja indutivo (exemplos) ou dedutivo (entidades), para a construção de um argumento. Razão e inteligibilidade também são termos associados ao *logos*. Para os sofistas, *logos* é o próprio discurso. O logógrafo, especialista em preparar discursos para serem lidos em tribunais ou em assembleias de Atenas, era um profissional especialista em *logos*.

Concebido nas formas do pensamento, o *logos*, como prova argumentativa, é entendido como prova objetiva, enquanto o *ethos* e o *pathos* seriam provas subjetivas. Plantin (2016), no dicionário de argumentação, lembra que:

O catecismo retórico nos ensina que a persuasão completa é obtida pela conjunção de três “operações discursivas”: o discurso deve antes de tudo ensinar pelo *logos*, ou seja informar (relatar, narrar) e argumentar; este ensinamento toma a via intelectual para a persuasão, a da prova e da dedução<sup>1</sup>.

Como a persuasão é constantemente ameaçada pelo tédio e pela incompreensão, dá-se ao auditório os índices periféricos da verdade que são o *ethos* (você não me compreende, mas pode ter confiança em mim) e o *pathos*, pois não basta ver o bem, é preciso querer e para isso servirão os estímulos emocionais, determinantes da vontade. Se o *logos* constitui, portanto, o laço intelectual unindo orador e auditório, outros aspectos, de ordem psicológica, intervêm para formar a persuasão. E vale lembrar que, para

---

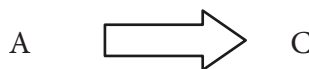
<sup>1</sup> Plantin, 2016, p. 478.

Aristóteles, as provas subjetivas são mais poderosas que as provas objetivas, o que nos leva a considerar que a fé e a emoção superam, em alguma medida, pelo menos nessa concepção, a razão. Afinal, a fé dispensa argumentos. Seja como for, parece que o *logos*, sendo de ordem intelectual, age sobre a representação, o *pathos* age sobre a vontade, ao passo que o *ethos* age sobre a fé.

O que é, enfim, o *logos*, e como podemos compreendê-lo no âmbito da argumentação em sua ampla extensão? Qualquer tentativa de instrumentalizar esses conceitos como “partes” da retórica ou da argumentação seria vã e contraproducente. Dizer que o *logos* é um tipo de prova em contraposição ao *ethos* e ao *pathos* permite distinguir provas objetivas e provas subjetivas, mas ainda é problemático, pois delimita, sem muita clareza, fronteiras entre o objetivo e o subjetivo. Um retorno à filosofia, como fundamento da racionalidade, ou ao cristianismo, como a razão divina (Jesus é o *logos* de Deus), levaria-nos a pensar o *logos*, seja no âmbito de uma razão universal, como uma faculdade humana ligada ao pensamento, seja no âmbito da *doxa* ou da alma, como uma espécie de espiritualidade. Um laço entre os espíritos, como diriam Perelman & Olbrechts-Tyteca, poderia ser da ordem do *logos*, com a condição de se explicitar a natureza desses laços. O objetivo, portanto, deste artigo é refletir sobre os diferentes lugares de inscrição do *logos* e de sua caracterização.

## A estrutura do *logos* argumentativo

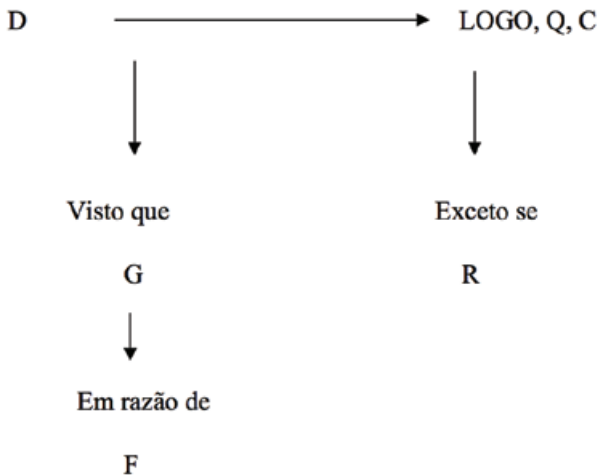
É muito comum a argumentação ser representada como uma estrutura em forma de processo. A estrutura mais clássica do *logos* argumentativo é a que parte de um argumento orientado para uma conclusão:



Ela representa um argumento (A) orientado (por meio da flecha) para uma conclusão (C). O silogismo clássico cabe nessa estrutura (Se todos os A são B e se todos os B são C, logo, todos os A são C). A estrutura do *logos*, assim concebida, é tautológica, pois a conclusão nada mais faz que refletir, de forma redundante, as premissas (os argumentos). O argumento implica a conclusão, e a conclusão está contida no argumento. Porém, vale ressaltar que o fato de um argumento implicar uma conclusão não é a mesma coisa de dizer que ele persuade o seu destinatário por meio desse processo. Apesar de muitos estudos definirem a argumentação como voltada para a persuasão, essa definição não equivale àquela que diz que o argumento se orienta para uma conclusão. Um argumento pode

orientar-se para uma conclusão – inclusive no nível da evidência empírica e dedutiva –, sem, no entanto, persuadir aquele a quem a argumentação se dirige.

O conhecido esquema proposto por Stephen Toulmin (1958) é uma extensão dessa estrutura, mas torna o *logos* argumentativo mais complexo. Toulmin (1958) propõe uma nova visão sobre a utilidade da lógica prática. Uma lógica que se ocupa da justeza das afirmações que emitimos, da solidez das razões que apresentamos em seu apoio, do rigor com que as sustentamos. O homem que emite uma asserção espera ser levado a sério; e é



o que ocorre se interpretamos suas palavras como uma asserção. Espera-se, ainda, após reflexão, que ela seja bem fundamentada e repose sobre sólidos argumentos.

D = Dados

Q = Qualificador modal

G = Garantias

R = Reserva (refutação)

F = Fundamentos

Fonte: Toulmin (1958).

A relação entre argumento e conclusão é basicamente a mesma, contudo o processo é verticalizado e deve prever garantias cumulativas, pois quem faz uma afirmação deve justificá-la; o ônus da prova é de quem afirma. Assim, Toulmin entra no problema da argumentação prática, dois fundamentos práticos das garantias e das provas. Ele integra ao *logos* argumentativo o problema da modalização, através do qualificador modal que dá a força epistêmica (modal) da relação afirmada e pretendida entre os dados e a con-

clusão. Essa força modal epistêmica integra a crença do sujeito na argumentação e lhe impõe responsabilidades. E vai além, ao incluir na própria estrutura da argumentação a restrição (reserva, ou refutação possível) à relação argumento-conclusão. No interior do *logos* argumentativo se encontra, potencialmente, o contradiscurso, o que nos permite, inclusive, ampliar o modelo proposto por Toulmin em uma estrutura dialógica.

O esquema de Toulmin integra o contradiscurso (a reserva) e as obrigações do sujeito que argumenta em justificar sua afirmação, além do que ele chamou de *leis de passagem*, uma reinterpretação do *topos* aristotélico, também retomado por Anscombe (1995) Anscombe & Ducrot (1983), Ducrot (1999), entre outros, no âmbito da teoria da argumentação na língua (ADL). A lei de passagem, como os *topoi*, aponta para aquilo que justifica, torna plausível, a passagem do argumento para a conclusão. Na lógica, isso era preenchido pela premissa maior (universal, como *todas as baleias são mamíferos*). Na argumentação, pode ser preenchido por lugares como “Todos são inocentes até que se prove o contrário”, ou “O trabalho leva ao cansaço, à usura do corpo”, “A beleza seduz”, “A riqueza (não) traz felicidade”.

A proposta de Charaudeau (2006) segue, em sua essência, a estrutura clássica da argumentação no sentido de que os argumentos estão direcionados para gerar uma conclusão (um esquema de verdade, para Charaudeau), com base em garantias (elucidar e provar). Entretanto, ele postula sua representação como de ordem cognitiva, a partir de uma tripla atividade que inclui um sujeito que argumenta, um sujeito alvo e uma



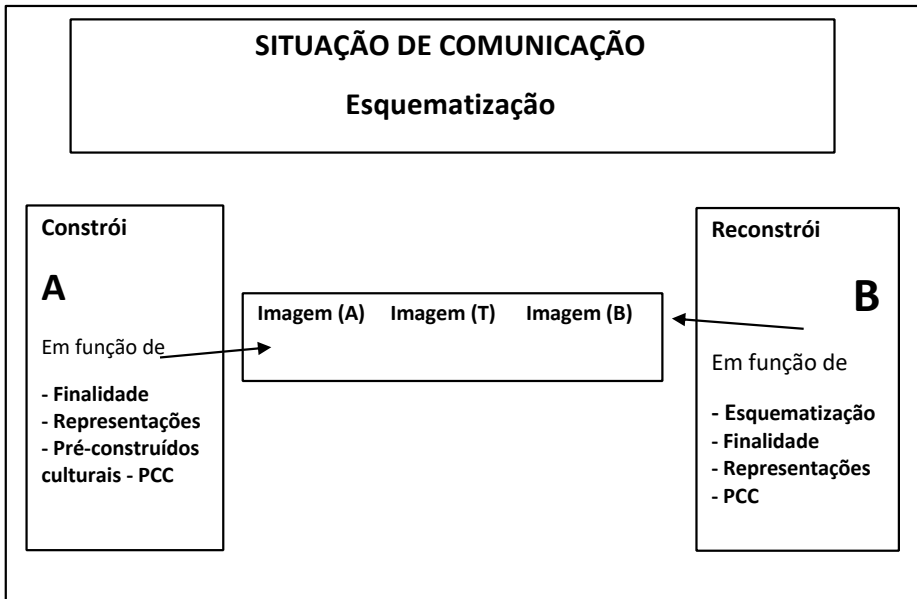
proposição sobre o mundo.

A “*proposição sobre o mundo*” é a tematização (ou os dados – D – de Toulmin), uma tematização orientada para uma problematização, o que forma o *questionamento* e a busca do estabelecimento de uma verdade (fundada em elucidação e prova) a partir da convicção de um sujeito. O quadro de questionamento que se abre constitui o *logos* da argumentação em sua amplitude, pois inclui seus pressupostos (premissas, fundamentos, elementos dóxicos).

Sabemos que, no modelo dialogal proposto por Plantin, há três papéis argumentativos: o *proponente* (aquele que defende a tese), o *oponente* (aquele que refuta) e o *terceiro* (neutro, imparcial, moderador). A diferença entre a proposta de Charaudeau e o modelo dialogal de Plantin é que, em Charaudeau, há o sujeito argumentante (proponente para Plantin) e o sujeito-alvo (não necessariamente o oponente de Plantin). O sujeito-alvo, na proposta de Charaudeau, só se torna o oponente se ele refutar a verdade (e o quadro de questionamento) estabelecida pelo sujeito argumentante. Se ele aceitar esse esquema de verdade, ele é apenas o sujeito alvo da argumentação, ou seja, o destinatário. Já o terceiro, como um papel neutro ou imparcial na interação não parece uma categoria produtiva, pois se trata de um posicionamento (que pode ser a favor, contra, parcialmente a favor ou parcialmente contra, ou mesmo neutro).

O que surge de interessante nessas abordagens contemporâneas é que a questão argumentativa passa a ser parte integrante e fundamental do *logos* argumentativo, pois é o núcleo da proposição e, sem ela, não se abre o processo argumentativo. A proposição argumentativa não é uma proposição qualquer, como uma descrição (*As órbitas planetárias são elípticas*), mas uma proposição problemática, pois de toda proposição (argumentativa) se pode fazer um problema. A questão argumentativa só surge porque não é consensual, o que torna o contradiscurso (efetivo ou virtual, explícito ou implícito) uma condição para a argumentação, o que favorece a proposta dialogal de Plantin e o esquema de Charaudeau. Como bem observou Ducrot (1984) a propósito da negação *polêmica*, o ponto de vista que afirma (o que o enunciado nega), não precisa ser atribuído a um locutor efetivo que teria afirmado, mas apenas à figura de um enunciador (sem locutor) possível. Essa condição da argumentação – e do *logos* argumentativo – torna intrínseca a natureza dialógica da argumentação, o que explicaremos mais adiante neste texto.

A estrutura da argumentação proposta por Grize (1990) apresenta uma lógica de sujeitos interagindo com uma lógica dos objetos. Para o teórico, essa estrutura se apresenta como uma *esquematisação*, o que nos permite incluir aqui a noção de esquematização



Fonte: Jean-Blaise Grize. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990. P. 29.

como uma das representações mais originais do *logos* argumentativo. Retomo, abaixo, o esquema proposto por Grize para comentá-lo brevemente em seguida:

O locutor A constrói uma representação discursiva, uma esquematização, em uma situação de interlocução e diante de um interlocutor B, que reconstrói a esquematização que lhe é proposta.

1. A e B não designam indivíduos concretos, mas lugares dentro de quadro teórico. Em cada caso ou aplicação concreta, esses lugares são ocupados por verdadeiros “sujeitos” que comportam traços psicológicos e sociais. O lugar B, por exemplo, pode ser ocupado por um indivíduo, ou por um grupo de sujeitos, ou por um auditório.
2. O esquema representa o que se passa quando A assume a iniciativa (a palavra). Em verdadeiro diálogo (situação dialogal), cada parceiro assume alternativamente o lugar de A e de B;
3. A reconstrução de uma esquematização não será nunca isomorfa, pois cada indivíduo real é único.

O logos argumentativo para Grize assume a forma cognitiva de uma *esquematisação* e possui a natureza dialogal – e dialógica –, própria das abordagens contemporâneas (*paradigma dialógico*). Ela junta as escolhas do sujeito argumentante em uma forma que contém operações linguísticas diversas que projetam no destinatário/interlocutor uma maneira de ver e de julgar o mundo. A estrutura de Grize é bastante completa, pois ela inclui a finalidade (e, portanto, a situação de comunicação, como em Charaudeau) e as representações dos sujeitos, com seus pré-construídos culturais.

O que nos parece relevante ressaltar, aqui, é que o logos possui uma estrutura representada como um processo e esse processo inclui uma interação entre sujeitos, em torno de uma questão argumentativa, um quadro de questionamento (ou de problematização) que envolve as representações e pré-construídos desses sujeitos.

## Logos e premissas

Uma das formas de caracterizar o logos é partindo do conceito de premissa, já que esta indica o fundamento da conclusão e da dedução e, por fim, da decisão. Concluir e decidir são resultados (lógicos) das premissas, o que nos permite inferir que as premissas são a substância do raciocínio, portanto, elas representam o logos como o conteúdo da razão<sup>2</sup>. E o espectro para se pensar a natureza das premissas é bem amplo, pois, já em Aristóteles, ele abarca tanto o dado objetivo (a premissa lógica), quanto o subjetivo (as opiniões respeitáveis). A premissa é geralmente definida como *a ideia ou fato inicial de que se parte para formar um raciocínio ou um estudo*. É a proposição, o conteúdo, as informações essenciais que servem de base para um raciocínio, para um estudo que levará a uma conclusão e orientará a decisão prática. A premissa é o antecedente (que antecede, precede, é anterior). Ela equivale, assim, a um *pré-discurso*. A aproximação entre logos e premissa não é trivial, pois nos permite pensar o logos como algo que antecede e situá-lo, dessa forma, no âmbito dos pré-discursos. Na tradição clássica, é a matéria-prima de toda invenção (*inventio*).

No campo jurídico, premissa é a base da petição inicial de qualquer processo jurídico. Nela irão constar os  *fatos*  que constituem a causa do pedido; os  *fundamentos*  do direito, isto é, o direito ameaçado ou violado que é a própria causa do pedido. O  *pedido*  é fundamentado em uma  *premissa maior*  que corresponde a um bem da vida, por exemplo, a pensão, a indenização, o reconhecimento etc. As premissas são os fundamentos de fato, e os fundamentos de direito, que são os pressupostos lógicos do pedido. As premissas

2 Vale a pena resgatar, nesse sentido, a definição que Charles Bally, pioneiro da teoria da enunciação, da do enunciado, ou frase. Para Bally, toda frase possui dois aspectos: o aspecto lógico (o conteúdo) e o aspecto psicológico (a modalização).



serão as *responsáveis* pela conclusão e pela decisão judicial e, por extensão, de qualquer conclusão orientada para uma decisão racional. São constituídas de termos, o que torna importante investigar a natureza dos termos e sua função na construção de premissas, o modo como os termos são apresentados em uma proposição e seu valor na argumentação.

Premissa é definida como condição, garantia ou ponto de partida, na teoria de S. Toulmin e na Nova Retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca. Representam generalizações que implicam extensões; a própria conclusão não sendo mais que uma extensão da premissa. As premissas do preferível, de Perelman & Olbrechts-Tyteca, são generalizações (a justiça é uma generalização do justo e não uma interpretação particular, assim como a liberdade, a honestidade). Uma hierarquia de valores se funda em uma generalização que faz com que um certo valor (a vida) englobe outro (a justiça), pois não haverá justiça se não houver vida. As premissas do real podem ser determinantes de uma conclusão por serem potencialmente *probantes*, como os fatos atestados. Mas são as ligações entre os fatos que implicam consequências e orientam decisões a partir de generalizações: a queda de um avião não é um fato isolado, é um fato que precisa fundar uma premissa geral que conduza a uma decisão que valha para os casos futuros e evite que tal fato ocorra novamente; a ligação entre fatos pode fundar analogias e orientar decisões com base em raciocínios associativos indutivos. As verdades são também generalizações (de fatos, de hipóteses, de deduções, de experiências, de observações etc.).

Se as premissas constituem o núcleo da proposição (e do problema que ela levanta), a hipótese, dos termos gregos "*hypo*" (debaixo) e "*thesis*" (tese), parte de premissas já aceitas (opiniões prováveis) para formular teses ainda não aceitas, formando um problema a ser resolvido a partir de uma resposta provisória a ser verificada. Uma hipótese designa qualquer suposição de algo verossímil, possível de ser verificada, a partir da qual se extrai uma conclusão. A hipótese é produtiva, abdutiva, não funciona como uma premissa redundante que impõe uma conclusão necessária, é uma aposta de que o afirmado será o que se verificará no futuro, dadas certas condições observadas. As hipóteses científicas, em geral, são as premissas dentro de uma determinada teoria, que podem ser validadas com base em um método científico, contribuindo para a formulação de novas hipóteses. A hipótese se diferencia, porém, da questão da validade das premissas por ser heurística e produtiva, por seu alto grau de abdução, contrariamente à validade fundada em premissas necessárias que levam a uma relativa pobreza informacional, já que a conclusão não leva à informação nova. E a hipótese, ainda que verificada por procedimentos rigorosos, nunca representa uma conclusão verdadeira, apenas uma inferência válida, dependente de variáveis observadas e sujeita a refutação (critério de falseabilidade).

Outra noção que se junta às já levantadas aqui, é a de *evidência*, no sentido de algo que está claro, em destaque, visível para todos, *evidente*, como a evidência de uma

prova, por exemplo. Evidência é também tudo que pode ser usado para provar que uma determinada afirmação é verdadeira ou falsa, como no direito penal: é dito que uma evidência criminal é qualquer prova, seja ela por meio de documentos ou de testemunhas, que dê ao juiz do caso a convicção sobre a verdade dos fatos. A evidência pode fundar a *convicção*. O conceito de evidência está relacionado, em parte, ao conceito de “prova material”, “fato” e “verdade”, que Perelman & Olbrechts-Tyteca colocam no rol de suas premissas da argumentação - acordos sobre o “real”.

Já os valores, hierarquias e lugares comuns não constituem evidências, mas acordos relacionados a sistemas de crenças não passíveis de negação ou refutação. Porém, ao colocar as provas testemunhais no rol das evidências jurídicas e a convicção do juiz no lugar da conclusão final, alguns problemas surgem. O primeiro é que a prova testemunhal pode carecer de materialidade, diferentemente dos fatos e das verdades atestadas; a prova testemunhal está ligada à figura da pessoa que testemunha e, portanto, de algum modo relacionada ao lugar comum da pessoa e da problemática do *ethos*. Por isso, em alguns casos jurídicos se tenta macular a reputação da testemunha. O segundo problema é que a convicção do juiz corresponde ao processamento interno pelo sujeito que julga o conjunto de provas ou indícios apresentados. Parte-se, é claro, da premissa de que o sujeito que julga é especialista e se *despessoaliza* no ato do processamento das informações recebidas, anulando o investimento subjetivo. A convicção de quem julga não pode ser produto de uma subjetividade (então, por que se falar em íntima convicção?).

Ao analisar a prova judiciária, Halpérin (2009) retoma um adágio latino que diz “*res judicata pro veritate habetur*” (a coisa julgada é erigida em verdade). “Uma vez esgotadas as eventuais vias de recurso, uma decisão judicial não pode mais ser colocada em dúvida, por razões de segurança jurídica” (Halpérin, 2009, p. 21, tradução do autor). É a força performativa da sentença jurídica: “O juiz não descobre uma verdade preexistente, ele estabelece uma verdade nova – e doravante incontestável – no mundo do direito, um mundo artificial mesmo se ele está bem ligado à realidade” (idem, p. 21, tradução do autor). Por isso, as decisões do direito tendem a combinar *elementos de fato* e *elementos de direito*. Trata-se de um aspecto importante que liga os dados antecedentes (fundamentos de fato e de direito) a uma decisão que possui um grau de abdução importante ao estabelecer uma verdade nova ou mais ampla.

No entanto, a concepção de evidência como materialidade ou dado empírico que sustenta uma verdade tem seu contraponto nas *evidências subjetivas*. Há, com efeito, dois tipos de evidência: as *evidências materiais* e as *evidências dóxicas*. A força argumentativa desses tipos de evidência não decorre de sua essência (concreta, empírica, ou abstrata, ideológica), mas do tipo de situação em que o processo argumentativo se desenvolve. Dependendo da situação (religião, política, publicidade), as evidências *dóxicas*, funda-

das em opiniões e crenças, têm mais força para fundar a convicção do que as evidências empíricas. Em outras situações (científica, informativa), são as evidências empíricas que constituem o núcleo da força argumentativa. Encontramo-nos, assim, com a relação entre *logos* e *doxa*, que envolve questões que vão da noção de opinião ao conceito de ideologia.

## **Logos, doxa e fundamentos da decisão**

Como já observamos, a noção de *logos*, desde a retórica clássica e ainda nos dias atuais, está sempre vinculada à dimensão da racionalidade, em contraponto ao *ethos* e ao *pathos*, definidos no âmbito da subjetividade (confiança, simpatia, emoção). Também não é raro atribuir ao *logos* uma razão objetiva (*o logos demonstra ou aparenta demonstrar*), contrapondo-o à opinião subjetiva, como se fossem termos contraditórios. O *logos*, visto dessa maneira, aproxima-se da noção de episteme, conhecimento verdadeiro, científico, noção herdada do platonismo, ou como raciocínio analítico, demonstrativo, razão desprovida de emoção e de caráter humano, impessoal, na versão aristotélica. Essa contradição entre uma razão analítica, científica, impessoal, e uma razão dialética/retórica, pessoal, encontra-se em duas fases de Aristóteles: a dos *tópicos*, fase mais jovem, e a dos *analíticos*, fase mais madura de formulação dos tratados lógicos. É nos *tópicos* (e também na *Ética a Nicômaco*) que encontraremos as premissas da argumentação, em especial as premissas de ordem geral, como os lugares (do *acidente*, do *gênero*, do *próprio*, da *definição* e da *identidade*).

No tratado de Aristóteles, o objetivo era o de encontrar um método que nos colocasse aptos a argumentar sobre todo problema colocado, partindo de premissas prováveis. E as “premissas prováveis” são, no silogismo dialético, as opiniões. Perelman & Olbrechts-Tyteca retomarão, no âmbito das premissas do preferível, os lugares consagrados nos *Tópicos* ao raciocínio dialético. Na Nova Retórica, eles serão reorganizados em lugares comuns da *quantidade*, da *qualidade*, da *existência*, da *pessoa*, da *essência*, da *ordem*, pois o objetivo era tratá-los como premissas que permitissem fundar valores e hierarquias<sup>3</sup>.

---

3 Na Nova Retórica, critica-se a dimensão metafísica dada aos lugares em Aristóteles e se privilegia uma abordagem prática e útil e não “vazia”, como sugerem os autores a propósito de sua abordagem nos *Tópicos*. É interessante, de fato, admitir que a noção de lugares comuns está presente em nossas argumentações práticas. Assim, podemos argumentar sobre o valor da Vida e hierarquizá-lo sobre o Útil (Na pandemia de Covid-19, mais vale salvar vidas do que proteger a economia, e salvar mais vidas – indistintamente – é melhor do que salvar menos vidas, ainda que selecionadas – pessoas ilustres, sem deficiência, afortunados, etc. Por outro lado, em um naufrágio, é mais sábio salvar as crianças e as mulheres antes dos idosos e dos homens, pois as crianças têm expectativa de vida mais longa que os idosos – que já viveram bastante – e as mulheres são genitoras, enquanto os homens não).

O senso comum costuma colocar de um lado a razão (o racional, objetivo), e de outro a opinião (que seria subjetiva e pouco racional). Como vimos acima, essa dicotomia tem sua origem na distinção entre ciência e opinião, entre silogismo demonstrativo e silogismo dialético. Mas é essencialmente Platão que traça uma separação entre *logos* e *doxa*. Platão priorizava o *logos*, definindo-o a partir de uma concepção lógica da verdade e como superior à opinião (Paveau, 2013). A Verdade pertence, para Platão, à *triade superior*, junto com o Belo e o Bem. A *Doxa* pertence à *triade inferior*, junto com a Arte (*Tekhnè*) e o Provável, trio enganoso.

Sabemos, no entanto, que essa oposição não se mantém em Aristóteles. Quando Aristóteles distingue os raciocínios analíticos dos dialéticos, ele define os raciocínios dialéticos como pessoais, fundados em opiniões, mas não qualquer tipo de opinião, as opiniões *respeitáveis*, que possuem uma garantia e sustentam-se em uma autoridade. Esse critério de *reputabilidade* das opiniões aponta para uma racionalidade construída em um consenso legitimado que descarta as opiniões frágeis e sem fundamentação. A *doxa*, nesse sentido, não é um simples consenso em torno de opiniões subjetivas individuais, nem de opiniões forjadas por grupos sem legitimidade, pois se trata de uma partilha qualificada. Com efeito, a noção de *endoxon* remete aos acordos que os homens de razão podem conceber no âmbito das opiniões, por oposição aos *adoxas* e *paradoxas*, opiniões vergonhosas, problemáticas, sem prestígio e, por isso, indesejáveis e descartáveis, pois não apontam para soluções heurísticas.

Nos *tópicos*, Aristóteles define os *endoxa* como: “... aquelas [opiniões] que se baseiam no que pensam todos, a maioria ou os sábios, isto é, a totalidade dos sábios, ou a maioria deles, ou os mais renomados e ilustres entre eles” (100b 20-22). Mais adiante, ele diz “... uma proposição dialética é uma questão em consonância com a opinião (*endoxon*) sustentada por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios (todos os sábios, a maioria destes ou os mais afamados entre estes) e que não é paradoxal [...]” (104a 10-12). O conceito de reputabilidade dos *endoxa*, em Aristóteles, está relacionado ao ideal de uma natureza humana que busca a verdade e aos esforços (heurísticos e não erísticos) dos sábios em encontrá-la, o que dá autoridade às opiniões e as distingue de uma simples maioria ou minoria não qualificada. A maioria (dos sábios) de que trata Aristóteles é uma maioria que se debruça sobre os problemas antes de emitir as suas opiniões sobre eles e, em razão disso, confere-se reputação aos juízos que emitem. Há, portanto, na definição dos *endoxa*, quantidade e qualidade. Quando um número significativo de pessoas (quantidade), que são ilustres e sábias (qualidade), emite uma mesma opinião, dá a esta opinião uma garantia de estar mais próxima da verdade ou do verossímil. Essas opiniões respeitáveis favorecem decisões mais prudentes (*prudèntia*).

Vale notar, ainda, que a *prudentia* se configura em duas formas principais de opiniões: as *afirmações sobre o ser*, argumentação *epistêmica*; e as *afirmações sobre o dever-ser*, argumentação *deontica*, como os conselhos. A argumentação na modalidade epistêmica busca impor uma verdade sobre a configuração do mundo (ou das pessoas), seus estados de coisas, suas propriedades, a explicação sobre a natureza dos fenômenos, suas causas, etc. A argumentação na modalidade epistêmica impõe uma ética procedural, uma idealidade das decisões e do agir comunicacional, está voltada para a *programação da ação* e para a *incitação à ação* (Emediato, 2020)<sup>4</sup>.

A retórica destacou o papel da *doxa* na comunicação humana como a base sobre a qual compartilhamos visões de mundo que orientam o agir social e as nossas decisões mais racionais. Na Nova Retórica, Perelman & Olbrechts-Tyteca salientaram o papel dos acordos como premissas fundamentais e ponto de partida da argumentação. Mais do que agir sobre as crenças do auditório para transformá-las, é preciso, antes, buscar os laços intelectuais com ele, reforçar ou ampliar a sua adesão à *doxa*, formulada em termos de acordos sobre o real (fatos, verdades, presunções) ou sobre o preferível (valores, hierarquias e lugares comuns), e, ainda mais, sobre os tipos de ligações entre os acordos e os meios de se servir deles.

A *doxa* compreende um conjunto vasto de conteúdos e formas discursivas que organizam os saberes compartilhados, formando a matéria prima do *logos* argumentativo: valores, lugares comuns e específicos, estereótipos, clichês, tipos de saberes (de crença e de conhecimento), verdades, formações discursivas, generalizações, ideologias<sup>5</sup> etc. Como salienta Amossy (2006), a *doxa* é o espaço do plausível tal como a concebe o senso comum. Mas, ao mesmo tempo, na linha da antiguidade clássica, é a autoridade que legitima o *endoxon* (opinião da maioria, das pessoas competentes, dos ilustres, dos especialistas, das vozes autorizadas). A argumentação é um debate *dóxico* necessário para orientar as decisões e a ação. Danblon (2013) problematiza essa dimensão deliberativa da retórica, que implica as condições, e a competência, de saber decidir, pois se algo nos caracteriza, segundo a autora, é que “nunca construímos uma sociedade sem decisões”, o que nos levaria a admitir que “... o funcionamento da decisão faz intervir de forma

4 A argumentação deontica, voltada para a ética procedural e a programação da ação, está presente no cotidiano de todos nós e permite incorporar tanto a receita de cozinha (como cozinhar bem e receber os amigos), como as atividades didáticas (como planejar bem o ensino e incitar a aprendizagem), a orientação das reformas econômicas (como o Plano de Ação Mundial do FMI), os conselhos religiosos (como servir à Deus e ser feliz), de viagem, de bem-viver, de saúde, de convivência em um condomínio, da ética política, etc.

5 A Análise do Discurso, em seus primórdios, tentou tornar equivalentes o discurso e a *doxa* (discurso e ideologia), mas o discurso não é a *doxa*. A *doxa* é a parte representacional do discurso, mas este inclui também outros lugares, como o lugar das condições comunicacionais, enunciativas e enuncivas. Sobre isso, ver Emediato (2008, 2020).

exemplar todos os traços da razão humana” (Danblon, 2013, p. 148). Como sabemos, na Retórica, são os gêneros judiciário e deliberativo que ocupam um lugar privilegiado na decisão. O epidítico (demonstrativo) é o único gênero no qual não se prevê deliberação final efetiva (como em um julgamento ou em um aconselhamento). Mas o epidítico é, em certa medida, a celebração da *doxa*.

A relação entre o *logos* e a *doxa*, e seu papel nas deliberações humanas, sejam elas individuais ou coletivas, é, pois, um aspecto inerente à argumentação. O que move a ação e a deliberação humanas está diretamente relacionado aos fundamentos da racionalidade prática, nos quais os elementos *dóxicos* são inerentes: os saberes, as crenças, as verdades aceitas, a ética e a moral, a *prudentia* (*phrónesis*). A *doxa*, entendida com a matéria-prima do agir racional, esse agir movido pelo senso comum, ou pelo *bom senso*, serve como guia da decisão prudente do cidadão respeitável. É ela que conduz à boa escolha, à escolha justa, ética, eficaz, responsável, democrática, digna, razoável, virtuosa, *doxal*. Na outra margem, está o *adoxal*, a má decisão, a decisão vergonhosa, imprudente, irracional, irresponsável, negligente, imoral, antiética, erística, que não favorece as boas soluções. Ainda que seja plural, e até contraditória em suas versões, a *doxa*, ou os *endoxa*, remetem a um ideal de universalidade da *prudentia* e da ação humana, das virtudes.

Amossy & Koren (2020) ressaltam, porém, que a questão da pluralidade *dóxica*, ou de diferentes *regimes de racionalidade*, mantém-se aberta e problemática nos dias atuais. A tradição nos legou a ideia de uma racionalidade universal, a *prudentia*, garantidora das boas decisões e dos acordos razoáveis. Mas quais são os limites dessa crença na razão universal e suas consequências?

A grande tradição retórica ocidental, por outro lado, mal abordou a divisão radical que frequentemente separa os modos de pensar peculiares a culturas distintas. A crença em uma Razão universalmente compartilhada tornou qualquer desvio um desvio infeliz qualificado como irracional ou aporético; pior ainda, ela fez disso uma falha censurável que leva aqueles que são culpados para fora do caminho certo. Para evitar essa falha e suas consequências, as teorias da argumentação se propõem a estudar e ensinar argumentos logicamente válidos, procedimentos de raciocínio corretos e modalidades de diálogo fundamentado que podem levar a um acordo. (Amossy & Koren, 2020, p. 3-4, tradutor do autor).

Essa tradição, que ainda se encontra presente, seja nos estudos teóricos sobre argumentação (argumentar para reduzir as distâncias, busca de consensos, crítica normativa de argumentações paralógicas), das ciências humanas (crenças cristalizadas que resistem

às evidências, resistência à persuasão), ou no imaginário social ocidental, torna *adoxal*, desviante, acusado de irracionalidade ou mesmo à beira da insanidade, qualquer discurso estranho à *razão*. Quando Meyer define a retórica como “...a negociação da distância entre os indivíduos sobre uma determinada questão” (Meyer, 2008, p. 21), essa negociação está circunscrita nos limites da racionalidade contida na própria questão, já que o problema que ela suscita é o próprio revelador, a marca e a medida dessa distância. O *logos* é essa linguagem – e não qualquer linguagem – que expressa as questões e as respostas tanto do locutor quanto do auditório.

### **Logos e raciocínio**

O termo *logos* é também, com frequência, relacionado ao raciocínio. Deseja-se, assim, mais uma vez, enfatizar a dimensão mais fundamentada e objetiva da argumentação, a parte ligada à produção de convicção e, com frequência, traduzida como razão probante, resultante da razão. Tal concepção participa de uma tradição que vê a argumentação como uma atividade de pensamento (e não como atividade de discurso). A tradição lógica, com sua origem em Platão, preconiza a autonomia do pensamento em relação à linguagem, pois o pensamento realizaria operações de raciocínio independente da linguagem, que seria mera e má manifestação. É ainda Aristóteles, considerado ao mesmo tempo o pai da lógica e da retórica, que usará o termo *logos*, mas não para caracterizar a lógica, e sim para dizer que o homem é diferente dos outros animais porque possui o poder da fala. Já a lógica é definida como a ciência do discurso racional. Para Aristóteles, trata-se de construir um instrumento (*Organon*), um caminho para *raciocinar* corretamente, para deduzir corretamente a partir de premissas racionais. Os silogismos seriam as formas mais perfeitas do pensamento, pois compreenderiam as condições necessárias e suficientes como garantias da argumentação.

É preciso lembrar, entretanto, mais uma vez, que Aristóteles distingue duas espécies de raciocínios: os *raciocínios analíticos*, no primeiro e segundo *Analíticos*, obra que o consagrou como o pai da lógica formal; e os *raciocínios dialéticos* (nos *Tópicos*, na *Retórica* e nas *Refutações sofísticas*), obras que fazem dele o pai da Teoria da argumentação. Os raciocínios analíticos são definidos como demonstrativos e impessoais, formando premissas que produzem inferências válidas, das quais decorrem as conclusões, implicações das premissas. Já os raciocínios dialéticos partem do que é aceito para fazer admitir outras teses que são controversas. O raciocínio dialético conduz ao verossímil e ao razoável. Tanto os raciocínios analíticos quanto os raciocínios dialéticos constituem o *logos*: se os primeiros buscam o verdadeiro, os segundos buscam o verossímil lá onde o verdadeiro não é tão possível.

O raciocínio mais nobre, pela tradição clássica, é o dedutivo. Para Aristóteles, uma dedução é um argumento que, dadas certas coisas, algo além dessas coisas necessariamente resulta delas. É uma demonstração quando as premissas das quais a dedução parte são verdadeiras e primitivas, ou são tais que o nosso conhecimento delas teve, a princípio, origem em premissas que são primitivas e verdadeiras; e é uma dedução dialética se raciocina a partir de opiniões respeitáveis.

Porém, noções como argumento, inferência e raciocínio às vezes se misturam:

"Argumento", "inferência", e "raciocínio" são termos praticamente equivalentes. Fazer uma inferência é apresentar um argumento, e raciocinar é retirar conclusões a partir de premissas. Pensar é em grande parte raciocinar. Um argumento é um conjunto de afirmações de tal forma organizadas que se pretende que uma delas, a que se chama "conclusão", seja apoiada pelas outras, a que se chamam "premissas"<sup>2</sup>. O que se pretende num argumento válido é que as suas premissas estejam de tal forma organizadas que "arrastem" consigo a conclusão. Uma boa analogia é pensar nas premissas e na conclusão como elos de uma corrente; se o argumento for válido, "puxamos" pelas premissas e a conclusão vem "agarrada" a elas; se for inválido, "puxamos" pelas premissas mas a conclusão não vem "agarrada" a elas. (MURCHO, Desidério. [http://criticanarede.com/lds\\_lugarlogica2.html](http://criticanarede.com/lds_lugarlogica2.html), acesso em 26/08/2012, Extraído de *O Lugar da Lógica na Filosofia*, de Desidério Murcho (Plátano, 2003))

Defendi, em Emediato (2004), que pensar consiste, em grande parte, no exercício das três formas do raciocínio lógico: pensar os fenômenos em suas causalidades, nas semelhanças entre suas propriedades e em suas propriedades distintivas. As formas lógicas do pensamento nos ajudam a raciocinar e problematizar o mundo em que vivemos. Compreender o pensamento crítico passa pelo entendimento dessas formas lógicas. O *logos*, como representação da dinâmica do pensamento é representado pelos modos de raciocínio, basicamente três: a *implicação*, a *conjunção* e a *disjunção*. A implicação representa os raciocínios causais, a conjunção os raciocínios associativos e a disjunção os raciocínios dissociativos. Essa tradição se tornou tão forte que a gramática tradicional cuidou de representá-la por meio dos diferentes processos sintáticos de coordenação e de subordinação das orações nos períodos compostos (Emediato, 2004). O quadro abaixo nos mostra, apenas a título de exemplo, uma possibilidade de equivalências, sempre problemáticas e reducionistas, entre as formas do raciocínio lógico e alguns tipos de processos sintáticos de coordenação e de subordinação:

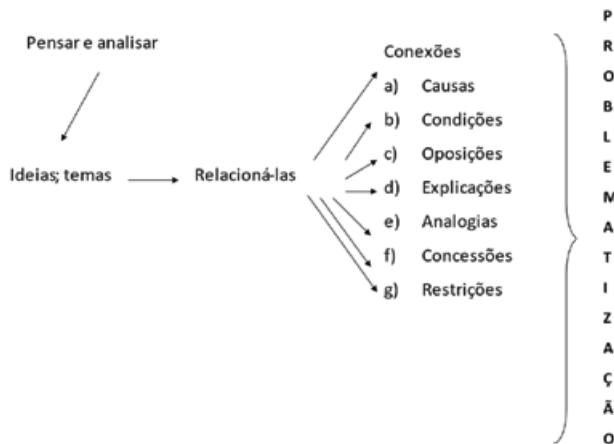


FORMAS DO RACIOCÍNIO LÓGICO		
Implicação (A implica B)	Conjunção (A e B ou A = B)	Disjunção (A ou B ou A#B)
Coordenadas explicativas Subordinadas causais Subordinadas condicionais Subordinadas consecutivas Subordinadas finais Subordinadas temporais	Coordenadas aditivas Subordinadas comparativas	Coordenadas adversativas Subordinadas restritivas Subordinadas concessivas

Não vou entrar nesse debate novamente, mas apenas reiterar que a gramática normativa pensa pouco sobre as relações lógicas heterogêneas das conjunções. A título de exemplo, a conjunção coordenativa aditiva, que representaria um raciocínio lógico por conjunção (A e B), pode ter diversos sentidos (lógicos): de *restrição-disjunção* (Eu te empresto e você me devolve amanhã), de *causa-consequência/implicação* (Você não me paga e eu te processo; continue assim e você verá); de *oposição/disjunção* (Há mentiras e mentiras), etc.

De outro modo, o exercício do pensamento crítico passa pela competência para estabelecer variados tipos de relações (conexões) entre as ideias, problematizando-os nas diferentes formas de raciocínio lógico:

**Pensamento crítico e modos de raciocínio**



Pensar criticamente um tema tal como “aquecimento global” (x) consistiria em problematizá-lo nessas diferentes formas de raciocínio lógico (causas de x, condições de x, oposições/contrastes sobre x, explicações de x, analogias com x, concessões sobre x, restrições sobre x, etc.). Nesse sentido, em que o *logos* é caracterizado como raciocínio, pensar (criticamente) é colocar o *logos* em funcionamento.

Contudo, o pensamento não é apenas raciocínio, pois, para racionar, é preciso, antes, conceber os objetos e julgá-los. Por isso, é relevante pensar o *logos*, ainda no âmbito do pensamento, através das faculdades de *conceber*, *julgar* e *raciocinar*, as quais, para Arnault & Lancelot<sup>6</sup>, constituem as três operações fundamentais do espírito humano: pela operação de *conceber*, lançamos um olhar sobre as coisas, *nomeando-as*; pela operação de *julgar*, *afirmamos* algo sobre o que foi concebido; e pela operação de *raciocinar*, servimo-nos dos julgamentos feitos para produzir implicações, conjunções e disjunções, além de extensões diversas. Isso nos mostra o quão relevantes são as operações discursivas de *nomear* (nomação/designação), *qualificar*, *quantificar*, *localizar*, na construção de atos de linguagem, como as asserções (proposições).

## Conclusão

Nosso objetivo inicial era buscar identificar alguns lugares de inscrição do *logos* e caracterizá-lo. Nessa direção, mostramos que o *logos* pode ser caracterizado como uma *estrutura* (em processo e, especialmente, um processo dialógico), como expressão da *doxa* e como expressão do *raciocínio lógico*. O *logos* argumentativo possui, portanto, uma estrutura, que se desenvolve em um dispositivo situacional numa interação entre sujeitos em torno de uma questão/problema (competência situacional-argumentativa), um conteúdo *dóxico* (axiológico) que se pretende equivalente à racionalidade, plural e contraditória, que coloca em cena formas de julgamento (competência axiológica dos sujeitos) e se expressa por meio das formas lógicas do pensamento (competência lógica dos sujeitos).

Se, de um lado, a tradição caracteriza o *logos* como dimensão objetiva da argumentação em oposição à dimensão subjetiva do *ethos* e do *pathos*, é inegável que a confiança e a credibilidade de uma pessoa participam da racionalidade que julga os comportamentos (discursivos e agentivos) dos sujeitos com base na *doxa* e, de maneira similar, que há bastante razão envolvida na expressão e na argumentação das emoções. A dimensão *dóxica* do *logos* e, mais do que isso, a aproximação entre *logos* e *doxa*, mostra que o que

6 Arnault & Lancelot, na Gramática de Port Royal e, posteriormente, na Lógica de Port Royal.

move toda argumentação – e todas as decisões que dela derivam – não se resolve na oposição entre objetividade e subjetividade. Assim como não há objetividade sem sujeito, não existe também sujeito sem objeto.

Gostaria de concluir destacando que pensar é reagir aos automatismos do próprio pensamento. Pensar o pensamento como reação a algo que nos condiciona, automatizando nossas decisões, seja sob a pressão do tempo, do medo, ou de outras emoções, das ideologias, do utilitarismo, é uma atitude que valoriza o pensamento crítico em todas as suas dimensões. O *logos* é, em última análise, a morada do pensamento crítico. Resta saber – e saber é decisão de cada um – se essa morada tem portas abertas ou se é apenas uma caverna escura cheia de sombras; caverna da língua, caverna do discurso.

## Referências

- Amossy, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- Amossy, Ruth & Koren, Roselyne, Introduction : Y a-t-il des régimes de rationalité alternatifs ? **Argumentation et Analyse du Discours** [Online], 25 | 2020, Online since 15 October 2020, connection on 10 December 2020. URL: <http://journals.openedition.org/aad/4391>; DOI : <https://doi.org/10.4000/aad.4391>.
- Anscombre, J.C., Ducrot, O., **L'argumentation dans la langue**. Liege : Paris, ed. Mardaga, 1983.
- Anscombre, J-C. (éd.) **Théorie des topoi**. Paris: Kimé, 1995.
- Aristóteles, **Organon**, v. Les topiques, Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Retórica**. São Paulo: Rideel, 2007. (Coleção biblioteca clássica)
- Charaudeau, P. **Linguagem e discurso**, São Paulo: Contexto, 2006.
- Danblon, Emmanuelle, **L'homme rhétorique**. Culture, raison, action. Paris : Les Éditions du CERF, 2013.
- Ducrot, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987 [1984].
- \_\_\_\_\_. Os topoi na teoria da argumentação na Língua. In: **Revista Brasileira de Letras**, v. 1, n. 1. São Carlos: UFSCar, 1999, p. 1-11.
- Emediato, Wander. **A fórmula do texto**. Redação, argumentação e leitura, São Paulo: Geração editorial, 2004.
- Emediato, Wander. Programmation et incitation à l' action dans les textes de conseils économiques. **Langue Française**, 206, Juin , 2020, 81-94.
- Emediato, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada. In: Emediato, W. *et al* (orgs.), **Teorias do discurso**, Campinas: Pontes Editora, 2020. p. 19-56.
- Emediato, W. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. Lara, G. M. P. *et al.* (orgs) **Análises do discurso hoje**, Vol. 1, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008, p. 71-92.
- Grize, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.
- Halpérin, Jean-Louis. La preuve judiciaire et la liberté du juge, **Communications**, 84, Seuil, 2009. 21-32.

- Meyer, Michel. **Principia Rhetorica**. Une théorie générale de l'argumentation, Paris : Fayard, 2008.
- Murcho, Desidério. [http://criticanarede.com/lds\\_lugarlogica2.html](http://criticanarede.com/lds_lugarlogica2.html), acesso em 26/08/2012, Extraído de **O Lugar da Lógica na Filosofia**, de Desidério Murcho (Plátano, 2003).
- Paveau Marie-Anne, **Os pré-discursos**. Campinas : Pontes Editora, 2013.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. **Tratado da argumentação**. Nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1958].
- Plantin, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation**. Une introduction aux études de l'argumentation, Lyon : ENS Éditions, 2016.
- Toulmin, S. E. **Os usos do argumento**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958]



# Perspetivismo e discutibilismo: o *logos* da racionalidade retórico-argumentativa

Rui Alexandre Grácio

## Preâmbulo

Indo ao encontro do tema “Perspetivas do *Logos* na linha do tempo”, apresentarei neste capítulo aquilo que, do ponto de vista filosófico e teórico, considero serem as posições mais apropriadas para pensar o *logos* de um ponto de vista retórico (ou seja, a racionalidade retórico-argumentativa). Essas posições são o perspetivismo e o discutibilismo. Sugerirei também que a racionalidade retórico-argumentativa tem o seu fundamento no *pathos* enquanto condição da convivencialidade e da sociabilidade humanas, o que desloca a retórica da esfera da certeza para a da confiança e traz a primeiro plano as questões do reconhecimento e da consideração do outro, do assentimento e da coexistência social.

## 1. Introdução

O tema proposto tem uma forte incidência filosófica, uma vez que trata, nada mais, nada menos, do que do “*logos*”. Ora, a questão da racionalidade e dos seus critérios sempre foi um problema abordado pelos filósofos, dos antigos aos contemporâneos. Contudo, há que atentar que a formulação “Perspetivas do *Logos*” coloca as tematizações do *logos* sob o signo do plural, uma vez que no seu enunciado está implícita a ideia de que é possível conceber o *logos* de várias maneiras. Por outro lado, não apenas é utilizado o plural, como ele é aplicado a um termo que filosoficamente é tudo menos inocente: “perspetiva”.

Continuando ainda a utilizar o enunciado do tema proposto como desencadeador destas reflexões iniciais, podemos dizer que nele se assume uma atitude pluralista que é, aliás, bastante contrária ao monismo que pautou a tradição racionalista ocidental, remetendo-nos, ao mesmo tempo para uma oposição matricial da nossa herança em termos de pensamento filosófico: refiro-me à oposição entre filosofia e retórica.

## 2. A tradição filosófica racionalista: o monismo da razão

Com efeito, na tradição filosófica de matriz platónica, a filosofia instituiu-se como metafísica e como discurso da verdade, daí resultando três das consequências, a saber:

- a. a colocação da verdade sob a égide da certeza, do inquestionável e do absoluto;
- b. a renúncia à variabilidade de critérios sociais como garantes da verdade, mesmo que universalmente aceites ou maioritariamente partilhados;
- c. a autonomização da razão através da atribuição da nota de necessidade inerente aos processos lógicos de validação racional, os quais são conducentes à aceitação da tal verdade incontestável.

Nas palavras de Platão, no livro *A República* (VII, 533 c-d), é de facto assim que opera o método dialético, o caminho para se chegar à verdade: o método dialético, escreve, “procede por meio da destruição de hipóteses, a caminho do autêntico princípio, a fim de tornar seguros os seus resultados”.

François Chatelêt (s/d: 135-138) referiu-se a esta instauração da filosofia como metafísica de uma forma muito interessante ao falar do “grande desvio” a que assistimos na filosofia platónica em relação aos ensinamentos de Sócrates, seu mestre:

o discurso universal, mesmo se se conseguisse elaborá-lo, ficaria sem alcance real, sem eficácia se não fosse discurso verdadeiro, se não assinalasse claramente o Ser de que é convenientemente expressão. O desvio consiste precisamente nisso, nessa passagem da noção de universalidade — que implica somente uma aproximação do homem com o homem — à de verdade — que significa uma relação de identidade entre o Pensamento e o Ser. (...) Para que o discurso universal tenha um sentido, para que a aposta filosófica não seja absurda, é preciso que a universalidade seja fundada em verdade. A metafísica nasce no momento em que a prática do discurso, do diálogo, desemboca naquilo que em última análise está em questão no discurso, quer dizer, no Ser.

É assim que se irá estabelecer a dicotomia entre o verdadeiro conhecimento e a mera opinião, remetendo o primeiro para a categoria de verdade única e una e o segundo para a mera perspectiva, relativa e variável, dependente daqueles que a afirmam e, por isso, contingente e relativa.

Grande parte da tradição filosófica ocidental caracteriza-se precisamente por esta luta contra o que admite várias possibilidades, ou modos de ver, e a favor de uma ideia de verdade como algo que se impõe por si mesmo e se caracteriza por ser uma evidência inquestionável (no fundo uma ideia de razão iluminada que transporta em si mesmo a capacidade da auto-revelação).

Esta tendência levou a antagonizar a ideia de verdade e o relativismo, uma vez que este último foi sempre visto como algo que não remete para critérios seguros e que, muito frequentemente, acaba por degenerar no cepticismo.

No entanto, esta luta entre o absoluto e o relativo só se colocou pela dimensão teorizante com que o saber foi visto e, ao mesmo tempo, por se considerar que os critérios práticos ficam sempre aquém dos critérios dimensionados pela teoria. O que a prática mostra é que para tudo há uma multiplicidade de pontos de vista. O que a teoria exige é que haja um critério que permita decidir, entre perspetivas concorrentes, de que lado está a razão e a verdade, sendo que apenas uma, segundo a lei do terceiro excluído, pode ser racional e verdadeira.

Descartes (1953, p. 40), outro filósofo marcante da tradição racionalista, mostra bem esta ideia de que a pluralidade não rima com a verdade. Escreve ele:

sempre que, sobre um mesmo assunto, duas pessoas têm perspetivas diferentes, é óbvio que pelo menos uma delas está enganada; aliás, parece que nenhuma sabe realmente, pois se as razões de uma delas fossem certas e evidentes, ela poderia expô-las à outra, de tal forma que acabaria por a convencer. Vemos, pois, que sobre tudo o que apenas dá origem a opiniões prováveis, é impossível adquirir um conhecimento perfeito, pois não podemos ter a presunção de esperar de nós mais do que dos outros.

### **3. Uma “imagem argumentativa do pensamento”**

Ora, é a esta concepção monista da razão, concomitante da afirmação da unicidade da verdade, que se contrapõe aquilo que designo como uma “imagem argumentativa do pensamento”, na qual, digamo-lo de uma forma muito abreviada, as noções de pluralismo, de alternativa e de escolha são fundamentais.

No quadro desta imagem argumentativa do pensamento, a questão da verdade cede à questão da confiança (em que é que devemos confiar?) e à importância das condições persuasivas geradoras de confiança, identificação e assentimento. Mais ainda, traz a



primeiro plano a importância das relações sociocomunitárias nos engendramentos da convivencialidade.

Nesta perspectiva é muito interessante a afirmação de Alan Gross (1996, p. viii) quando escreve que a retórica “diz respeito às condições necessárias e suficientes para a criação do discurso persuasivo em qualquer campo”. Tal significa que toda a construção teórica ou o assentimento perante critérios pressupõe uma retórica própria patente no modo como edifica as suas condições de persuasividade. No que diz respeito à ciência, por exemplo, mas num fenómeno que é extensível a qualquer outro género de discurso, nota Gross (1996, p. 7) que “em qualquer momento, em qualquer ciência, os cientistas têm que se decidir sobre o que é que precisa de ser explicado, sobre o que é que constitui uma explicação e de que modo uma tal explicação constrange o que conta como evidência”.

Esta ideia abre para o perspetivismo, pois desloca a noção de certeza, por exemplo, ou então a de evidência, do critério de uma adequação “natural” entre discurso racional e realidade, para a ideia de uma construção retórico-argumentativa da certeza e da demonstração, as quais se tornam assim essencialmente perspetivadas e dependentes das condições de persuasividade que geraram um caminho suficientemente confiável para que algo pudesse ser acolhido como evidente, certo e demonstrado. Por outro lado, esta consciência de que as evidências dependem das condições de persuasividade que as permitem postular, conduz a um modo pluralista de lidar com a evidência, nunca a tomando como única possível e excludente de outros caminhos possíveis de persuasividade.

Não nos podendo estender aqui em mais explicações sobre esta passagem de uma racionalidade sem retórica para uma retórica da razão, iremos agora avançar na tematização das posições que mais apropriadas me parecem para pensar o *logos* de um ponto de vista retórico: o perspetivismo e o discutibilismo.

## 4. Do perspetivismo

O perspetivismo é uma posição filosófica segundo a qual todo o conhecimento declarado como válido implica simultaneamente conhecimento e desconhecimento, focalização e desfocalização, saliências e filtragens.

Neste sentido, sem ser relativista, o perspetivismo recusa qualquer tipo de absolutismo. Sem negar a valor e a consistência do conhecimento, o perspetivismo não vê no conhecimento senão uma via interpretativa, um caminho compreensivo, uma via de acesso imaginada e fortificada por metodologias, uma forma de responder que, apesar de, para fins práticos, se apresentar como um ponto de ancorarem inquestionado, nem por isso é totalizador ou o único possível. De facto, o inquestionado não é o inquestionável.

O perspetivismo caracteriza-se por albergar a alteridade sob a forma da latência da possibilidade do alternativo, assumindo como traço característico do pensamento a incompletude, a surpresa e a inantecipabilidade dos seus engendramentos criativos.

Prefere compreender estes últimos como caminhos tomados — como vias de acesso propositivas, como hipóteses semeadas — e não como questões relativas à sua verdade.

Um dos pontos conducentes ao perspetivismo é o questionamento da neutralidade de duas operações de pensamento fundamentais na construção do conhecimento: a análise e a descrição.

Estes termos passam frequentemente por designar duas operações supostamente neutras, facto atestado pelo não menos frequente emprego do termo “mera”: “mera análise”, “mera descrição”. Ora este “mera” corresponde a um procedimento retórico fundamental e biface que é o procedimento da saliência e da filtragem. A saliência é o ato de dar destaque, ênfase, relevância. A saliência coloca em evidência, focaliza, concentra a atenção, presentifica. E, simultaneamente, obscurece, periferiza, destrai, dilui, esbate. Se a saliência mostra o que se quer dar a ver, acontece que nesse processo se dá também uma filtragem do que será considerado irrelevante.

Mas, se assim for, então a análise comporta no seu cerne um processo seletivo, um olhar a partir do privilégio de certos aspetos em detrimento de outros, uma interpretação cuja lógica é apresentada como imparcial, não só de modo de conferir-lhe uma dimensão impessoal e uma base factual que possa constituir-se como um ponto de partida inquestionado, como também de molde a produzir o grau máximo de persuasividade, ou seja, aquele que faz com que a convicção surja despida de qualquer subjetividade e possa ser afirmada na sua objetividade. Mais precisamente, como “conhecimento objetivo”.

Podemos agora formular de outro modo o que afirmámos inicialmente dizendo que o perspetivismo vê o conhecimento como resultado de um estreitamente focal (e é precisamente isso que acontece com as delimitações sempre existentes nos processos de conhecimento). Como notou a filósofa Jeanne Parain-Vial (1966, p. 145) “definir um objecto de ciência equivale a estabelecer um ponto de vista” e é resultado de procedimentos retóricos organizadores da relevância e das pulsões de finalidade que a acompanham.

Todas as sociedades têm, chamemos-lhes assim, mapas de relevâncias, e sabemos que a educação (formal ou não) é o instrumento da sua transmissão. Mais importante do que conteúdos é a relevância que lhe é atribuída e, também, a transmissão dos procedimentos que moldam as ações e as reconhecem, reforçando-as, como estando em consonância com o que devem ser.

Os mapas de relevâncias organizam assim normativamente a sociedade. Designa-se frequentemente por senso comum o conjunto partilhado de relevâncias num determinado meio social. Uma espécie de agenda setting da sociabilidade que funciona por polarização

da atenção. Estas relevâncias habitam o interdiscurso que penetra a espontaneidade do nosso falar, estando a nossa condição de ventríloquos (ou seja, propagadores, em nome próprio, do já-dito e do diz-se) ligada aos processos de inclusão social em termos de comunicação (ou seja, há que discutir dentro de certos termos, parâmetros e procedimentos sem a aceitação dos quais corremos o risco de sermos excluídos da interlocução).

Como anteriormente dissemos, o perspetivismo não é um relativismo, pois o termo de comparação não é entre relativo e absoluto. Essa é a dicotomia que queremos precisamente deixar entregue a si mesma. A comparação deve ser feita entre o relativo e outro relativo, ou seja, entre versões. É claro que se podem dar bons argumentos a favor da supremacia de uma versão sobre outra e, muitas vezes, através da distinção entre aparência e realidade, dá-se o passo que procura identificar a versão com a própria realidade e, assim, transitar do plano retórico para o plano ontológico.

O perspetivismo está ciente, nomeadamente no que diz respeito à organização social e à convivencialidade, da importância em conferir, sob a forma ideológica, estabilidade e lastros ontológicos às versões.

No entanto, recusa-se a pensar sob o signo do Um, a reduzir à unidade e a proclamar a unicidade, como se a unidade fosse uma matriz do pensamento humano. Para o perspetivismo isso é uma forma não aceitável de dogmatismo.

O perspetivismo assume que todo o discurso está associado a pontos de vista e lembra que a passagem que conduz a aceitar um ponto de vista como a Verdade excludente de todos os outros pontos de vista é uma passagem do foro social e político, ou seja, deve ser visto sob o prisma da adesão e não sobre o ângulo da revelação.

## 5. Do discutibilismo

Ao perspetivismo, enquanto posição filosófica, está ligado não ao relativismo, mas ao discutibilismo. Se, como afirmou Zygmunt Bauman, “a verdade é um conceito essencialmente antagonístico” (2006, p. 186), então a sua validação prática tem uma dupla origem: ou, depende de assentimentos tácitos, implícitos e inquestionados (sedimentados, nomeadamente, através de mecanismos que provocam um enviesamento entre as práticas reais e as representações ideológicas), ou deriva de assentimentos que têm na sua base questionamentos, controvérsias e discussões explícitas.

O discutibilismo assume, portanto, que há sempre uma ordem pressuposicional na expressão do pensamento e que essa ordem de assunções tácitas tanto pode ficar na penumbra dogmática como pode ser alvo de análise e crítica realizada pela interlocução retórico-argumentativa.

A penumbra dogmática não tem necessariamente a ver com atitudes ou intenções conscientes de pessoas, mas com uma condição humana exposta à premência de pressões teleológicas que levam a estabelecer focos de incidência e proceder a estreitamentos focais ligados ao decidir e ao agir.

Para pensar é preciso fazer proliferar possibilidades. No entanto, para decidir é preciso descartar possibilidades. E, para agir, não se pode questionar tudo o tempo todo. Ao contrário das variações reflexivas, a materialidade da ação nunca está dissociada da influência de contextos e de circunstâncias. E a premência da decisão e da ação, a necessidade do fazer sobre a pressão do aqui e agora e do tempo útil, remete para um irrefletido, seja este impulsionado pelos hábitos, pelos constrangimentos situacionais, pela atuação inconsciente de representações ideológicas ou por impulsos emotivos de ordem variada.

Esses irrefletidos, não sendo imediatamente da ordem do racional, nem por isso não são suscetíveis de serem, ou de terem sido, racionalizados. Aliás, quando questionados sobre eles, a maior parte das vezes apresentamo-los racionalmente através de justificações que os argumentam. E, caso essas justificações sejam aceites ou admitidas, não faremos desses pressupostos objetos de interrogação ou de um confronto argumentativo. Limitamo-nos a seguir em frente e assumimo-los como pontos de partida bons e consensuais.

Dito por outras palavras, não pomos em causa o enquadramento que veiculam e agimos e discorremos a partir dele. Convivemos por conseguinte com o indiscutido, pelo menos até que se afigure como discutível e se torne discutido.

Como escreveu Edgar Morin (1999, p. 156):

O indiscutível tende sempre a reformar-se em detrimento do discutível, o que se compreende, pois não se poderia pôr em causa tudo e mais alguma coisa sob qualquer pretexto. Mas também é verdade que todo o progresso se joga na fronteira do indiscutível com o discutível e efetua-se pondo em discussão o indiscutível. (...) Necessitamos de pensamentos, não só daqueles com quem estamos de acordo, não só daqueles com quem estamos em desacordo, mas também daqueles com quem estamos em total desacordo.

A conflitualidade que pauta as relações humanas oscila entre estados de latência (e a permanência no estado de latência é propiciada, nomeadamente, pela preferência social pelo acordo) e estados em que o desacordo e o conflito se tornam patentes e se manifestam por uma situação de confronto, pressuposto da argumentação na interação.

Mas, importa sublinhar que, tal como não podemos questionar tudo o tempo todo, também não estamos o tempo todo a elaborar juízos refletidos e argumentados. Pelo contrário, partimos de juízos já-feitos e já-pensados para fins de ação (a bem dizer,

partimos de preconceitos), mesmo que eles não tenham de ser vistos como algo de petrificado ou de estático.

É aliás esta inescapável condição de ventríloquos, de falarmos e sermos falados, derivada das exigências que a ação impõe ao pensamento, que nos torna permeáveis à ideologia, às formações discursivas e à persuasividade invasiva dos fluxos comunicacionais que nos circundam no quotidiano.

Uma das assunções a reter do discutibilismo é a ideia de que toda a inteligibilidade é composta por nexos e relações de poder. Os conceitos podem ser abstratos e formais, mas a sua aplicação a situações concretas implica a aceitação de uma determinada estrutura que engloba, simultaneamente, compreensão e estruturação de relações de poder.

Com efeito, como notou Bauman (1999, p. 245-246):

A verdade é, em outras palavras, uma relação social (como poder, propriedade ou liberdade): aspecto de uma hierarquia feita de unidades de superioridade e inferioridade; mais precisamente, um aspecto da forma hegemônica de dominação ou de uma pretensão a dominar pela hegemonia.

Neste momento, e na sequência desta visão retórica da racionalidade, avançamos com a ideia de que o *logos* está, em última análise ancorado no *pathos* da sociabilidade. Não é a razão que resolve, não é na certeza do raciocínio que encontramos a razão do assentimento, mas sim na base da empatia social, na dimensão empática das relações humanas em cima da qual as razões podem funcionar.

Dito de outra maneira, a tecitura da racionalidade remete-nos para jogos de racionalidade — um conceito forjado por Manuel Maria Carrilho — e diria que a dimensão empática é fundamental para definir a entrada ou não nesses jogos que, sendo articulados racionalmente, são todavia propositivos, sendo que a sua razoabilidade não é pensável sem uma predisposição empática para neles entrar.

Aliás, se quisermos levar mais longe esta ideia, podemos dizer que é pela capacidade do reconhecimento da alteridade, pela capacidade de ver o outro como semelhante, que abrimos a clareira do terreno empático sem o qual, nem os jogos de racionalidade do *logos*, nem os efeitos imaginários e simbólicos (inerentes às práticas sociais) do *ethos* poderiam ser comungados e assim desempenharem o papel de critérios a que podemos recorrer para nos confrontarmos com a incerteza que sempre ronda e com a contingência com que sempre nos cruzamos no caminho da vida.

Tem aliás uma base empática a própria noção endémica de justiça, que vai muito além da ideia de justiça estruturadas pelo direito, como muito bem explana Fernando Savater (1994, p. 86-90):

(...) grande parte da difícil arte de nos pormos no lugar do próximo tem que ver com isso a que desde há muito tempo se chama justiça. Mas aqui não me refiro apenas ao que a justiça tem de instituição pública (quer dizer, leis estabelecidas, juízes, advogados, etc.), falo também da virtude da justiça, quer dizer: da habilidade e do esforço que devemos praticar, cada um de nós — se quisermos viver bem —, a fim de entendermos o que os nossos semelhantes podem esperar de nós. As leis e os juízes tentam determinar obrigatoriamente o mínimo que as pessoas têm direito a exigir daqueles com quem convivem em sociedade, mas trata-se de um mínimo e nada mais. Muitas vezes, por mais legal que seja tudo, por muito que se respeitem os códigos e se fique ao abrigo de multas ou da prisão, o nosso comportamento poderá ser fundamentalmente injusto. (...) A vida é demasiado complexa e subtil, as nossas pessoas são demasiado diferentes, as situações são excessivamente variadas, por vezes demasiado íntimas, para que tudo possa ter lugar nos tratados de jurisprudência. Do mesmo modo que ninguém pode ser livre em teu lugar, também é certo que ninguém pode ser justo por ti, se não te deres conta de que deves sê-lo para viveres bem. Para entenderes completamente o que o outro pode esperar de ti não tens outro remédio senão amá-lo um pouco, ainda que se trate de amá-lo somente por ele ser também humano... e este pequeno mas importantíssimo amor é algo que não pode ser imposto por nenhuma lei instituída. Quem vive bem deve ser capaz de uma justiça simpática, ou de uma justa compaixão.

## **Conclusão**

A empatia é pois o mais decisivo elemento do nosso software cultural. Mais do que um meio de persuasão, o *pathos* remete para a capacidade de reconhecer o outro como nosso semelhante e, nesse gesto, tornar possível a abertura à convivenciada na qual se negociam — com os jogos de racionalidade possíveis e com as constelações do poder simbólico que habitam os imaginários — as distâncias e os conflitos recorrentes e inerentes às dinâmicas sócio-políticas.

Martin Heidegger (2005, p. 193) tinha já tido essa intuição quando escreveu que: “ao contrário da orientação tradicional do conceito de retórica como uma espécie de ‘disciplina’, ela deve ser apreendida como a primeira hermenêutica sistemática da convivência quotidiana com os outros”.

Maria de Lucia Lepecki (2003, p. 16), por seu turno, formulou também essa ideia de uma forma primorosa, que vale a pena citar: “a primeira e mais radical intencionalidade

da retórica é socializar, humanizar os falantes, e só depois, e dentro disto, se podendo colocar outras intenções. Se for assim mesmo, a retórica é o lugar onde em primeira instância partilhamos a humanidade do homem”.

Em suma, a racionalidade retórico-argumentativa remete-nos para uma antropologia retórica que tem na sua raiz o *pathos* e que se articula através de jogos de racionalidade sempre perspectivados, de posicionamentos sempre discutíveis, ainda que nem sempre discutidos, e de poderes simbólicos e de imaginários sociais que colocam em tensão a segurança, sempre desejada, e a inquietude de uma liberdade sem a dignidade da qual a vida deixaria de ser humana.

A racionalidade retórico-argumentativa não rima com soberceria antropológica mas com a precariedade de uma condição finita marcada pela contingência e pela necessidade de gerar, em comunidade, confiança, esperança e prudência.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. De Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**, Lisboa, Relógio de Água, 2006.

CHÂTELET, François, Platão, Edições Rés, s/d.

DESCARTES, René. **Œuvres et Lettres**, Bibliothèque de La Pléiade, Éditions Gallimard, 1953.

GROSS, Allan G. **The Rhetoric of Science**, Cambridge, Harvard University Press, 1990.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Editora Vozes, 2005.

LEPECKI, M. L. **Uma questão de ouvido**. Ensaios de retórica e de interpretação literária, Lisboa, D. Quixote, 2003.

MORIN, Edgar. **As grandes questões do nosso tempo**. Lisboa, Editorial Notícias, 6ª edição, 1999

PARAIN-VIAL, Jeanne. **La Nature du Fait dans les Sciences Humaines**, Paris, P.U.F., 1966.

PLATÃO. **A República**, Fundação Calouste Gulbenkian, 2017, 15ª edição.

SAVATER, Fernando. **Ética para um Jovem**, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

# O Logos na Retórica e na Política de Aristóteles

Nuno M. M. S. Coelho

João Paulo Goulart

Falemos sobre o *logos* na *Retórica* e na *Política* de Aristóteles.<sup>1</sup> Ao rememorar e relacionar algumas passagens destas duas obras, retomamos algumas das mais famosas e importantes afirmações da história da filosofia, tais como a de que o homem é o animal político, assim como de que o homem é o animal racional.<sup>2</sup>

Tais passagens também esclarecem o humano enquanto *animal retórico*.

Tentaremos entender em que medida a capacidade retórica constitui-nos enquanto humanos, exatamente porque é essencial para que possamos vencer o desafio de *viver como seres humanos*. Tudo isso desde o ponto de vista aristotélico, que já nos esclarece que viver como um ser humano é desafiador. Embora Aristóteles compreenda haver uma natureza especificamente humana, esta natureza não se realiza senão *mediante esforço*, mediante a ultrapassagem de nós mesmos em situações em que podemos e devemos afirmar a nossa própria humanidade (e em que, infelizmente, também podemos falhar).<sup>3</sup>

Especialmente em sua *Política*, Aristóteles adverte de que nós somos capazes de viver como feras, podemos viver aquém da nossa humanidade. A obra *Ética a Nicômaco* é também toda dedicada a esclarecer sobre os desafios postos nesta nossa tarefa de realizarmos a nós mesmos como seres humanos. Mas falaremos sobre a *Retórica* neste contexto, em diálogo com estes dois tratados.

Nossa primeira sugestão é que olhemos para a abertura da *Retórica*.

A abertura dos livros de Aristóteles é sempre muito interessante. Se uma pessoa examinar os primeiros parágrafos de muitos tratados aristotélicos, terá uma visão muito interessante sobre o ser humano. Abre-se assim a *Ética a Nicômaco*: “toda a perícia e

---

1 Este texto foi apresentado como palestra no XII Colóquio do Grupo ERA, da PUC-SP, em 2020, e guarda a oralidade com que foi concebido por seus autores. Aos organizadores e organizadoras do evento (e deste livro), agradecemos pela interlocução inspiradora.

2 Pol. I, 1253a: ὁ ἄνθρωπος φύσει πολιτικὸν ζῷον [...] λόγον δὲ μόνον ἄνθρωπος ἔχει τῶν ζῶων [...].

3 Coelho, 2012.



todo processo de investigação, do mesmo modo que todo o procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem”.<sup>4</sup> A *Política*: “Observamos que toda a cidade é uma forma de comunidade. E que toda comunidade é constituída em vista de algum bem”.<sup>5</sup> A *Metafísica*: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”.<sup>6</sup>

Na *Retórica*, temos a afirmação de que o esforço em persuadir é também um aspecto ínsito à nossa humanidade:

A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De facto, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar.<sup>7</sup>

A retórica (ao lado da dialética), enquanto prática de propor ou contrapor um discurso, de examiná-lo, de acusar, de defender, faz parte e constitui nossa própria humanidade; estamos envolvidos com isso o tempo todo, e somos humanos porque e na medida em que fazemos isso. Todos nós, de algum modo, participamos da retórica e da dialética – é assim que ele começa seu tratado sobre a retórica, logo depois de dizer que a retórica é a contraparte, a antístrofe da dialética, o que traz o primeiro aspecto muito importante que gostaríamos de deixar aqui consignado para o efeito do que desejamos esclarecer sobre sermos animais retóricos.

Dizer que a retórica é “antístrofe da dialética” significa muitas coisas. É uma passagem que possui importância interpretativa muito grande, iluminando toda a argumentação na *Retórica*, e que imediatamente remete ao fato de nós estarmos sempre envolvidos em disputas. A dialética é a arte de discutir, de participar de embates em que perguntas e respostas são postas, sucessivamente, entre interlocutores que participam da investigação conjunta acerca de alguma coisa, do esforço de esclarecimento que surge sempre a partir de discursos contrapostos, e é isso o que distinguirá, fundamentalmente, um raciocínio apodítico (demonstrativo) de um raciocínio dialético (debate).

Os raciocínios dialéticos partem de premissas que são respeitadas e reputadas (*endoxa*), mas que não são unânimes pois são desafiadas por outras opiniões que são igualmente reputadas e disputadas. Isto faz com que, no campo da dialética, nunca este-

---

4 E.N. I, na tradução de Antônio Castro Caeiro.

5 Pol. I, na tradução de Antonio Campelo e Carlos de Carvalho Gomes.

6 Met. I, na tradução de Vincenzo Cocco.

7 Ret. I, na tradução de Manuel Alexandre Junior.

jamos desenvolvendo raciocínios sozinhos, mas, sim, argumentando em confronto com outras pessoas, que, por sua vez, também desenvolvem silogismos e induções e outros argumentos em favor de seus pontos de vista.

Algo completamente diferente se passa no horizonte da geometria e das demais ciências apodíticas, em que o silogismo é demonstrativo. São “demonstrativas” exatamente porque, partindo de premissas indisputadas – indisputadas porque não convivem com premissas concorrentes aceitáveis por quem não seja louco –, cabe apenas, neste horizonte, exibir como é que, daquelas premissas apresentadas de forma não problemática, daqueles *axiomata*, chega-se a determinadas conclusões.

Na dialética, por seu turno, estamos sempre no horizonte da disputa, e os silogismos sempre convivem com outros silogismos confrontantes. Por isso que, no campo da dialética, nós partimos de problemas, perguntando: algo é assim ou não? Desse modo, a estrutura essencial e o ponto de partida do raciocínio dialético é a pergunta.

A retórica, sendo a antístrofe da dialética, utilizará muitas das técnicas desenvolvidas nos *Tópicos* – por isso é tão importante integrar o estudo da *Retórica* ao estudo dos *Tópicos* – ambas esclarecendo-nos como o fazer discursos e o participar de discussões implica uma outra pessoa diante de nós, que nos confronta: nunca fazemos discursos, ou discutimos, sozinhos, mas em contraste com alguém, para vencer uma discussão ou para convencer um público que ouve a ambos, e que decidirá enfim entre os discursos contrapostos. Não discursamos sozinhos: discursamos diante de um público, de uma audiência e, especialmente, ao lado de outro que discursa também, contra nós.

Isso é muito importante para esclarecer a nossa humanidade, enquanto animais retóricos e animais políticos. Vejam como Aristóteles diz: a dialética (assim como a retórica) é universal entre os seres humanos. De algum modo, nós estamos sempre empenhados nisso. Fazer discursos nos define e esclarece enquanto humanos: participar de disputas, portanto, também.

Vale a pena tentar esclarecer o significado deste nosso modo de ser, inevitavelmente envolvido em disputas, e sugerir como isso é importante para entender a nossa humanidade, agora olhando para aquelas importantes e famosas passagens de Aristóteles, na *Política*, que referimos ao princípio – que estão entre as passagens mais famosas da história da filosofia, segundo as quais o homem é um animal político. E, depois, para explicar porque o homem é um animal político, Aristóteles acrescenta: o homem é um animal político não apenas porque ele é sociável e vive em grupos, ou porque tem voz e poder de comunicação da dor e do prazer. Não é apenas por isso, mas porque ele é o único entre os seres vivos que tem o *logos* (a palavra, o discurso, a razão...), o único que é marcado pelo *logos*, que é capaz de discursos, que se caracteriza por fazer discursos.

Observemos quão central é esta passagem, tão conhecida por todos nós, como ela é definidora da nossa própria humanidade, e tentemos compreender o que ela tem a ver com a retórica e em que medida isso nos esclarece como animais retóricos.

Apenas o humano, entre os animais, é capaz do discurso, tem o discurso. É diferente de outros animais que têm voz, que apenas serve para tornar claro, para manifestar o prazer e a dor.

O discurso, o *logos*, que nos caracteriza, não serve apenas para manifestar o prazer e a dor. Serve para isso também; mas, pelo *logos*, somos capazes de muitos mais. Somos capazes, para além de manifestar o prazer e a dor, de manifestar e distinguir, pelo discurso, o útil e o prejudicial, o justo e o injusto, o bem e o mal.

E o que isso significa? Qual é a diferença entre voz e discurso (*logos*)? A diferença está no poder humano de ver longe, como Aristóteles esclarece ao falar da capacidade de distinguir o justo e o injusto, o útil e o prejudicial, o bem e o mal, e não, simplesmente, de distinguir e apontar a dor e o prazer.

Ter o *logos* implica que nossa consciência, nossa experiência do mundo, não está encerrada no imediato, da circunstância concreta, daquilo que está presente aqui e agora, do que nos causa a dor e o prazer que a voz é capaz de expressar. Ter *logos* implica ser capaz de ver para além do imediato.

Termos o *logos* ou sermos capazes de discursos (ou, dito de outro modo, mais tradicional ou mais amplo: sermos racionais) decorre de sermos animais capazes de muito mais memória – Aristóteles explica-o em outros textos igualmente importantes para compreender esta passagem – ou seja, de termos presente o passado; temos, por meio da memória, a capacidade de ter presentes pessoas que já partiram, ou situações que, às vezes, nos causam agora emoções de vergonha ou de júbilo, mesmo que já se tenham passado há muito tempo.

De um lado, ter o *logos* implica esse alargamento da nossa consciência em direção ao passado (como memória), e que abre para nós a possibilidade do *juízo*; por outro, implica a capacidade de termos presentes coisas que estão muito longe também no futuro (coisas as quais nós podemos imaginar), que nos abre a possibilidade (e a necessidade) de *deliberar*, também própria nossa. Tudo isto faz com que vivamos, como seres *racionais e políticos*, uma vida muito diferente da dos outros animais.

Como animais *retóricos*, não estamos, em função desta nossa capacidade de ter presentes coisas do passado e do futuro, presos àquilo que aparece aqui e agora, manifestando-se pelos sentidos; as coisas imediatas ou não exigem de nós uma resposta do tipo que os outros animais são incapazes de dar.

Que importância isso tem? Isso traz, para nós, a possibilidade de instituir tribunais para julgar o passado – como Aristóteles diz, acerca do tempo da retórica judiciária: é o

passado o tempo daquilo acerca de que devemos decidir, a partir de discursos contrapostos sobre se algo foi justo ou injusto. Ou, no gênero deliberativo, deveremos discutir se uma medida a ser adotada no futuro é útil ou prejudicial – para lembrar os dois gêneros retóricos mais famosos também mobilizados nas passagens que rememoramos.

É claro que essa nossa capacidade de ver longe abre-nos toda a possibilidade de fazer ciência (*episteme*), ou de termos sabedoria (*sophia*) ou prudência (*phronesis*). Notemos quão extraordinária é esta capacidade, de referir algo que se passa agora como o efeito de algo que se passou antes, e como a causa de outras coisas que se passarão depois, ou como seu fim ou sua condição de possibilidade.... É só pela capacidade de termos esse horizonte alargado da consciência é que podemos ter esse tipo de conhecimento, e assim desenvolver toda experiência, toda arte, toda técnica, toda sensatez, toda ciência e toda sabedoria.

O conhecimento é sempre fundamentado em outros conhecimentos anteriores, aprendemos também com Aristóteles, na abertura do Livro I de seus *Analíticos Posteriores*:

Todo ensinamento e todo aprendizado racional surge a partir de conhecimento previamente disponível. Isto é manifesto em todos os casos, para quem os observa: de fato, entre as ciências, as matemáticas surgem desse modo, bem como cada uma das demais técnicas. Semelhantemente também com os argumentos, tanto os que se dão através de silogismo, como os que se dão através de indução: ambos propiciam o ensinamento através de itens previamente conhecidos [...].<sup>8</sup>

O encadeamento de afirmações, de juízos – em que consiste o conhecimento científico, de acordo com Aristóteles – só é possível, para nós, porque temos a capacidade de ver longe – memória e imaginação.

Porém, o que gostaríamos de destacar é que esta capacidade é também o que nos torna animais retóricos, animais que estão permanentemente divergindo (e esforçando-se por persuadir). A divergência e o esforço pela persuasão são ínsitos à nossa humanidade, em decorrência, exatamente, do fato de nós não vivermos exclusivamente na imediatividade, de não vivermos exclusivamente na presença daquilo que os sentidos (visão, tato *etc.*) põem presentes, sempre aqui e agora, de forma imediata, diante de nós. Animais não racionais, que não têm o logos, que não têm essa dimensão alargada do futuro e do passado, divergem muito pouco. A voz revela muito pouca divergência, porque há muito pouca divergência sobre aquilo que causa dor e prazer.

8 *An. Post. I*, na tradução de Lucas Angioni.

Muito dificilmente nós vamos discutir, por exemplo, sobre se aproximar o fogo da pele causará dor – todo animal reagirá, basicamente, da mesma forma, sentindo e expressando sofrimento. Já quando se trata de discutir coisas que estão no futuro ou que aconteceram há muito tempo (pensemos nas deliberações e nos julgamentos que temos que fazer), nossas divergências são terríveis. Esta capacidade de divergir é decorrente de sermos animais racionais, de termos o *logos*; ela é uma característica própria do humano, algo que nos caracteriza exatamente por sermos animais discursantes, animais racionais, animais retóricos, animais políticos.

Ligue-se a isto o fato de que a *Política*, de Aristóteles, é toda construída a partir de uma concepção de cidade marcada pela divergência.<sup>9</sup> É grande a preocupação de Aristóteles com o tema, que fundamenta o essencial dos conselhos que ele dá sobre como lidar com a divergência. O tema é urgente porque a divergência ameaça a própria existência da *polis*, levando à guerra civil (*stasis*) causada pela divergência de opiniões. Para Aristóteles, a cidade é inevitavelmente marcada por grupos que veem de modo diferente o futuro (e o passado) da *polis* e que estão, por isso, sempre em disputa. Esta característica terá efeito interpretativo muito importante sobre todo o tratado *Política*.

Para concluir, gostaríamos de destacar esta última passagem, que se segue à afirmação de que o homem é o animal político e o animal racional (o animal que tem o *logos*, o animal que faz discursos): para Aristóteles, é a comunidade nestas percepções o que institui a família e a cidade.

Rememoremos ainda outra vez a passagem:

[...] a razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra [o *logos*]. Assim, enquanto a voz indica prazer ou sofrimento, e nesse sentido também é atributo de outros animais (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de as indicar), o discurso [o *logos*], por outro modo, serve para tornar claro o útil e o prejudicial, e por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade<sup>9,10</sup>.

9 Coelho, 2013.

10 . Pol. I, 1253a, na tradução de Antonio Campelo e Carlos de Carvalho Gomes.

Que comunidade (κοινωνία) de sentimentos (ou de percepções, traduziríamos, eis que Aristóteles usa aqui a palavra **αἴσθησις**)<sup>11</sup> constitui a comunidade? É a *koinonia* na visão do bem e do mal, na visão do útil e prejudicial, do justo e do injusto, o que institui as comunidades humanas. As comunidades humanas são resultado de um compartilhamento de visão que temos acerca dessas coisas.

Na *Política*, como é próprio de Aristóteles – sempre vendo e estudando os objetos por diferentes perspectivas –, explica-se que há várias causas para uma comunidade. Causas que têm a ver com o compartilhamento do território, ou com o compartilhamento do sangue dos ancestrais. Há, porém, uma causa que é marcada como a mais importante (e isso é totalmente coerente com a visão geral de Aristóteles em relação à sua teoria das causas), que é a *finalidade*: é a visão que nós temos quanto ao bem e o mal, ao útil e ao inútil, ao justo e ao injusto, é este compartilhamento da perspectiva, é este compartilhamento do futuro, é este *compartilhamento do em vista de quê nós estamos juntos*, o que constitui a *polis*, o que constitui as comunidades humanas – ao lado, e de modo mais importante, das causas materiais, das causas eficientes ou até mesmo da causa formal da cidade. – que, para Aristóteles, percebemos ser a lei e a constituição.

O que aparece nessa passagem é que a cidade se constitui em função da comunhão a respeito do justo e do injusto, do bem e do mal, do útil e do prejudicial. Percebemos claramente que as comunidades humanas se fundam por processos discursivos. Vemos o quão essencial é a retórica na formação da cidade. É por meio dos processos retóricos em que nós, inevitavelmente, participamos, que a cidade se constitui.

Todos sabemos a importância da comunidade para a vida humana, de acordo com Aristóteles. Nós apenas podemos realizar nossa própria humanidade vivendo em cidades. A *polis* é a comunidade constituída não apenas para que nós possamos sobreviver, ele diz, mas para que possamos viver tão maximamente quanto é possível para nós, seres humanos: viver bem, viver plenamente.

A cidade (a comunidade política) é a comunidade em que a nossa melhor possibilidade se constitui, em que a nossa própria humanidade se constitui. E a cidade, como comunidade, constitui-se em decorrência destes compartilhamentos das visões que são, permanentemente, objeto de disputa e tratamento pela retórica.

A retórica não é, portanto, mero instrumento, mera técnica, não é algo que serve ocasionalmente para um ou outro objetivo específico. A retórica é atividade humana

11 “ τούτο γάρ πρὸς τὰ ἄλλα ζῶα τοῖς ἀνθρώποις ἴδιον, τὸ μόνον ἀγαθοῦ καὶ κακοῦ καὶ δικαίου καὶ ἀδίκου καὶ τῶν ἄλλων αἰσθησὶν ἔχειν: ἢ δὲ τούτων κοινωνία ποιεῖ οἰκίαν καὶ πόλιν.” *Pol.* I, 1253a, na edição de W. D. Ross.

universal e essencial, imprescindível para que possamos realizar a nossa própria humanidade – a qual só se realiza em comunidades.

Pois comunidades só se realizam em resultado a estes esforços retóricos pelos quais nós vamos sempre negociando, instituindo e reinstituindo as nossas visões sobre o futuro e sobre o passado.

## Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Vincenzo Cocco e notas de Joaquim Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. Tradução. de António C. Caeiro. Lisboa: Quetzal Editores, 2004a.

ARISTÓTELES. **Segundos Analíticos** – livro I. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004b. (Coleção Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução n.7).

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARISTOTLE. ed. W. D. Ross, **Aristotle's Política**. Oxford, Clarendon Press. 1957.

COELHO, Nuno M. M. S. **Sensatez como modelo e desafio do pensamento jurídico em Aristóteles**. São Paulo: Rideel, 2012.

COELHO, Nuno M. M. S.; HUPPES-CLUYSENAER, Liesbeth (org.). **Aristotle and the philosophy of law: theory, practice and justice**. Heidelberg: Springer, 2013.

# ***Logos, um percurso:*** **Virtude e Vício no Discurso**

**Ana Lúcia Magalhães**

*“Caminhando não encontrarás os limites da alma, mesmo se percorreres todas as estradas, pois é muito profundo o logos que ela possui” (Heráclito de Éfeso, fragmento 45)*

## **Introdução**

**E**ste capítulo pretende buscar uma compreensão do *logos* conforme Aristóteles, Perelman e Tyteca, Meyer e outros e verificar o uso da razão como elemento constituinte e fundamental do discurso retórico quando tematiza a justiça.

As perguntas que colocamos são: de que forma *logos* se manifesta no discurso? O orador sempre se pretende virtuoso mesmo que não o seja? Seu discurso pode se manifestar como vicioso ou virtuoso? A que estaria associada a justiça? Procuraremos mostrar a presença do *logos* em excertos de discursos do Movimento Batistas por Princípios e do Presidente Bolsonaro.

Iniciemos por uma questão ampla e necessária: Como o termo *logos* foi entendido no percurso do tempo?

O vocábulo possui lugar de destaque na Filosofia principalmente entre os pré-socráticos<sup>1</sup>, profundos pensadores que se dedicaram à missão de descobrir a origem do vir-a-ser. Nesse contexto, Heráclito é, de acordo com estudiosos, o primeiro pensador

---

<sup>1</sup> Parmênides, Anaximandro, Anaxágoras, Empédocles, Heráclito.



que se debruçou sobre o *logos*: o sentido originário do *logos* revelaria a essência do dizer e do escutar, o sentido de tudo o que existe, a Razão, a relação da Verdade do Ser. Por isso, o poder do *logos* pode ser ligado à essência, ao sentido, à verdade. Heráclito é, então, base histórica para entendimento de uma parte da tríade aristotélica e já nos faz pensar sobre o que seja o *logos*.

Geralmente os sofistas<sup>2</sup> são associados a “rivais” dos filósofos, pois estariam preocupados apenas em persuadir, em convencer e vencer uma discussão, postura que podemos considerar histórica e falaciosa. Esses mestres da retórica e oratória não eram desonestos manipuladores da linguagem e de opiniões, mas, sim, estudiosos interessados em abastecer seus discípulos de técnicas capazes de defender seus interesses. Nesse sentido, preocupavam-se com a constituição do discurso e não com o valor virtuoso que podiam carregar. Contrapõe-se a essa imagem negativa aquela que valoriza a contribuição intelectual dos sofistas com o pensamento linguístico sujeito a tomadas de posição, que entende a existência como linguisticamente articulada e coloca a linguagem com função efetiva nas experiências do homem.

Górgias, por exemplo, em Elogio a Helena, apresenta quatro justificativas que a isentariam da culpa por ter saído de Troia e evidencia aquela segundo a qual Helena teria sido convencida pelo discurso, o “grande soberano” do qual não haveria como se defender do poder atribuído ao *logos*:

Mas se aquele que a persuadiu, que construiu uma ilusão em sua alma, foi o discurso, também não será difícil defendê-la contra esta acusação, e destruir a inculpação da seguinte forma: o discurso é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir alegria, aumentar a piedade. [...] Aquele que persuade, na medida em que constringe, comete então uma injustiça, mas quanto à persuadida, na medida em que foi constringida pelo discurso, é sem razão que dela se ouvem imprecensões [...]³.

2 “Os sofistas representavam um grupo de filósofos eruditos que viviam ensinando em troca de elevadas taxas de dinheiro. Seus aprendizes eram jovens da alta classe. Os sofistas eram professores que ensinavam retórica, oratória, ciência, música, filosofia e técnicas de discurso. Além de Górgias merecem destaque na escala sofista os filósofos Protágoras e Hípias. De acordo com Platão, Sócrates e Aristóteles, os sofistas eram mercenários e falsos filósofos. Eles utilizavam da retórica e persuasão com o intuito de atrair os interessados no conhecimento”. Górgias de Leontini - Toda Matéria, In: [www.todamateria.com.br](http://www.todamateria.com.br) – (acesso 16/09/2021)

3 GÓRGIAS, Elogio de Helena (2005, p. 296-297)

Percebe-se, no texto de Górgias, além de uma exposição lógica em que não há uma evidência, a afirmação de *logos* como discurso e foi esse último que teria convencido Helena. Além da colocação do *logos* como discurso, é preciso esforço e raciocínio consistente, razoável, possível e aqui o associamos à Lógica. Percebemos no fragmento a possibilidade de associação entre discurso, vícios e virtudes. Helena, então, não estaria afastada da virtude, pois acreditou, e aceitou como verdade, a argumentação apresentada. Por outro lado, o orador a constrangeu pelo discurso e, dessa forma, “construiu uma ilusão”, o que, nesse caso, configuraria vício. Outros pensadores, mencionados a seguir, contribuíram com a compreensão do *logos*.

## 1. O *logos*, vícios e virtudes

Para um entendimento mais apurado sobre o *logos* e uma associação a vícios e virtudes, é conveniente nos valermos de alguns pensadores, assim, escolhemos Sócrates, Platão, Aristóteles, Perelman e Tyteca e Meyer.

### 1.1. Sócrates, Platão e Aristóteles

Platão, em Górgias, evoca Sócrates para colocar indiretamente o *logos* como uma das formas de conduzir o pensamento retórico e, assim, invoca a Lógica como elemento fundante do *logos*. No diálogo Crátilo, utiliza Sócrates para especificar a diferença entre a coisa e o seu nome e abre espaço para a possibilidade do falso no discurso<sup>4</sup>. Apesar de a discussão refletir sobre falso e verdadeiro, a intenção não é mostrar o certo e o errado, mas justamente relacionar palavra e coisa. Problematiza, assim, a relação entre esses dois termos ao afirmar que a filosofia grega se inicia com o conhecimento de que a palavra seja somente nome, pois não é o verdadeiro ser, ou melhor, ela o representa. Após explorar o assunto (no Crátilo), o filósofo mostra preocupação exatamente com a essência do dizer, da linguagem, ou seja, o conhecimento humano é possível e a linguagem tem propriedades que permitem enunciar, ao mesmo tempo, o verdadeiro e o falso.

Em Fédon, Platão retoma a busca pela “verdade das coisas” a partir do *logos* entendido como parte do discurso. A reflexão de Platão sobre aspectos do *logos* é essencial para que se identifique a possibilidade de um falso no discurso, que permite ao filósofo oferecer aos seus discípulos a impressão de ser onisciente sem o ser na realidade.<sup>5</sup> Tal

4 PLATÃO, 2001, 430a

5 Ibidem, 1979, p. 233c

sensação de onisciência associada às propriedades da linguagem conforme mostradas no parágrafo anterior se configuram em aspectos do poder do discurso que será mostrado na análise do *corpus*.

Interessam-nos neste texto as ponderações sobre a verdade e a falsidade a partir do que Platão chama de *logos* verdadeiro e *logos* falso e aquelas reflexões que faz sobre o vício e virtude:

Visto moverem-se as coisas, tudo o que anda mal é vício. Quando, porém, é na alma que se processa esse movimento viciado, então com maior acerto é dado ao conjunto o nome de vício”. Tudo aquilo que seja consoante (*synphonein*) ao *logos* eu o considero como sendo verdadeiro (*alethé*) e aquilo que não lhe é consoante, eu o rejeito como erro (*ouk alethé*)<sup>6</sup>.

Platão, na República, ao falar sobre a educação que deveria ser aplicada às crianças, na voz de Sócrates e seus ouvintes-falantes, opõe *logos* a *léxis*, o primeiro indica o conteúdo do que se diz e o segundo, a forma como se fala. Sócrates reforça que o *logos* é composto de *logos* propriamente dito e de *léxis* (forma de dizer), ou seja, essa última se insere na discussão como um dos elementos do *logos*. Assim, de acordo com Platão, o *logos* se refere ao que “se deve dizer” às crianças, enquanto a *lexis*, “como se deve dizer”<sup>7</sup>.

Aristóteles, por sua vez, é um estudioso das virtudes, mas não examina o *logos* nessa perspectiva platônica. Coloca-o, sim, entre os elementos de prova que constituem a tríade retórica (*ethos*, *pathos*, *logos*) e o associa basicamente à Lógica, ao raciocínio, ao discurso em si e sua potencialidade argumentativa.

Enquanto Platão parece querer demonstrar a superioridade do *logos* associado ao raciocínio, Aristóteles acentua o caráter argumentativo.

Três são as questões relativas ao discurso, que precisam de ser versadas a fundo: a primeira, donde se tirarão as provas; a segunda, o estilo que se deve empregar; a terceira, a maneira de dispor as diferentes partes do discurso. Demoramo-nos em explicar as provas, suas diferentes espécies, e fixamos o número; indicamos a natureza das mesmas e a razão pela qual elas se limitavam a três. É que, em todos os casos, a convicção dos juízes resulta ora do estado em que conseguimos

6 Ibidem, 1979, p. 100a

7 PLATÃO, República 392c

colocá-los, ora das disposições que eles conferem aos que falam, ora, finalmente, da demonstração que lhes foi apresenta.<sup>8</sup>

Uma outra tradução dessa mesma passagem diz:

Portanto, são três os aspectos que devem ser tratados a respeito do *lógos* [retórico]: o primeiro, de onde virão os argumentos; o segundo, a respeito da *léxis*; o terceiro, como se devem ordenar as partes do *lógos*. A respeito dos argumentos já falamos [...] Resta falar sobre a *léxis*, pois não basta ter o que se deve dizer, mas é necessário também dizer como se deve, e importa muito o *lógos* aparecer de uma certa forma<sup>9</sup>.

Se fizermos um comparativo, fica bastante claro que Aristóteles considera o *logos* como discurso, assim de forma generalizada, porém, mais adiante, ele o associa à capacidade de convencimento, à lógica argumentativa como aparece em:

Procuramos, pois, conforme a ordem natural, o que vinha em primeiro lugar, isto é, o que há de convincente nas próprias coisas. Em segundo lugar, vem o estilo que permite ordená-las, e em terceiro lugar uma questão da mais alta importância e que ninguém ainda tratou: o que respeita à ação oratória. [...] Em matéria de discurso, a justiça deveria consistir em procurar apenas não afligir nem alegrar o ouvinte; pois, em boa justiça, deveríamos combater o adversário só à base dos fatos; pelo que tudo o que vai além da demonstração é supérfluo. Contudo todos estes acessórios revestem grande poder, como dissemos, em razão da imperfeição dos ouvintes.<sup>10</sup>

O filósofo deixa clara a importância do *logos* visto como argumento. Embora cite estilo e oratória, não dispensa os fatos, as evidências como provas demonstrativas necessárias ao discurso, que reforçam o *ethos* e o *pathos*, partes importantes da tríade retórica que não são o foco deste capítulo.

A citação de Aristóteles associa justiça ao *logos* e muitas são as pesquisas sobre vícios e virtudes na obra do estagirita. Afinal, foi ele quem procurou estabelecer regras, bem definiu a ética e compilou questões relacionadas ao assunto. Enquanto na concepção

---

8 ARISTÓTELES, s/d, p. 173

9 ARISTÓTELES, apud BRANDÃO, 2012, p. 10

10 ARISTÓTELES, s/d, p. 173 - grifos nossos

essencial da ética de Sócrates basta saber o que é a bondade para ser bom, enquanto Platão sonha com uma sociedade ideal na qual não praticar o bem era impossível, Aristóteles propõe o que, de certa forma, pode ser compreendido como um caminho contrário. Para ele a Lei deve ser capaz de compreender as limitações do ser humano, aproveitar-se das suas paixões e instintos e produzir instituições que promovam o bem e reprimam o mal.

Assim, se para Platão a Lei deve moldar o real, para Aristóteles o real deve moldar a Lei, única forma de seu cumprimento ser possível a todos. Ainda hoje essa discussão perdura: há aqueles que acreditam que a lei deve ser criada por uma elite esclarecida, e há os que preconizam que a lei deve surgir a partir do desejo dos governados, o povo. A exposição desses conceitos na Ética de Aristóteles parece estar diretamente dirigida contra a utopia platônica que, na visão de Aristóteles, está condenada ao fracasso porque não respeita os impulsos do homem, seus apetites e paixões. Enquanto Platão lança elementos que permitem reabilitar o valor dos bens humanos que, mutáveis e instáveis, não deixam de ser componentes indispensáveis de uma vida boa, Aristóteles, na Ética a Nicômaco, considerada manual para a felicidade, estabelece sua primeira “definição”: “O bem do homem vem a ser uma atividade da alma em conformidade com a virtude, e se as virtudes são várias, devemos acrescentar que tal atividade deve estender-se por toda a vida”<sup>11</sup>. Aristóteles afirma nesse mesmo livro que a virtude está em trilhar o caminho do meio. A essência da virtude seria, então, a moderação entre os extremos de cada paixão, a regra de ouro de caminhar entre a indulgência absoluta e a privação total<sup>12</sup>. O comentário sobre a ética se deve ao fato de o filósofo deixar claro que não dispensa o *logos*, os fatos, a demonstração, embora a justiça precise da *lexis* devido justamente “à imperfeição dos ouvintes”, ou seja, é preciso, também, saber dizer.

Para seguir o justo meio, os homens devem procurar a excelência, ou seja, aprimorar as virtudes morais e intelectuais como forma para atingir o fim último, causador de toda a busca e investigação. Entre um excesso e uma deficiência, que são vícios, os homens devem procurar o “justo meio”, a virtude, o que precisa certo esforço de julgamento para a correta escolha entre excesso e ausência. Assim entre a temeridade e a covardia, a coragem; entre a libertinagem e a insensibilidade, a temperança; entre o esbanjamento e a avareza, a prodigalidade; entre a vulgaridade e a vileza, a magnanimidade; entre a vaidade e a modéstia, o respeito próprio; entre a ambição e a moleza, a prudência; entre a grosseria e a indiferença, a gentileza; entre o orgulho e a própria menos valia, a veracidade; entre a zombaria e a rusticidade, a agudeza de espírito; entre a condescendência

11 ARISTÓTELES, 1098: 16-18

12 Ibidem, 1098, p. 102

e o enfado, a amizade; entre a inveja e a malevolência, a justa indignação: “não é demais nem muito pouco”<sup>13</sup>. Para melhor entender, estabelecemos um quadro com esses valores:

**Quadro1:** Valores

Vício da Deficiência	Meio da Virtude	Vício do Excesso
Covardia	Coragem	Imprudência
Insensibilidade	Temperança	Libertinagem
Avareza	Generosidade	Esbanjamento
Vulgaridade	Elegância	Ostentação
Pobreza de espírito	Espírito elevado	Empáfia
Conformismo	Desejo de evoluir	Ambição excessiva
Ausência de personalidade	Firmeza	Arrogância
Maus modos	Civilidade amistosa	Bajulação
Depreciação irônica	Sinceridade	Franqueza excessiva
Falta de graça	Bom humor	Deboche
Falta de Vergonha	Modéstia	Ostentação
Cinismo	Indignação justa	Maledicência

**Fonte:** MAGALHÃES, a partir de Aristóteles

Há outros valores a serem tratados, mas acredita-se que esses sejam suficientes para ilustrar que a virtude, segundo o filósofo, está no meio. Em seus tratados, Aristóteles propõe uma concepção pluralista e fornece ao conceito de bem uma estrutura analógica, sem, contudo, perder de vista a hierarquia dos bens estabelecida de acordo com as exigências da natureza racional da *práxis* (prática). Percebe-se a presença do *logos* nos

13 Ibidem, 1098: p. 41

valores, pois é necessário, para seguir o caminho do meio, um raciocínio entre as três instâncias, para se manter o equilíbrio.

No Livro II de *Ética a Nicômaco*, o filósofo expressa o intuito, o propósito, o objeto e o sujeito do estudo dos valores:

Estou falando da excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e, de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e, em ambos os casos, isto não é bom: mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto é característico da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações.<sup>14</sup>

O texto de Aristóteles explica de maneira inequívoca que os indivíduos podem sentir emoções, mas deixar-se dominar por qualquer delas caracterizaria vício.

Por virtude, Aristóteles compreende uma prática. A virtude não seria natural. Não haveria aprendizado suficientemente eficaz para garantir a ação virtuosa. A virtude, contudo, seria a forma mais plena da excelência moral e essa, revelada pela prática da virtude, seria, antes de tudo, uma disposição de caráter. O exercício da virtude exige conhecimento, ponderação, discernimento, cálculo, julgamento e deliberação. As escolhas e deliberações não são simples nem fáceis:

[...] às vezes, é difícil decidir o que devemos escolher e a que custo, e o que devemos suportar em troca de certo resultado, e ainda é mais difícil firmar-nos na escolha, pois em muitos dilemas deste gênero o mal esperado é penoso...<sup>15</sup>.

Se a ação humana, no plano dos valores, tem origem na escolha e ela tem por fonte um raciocínio dirigido a um fim, seria possível ao homem “a percepção da verdade e a impressão da falsidade” para tanto, está implícito o *logos*<sup>16</sup>. Ao comentar sobre o discernimento, Aristóteles vale-se das características pessoais do saber escolher. Tais pessoas são, de modo geral, capazes de deliberar corretamente sobre o que é bom e conveniente

14 ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, p.42

15 *Ibidem*, p.501

16 *Ibidem*, p.114

para si e para os outros em um sentido mais amplo. Haveria, para Aristóteles, uma faculdade capaz de corrigir possíveis desvios: a equidade.

## 1.2. Perelman

Perelman e Tyteca questionam o papel da igualdade na justiça por ele proposta, a exemplo de Aristóteles, não como um “apelo à generosidade ou ao bom coração dos indivíduos, à parte nobre de sua alma, para levá-lo, de modo direito ou dissimulado, a conceber um ideal”<sup>17</sup>. O autor não pretende convencer de que existe uma única concepção de justiça que possa ser considerada boa, ideal; não quer “elevar, nem moralizar, nem indicar os valores que dão à vida todo o seu valor” (idem). Enfatiza que definir uma noção preexistente com alguma carga emotiva e prestígio a ela vinculado é prender-se a valores. A palavra *justiça* já chega aos leitores com certo conhecimento preconcebido e com carga emotiva que a faz se aproximar do que é justo – termo ligado a valores positivos como bem, correção – e afasta-a de pensamentos desprezíveis e negativos.

Perelman e Tyteca concluem que o objeto da filosofia seria “o estudo sistemático das noções confusas”<sup>18</sup> (op. cit.: 2002, p. 6). Evidentemente o autor se refere às noções que simbolizam valores não numéricos, mas ligados aos sentidos. Segundo o conceito de noções claras e confusas, o autor se dispõe a estudar o logicismo e verificar a possibilidade de sustentação da teoria que herda de Dupréel; afinal, são vários os tipos concretos de situação em que a aplicação das noções confusas é indispensável para promover uma diversidade de objetivos. Há casos, por exemplo, em que é necessário utilizar noções confusas para proporcionar ambiguidade; em outros, somos levados a tentar explicar, por meio de noção confusa, em determinado contexto, o que acaba por transformar-se em novo uso, podendo aumentar a confusão dessa noção examinada fora do contexto em que foi utilizada.

17 PERELMAN e TYTECA, 1999: p. 3

18 No período em que se empenhou nos estudos de Lógica, entre 1930 e 1939, Perelman interessou-se pela criação de uma “lógica dos juízos de valor”, ou seja, uma Lógica que pudesse fornecer critérios objetivos e universais para a aferição de valores [axiológicos], em vez de relegá-los ao arbítrio de cada um. Enquanto seguia este caminho, desprezava a posição daqueles que ao limitar o papel da Lógica, do método científico e da razão à solução de problemas de fundo meramente teórico, abandonam a solução dos problemas humanos à emoção, aos interesses e à violência. Acreditava que seguindo a ótica do logicismo, caso fosse possível sempre demonstrar a veracidade de alguns fatos e de proposições lógicas e matemáticas, poderia ser possível fazê-lo também com um juízo de valor, mesmo que possa ser controvertido. Se é possível provar racionalmente que  $2+2=4$ , não se pode demonstrar que uma determinada atitude é mais justa do que outra? Uma resposta negativa implicaria no dissentimento em relação à possibilidade de uma solução racional para todos os problemas que envolvam um juízo de valor, motivo pelo qual Perelman se lançou à procura de uma racionalidade ética, de uma lógica específica para os valores [axiológicos].



Os raciocínios complexos e, por vezes, tortuosos também fazem parte do *logos*. Pensamos em dois sentidos: 1) por definição são constitutivos do discurso e 2) necessitam de esforço até que se chegue a determinada conclusão. Lembremos que Perelman e Tyteca comentam sobre raciocínios de associação e classificam os argumentos com fundamento lógico ou matemático em três: 1) os de ligação os quase lógicos (contradição e incompatibilidade, analiticidade, reciprocidade, transitividade, inclusão da parte no todo, divisão do todo em partes, comparação, sacrifício e probabilidade), 2) os que se baseiam na estrutura do real (reciprocidade, pragmático, fins e meios, desperdício, direção, superação, pessoa e seus atos, interação entre ato e pessoa, autoridade, ligações de coexistência, ligação simbólica, hierarquia dupla, diferenças de grau e de ordem) e 3) os que fundamentam a estrutura do real (exemplo, ilustração e modelo-antimodelo, analogia, metáfora)<sup>19</sup>. Pode-se dizer que essa classificação tem como base o *logos*, ou a necessidade de raciocínios.

Os autores manifestam ainda que a literatura moral e religiosa reconhece como justo o homem honesto e benfazejo. Os clássicos expressariam sua ideia fundamental do que seja objeto da ciência moral o ensino do que é justo fazer em contrapartida ao que seja justo renunciar. Essa distinção seria alcançada por meio da razão, que saberia compreender a diferença entre bem e mal. Dessa forma, a ética seria, ao mesmo tempo, virtude e moral.

O filósofo cita alguns exemplos de sentidos possíveis da noção de justiça e, embora não faça parte do escopo deste capítulo um aprofundamento, é possível perceber sua aplicação ao *corpus*. Na verdade, tais sentidos podem ser considerados fórmulas de justiça concreta. Segundo Perelman e Tyteca<sup>20</sup>, são eles: 1) *a cada qual a mesma coisa*; 2) *a cada qual segundo seus méritos*; 3) *a cada qual segundo suas obras*; 4) *a cada qual segundo suas necessidades*; 5) *a cada qual segundo sua posição*; 6) *a cada qual segundo o que a lei lhe atribui*. Em moral, a pessoa é livre para escolher a fórmula de aplicar a lei, mas no trabalho, as leis podem ser impostas até mesmo para fazer valer a igualdade. Cada uma dessas fórmulas demanda *logos*.

### 1.3. Meyer

Acreditamos que um entendimento do *logos* em Meyer seja importante, pois o autor chega à argumentação como concepção problematológica a partir do que considera *logos* e trata a questão sob quatro aspectos.

19 PERELMAN e TYTECA, 1996.

20 PERELMAN e TYTECA, 1999: p. 20-29

Primeiro o vê como linguagem da razão, porém não razão científica – para ele, a razão é o que se apreende em toda a sua extensão: não a um ou outro aspecto particular, não só o aspecto cientificista das coisas<sup>21</sup>. A questão da linguagem, para além de toda individualização, deve poder fornecer resposta, pois é a linguagem que está em questão. Meyer interroga a linguagem e chega a alguns pontos - que não se pode afirmar sejam conclusões: as próprias questões sobre a linguagem são atos de linguagem (realidade linguageira de base) e essas colocam o questionador no *logos*, ou seja, *logos* = questão. Assim, a partir da questão do *logos*, é possível constatar-se que a linguagem permite interrogar<sup>22</sup>. Essa afirmação vai além de interrogar: já é responder. Existem aí, então, três instâncias: afirmação, interrogação e resposta. Dessa forma, a linguagem serve para interrogar, responder e afirmar. Complementa, dizendo que o *logos* abarca tanto o implícito (linguagem de problemas em que se misturam inconsciente e história) quanto o explícito.

Em segundo lugar, Meyer aprofunda o que seja “a explicitação dos problemas ao aparecer do mundo”<sup>23</sup> e recupera as questões de *implícito e explícito*. Afirma que o *explícito* é realmente uma resposta. Retoma a diferença entre a ciência pura, para a qual só interessa o observável, portanto aquilo que prescinde de explicações, e o falar, mais especificamente a linguagem: “a questão do *logos* é o *logos* como questão e, por *logos*, deve-se entender, não a língua, nem mesmo a palavra, mas a linguagem”<sup>24</sup>. Opõe o explícito “feche a porta” aos implícitos “está bastante frio na sala” ou “poderia fechar a porta?” e estabelece também os conceitos de apocrítico e problematológico ao afirmar que uma resposta, por ser resposta, é epicrítica e problematológica.

Em terceiro lugar, o autor, a partir da interrogação que suscita o discurso e do discurso originado a partir da interrogação, estabelece o percurso da dialética e da retórica como implicação da *figura do outro*. Reacende a discussão sobre o dualismo apocrítico e problematológico nas respostas: apocrítico quando a resposta satisfaz, ou melhor, encerra-se; e problematológico quando suscita novas perguntas e não se encerra. Em outras palavras, se é preciso pergunta e resposta, é possível, em linhas gerais, afirmar que toda a retórica repousa sobre a figura do outro e aí é possível pensar no conceito de auditório.

Em quarto lugar, Meyer comenta sobre a existência de “um potencial questionador explícito: leitor também, sem dúvida, mas só muito raramente pode interrogar o autor diretamente”. A figura do *auditório* suscita a questão do sentido e, ao mesmo tempo,

21 MEYER, 2009: 183

22 MEYER, 2009: 187

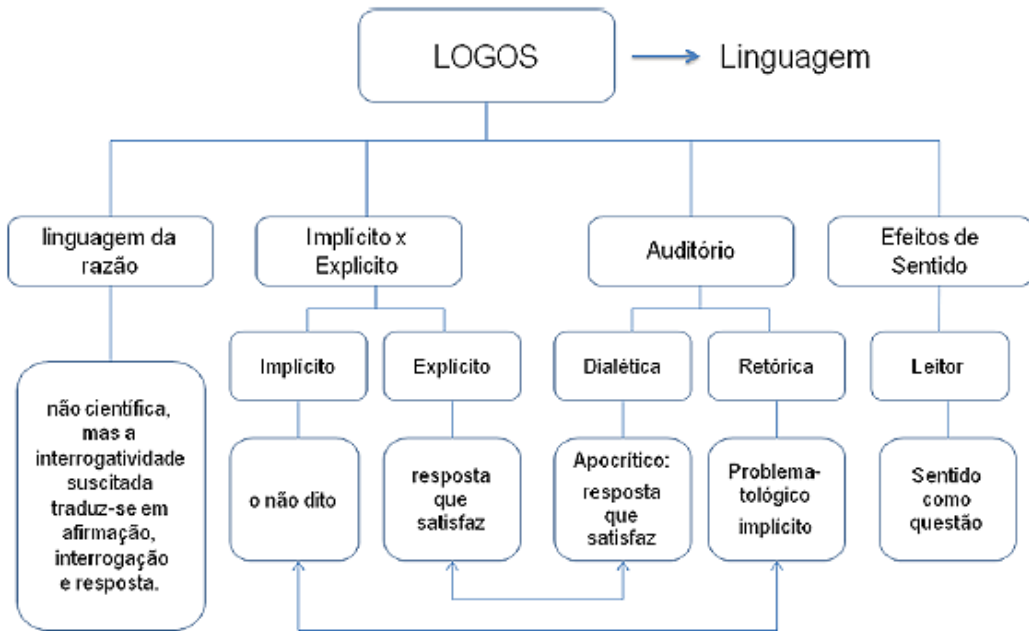
23 Op. Cit., 190

24 op. cit., p. 190

estabelece o sentido como questão. Em outras palavras, a compreensão ou processo hermenêutico depende dos sentidos que, em última instância, são implícitos.

Em síntese, Meyer traça o percurso argumentativo do *logos* a partir do estabelecimento da razão, que vai além de simples cientificismo; passa pelos conceitos de implícito e explícito; considera a existência do outro na figura do auditório; e leva em conta os efeitos de sentido. O *logos* assim estudado, não está apenas ligado ao demonstrável, certamente é mais complexo. A figura 1 apresenta o esquema:

**Figura 1:** Esquema do *Logos* conforme Meyer



**Fonte:** MAGALHÃES, 2010

Para Meyer, “Falar é levantar uma questão [...] é evocá-la, mesmo que seja a título e sob a forma de resolução”<sup>25</sup>, assim, tudo que é dito pode ser contradito: “[...] negação e

25 MEYER, 2009, p. 205.

interrogação mantém um certo tipo de pressuposto, enquanto que outras implicações não resistem a esse duplo texto.”<sup>26</sup>.

“A relação entre implícito e explícito define a argumentatividade da linguagem”<sup>27</sup> e, na alternância da palavra (orador/auditório), pergunta e resposta adquirem uma inferência dialética altamente argumentativa. A argumentatividade está, então, no cerne da problematologia da linguagem. A retórica, assim, é vista como a integração de implícitos, subentendidos e pressupostos, uma vez que a linguagem é a representação factual e, por isso mesmo, perpassada pelo crivo pessoal. O *logos*, conforme visto, não é espelho da realidade, porém representação dela, assim, parte da argumentação.

Então, se há argumentatividade no aspecto dialógico e essa argumentatividade existe porque carregada de implícitos, subentendidos e pressupostos, ou seja, impregnada de problematologia, é possível entender a importância da significação, ou seja, dos significados e sentidos que são conferidos aos enunciados.

## 2. Logos, uma aplicação ao discurso

Nesta seção pretendemos mostrar a presença do *logos* em um *corpus* composto por excertos do discurso do Movimento Batistas por Princípios, grupo evangélico brasileiro, proferido em 5 de setembro de 2021 em oposição a falas do Presidente Bolsonaro. Embora não tenhamos a pretensão de explicitar o que seja poder, que tem sido exercido largamente por meio do discurso e apresenta complexidade semelhante a essa explanação do *logos*, é possível que nos deparemos com o poder conforme Maquiavel, em O Príncipe<sup>28</sup>, que deu origem ao termo “maquiavélico”. Caso nos deparemos com tais atos no discurso analisado, estaremos escudados, embora não tratemos especificamente desses termos.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde

26 Ibidem, p. 208

27 Ibidem, p. 211

28 Maquiavel, Nicolau. O Príncipe. Tradução de Maurício Santana Dias, São Paulo, Companhia das Letras, 2010. Maquiavel defendia que o poder, na sua essência, tem a ver com força, fraude, crueldade e violência estratégica e a tendência generalizada a partir de sua obra foi a de pensá-lo como o que envolve atos de força coerciva, ligado, portanto, aos grandes ditadores, a manobras em campos de batalha, a homens de negócios que se pautam em decisões escusas.

então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça (sic), entre nós.<sup>29</sup>

O excerto mostra a construção de um *logos* elaborado a partir de suposto conhecimento “sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil” e da demonstração de atitudes, fatos e providências “Começamos a nos preparar, planejamento estratégico, preparo do SUS”, porém dividido entre a necessidade de cuidado com a população, indispensável a dirigentes, e um equilíbrio nas atitudes a fim de evitar excesso “É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça (sic), entre nós”. Aristóteles já afirmava que o excesso promove um distanciamento da virtude, porém vemos que o filósofo estagirita se referia a determinados valores (Quadro 1), não à preservação da vida humana. No texto do presidente, a imprensa é parabenizada por buscar calma e tranquilidade. Lembramos ainda de Meyer, quando comenta sobre a linguagem da razão, determinada a responder questões. O presidente tem uma questão a ser resolvida: enfrentamento da pandemia com tranquilidade.

E continua: “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado.” O presidente associa um fato “o vírus chegou” a uma suposição “brevemente passará” e, dessa forma, faz passar um raciocínio lógico implícito, conforme Meyer, comentado acima, como se as duas afirmações tivessem a mesma veracidade. Reportamo-nos ao pensador, que reforça: tudo o que é dito pode ser contradito<sup>30</sup>. Em caso de acontecimentos inesperados e graves, é compreensível não haver certeza para seu término. Em ocorrências dessa natureza, previsões podem se tornar complexas e acontece com certa frequência – de forma deliberada ou não – no plano discursivo, o vício da imprudência. Neste caso o assunto requer ponderação, pois se trata da vida de milhões de indivíduos. Como se sabe, estamos há um ano e meio daquele discurso sem que a pandemia esteja próxima do fim. A partir da construção do argumento baseado na estrutura do real – vínculo causal como relação de um fato com sua consequência<sup>31</sup>,

29 UOL, 24/03/2020, In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm?cmpid=copiaecola> (acesso em 21/05/2021)

30 MEYER, 2009, p. 205

31 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 308.

é reforçada a necessidade de retorno à normalidade, por preocupação com a economia que, no seu entender, tem uma exigência maior e poderia causar verdadeiro estrago ao país. Aconselha:

Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão<sup>32</sup>

Recomenda a apreensão com os mais velhos, pessoas mais vulneráveis de acordo com as notícias iniciais, e novamente deixa implícito um argumento quase-lógico por comparação, de força física, imunidade. Fica implícito e é de se esperar que todos que forem iguais a ele, não precisem se preocupar. Essa fala do presidente tangencia o vício do excesso conforme Aristóteles, que pode ser vista como arrogância e imprudência, afinal trata-se de uma afirmação com suposta intenção de passar a verdade. Há muitas variáveis entre uma contaminação e as reações em cada pessoa. Talvez seja uma temeridade lançar-se ao discurso assim, como se não precisasse se preocupar, pois nada sentiria. Assim como em Fedro, a busca pela verdade das coisas a partir do *logos* é entendida como parte do discurso e, em Górgias, o discurso pretende isentar Helena, o presidente apresenta suposições como se fossem verdades. Talvez se possa lembrar do vício platônico interno, que se processa na alma: fala-se o que vem ao pensamento, sem muito filtro.

A covid-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida. Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver, o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade. Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 Governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País. Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social

---

32 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa-e-diz-que-meios-de-comunicacao-espalharam-pavor.ghtml> (acesso em 20/06/2021)

ao país. [...] Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil. Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes da covid. A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para a produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxicloroquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia.<sup>33</sup>

O texto, pronunciado em 22 de setembro de 2020, vai de encontro ao primeiro, no qual afirmava que o contratempo passaria em breve. Não apenas não passou rápido como se tornou evidente e um dos grandes problemas da nação. Se elogiou a imprensa no primeiro texto, efetuou crítica neste segundo, porém o *logos* se sustenta: o elogio se devia ao equilíbrio da posição e a crítica se deve à mudança de posição (da imprensa) que, segundo o orador, “politizou o vírus”, “disseminou o pânico entre a população” e “quase trouxeram o caos social”. O argumento se sustenta. Reconhece que existe uma lição aprendida neste momento complexo: o país precisa investir na produção de insumos e meios essenciais à sobrevivência.

O raciocínio do presidente Bolsonaro com relação à pandemia, ao distanciamento social e vacinação foi inicialmente o de deixar que determinado número de pessoas contraísse a doença, assim a população ficaria imune sem necessidade de parar ou diminuir a atividade econômica. Uma parte viria a falecer, como acontecera em situação semelhante<sup>34</sup>, mas o problema econômico seria resolvido rapidamente sem grandes perdas financeiras.

Aqui se apresenta o vício da falta, conforme Aristóteles: a *insensibilidade* e a *imprudência* diante das mortes de pessoas inocentes, e a *arrogância*, por se considerar detentor da verdade, com base no raciocínio a partir de situações semelhantes. Trata-se de argumento com base no real que segue uma lógica, é o *logos* colocado a serviço de um projeto político. Embora possa não haver erro no raciocínio, existem falhas importantes nas premissas. O raciocínio inclui a morte de pessoas inocentes, ignora particularidades

---

33 Al País, 22 set 2020.

34 Interessante notar que do mesmo modo súbito como chegou, a pandemia de Gripe Espanhola terminou e durou pouco mais de um ano. Desse evento catastrófico, algumas lições podem ser tomadas para a presente pandemia de Covid-19, em que pese as inconciliáveis diferenças. A pandemia de 1918 expôs todas as nossas limitações sanitárias e tecnológicas e mostrou a necessidade de se buscarem soluções conjuntas e plurais para o enfrentamento de crises globais. Um dos pilares de sua propagação, em 1918, foi a grande desigualdade econômica e social que sempre gerou pobreza e exclusão, tornando, historicamente, pouco acessíveis aos indivíduos das camadas menos favorecidas da população os recursos de bem-estar disponíveis. (<http://www.rbac.org.br/artigos/memoria-medica-gripe-espanhola-de-1918/> (acesso em 22/06/2021))

relevantes da doença e desconsidera dramas individuais e familiares. Despreza outras complexidades como a capacidade do sistema hospitalar.

O texto a seguir foi pronunciado em outro momento e se refere a possíveis rupturas políticas.

Quando um presidente de um STF desmonetiza páginas de apoiadores do governo, ele abre brecha para que presidentes de tribunais regionais eleitorais façam a mesma coisa pra defender o seu respectivo governador. Isso não é democracia. A liberdade de expressão tem que valer para todos. [...] Temos um presidente que não deseja e nem provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso.<sup>35</sup>

Em uma democracia o poder precisa ser compartilhado. Uma vez que parece não ter havido partilha ou discussão, utiliza o *logos* para apresentar um projeto autoritário. Como reforço ao discurso autoritário, existe a fala do presidente que incita a população a comparecer às ruas no dia 7 de setembro em manifestação a seu favor. Existe o entendimento de que haja o desejo pelo fechamento do Congresso Nacional e Tribunal Superior Eleitoral, comentados em discurso posterior por um grupo de evangélicos batistas.

É esperado de um discurso democrático que o *logos* demonstre consistência com os valores apresentados por Aristóteles, ou seja, o equilíbrio entre os extremos. O presidente extrapola e mostra o vício do excesso e da falta em alguns momentos. Apresenta excesso (Quadro 2) nos itens: *imprudência* diante do número imprevisível de mortes; *ostentação* de poder ao pretender mobilizar a população para um projeto pessoal e se aproxima do que diz Maquiavel; *ambição* que se liga à possível intenção de se tornar autocrata e *arrogância*, ao ignorar opiniões e posturas diferentes. Como vício da falta (Quadro 2), a *vulgaridade* na maneira como se expressa em relação aos que dele discordam; a *insensibilidade* diante das possíveis consequências negativas com o fechamento do Congresso e STF; *maus modos* sempre que se refere aos adversários.

Em oposição a uma possível convocação para apoio a ocorrer em 7 de setembro de 2021, líderes evangélicos do Movimento Batistas por Princípios (MBP) emitiram nota oficial da qual retiramos algumas considerações:

35 *Correio Braziliense*, 5/9/2021, <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)



Defendemos e propagamos a liberdade de expressão e opinião, garantidas pela Constituição Brasileira, na convicção de que nenhum cidadão do nosso país está acima das normas constitucionais;

Denunciamos, com perplexidade, o evidente caráter contraditório da manifestação, uma vez que — em nome da defesa da liberdade — faz a apologia inconstitucional do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal; [...]

Expomos nossa desconfiança em relação a um movimento que pretende dar salvo-conduto a um presidente que, juntamente com seus filhos, ainda deve explicações a sérios e graves indícios de corrupção e uso indevido de verbas de gabinete constituídas por dinheiro público — indícios que estão sendo investigados e, por si, revelam situações que parecem desmontar discursos hipócritas contra a corrupção;<sup>36</sup>

O *logos* está evidenciado no início do texto, que cita a Constituição Brasileira como referência, ou seja, apela a um argumento de autoridade<sup>37</sup>, que se trata de argumento baseado na estrutura do real, para as atitudes em defesa da democracia e conseqüente preocupação com o auditório representado pelo povo, conforme atesta Meyer. Lembramos também do conceito platônico de *logos*, que o aproxima do raciocínio lógico (garantia do funcionamento das instituições) e também ao aristotélico, pois se trata de argumento (“convicção”). O MBP mostra, por meio do argumento quase-lógico da contradição e incompatibilidade<sup>38</sup>, que o discurso do presidente evidencia a contradição existente na proposta de fechamento dos órgãos máximos garantidores da liberdade “em nome da liberdade”.

O terceiro parágrafo da nota oficial, também com suporte na construção de argumento quase lógico da incompatibilidade, mostra contradição essencial entre o discurso anticorrupção e a existência de “sérios e graves indícios de corrupção e uso indevido de verbas”.

*[...] Afirmamos com ênfase que a convocação para tal manifestação pública, embora exiba como fachada a defesa da liberdade e da democracia, na verdade se*

36 Correio Braziliense, 5/9/2021, <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)

37 PERELMAN e TYTECA, 1999

38 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 221.

*revela como astuta tentativa do atual governo de provocar rupturas institucionais e criar ambiente favorável a instalação de um governo autoritário e personalista.*<sup>39</sup>

O parágrafo anterior apresenta, mais uma vez, a existência do discurso autoritário do presidente que, em raciocínio contraditório, incita às rupturas institucionais em nome da liberdade que tais instituições garantem. A desconstrução do *logos* no discurso (do presidente) se apresenta no texto do MBP quando desvincula a interação entre o ato e a pessoa do presidente<sup>40</sup>, dessa forma, se expõe inconsistência no discurso de incitação ao desmanche institucional. Além do mais, afirma que existe astuta tentativa de provocar rupturas.

## Comentários finais

Como vimos, além de lugar de destaque na filosofia antiga, o *logos* teve seu apogeu na Grécia Clássica, ocupou o centro da filosofia helenística, destacou-se na teologia cristã (encontro do cristianismo primitivo e educação grega), evidenciou-se na Idade Média, devido à influência de Platão e Aristóteles, mais tarde foi substituído pela Razão Científica e continua a ocupar espaço privilegiado na contemporaneidade. É bastante comum, por exemplo, que jornalistas políticos se pautem pelo *logos* em suas análises e o discurso jurídico recorra ao *logos* como base de argumentação.

Acreditamos que nosso capítulo respondeu às questões que propusemos no início, assim, a manifestação do *logos* foi evidenciada teoricamente por meio do que explicitam Platão, Aristóteles, Perelman e Meyer e na prática, por meio da aplicação a excertos de dois discursos escolhidos.

A questão sobre a existência de uma pretensão de o orador ser virtuoso mesmo que não o seja apresenta duas conclusões: por um lado há o desejo de parecer bom e com preocupações nobres, nesse sentido diríamos que pode haver intenção de ser virtuoso. Por outro lado, a resposta é negativa, se considerarmos que a virtude aristotélica se encontra entre dois extremos. Apontamos, no discurso do presidente, diversas colocações radicais. Quanto ao dos evangélicos do MBP, embora pareçam buscar provas pelo *logos*, também mostram uma opção pelo extremo: “afirmamos com ênfase, exiba defesa da liberdade como fachada, astuta tentativa de provocar rupturas inconstitucionais”. Não se pode dizer que tais termos estejam ligados à mediania aristotélica, característica da virtude.

39 *Correio Braziliense*, 5/9/2021, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947817-religiosos-evangelicos-desconvocam-igrejas-batistas-para-atos-do-7-de-setembro.html> (acesso em 5/9/2021)

40 PERELMAN e TYTECA, 1999, p. 308:

A análise mostrou que os discursos parecem mais ligados a vícios que a virtudes, embora afirmem ter foco na busca pelo bem dos indivíduos, pela lisura discursiva e pela manutenção dos valores. Para seguir o justo meio, seria preciso que os oradores procurassem aprimorar o meio virtuoso e não parece que tenham buscado tal caminho. A impressão que se tem é a da aparência de defesa de posições políticas.

Com relação à justiça, lembremos que Aristóteles defende: “em matéria de discurso, a justiça deveria consistir em procurar apenas não afligir nem alegrar o ouvinte, pois, em boa justiça, deveríamos combater o adversário só à base dos fatos”. O estagirita fala, nessa passagem, sobre a justiça como constituinte do *logos*. Se este é o argumento, aquela também faz parte da argumentação. Perelman, por sua vez, questiona o papel da igualdade na justiça e elabora uma associação aos valores positivos, ao mesmo tempo que a afasta de pensamentos desprezíveis e negativos. Assim, os discursos analisados, que talvez não pretendam especialmente ser justos, parecem mais conduzir o auditório para a resolução de questionamentos, conforme nos diz Meyer: a solução de possível crise econômica ou sua resolução, a resposta ao problema da pandemia, a melhor atuação do presidente. Lembremo-nos, mais uma vez, Perelman, para quem os sentidos da justiça são diversos e ela estaria ligada à moral.

O *logos* está muito presente em boa parte dos discursos, pois eles sustentam a necessidade de conclusões lógicas, ligadas às noções claras, embora coexistam com as noções confusas, próprias, em boa parte, da argumentação.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. São Paulo: Ediouro Publicações, s/d.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad: Mário Gama Kury. 4ªed. Brasília: UNB, 2001.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. Universidade Federal de Minas Gerais, s/d, [http://www.letras.ufmg.br/jlinsbrandao/JLB\\_Logos\\_Lexis\\_Retor\\_Arist.pdf](http://www.letras.ufmg.br/jlinsbrandao/JLB_Logos_Lexis_Retor_Arist.pdf), (acesso em 20/05/2021)
- GÓRGIAS. Elogio a Helena, 8. In: CASSIN, Barbara. **O efeito sofisticado**: sofística, filosofia, retórica, literatura. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005. p. 296-297.
- HEIDEGGER, Martin. *Logos* (Heráclito, Fragmento 50). Trad. Ernildo Stein. In: **Os Pré-socráticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. p. 117-29. (Os Pensadores).
- MAGALHÃES, Ana Lúcia, **Retórica no Discurso Organizacional: constituição do ethos da organização a partir de notas oficiais sobre acidentes**, São Paulo: PUC-SP, 2010.
- MEYER, M. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- \_\_\_\_\_, **Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- \_\_\_\_\_, **A Problematologia**, Tradução Sandra Fitas, Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1001.

PERELMAN, C.; TYTECA, L.O. **Tratado da Argumentação. A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Trad. Maria Lacerda de Moura. Edições de Ouro, Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica e Editora s/d.

PLATÃO. **A República**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução In: Carlos Alberto Nunes, Pará: Universidade Federal do Pará, 1973. p. 117-194. In: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/101> (acesso em 10/05/2021).

TORRES, Milton L. A Retórica Joanina do *Logos*, **Revista Caminhando**, v. 21, n. 2, p. 147-167, jul-dez. 2016.



# Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém: liberdade, *phronesis* e *logos* nos discursos aforísticos

Luiz Antonio Ferreira

## Introdução

No século I a.C., os habitantes da cidade de Corinto<sup>1</sup> tinham uma ideia muito particular de liberdade: entregavam-se abertamente à imoralidade e, nos cultos pagãos, praticavam rituais de prostituição entre sacerdotisas e adoradores. A Igreja católica tinha consciência de que faltava, na cultura dos coríntios, um ideal racional de felicidade e de liberdade, pois os cidadãos, imersos em ideias e convicções pagãs, não percebiam que, para o cristão convertido, a nobreza do ato moral consistiria em, pelo uso da inteligência, discernir o mal do Bem. Era preciso, de algum modo, mover a vontade para instigar a prática de atos moralmente considerados, pois a escolha do Bem é produto voluntário e, como apregoariam séculos depois os adeptos do pensamento escolástico-tomista<sup>2</sup>, puramente racional. A tarefa não era fácil, porque, como afirma Pestana<sup>3</sup>, Corinto possuía vícios contumazes como o mundanismo na avaliação da sabedoria, imoralidade, ascetismo, libertinismo, materialismo, soberba, problemático ambiente social pagão com tensões inerentes ligadas ao poder e direito entre os sexos, além de um possível gnosticismo<sup>4</sup> emergente.

---

1 Corinto é a antiga polis romana, localizada a aproximadamente 48 km de Atenas, foi importante centro comercial da antiguidade que, no século I d.C., durante 18 meses, representou ponto importante no trabalho missionário de Paulo apóstolo.

2 O tomismo é a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274), caracterizada pela tentativa de integrar o pensamento aristotélico e neoplatônico aos textos bíblicos e divulgar uma filosofia do Ser, inspirada na fé e na teologia científica.

3 Pestana, 2014.

4 O gnosticismo (do grego Γνωστικισμός; romaniz.: gnostikismós; de Γνωσις, gnosis: 'gnose', e gnostikos: 'conhecedor, sábio') é um conjunto de correntes filosófico-religiosas sincréticas, surgidas durante os séculos I e II d.C., oriundas da região do mediterrâneo. O gnosticismo se mesclou ao cristianismo primitivo e foi condenado como heresia após um período de prestígio entre os intelectuais cristãos. Alicerçado em interpretações de relatos bíblicos e apócrifos pelo viés filosófico médio-platônico e de cultos de mistérios greco-romanos e orientais, os gnósticos se opunham à simplicidade da fé cristã, consideravam-se pensadores profundos e tentavam explicar os mistérios da criação e o problema do mal pela redução do homem a três tipos distintos: os instruídos, ou espirituais (eles mesmos); os cristãos comuns (em quem se equilibram matéria e espírito) e os pagãos, ou materiais (em que o espírito é subjugado pela matéria).

Como, porém, alcançar a racionalidade quando um determinado valor de liberdade se integra fortemente à cultura e afasta o homem do exercício da conscientização de si e do outro? Cria-se (como cremos até hoje) que a experiência de uns mostraria a importância da racionalidade para outros. A experiência requerida encontrava-se em Paulo de Tarso (5-67), um ex-pagão, que, quando convertido ao cristianismo, fundara uma igreja na cidade e ouvira, sem dúvida, argumentos como este, contido no versículo 13 de sua primeira carta aos cidadãos da cidade: *Os alimentos são para o estômago e o estômago para os alimentos*<sup>5</sup>. Os coríntios valiam-se de um aforismo para justificar a ideia de prática sexual libidinosa como natural e possível de ser equiparada ao apetite. Paulo, em resposta a esse argumento, respondera: “Mas Deus destruirá ambos” para explicar como entendia a finalidade do corpo e sua visão cristã acerca do prazer: honrar a Deus e tomar o corpo como templo do Espírito Santo.

Como se vê, um aforismo aparentemente inocente exigiu do pregador um esforço de racionalização e de experiência para dissuadir os novos cristãos de que a libertinagem não é sinônimo de liberdade. Trezentos anos antes de Cristo, Aristóteles já se valia do termo *phronesis* para simbolizar a mais elevada virtude da parte calculativa da alma racional: a razão prática. Aos cristãos de Corinto faltava, na visão cristã, “discernimento”, termo entendido em *Ética a Nicômaco*<sup>6</sup> como uma qualidade racional que leva à verdade no tocante às ações relacionadas aos bens humanos. Há, então, na *phronesis*, dois elementos que se interpenetram na busca de uma verdade: o momento cognitivo e o momento prático de encaminhar uma decisão. Assim, a virtude moral e a experiência de vida fundamentam o agir humano e os conhecimentos particulares. Como envolve o pensar e o agir, como envolve a razão, a *phronesis* é constituinte do *logos*, um dos caminhos humanos para organizar o próprio humano quando há objetivos que precisam ser racionalmente demonstrados e que, amparados pela articulação discursiva, mostram a lógica que sustenta os argumentos.

Neste texto, iremos discutir os aforismos como recursos para a criação de evidências em atos retóricos. Inicialmente, refletiremos sobre uma questão fundamental para o entendimento da eficácia retórica: quais são os “poderes” do aforismo no ato retórico? Na segunda parte do texto, nos empenharemos na busca de resposta para uma outra questão mais específica: qual o poder do aforismo para a consolidação do ato retórico moralmente considerado? Essa questão envolve o discurso virtuoso ou viciante de ora-

5 1 Coríntios 6,13. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/1co/6/13-20>. Acesso em: 28 setembro 2021.

6 A *Ética a Nicômaco* é a principal obra de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) sobre Ética, escrita para expor sua concepção teleológica e eudaimonista de racionalidade prática, sua visão da virtude como mediania e suas considerações sobre o papel do hábito e da prudência.

dores que, em nome de uma verdade constituída solidamente pelo discurso instituinte, a revelam com força de axioma que faz florescer uma hermenêutica muito singular sobre o ser ou o estar no mundo. Para muitos, os aforismos, por sua potencialidade retórica, revelam-se previamente como verdades. Mostraremos que são apenas verossímeis e, por isso, persuasivos.

## **Poderes dos aforismos no ato retórico**

Os estudos de Pestana<sup>7</sup> deixam claro que os coríntios apoiavam seus discursos com aforismos, provérbios, máximas e lemas sedimentados na sabedoria popular para afirmar, negar ou legitimar comportamentos ou doutrinas. Nesse sentido, valiam-se, no ato retórico, de argumentos prontos, de uma espécie de “slogans” altamente disseminados na cultura para convencer ou persuadir seu auditório. Paulo, por sua vez, certamente sabedor do poder do uso retórico dos provérbios<sup>8</sup> e aforismos no processo de persuasão e de justificação de posturas, utilizava o mesmo recurso para refutar o que considerava anticristão. Os aforismos são máximas ou proposições que, em poucas palavras, explicitam regras ou princípios de alcance moral. Têm um grande poder persuasivo, pois expressam um fenômeno do mundo com coerência, concisão e clareza. Trazem em si o poder de advertir para solidificar um fundamento filosófico de teor prático e, diferentemente dos provérbios, possuem autoria.

Para os propósitos deste texto consideraremos que provérbio e aforismo se distinguem pelo fato de o primeiro ser de origem popular e o segundo ser criado no quadro da reflexão filosófica. O sentido etimológico<sup>9</sup> de aforismo é apropriado para se refletir sobre persuasão e convencimento, já que deriva do verbo *aphrorizo* (ἀφορίζω), que significava eu defino, eu determino. Por isso, e por extensão semântica, pode ser entendido como *o que marca limites, o que define, ordena*. É, em síntese, um dito sentencioso<sup>10</sup> que, ao longo da história da retórica, mereceu atenção de expressivas figuras como Aristóteles, Quintiliano e até do autor anônimo de *Ética a Herênio*, obra por muito tempo atribuída a Cícero<sup>11</sup>.

---

7 Pestana, 2019.

8 Em relação aos provérbios (Oliveira, 1991 apud Xatara e Succi, 2008) nos alerta para a dificuldade de delimitar as diferenças de significado entre aforismo e termos como adágio, sentença, máxima, provérbio, refrão, axioma e apotegma, pois todos carregam o sentido pretendido em uma proposição ou frase breve, clara, evidente e de ensino profundo e útil. Nenhum autor antigo, nem moderno, todavia conseguiu expor clara e terminantemente as diferenças entre umas e outras.

9 Cunha, 1996.

10 Pestana, 2019

11 Aristóteles (*Arte Retórica* II.21 [1394a-1395<sup>a</sup>]), (Pseudo-)Cícero (*Retórica a Herênio* IV.24-25) e Quintiliano (*Instituição Oratória* VIII.5.1-35)



Por carregar em si a ideia de que traduz *uma verdade do outro que pode ser apropriada para mim*, o aforismo se ajusta em cada auditório por, no plano argumentativo, evocar o argumento pelo exemplo e, nesse sentido, comportar três elementos persuasivos imediatos: plausibilidade, verossimilhança e exequibilidade, aliados a uma boa carga de envolvimento racional e emocional. A plausibilidade é reforçada pelo argumento de autoridade, que atribui ao autor da máxima o poder de dizer porque, reconhecidamente, possui qualidades que o autorizam a dizer como diz e, numa perspectiva bem retórica, amparar-se em seu próprio *ethos*. Por ser precedido pela autoridade de um autor respeitado, o aforismo, então, estabelece com o auditório um alto grau de credibilidade e, por consequência, produz aceitação dos argumentos apresentados. O aforismo, também, por reforçar anseios universais, historicamente (*aphrorizein*) traduz um sentido apodítico-indicativo-prescritivo que assume características de definição e, nesse sentido, “determina” escolhas, indica caminhos e evoca a concordância natural.

Essa ideia de determinar de que se reveste o aforismo é criada pela verossimilhança, pela aparente aproximação de uma “verdade” e pode ser justificada também historicamente: Hipócrates (460-370 a.C.), considerado o pai da Medicina, escreveu, para os gregos antigos, um livro chamado Aforismo (αφορισμός), uma coleção de orientações para doenças e medicamentos. O livro de Hipócrates funcionou como um manual de aconselhamento para a formação e prática médica ao tomar por base uma máxima importante para os profissionais da saúde: *ars longa, vita brevis* (“A vida é curta, a arte é longa”)<sup>12</sup>. A exequibilidade é consequência natural pelo efeito que provoca no auditório: *se ele diz como diz e pratica o que diz, também posso fazer*. Enfim, como potência argumentativa e persuasiva, o aforismo expressa, concisamente, a experiência humana, orienta a criação de uma filosofia do existir e rememora o lugar do ser no mundo. Para Neto<sup>13</sup>, embora possamos considerar o aforismo como uma crítica pretensiosa da sociedade, é possível entendê-lo como “um testemunho particular do tempo”.

Por ter a abrangência significativa e a propriedade de tradução, em poucas palavras, do que somos, o aforismo aproxima o orador do auditório e pode assumir um valor axiológico, próximo das “verdades” inquestionáveis, que são utilizadas como princípios nas construções de uma teoria ou como base para encetar reforço de um ato de argumentação. Faz sentido: “axios”, na história etimológica, comporta o sentido de digno, válido. Por isso, em muitos contextos, axioma é sinônimo de postulado, lei, princípio. Como o axioma e o aforismo não precisam ser, em princípio, provados, funcionam, em retórica, como uma proposição inicial centrada no consenso e, muitas vezes, aceita

---

12 Elias Neto, 2017.

13 Ibid.

como natural e necessária. A retórica conhece bem o efeito do aparentemente natural e crível sobre um auditório: sabe que a forma do aforismo evoca o poético em nós, projeta o arrebatamento, exerce fascínio e ajuda a tecer a felicidade e a compreensão do que somos de modo mais didático e operante. Um aforismo atribuído a Pascal representa bem essa característica por realçar o poético e metafórico para demonstrar a importância da paixão no viver humano: *Uma gota de amor é mais que um oceano de intelecto*<sup>14</sup>, ou como Montaigne ao meditar sobre a importância do dizer humano: *A palavra é metade de quem a pronuncia e metade de quem a ouve*<sup>15</sup>. Ao funcionar, por exemplo, como um argumento de reciprocidade<sup>16</sup>, funda-se na natureza das coisas e demonstra, simetricamente, as aptidões humanas fundamentais para o certo e o errado, para o justo e o injusto, para o direito e o avesso.

Ainda que o aforismo possua uma direção persuasiva que ilustra o viver, o orador, como em qualquer ato retórico, precisa levar em conta que, como ocorreu com Paulo de Tarso, nem todos os auditórios são dóceis e que o acordo pretendido depende das disposições do ouvinte, aquele que aceita ou não as premissas do raciocínio e os juízos que sustentarão o desenvolvimento do tema posto em ação. O orador, por sua vez, precisa demonstrar competência de elaborar seu discurso em função de um princípio básico de que a verdade e a evidência não falam por si próprias, requerem uma força retórica estritamente ligada à qualidade atribuída à audiência, uma vez que, nesse percurso de conseguir comunhão das ideias, envolvem-se características de subjetividade, de poderes da argumentação, de recursos retóricos de convencimento e persuasão e, sobretudo, de qualidade ou quantidade de interesse capaz de suscitar a tomada de decisão de um auditório. Sob essa perspectiva, as premissas da argumentação, quando criadas a partir das hierarquias e crenças de um auditório, precisam ser pautadas numa “lógica de julgamento de valores”, no bom senso na boa escolha dos lugares comuns (qualidade, quantidade, essência, existente, da pessoa e da justa medida, por exemplo) possam tocar, no instante do ato retórico, mais diretamente o auditório.

Nesse contexto, os lugares retóricos adequados são fundamentais para obtenção do êxito discursivo<sup>17</sup>. De modo geral, os aforismos exploram o lugar da qualidade, aquele que é preferível, que despreza o que é banal e valoriza o raro, o único o que dignifica o comportamento humano por meio de uma hierarquia de valores e, como implica esco-

---

14 Blaise Pascal, 2005.

15 Vaz, 2018.

16 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 251.

17 Ferreira, 2019.

lhas, poderia ser resumido no pensamento de Aristóteles: “O mais difícil é preferível ao que o é menos, pois apreciamos mais a posse das coisas que não são fáceis de adquirir”<sup>18</sup>.

Perelman e Tyteca<sup>19</sup> destacam um aforismo de Quintiliano que demonstra, de modo sucinto e com uma figura de presença, proposições que se confirmam mutuamente pela exploração do lugar da qualidade: *O que é honroso aprender, também é honroso ensinar*. Machado de Assis, ao argumentar pelo sacrifício, estabelece proposições que se distanciam para levar a uma conclusão que suscita efeitos patéticos no auditório por meio da exploração do lugar da justa medida (que não deixa de ser, num sentido amplo, o lugar da qualidade): “Não precisa correr tanto; o que tiver de ser seu às mãos lhe há de ir”<sup>20</sup>. Para demonstrar o poder de generalização de certos aforismos, os autores mostram que o argumento de reciprocidade pode ser expresso no discurso por meio de evocação dos contrários, como se valeu Montaigne para acentuar uma lição sobre a importância da ação cotidiana pela utilização dos lugares da ordem e da qualidade: “É igual loucura lastimar que não estaremos vivos daqui a cem anos e lastimar que não estávamos vivos cem anos atrás”<sup>21</sup>.

Os lugares comuns da retórica sustentam as muitas formas argumentativas dos eufemismos. É comum, por exemplo, a presença da analogia, termo de origem grega que significa “proporção” e estabelece relação de semelhança entre duas ou mais entidades distintas. Montaigne, em aforismo aparentemente irônico, ao refletir sobre a virtude da coragem, com especial atenção ao problema da morte heroica, ressalta o sacrifício e estabelece analogia entre a vida e a morte: “Abandonar a vida por um sonho é valorizá-la com justiça pelo que ela é”<sup>22</sup>. Reticamente, os recursos tornam-se ainda mais persuasivos quando se os elementos que se aproximam forem verossímeis e relevantes, se a quantidade dos elementos semelhantes for expressiva e se as diferenças não forem acentuadas.

De modo sutil, mas eficaz, muitos aforismos são construídos por meio de argumentos quase lógicos<sup>23</sup> e exploram, dentre outros modos de afirmar, a comparação, a definição, a reciprocidade, a transitividade, a inclusão da parte no todo ou a divisão do todo em suas partes para estabelecer relações persuasivas. Para indicar o humano e o homem em

18 Aristóteles, *Órganon*, Tópicos, liv. II, apud Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996.

19 *Ibid.*, p. 251.

20 Assis, 1997.

21 Vaz, 2018.

22 Segundo Vaz (2018) “Uma ironia que se dirige ou à vida de quem o faz, porque eventualmente ela não vale muito, ou sobre o sonho, pensamento fútil que leva alguém a tamanho extremo.”

23 “Os argumentos quase lógicos são aqueles que lembram a estrutura de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias. Operam com raciocínios preferíveis: possíveis, plausíveis, prováveis.” Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996.

suas ações terrenas, Terêncio (185 a.C. - 159 a.C.), dramaturgo e poeta romano, valeu-se de um aforismo para dividir o todo em partes exequíveis: *Sou um homem: e nada do que é humano eu considero alheio à minha natureza. (Homo sum: humaninil a me alienum puto. - Terêncio, Heauton timorumenos 77)*<sup>24</sup>. O aforista discute um dos conceitos de *Humanitas*, termo que deriva de *humanus*, que, por seu turno, se relaciona com *homo* ('homem') e *húmus* ('terra'). Desse modo, o aforismo, em toda a sua extensão, engloba a noção de 'ser terreno', e, assim, exprime o conjunto de comportamentos implicados no admirável comportamento humano. A ideia é, como afirmam Perelman e Tyteca<sup>25</sup>, apresentar uma argumentação fundamentada no esquema: "o que vale para o todo, vale para a parte" ou o contrário. Os autores exemplificam esse tipo de recurso retórico com um pensamento de Locke (1632-1704): "Nada do que não é permitido pela lei a toda a Igreja, pode, por algum direito eclesiástico, tornar-se legal para algum de seus membros"<sup>26</sup>.

Por se apoiar na experiência reconhecida do orador, o aforismo destaca, dentre suas múltiplas formas de sedimentar argumentos, o discurso dos virtuosos e competentes. Nesse sentido, pode incluir-se também, em vários momentos do ato oratório, entre os argumentos baseados na estrutura do real<sup>27</sup>, pois, inicialmente, importa ao orador mais explicar do que implicar. Por basear-se na realidade, o aforismo explicita as ligações existentes entre os diversos elementos de uma dada realidade, apoiado em um saber e na capacidade oratória de demonstrar que os elementos do real estão associados entre si, que possuem ligação. Quando assim composto, funda uma relação de sucessão ou de coexistência ao propor possibilidades de ampliar a percepção do auditório para estratégias pragmáticas de causa e efeito, fato e consequência, associação do caráter de uma pessoa a seus atos e as possibilidades de superação. Vieira, por exemplo, no Sermão do Mandato, pregado na Capela Real em 1645, discute, por meio da implicação, o conceito de amor fino: "*Amor non quaerit causam nec fructum: amo quia ama, amo ut amem*: O amor fino é aquele que não busca causa nem fruto: ama porque ama, e ama por amar"<sup>28</sup>. Vieira reforça a ideia de que se alguém ama sem uma causa e sem uma finalidade, então, possui um verdadeiro amor. Essa é uma implicação que estabelece relação entre as premissas (a, então, a).

---

24 Medeiros, 1992.

25 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 262.

26 Ibid.

27 "Os argumentos baseados na estrutura do real baseiam-se em relações que nosso sistema de significação considera existentes no mundo objetivo: implicação e concessão, causalidade, sucessão, coexistência e hierarquização." Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996.

28 Vieira, 1998.

Esse caráter pragmático-prescritivo do aforismo como argumento tem, porém, suas fraquezas quando exalta apenas os benefícios de uma opção existencial sem necessariamente realçar o preço implicado nessa escolha. Um aforismo de Santo Agostinho serve de exemplo para mostrar uma verdade que implicaria grande esforço de transformação: “Crê para compreender, compreende para crer”<sup>29</sup>. Agostinho, assim como Paulo de Tarso, convertera-se ao cristianismo, e por experiência pessoal acreditava que a forma perfeita de todas as coisas existe apenas na mente de Deus. Por isso, as almas<sup>30</sup> aprendem cada vez mais à medida que Dele se aproximam. O objetivo de Agostinho era conhecer a alma e refletir sobre sua própria interioridade e o fenômeno da fé (a percepção de ter sido tocado de alguma forma por Deus) que, além de mudar a forma de pensar, muda também a forma de viver: Deus se faz conhecer no interior da alma e o homem, pela inteligência, deve buscar o conhecimento de Deus. Assim, a fé incentiva a inteligência e, por ela, a própria fé se fortifica.

No aforismo, há um espaço de razoabilidade que precisa ser detidamente analisado na *inventio* e proclamado na *actio* e essa ponderação inicial configura a própria retórica como uma reflexão teórica sobre a busca da melhor solução, no contexto em que se dá, para problemas existentes por meio do diálogo, do esforço oratório para demonstrar o razoável, o possível e o atingível quando uma questão se impõe vigorosamente e precisa ser discutida. O aforismo, em qualquer de suas formas e intenções, coloca o homem diante de uma questão de valor<sup>31</sup>: aquela que o leva a refletir sobre o que é bom, desejável, útil e o que é ético e moral. As questões de política se infiltram também nos escaninhos significativos do aforismo, pois, conclamam à ação no futuro, à reflexão sobre o que se deve ou não fazer e, assim, envolvem o gênero deliberativo de Aristóteles: adequar os meios para se chegar a um propósito consensual.

Enfim, o objetivo do aforismo, se visto como argumento, é o *docere*, mas, por sua força retórica, imprime igualmente o *movere* e o *delectare* no âmago do auditório. Por isso, tem poder retórico impactante, uma vez que articula no ato discursivo a Literatura e a Filosofia para realçar a percepção da vida, da sociedade e de tudo que seja objeto de pensamento. O aforismo, assim como os provérbios de origem popular, marca-se pela expressividade e, por esse recurso, realça a mensagem ao discorrer sobre princípios morais que, por sua natureza, podem cristalizar formas, regras de viver que se propagam, consciente ou inconscientemente pelos atos retóricos e, como afirma Aristóteles, evo-

29 Marconatto, 2008.

30 Segundo Aristóteles, “Almas” possuem duas partes: uma, vegetativa e sensível, é comum a todos os seres; outra, racional, dianoética, intelectual. A cada parte corresponde uma virtude particular.

31 Campbell, *et al.*, 2015.

cam os dois tipos de raciocínio humano: os necessários e os preferíveis. Nos aforismos, o auditório é levado a escolher o provável, o possível, o plausível, não necessariamente lógico e, por isso, preferível que, por sua vez, pertence amplamente ao âmbito da retórica.

## Aforismo e o ato retórico moralmente constituído

Pascal<sup>32</sup> afirma: “Esforçar-se em pensar bem, eis aqui o princípio da moral”. O filósofo realça o aspecto racional que sustenta a moralidade humana, mas é também Pascal quem adverte: “O último esforço da razão é reconhecer que existe uma infinidade de coisas que a ultrapassam”. Se assim é, existe em nós um vibrar emocional que mistura paixões, faculdades e hábitos num complexo processo de formação para ser o que somos ou queremos ser. São as tonalidades do sentir e do pensar que nos irmanam e nos diferenciam tanto na racionalidade quanto na emotividade e, portanto, no modo de agir no mundo. É também o agir o voluntário que nos encaminha para a grande finalidade de nossa vida: alcançar a felicidade (*eudaimonia*)<sup>33</sup>. Para conquistá-la, precisamos viver racionalmente e, de acordo com Aristóteles, viver racionalmente é praticar a virtude (*aretê*) que, por força da reta norma da sabedoria prática (*orthòslógos* - reta razão) nos fará repudiar os extremos e alcançar o meio termo, a *mesotês*, conceito da filosofia antiga que descreve a posição de uma virtude entre dois vícios opostos, o “excesso” e a “deficiência”: a justa medida, que pode ser entendida como sensatez, moderação, prudência. No templo de Apolo em Delfos, dois aforismos confirmam a necessidade de reflexão sobre o agir, o falar humano e sobre a sensatez: “*Gnóthiseautón*”, *Conheça a si mesmo* e “*Medènágan*”, *Nada em excesso*. Por extensão, o ato retórico que busca a justa medida (regra suprema da ação moral) difunde a coragem, a temperança, a magnanimidade, a amabilidade e a justiça. O aforismo faz deliberar e envolve o desejo e a razão, evoca a *práxis* como princípio de escolha entre o desejo e o cálculo para atingir um determinado fim de natureza moral.

Os aforismos do templo de Apolo recomendam, desse modo, a prática da *phronesis*. Para Aristóteles, a *phronesis* é uma virtude cujo traço mais relevante, mas não exclusivo, é a avaliação correta das circunstâncias singulares das quais depende a efetiva realização de cada ação virtuosa<sup>34</sup>. A *phronesis* nos leva a deliberar sobre cada ação e por ela formulam os propósitos ainda gerais e a percepção dos extremos. É a *phronesis* que nos permite calcular os meios necessários para alcançar um fim considerado bom<sup>35</sup>. Por pertencer

32 Disponível em: <http://www.sergiobiagigregorio.com.br/filosofia/pascal-blaise.htm>. Acesso em: 20 setembro 2021.

33 Aristóteles, 2004.

34 Ibid. (cf 1142 a 23-30; 1143 a 32-33)

35 Silveira, 2000.

à parte racional do homem que tem por objeto as realidades que podem ser diferentes, é também prática e leva em conta que o verdadeiro bem do homem não é o individual, mas o coletivo. Não é, portanto, egoísta: exige maturidade e conhecimento dos fenômenos particulares e universais para associar um momento cognitivo e um prático, ligados à razão humana e à virtude moral. Para Aristóteles, nada era bom ou mau em sentido absoluto, mas dependia da quantidade. Por exemplo, ter pouca coragem pode acarretar o desenvolvimento de uma personalidade covarde. Ter muita coragem, porém, leva à imprudência. Ao praticar a moderação, encontramos coragem para fazer coisas que valem a pena e bom senso para evitar nos expor a riscos desnecessários: *A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras*. Um aforismo atribuído ao Dalai Lama exemplifica bem a forçada moderação em ação retórica: *Desenvolver força, coragem e paz interior demanda tempo. Não espere resultados rápidos e imediatos, sob o pretexto de que decidiu mudar. Cada ação que você executa permite que essa decisão se torne efetiva dentro de seu coração*<sup>36</sup>. Victor Hugo também nos oferece um aforismo que encoraja a *mesotês* e a *phronesis*: *Tenha coragem para as grandes adversidades da vida e paciência para as pequenas e, quando tiver cumprido laboriosamente sua tarefa diária, vá dormir em paz. Deus está acordado*<sup>37</sup>. Ressalte-se que o agir humano é faculdade da alma, que, por sua vez, é dotada de *logos*. A virtude depende do julgamento por força da reta razão e não é inata, mas produto da prática, do hábito, da educação. Essa forma de ver o mundo justifica retoricamente a presença dos aforismos no discurso.

Se considerarmos o aforismo como um princípio persuasivo particular, não será difícil perceber que, como afirma Reboul, o ato retórico é sempre argumentativo e estilístico ao mesmo tempo: o orador imprime sua marca, se inscreve no enunciado e age sobre o auditório para tocar e fazer refletir. Um dos objetivos comuns do aforismo é amparar a virtuosidade, exortar o meio termo para promover ações que mostrem ao homem que ele é a causa da maneira como observa o mundo, delibera sobre ele e age com o controle possível de suas paixões e sentimentos para, enfim, conseguir, pelo saber, o seu quinhão de felicidade. No plano retórico, o *logos* desvenda o refletir como afirma Reboul e concordam também os modernos estudiosos da persuasão, em retórica razão e sentimentos são inseparáveis. Assim, como afirma Angioni<sup>38</sup>, o caráter efetivo e eficaz da *phronesis* não pode ser separado da compreensão dos fins moralmente bons e, por isso, não pode ocorrer separadamente da virtude do caráter. Nosso caráter, porém, é constituído por

36 Citação de Dalai Lama. Disponível em: [https://www.pensador.com/dalai\\_lama\\_perseveranca\\_coragem/](https://www.pensador.com/dalai_lama_perseveranca_coragem/). Acesso em: 20 setembro 2021.

37 Citação de Victor Hugo. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTEwNjM5Ng/>. Acesso em 20 setembro 2021.

38 Angioni, 2011.

força de fatores contextuais, subjetivos e ideológicos, que demonstram ou escondem em nós as virtudes e os defeitos. Agimos (*práxis*), possuímos paixões (*pathé*), formamos nossa historicidade, manifestamos nossa vocalidade (*ethé*), pensamos (*dianoia*) e traduzimo-nos para os auditórios e essas predicções do sujeito estão todas restritas ao campo da vontade. Mostramo-nos pelo agir e pelas escolhas que fazemos e, nesse sentido, o *ethos* determina o índice de qualidades expressas na ação de um sujeito. *Ethos*, então, nessa perspectiva, é manifestação de uma vontade, de uma personalidade. Se assim for, exige cálculo racional (*logismos*) e ponderação sobre o que é conveniente<sup>39</sup>. Nossas escolhas e nosso modo de agir, então, determinam nosso caráter. Existir, porém, é equilibrar-se sobre uma corda tensionada pela complexidade do provável, do inteligível, do preferível e pelas excentricidades contidas em ser, ter, querer, saber e poder que determinam nosso lugar social e o lugar da linguagem (e das retóricas) em nós. Como afirma Górgias (480 d.C.), “A linguagem exerce uma coação violenta sobre a alma, comparável à ação das drogas sobre o corpo”. O aforismo de Eco é bem sugestivo para exemplificar como a linguagem pode deslocar o homem e o colocar em estado de reflexão: *Não sei de nada. Não há nada que eu saiba. Porém certas coisas se sentem com o coração. Deixa falar o teu coração, interroga os rostos, não escutes as línguas...*<sup>40</sup>

O aforismo que abre este texto, *Tudo me é lícito, mas nem tudo convém*<sup>41</sup>, aparece num contexto em que o apóstolo Paulo corrige os cristãos de Corinto. Alguns deles estavam adotando um comportamento completamente reprovável para a visão cristã. Viviam pelos extremos e, se levarmos em conta as reflexões de Aristóteles, por certo, perseguiam a felicidade, mas não levavam em conta as mediedades, fatores proeminentes na definição de virtude do caráter<sup>42</sup> e delimitadas pela “razão correta” que caracteriza a *phronesis*<sup>43</sup>. Não demonstravam virtude (*aretê*), não procuravam o meio termo entre ações opostas, entre o excesso e a deficiência (*mesótês*), a justa medida e, por isso, não revelavam virtudes intelectuais ou éticas. O aforismo paulino esforçava-se para promover a conversão dos já convertidos e, pelo próprio aforismo, acentuar a verdade pretendida, para abalar as certezas estabelecidas e convidar seus fiéis a olhar o mundo sob ângulos inusitados. A tarefa não parecia fácil, pois, como afirma Eco, “Tu estás dizendo que entre

39 Aristóteles, 2005, I, 10, 1369 a-b

40 Eco, 2010.

41 1 Coríntios 6,12. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/acf/1co/6/13-20>. Acesso em: 28 setembro 2021.

42 Aristóteles, 2004.

43 Essa delimitação das mediedades parece envolver duas camadas: o uso do raciocínio deliberativo para a determinação de propósitos (*prohairesis*), e a avaliação dos fatores singulares envolvidos nas circunstâncias de cada ação. À luz disso, compreendemos melhor a definição da *phronesis* como “realizadora de ação” (*praktike*), bem como sua interdependência em relação à virtude do caráter.



desejar o bem e desejar o mal não há senão um passo, porque se trata sempre de dirigir a própria vontade. Isto é verdade. Mas a diferença está no objeto, e o objeto é reconhecível claramente. Aqui Deus, lá o diabo.”<sup>44</sup>

## Conclusão

Drummond nos dá um bom conceito sobre o tema que tematizamos neste texto: “O aforismo constitui uma das maiores pretensões da inteligência, a de reger a vida”. Como afirma Pascal, porém, “Entre nós e o inferno ou o céu não há senão o entremeio da vida, que é a coisa mais frágil do mundo”. Entre a potência e a fragilidade do existir, buscamos caminhos para consolidar com felicidade nosso processo de socialização. Em retórica, o aforismo é um argumento de autoridade e, como tal, traz em si uma boa dose de credibilidade, de verossimilhança suficientemente capaz de, no ato retórico, estabelecer acordos para oferecer ao homem comum o gosto de realizar, pelo discurso e depois dele, uma tendência fundamental do homem: o saber.

O aforismo não é necessariamente lógico, mas, sim, o exercício racional que analisa criticamente a cultura e tenta dirimir dúvidas existenciais por meio de discursos consistentes, com o objetivo de exortar a virtude, a disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e de paixões. Por ser como é, o aforismo conclama o homem a procurar a justa medida, a mediania, que é determinada por um princípio racional do próprio homem, dotado de sabedoria prática. Nesse sentido, para além do universo da *doxa*, o aforismo é o mundo falado pelo outro com coerência e concisão no discurso e, por isso, altamente retórico.

## Referências

ANGIONI, Lucas. **Phronesis e virtude do caráter em Aristóteles**: comentários a Ética a Nicômaco VI. Dissertatio, 34, 303–345, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8706>. Acesso em 28 de setembro 2021.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Introdução Goffredo Telles Júnior. Tradução Antônio Pinto de CARVALHO. Rio de Janeiro: Editora Ediouro - TecnoPrint, 1979.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2ª. ed. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

---

<sup>44</sup> Eco, 2010.

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. António C. Caeiro, Lisboa: Quetzal Editores, 2004.
- ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ática, 1997.
- CAMPBELL, Karlyn Kohrs; HUXMAN, Susan S; BURKHOLDER, Thomas R. **Atos de Retórica – Para Pensar, falar e escrever criticamente**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2a Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996
- ECO, Umberto. **O nome da Rosa**. 2ª ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- ELIAS NETO, Jorge. **Aforismo: uma pretensão da verdade?** Maio de 2017. Disponível em: [https://www.germinaliteratura.com.br/2017/literatura\\_mai17\\_jorgeeliasneto.htm](https://www.germinaliteratura.com.br/2017/literatura_mai17_jorgeeliasneto.htm). Acesso em: 28 setembro 2021.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **A Tópica de Perelman e Oldbrechts-Tyteca**. Diálogos Pertinentes, 179, vol. 15, n. 2, p. 157-174, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3600> Acesso em: 28 de setembro 2021.
- MARCONATTO, Arildo Luiz. **Agostinho de Hipona** (354 - 430). Só Filosofia. Disponível em [http://filosofia.com.br/historia\\_show.php?i](http://filosofia.com.br/historia_show.php?i). Acesso em: 28 de setembro 2021.
- MEDEIROS, Walter Souza. **Terêncio, o homem que se puniu a si mesmo**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/iec/wsmedeiros> Acesso em: 29 de setembro 2021.
- PASCAL, Blaise. **Pensamentos** – São Paulo: Martins Fontes, 1ª ED., 2005.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PESTANA, Álvaro César. **Identificação de provérbios e slogans na literatura paulina**. Via Teológica Vol. 15, N. 30, dez 2014, p. 08-31. Curitiba: Faculdades Batista do Paraná. 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/35842004/PESTANA\\_%C3%81lvaro\\_C%C3%A9sar\\_Identifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Prov%C3%A9rbios\\_e\\_Slogans\\_na\\_Literatura\\_Paulina\\_pdf](https://www.academia.edu/35842004/PESTANA_%C3%81lvaro_C%C3%A9sar_Identifica%C3%A7%C3%A3o_de_Prov%C3%A9rbios_e_Slogans_na_Literatura_Paulina_pdf). Acesso em: 28 de setembro 2021.
- PESTANA, Álvaro César. **Paremiologia, aforizações e 1Coríntios 6.12-20**. Anais Eletrônicos do V Simpósio Cristianismo e Interpretações. 30 e 31 out.2019. PIRES, M.N. “Aforismo”. In: Dicionário de termos literários. Disponível em: [www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/aforismo.htm](http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/aforismo.htm). Acesso em: 27 de junho 2009.
- PESTANA, Álvaro César. **Ditados Coríntios e Ditados Paulinos: um estudo da carta de Paulo aos Coríntios por meio da Análise Literária, Epistolar, Retórica e da Paremiologia**. 6ª Ed. Recife. Editor Álvaro César Pestana, 2019.
- PSEUDO CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Introdução, tradução e notas por Salvador Núñez. Madrid: Gredos. 1997.
- QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição Oratória**. Tomo I. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015a.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2ª. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVEIRA, Dênis. **As Virtudes em Aristóteles**. Revista de Ciências Humanas, vol.1, n.1, 2000. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/203> . Acesso em: 27 de setembro 2021.

VAZ, Lúcio. **Os limites dos autossacrifícios segundo Montaigne**. In Revista Kriterion 59 (141), dez. 2018, disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2018n14109lv>. Acesso em: 28 de setembro 2021.

VIEIRA, Padre Antonio. **Sermões**. Vol. VIII Erechim: EDELBRA, 1998.

XATARA, Cláudia Maria; SUCCI, Thais Marini. **Revisitando o conceito de provérbio**. Veredas online, atemática, Jan. 2008, p. 33-48. Disponível em: [www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf](http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf). Acesso em: 29 de setembro 2021.

# O Inferno, o Purgatório e o Paraíso na *Pedagogia do Oprimido*: a busca por uma educação libertadora

Aidil Navarro

Claudia R.S. Nascimento

*Nenhum poder na Terra é capaz de deter um povo oprimido, determinado a conquistar sua liberdade.*

*Nelson Mandela*

## Introdução

Este artigo tem como escopo uma reflexão a respeito dos vícios e das virtudes humanas, representação do mal e do bem, presentes nas obras *Pedagogia do Oprimido* (2014), de Paulo Freire, e *A Divina Comédia* (1989), de Dante Alighieri, na qual é possível estabelecer uma leitura comparativa ancorada na perspectiva retórica, principalmente, na construção argumentativa do discurso, o *logos*. O paralelo se dá mesmo com o distanciamento tempo/espaço das duas obras: Dante, século XIV, e Freire, século XX.

Para tanto, destaca-se como ponto de partida a dimensão e o poder da palavra persuasiva/convincente para obtenção não só da liberdade de expressão no âmbito de uma sociedade autoritária movida pelos ideais de uma elite do poder, mas também o desejo de transformação do homem e do meio social – um bem e uma paixão humana simultaneamente, tanto na obra de Freire como de Dante.

Os dois autores apresentam aspectos comuns, entre eles destacamos dois. Eles foram “menosprezados pelos seus concidadãos, respeitados pelos contemporâneos e exaltados pela posteridade”<sup>1</sup> Tanto Dante quanto Freire tinham pontos de vista díspares no tocante aos seus contemporâneos, e seus ideais de vida no âmbito da política, com o passar do tempo, deixaram de ser o mero pensar para se tornar objeto de reflexões profundas sobre o homem, a sociedade, o destino.

Nas duas obras, toda a problematização se dá por meio da palavra/discurso como ação racional fundadora da realidade. Os artifícios retóricos de que se compõem as obras explicitam a ação das três provas retóricas: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Todavia, quanto à estruturação deste estudo, apesar da importância das provas *ethos* e *pathos*, a ênfase se reporta ao *logos*<sup>2</sup>, a fim de demonstrar como a virtude e o vício são tratados nos discursos.

Este trabalho se desenvolve a partir dos estudos de Aristóteles em *Arte Retórica* (s.d), *Retórica das paixões* (2000) e *Ética a Nicômaco* (1991); Perelman e Olbrechts-Tyteca, em *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2000); Reboul, em *Introdução a retórica* (2004); e das contribuições de Ferreira, em *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica* (2010).

Tanto na tessitura de *A Divina Comédia* quanto na *Pedagogia do Oprimido* há uma preocupação quanto à questão da intencionalidade, de se separar o “joio do trigo”, isto é, o “bem do mal”, e toda essa busca se opera por meio do uso da palavra como ferramenta para a obtenção do objetivo desejado. Em Dante, os “cantos” buscam, a seu tempo, revelar um estado decaído do homem, que precisa ser lapidado no Inferno e no Purgatório, para se atingir o bem maior, a virtude maior, que é o Paraíso. Em Freire, como a temática centra-se em abordar o funcionamento da pedagogia da classe dominante opressora e autoritária, que usa a força como forma de impor-se (vício de atitude), a busca do bem, a virtude, compreende o domínio de caminhos para uma pedagogia eficiente. A dicotomia “bem & mal” leva o sujeito sempre a uma ação pela realização do bem, o que se expressa pelo *logos*, que é a palavra que constrói o discurso. “Toda arte e toda investigação, bem

1 Franco Jr, 2000, p. 11.

2 “A racionalidade é articulada no *logos*, termo que, durante séculos, significou palavra escrita ou falada, verbo, discurso. A partir dos estudos de Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.), filósofo pré-socrático, passou a ter o conceito de razão ou exercício da razão. Em sentido amplo, todo discurso se constrói em torno de um tema que é problematizado e gera questões. O *logos* é um espaço discursivo propício para a demonstração das estratégias persuasivas adotadas pelo orador para impressionar positivamente o auditório e demonstrar, de modo explícito ou não, pela linguagem, sua capacidade de enfatizar, ilustrar, confirmar, negar ou corroborar ideias. No *logos* imbricam-se, indissociavelmente, a força argumentativa do orador, os sentidos explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada para atingir, por força da criação da verossimilhança, o acordo com o auditório”. (FERREIRA, 2019, p. 12-13).

como toda ação e toda escolha, visam a um bem qualquer; e por isso foi dito, não sem razão, que o bem é aquilo a que as coisas tendem”<sup>3</sup>

Do ponto de vista metodológico o estudo se divide em três partes. Na primeira seção, abordam-se as relações de verossimilhança entre *A Divina Comédia* e a *Pedagogia do Oprimido* no tocante à dicotomia vício/virtude. Na segunda seção, a ênfase recai, de modo *lato sensu*, sobre a construção do *logos* nas obras em questão. Em Dante, procura-se abordar a relação entre o sacro (virtude) e o profano (vício); em Freire, a opressão (vício) e a liberdade (virtude). Por fim, apresentam-se as estratégias retórico-argumentativas utilizadas em Alighieri (1989) e Freire (2014) com a intenção de persuadir e convencer o auditório por meio do discurso.

## As relações de verossimilhança no tocante à dicotomia vício/virtude

Do ponto de vista de uma leitura na perspectiva retórica comparativa, tanto no enredo da obra *A Divina Comédia*, de Dante (1265-1321), quanto na *Pedagogia do Oprimido*, de Freire (1921-1997), há a presentificação da dicotomia virtude/vício como elementos fundantes que vão desencadear toda a urdidura das obras justapostas que se expressam por meio de uma linguagem escrita, ora didático-alegórica em Dante, ora dialético-argumentativa em Freire, para a representação das paixões humanas, principalmente aquelas que se reportam aos desejos de transformação e de libertação.

Tanto em uma obra quanto na outra, os protagonistas são os próprios autores. Em *A Divina Comédia* é Dante que percorre três instâncias, o inferno, o purgatório e o céu, em busca da transformação da sua redenção, especificamente a salvação. Na *Pedagogia do Oprimido*, é Freire quem digladia contra os donos do poder de um sistema ditatorial e antidemocrático por meio de uma dialética de não-submissão contra a violência. “Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que o oprimem como *outro*”<sup>4</sup>

Ademais, as duas produções, quanto à temática, dialogam entre si, ainda que por ideias diferentes, porque enquanto o tema está para uma interrogação existencial, a ideia pode se converter em uma das possíveis respostas para a interrogação. *A Divina Comédia* – poema épico da Idade Média Europeia – tem como tema central o relato da conversão de um pecador em busca do bem e da ética; na obra freireana a trama expõe a questão

3 Aristóteles, 2005, p. 17.

4 Freire, 2014, p. 58.

da relação entre os opressores (*establishment*) e os oprimidos (população) no meio de uma sociedade ditatorial marcada notadamente pelo autoritarismo da classe política que se encontra no poder. Nas duas obras, a virtude e o vício são a mola-propulsora que desencadeia todas as peripécias – mudanças repentinas de situação. A virtude é o oposto do vício, porque enquanto este se reporta à prática de coisas que não estão em conformidade com a moral e os bons costumes, aquela se coaduna com a necessidade e o exercício do bem que leva à felicidade – uma atividade da alma – que tende para uma ação ética.<sup>5</sup>

Em *A Divina Comédia*, o autor florentino metaforiza a situação do homem pecador que para se ver livre de seus pecados na terra, de seus dilemas interiores em relação ao mundo externo e alcançar a liberdade precisa passar, primeiramente, pela provação do Inferno, “a selva escura”, representação simbólica dos vícios e dos erros humano. “Ao meio caminho desta vida achei-me a errar por uma selva escura longe da boa via, então perdida. Ah! Mostrar qual a vi é empresa dura, essa selva selvagem, densa e forte, que ao relembra-la a mente se tortura”<sup>6</sup> Em seguida, passa pelo Purgatório<sup>7</sup>, local em que as almas dos pecadores purgam suas culpas antes de elas irem para o Paraíso<sup>8</sup> – na tradição judaico-cristã, o Jardim do Éden. Nesta peripécia o vício dá lugar à virtude redentora humana.

A “selva escura”, de *A Divina Comédia*, interpretada metaforicamente como símbolo do vício humano, na *Pedagogia do Oprimido*, de Freire, reaparece com uma nova roupagem: surge como maquinações de uma estrutura social ditatorial opressora na qual cidadãos e cidadãs brasileiros, sob pena de morte ou exílio, eram destituídos de sua *práxis* progressista em busca da transformação da ordem social, econômica e política injusta. Neste embate extemporâneo, que não deixa de ser atual, o vício dá lugar ao ideal da virtude humana salvadora e libertadora dos grilhões ditatoriais. Todavia:

5 Aristóteles, 2005.

6 Alighieri, 1989, p. 101, livro I.

7 “Pela galeria subterrânea, Dante e Virgílio retornam do Inferno, à superfície da Terra. Saem numa ilha, perto do Monte do Purgatório. Na faixa plana, entre a praia e o sopé da montanha – o ponto a que primeiro se dirigem as almas admitidas à purificação: A singrar melhor água eis que o batel do meu engenho segue, a vela inflada, deixando atrás o pélagos cruel [referência ao Inferno]. E, pois, direi da parte separada [isto é, o Purgatório] na qual a essência humana se depura por merecer o céu, dignificada” (ALIGHIERI, 1989, p. 11, livro II).

8 “O poeta invoca Apolo para que o inspire a cantar sua ascensão ao Paraíso. E narra como se sentiu no ápice do monte do Purgatório, transumanar ao lado de Beatriz, que lhe advertiu de que se achava a aura luminosa, rumo ao céu, e lhe explicou como isso se tornará possível: A glória do Criador, que a tudo anima, penetra no universo e resplandece menos abaixo e muito mais acima. Ao céu, que mais de sua luz se aquece eu fui, e coisas vi que mencionar, não sabe ou pode, quem de lá regresse, porque, a ansiada meta a demandar, nosso intelecto se aprofunda tanto que a memória é incapaz de o acompanhar. Na verdade, quanto eu do reino santo pude na mente conservar, revel, matéria me dará ao novo canto”. (Ibidem, p. 299)

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosa que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais.<sup>9</sup>

## **A preposição o sacro e o profano em Dante & a opressão e a liberdade em Freire**

Há no discurso de *A Divina Comédia* a presença da dicotomia “sacro e profano”, assim como há no discurso de *A Pedagogia do Oprimido* a dualidade “a opressão e a liberdade”. Nas duas obras “o sacro e o profano” podem ser tomados como virtude e vício, respectivamente, tendo como ponto de partida de que a virtude é aquilo que leva à prática do bem, o vício, do mal, sujeito, portanto, à censura. “Não somos chamados de bons ou maus por causa de nossas paixões e sim por causa das nossas virtudes e vícios. [...], mas, somos censurados por nossas virtudes ou vícios”.<sup>10</sup>

No enredo da obra *A Divina Comédia*, em busca da virtude, o sagrado se manifesta por meio de um discurso filosófico/religioso em que se percebe a prática da moral da doutrina cristã, evidenciada no Canto IV da primeira parte sobre o Inferno. No momento que Virgílio<sup>11</sup> fala de si, afirma que, tendo antecedido a Cristo, não pôde seguir os ritos da igreja: “Seu tempo antecedeu ao Cristianismo, e a Deus não conheceram no seu meio, um deles sou eu, vindo do paganismo”.<sup>12</sup>

---

9 Freire, 2014, p. 12-13.

10 Aristóteles, 2005, p. 46.

11 Considerado um dos maiores poetas da história literária ocidental. (FOLLMANN, 2014, p. 1)

12 Alighieri, 1989, p. 129, Inferno.



Por outro lado, “o profano” se manifesta por meio da denúncia dos vícios e das decadências humanas, razão, inclusive, pela qual serviram de inspiração para o poeta italiano criar toda a intriga em sua obra.<sup>13</sup> É um apontamento do vício.

Sob o prisma da linguagem, de um modo geral, toda a construção de sentidos nos três momentos de *A Divina Comédia* (Inferno, Purgatório, Paraíso) se faz por meio da palavra revestida de ornamentos semântico-metafóricos como, por exemplo, o emprego de figuras de linguagem, a “onça” que representa a incontínência humana, o “leão”, símbolo da violência, e a “loba”, representação simbólica da fraude<sup>14</sup> – vícios humanos. “A respeito das três feras, que Dante encontra, antes de entrar no inferno... Disse-se que tais feras teriam constituído encarnações animais de vícios, como a soberba, a luxúria, a avareza, ou como a incredulidade religiosa, a falsa doutrina, a inveja etc.”<sup>15</sup>

A passagem do mundo profano para a esfera do sagrado se apresenta na própria temática da obra, que retrata a conversão de um pecador (do mundo profano), Dante, sempre tentado pelo mal, em busca do caminho de Deus (mundo sagrado). Nesta busca, “a transcendência revela-se pela simples tomada da consciência infinita. O muito alto torna-se espontaneamente um atributo da divindade”<sup>16</sup>

Freire busca o meio-termo de que fala Aristóteles (2005) em *Ética a Nicômano*. Em *Pedagogia do Oprimido*, o tema se dicotomiza entre opressão e liberdade, entendidos neste estudo como vício e virtude. O discurso político/filosófico/pedagógico é regido por um sentimento de indignação em que o autor não esconde sua intenção de possibilitar a conscientização e o intento de formar cidadãos segundo uma *práxis* progressista e transformadora da ordem social, econômica e política injusta. “Quanto ao caráter, todos os homens se distinguem pelo vício ou pela virtude”<sup>17</sup>

Tudo isso ajustado num discurso marcado notadamente pela censura em oposição ao elogio, marcas próprias do gênero epidítico. “Estamos convencidos de que, para afeirmos se uma sociedade se desenvolve ou não, devemos ultrapassar os critérios que se fixam na análise de seus índices *per capita* de ingresso que, ‘estatisticados’, não chegam

13 Sabe-se que *A Divina Comédia*, poema épico escrito pelo autor Dante Alighieri (1265-1321) é um clássico da literatura mundial escrito durante o Renascimento, movimento artístico e científico que floresceu na Europa nos séculos XIV, XV e XVI. Do ponto de vista de sua estruturação, a extensa obra foi toda composta em versos e dividida em três partes: “Inferno”, “Purgatório” e “Paraíso”. Cada uma delas possui exatamente 33 cantos. Do ponto de vista da historiografia, *A Divina Comédia* foi escrita em florentino, no início do século XIV, e, na sua tessitura, pretendeu-se fazer uma síntese enciclopédica do conhecimento científico e filosófico da Idade Média, inclusive os problemas religiosos ligados à Santa Fé – tema central da obra. Do ponto de vista metodológico, aqui neste artigo são utilizados apenas alguns fragmentos da obra em questão, abordando especialmente o tema do vício/virtude. (ALIGHIERE, 1989).

14 Ibid.

15 Alighieri, 1989p. XXVIII.

16 Eliade, 1962, p. 128-129.

17 Aristóteles, 1991, p. 291.

sequer a expressar a verdade”.<sup>18</sup> Nas duas obras nota-se o predomínio do gênero epidítico na construção do *logos*, visto que tanto em uma quanto na outra o que está em xeque é o problema do elogio e da censura.

Em *A Divina Comédia* a crítica, censura, é dirigida ao homem pecador que precisa descer aos círculos infernais, passar pelo Purgatório e alcançar, pelos seus méritos, o Paraíso para a redenção das falhas humanas. Tal situação assemelha-se à descrita por Freire em *Pedagogia do Oprimido*. Tal qual Dante, ele também precisou vencer o inferno da política brasileira para cumprir o seu papel de denunciar as classes oprimidas e exploradas em uma sociedade injusta, em busca de uma educação libertadora, que só se efetiva por meio do diálogo pois: O diálogo é uma exigência existencial; “E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se como a ‘pronúncia’, nem a buscar a verdade, mas impor a sua.”<sup>19</sup>

Em *Pedagogia do Oprimido*, a crítica do orador converge para o sistema ditatorial e opressor que limita e silencia a voz dos oprimidos. Nas duas obras, de fato, o elogio se faz quando Dante e Freire superam as dificuldades e tornam-se autônomos, aprendem com a experiência e passam por um processo de transformação/evolução. Dante abandona os círculos infernais para o atingimento do Paraíso; Freire encontra respaldo e concretização de suas ideias revolucionárias no tocante à busca de uma educação libertadora no processo de redemocratização que houve no Brasil nos primeiros anos da década de 80 do século XX. Acresce que tudo isso ocorre no plano da manifestação linguístico-discursiva em suas várias interfaces estritamente ligadas à semântica, à estilística, ao sistema retórico, à persuasão, ao convencimento, por exemplo.

Portanto, tanto Dante como Freire, procuram “criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, servindo-se do conjunto dos meios de que dispõe a retórica para amplificar e valorizar”.<sup>20</sup> No entanto, considera-se, aqui, o profano/opressão como representação do vício em si e, o sacro, como virtude, elementos que contribuíram para a superação das dificuldades, bem como efetivaram suas ideias, com uso da persuasão/convencimento com estratégias retórico-argumentativa: o *logos*.

18 Freire, 2010, p. 218.

19 Freire, 2014, p. 109.

20 Perelman, Tyteca, 2005, p.57

## Estratégias retórico-argumentativas de Dante e Freire: o *logos*

Na concepção retórica, o discurso só será de fato persuasivo e convincente, quando dirigido a um auditório, na medida em que comprovar por meio de um raciocínio lógico tudo aquilo que está sendo dito e, até mesmo, aquilo que não está sendo dito, mas que pode estar implícito. Eis a razão da grande importância do manuseio da linguagem tanto em sua dimensão racional, *ethos*, da ordem do *logos*, quanto na sua dimensão afetivo/emocional das virtudes intelectuais do orador no ato da ordem do *pathos*.

Sempre que se fala a respeito de estratégias retórico-argumentativas com a intenção de persuasão e convencimento<sup>21</sup> deve-se ter como ponto de partida de que na argumentação, além da construção do *ethos* com a construção crível e confiável por meio do discurso, deve o orador apresentar ao auditório provas lógicas daquilo que defende. Sob esta ótica o orador encaminha o raciocínio do auditório a uma lógica argumentativa que o leva à tese defendida. Do ponto de vista da linguagem, antes de tudo, a persuasão por parte do orador, *ethos*, se dá quando por meio de um caráter virtuoso ele é tido como digno de fé e credibilidade. Neste sentido:

Três são, portanto, as causas de que os oradores sejam por si dignos de créditos, pois são de igual número as que dão origem à nossa confiança, com exceção das demonstrações. São as seguintes: a prudência, a virtude e a benevolência, porquanto os oradores induzem em erro nos assuntos sobre os quais falam ou aconselham, seja por todas essas razões, seja por alguma delas: ou, por falta de prudência, não têm opinião correta; ou, embora a tenham, por perversidade não a exprimem, ou são prudentes e equitativos, mas não benevolentes, motivo pelo qual é possível que não aconselhem o melhor, embora o conheçam, e nenhuma outra causa além dessas três.<sup>22</sup>

Quando o orador se dirige ao seu auditório, *pathos*, e o ganha para si por meio das reações patêmicas, diz-se que ele se utilizou da emoção. Já o *logos* se refere à tentativa de persuadir/convencer por meio da lógica de argumentos apresentados. Neste sentido, “a argumentação é uma ação que tende sempre para modificar seu estado de coisas. Isto é verdadeiro mesmo para o discurso epidíctico: é por isso que ele é argumentativo”.<sup>23</sup>

---

21 “**Persuadir:** mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio de apelos às paixões do outro. **Convencer:** mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade” (FERREIRA, 2010, p. 15).

22 Aristóteles, 2000, p. 5.

23 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1988, 1992, 2000, p. 64.

Assim, a linguagem é apenas um meio de comunicação, é um instrumento de ação sobre as pessoas, um meio de persuasão ou de convencimento. Cabe aqui uma interrogação: quais os tópicos que convêm à retórica? Acredita-se que seja:

Tudo o que tem a ver com a nobreza e a virtude. Discutem-se as virtudes e o conceito do belo, do nobre, do honesto e seus contrários. Sugerem-se os respectivos tópicos. A vertente estética da retórica epidíctica é evidenciada pela especial atenção dada ao tópico da amplificação nos discursos demonstrativos.<sup>24</sup>

A *priori* queremos ressaltar que o orador, *ethos*, no processo discursivo-argumentativo pode se valer tanto da emoção, *pathos*, quanto da razão, *logos*, para a persuasão de outrem e isso ocorre porque estes três elementos da Retórica de Aristóteles são como que “siameses” e indissociáveis. Neste artigo, a ênfase discursiva se dá pela eficácia do *logos*. É importante salientar que é por meio do *logos* que falante e ouvinte interagem entre si, e é devido a ele que, retoricamente, ocorre a intencionalidade dos procedimentos argumentativos, a construção dos efeitos patêmicos e de sentidos no ato de comunicação. O discurso retórico tem uma intenção única: persuadir e convencer o auditório. “Para obter seu intento, o orador vale-se de meios racionais e afetivos, pois, em retórica, razão e sentimento se amalgamam num complexo inseparável”.<sup>25</sup>

A leitura na perspectiva retórica do discurso de *A Divina Comédia* e da *Pedagogia do Oprimido* permite uma reflexão sobre a inter-relação de uma das três das provas retóricas, o *logos*, conjunto de operações mentais, no âmbito das estratégias retórico-argumentativas para a persuasão e o convencimento, uma vez que é por meio dela que se articula toda a organização do discurso proferido pelo orador ao seu auditório.

Assim, “se o *ethos* diz respeito ao orador e o *pathos* ao auditório, o *logos* diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. É o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente dos *tópicos*”.<sup>26</sup> De fato, nesse contexto, o *logos* refere-se propriamente ao campo do dizer e de como dizer; determina, assim, todo o ritmo dos atos da fala no campo da ação.

Ao fazer a leitura na perspectiva retórica das obras justapostas percebe-se, no enredo, que é por meio do conhecimento das coisas do mundo que o ser humano consegue sua liberdade, sua completude pessoal e que o conhecimento produz a virtude do bem. “Admitamos que o bem é aquilo que se deve buscar em si e por si; é também aquilo em vista do que buscamos outra coisa; é aquilo a que visam todos os seres, pelo menos os

24 Aristóteles, 2015, p. 23.

25 Ferreira, 2010, p. 15.

26 Reboul, 2004, p. 46.

seres dotados de sentimentos e de razão, ou aquilo a que visariam se fossem dotados de razão?<sup>27</sup> O bem não deve emergir por acidente visto que:

De outro modo, aquilo que em si mesmo é causa do bem é mais desejável do que aquilo que o é por acidente. Por exemplo, a virtude é mais desejável do que a sorte (pois a primeira é por si mesma causa de coisas boas, ao passo que a segunda só o é acidentalmente). Isso pode ser aplicado do mesmo modo nos outros casos da mesma espécie. E, analogamente, também no caso contrário, pois aquilo que é em si mesmo causa do mal, é mais reprovável do que aquilo que o é acidentalmente.<sup>28</sup>

Assim como em *A Divina Comédia*, de Dante, tem-se como tema central uma preocupação intimamente ligada a várias reformas de cunho intelectual, moral, político, religioso, visando ao bem para a restauração do poderio da Igreja – instituição que se coloca como capaz de proporcionar a salvação ao pecador, da mesma forma, em *Pedagogia do Oprimido* tem-se a intenção de reformas específicas, principalmente no campo da educação, pois é nesse campo que o educando se livra da doutrinação ideológica do opressor. A educação como prática da dominação, que vem sendo objeto dessa crítica, mantém a ingenuidade dos educandos. O que se pretende, em seu marco ideológico nem sempre percebido por muitos dos que a realizam, é doutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão.<sup>29</sup>

De um modo geral, as estratégias retórico-argumentativas utilizadas por Alighieri (1989) e Freire (2014) com a intenção de persuasão e convencimento do auditório a partir do *logos*, ciência do pensamento lógico e racional, resultam das observações, assim como da linguagem, derivada de uma necessidade de representação social de uma determinada realidade, com seus padrões de funcionamento, para que se possa examinar de que forma se constroem as virtudes humanas.

Sem dúvida alguma, a virtude que devemos examinar é a virtude humana, pois o bem e a felicidade que estamos buscando são o bem e a felicidade humanos.

---

27 Aristóteles, 2000, p. 49.

28 Aristóteles, 1987, p. 44.

29 Freire, 2014, p. 92.

Entendemos por virtude humana, não a do corpo, mas a da alma; e dizemos que felicidade é uma atividade da alma.<sup>30</sup>

*Logos* é palavra em ação. Se o *logos* é palavra em ação, ele deve de tal maneira ser capaz de persuadir e convencer o auditório por meio de sua exteriorização; para isso a palavra/*logos* não deve apenas ser articulada com os requisitos de elegância, sonoridade e timbre, por exemplo, durante o ato retórico em si. Além disso, deve a palavra/*logos* ser constituída na sua estruturação/invenção de elementos linguístico-discursivos, tais como os recursos estilísticos, bem como de construções retórico-argumentativas.

De tal modo, a força existente na linguagem assume sua verdadeira feição por meio da palavra. Sob esta perspectiva, há de se reconhecer, axiomáticamente, a partir do pressuposto de que o *logos* é o aspecto dialético da Retórica que Aristóteles retoma inteiramente dos *Tópicos*<sup>31</sup> (I, II, III, IV), que estes tópicos estejam voltados, do ponto de vista retórico, para quem busca entender como os argumentos se constroem e discernir quais são válidos e quais não são na organização linguística do discurso.

A leitura na perspectiva retórica de *A Divina Comédia*, de Dante, permite observar *in loco* que o estilo alegórico contribui extraordinariamente para a amplificação e compreensibilidade do texto, que é ao mesmo tempo imagem, sentimento e pensamento: tudo expresso sob forma de linguagem para a exteriorização de sua mensagem numinosa. Nesse sentido, o “Purgatório”, lugar em que os poetas Dante e Virgílio passam ao retornarem do “Inferno” para a superfície da terra, é descrito como o “Monte Purgatório” para onde se dirigem as almas admitidas para a purificação.

Subtende-se, portanto, na obra, que o Purgatório é constituído por uma montanha altíssima, que surge do mar no centro do hemisfério austral, contornada por cornijas, ou terraços, e que vai se afinando até chegar ao plano do Paraíso Terrestre, sendo que esses terraços desenvolvem-se em sete círculos, sobrepostos na seguinte ordem: I. Orgulhosos; II. Invejosos; III. Iracundos; IV. Preguiçosos; V. Avaros e pródigos; VI. Gulosos; e VII. Luxuriosos.<sup>32</sup>

Na *Pedagogia do Oprimido*, de Freire, o purgatório pode ser representado, simbolicamente, pelo meio-termo que ajusta para obter a conscientização do oprimido ao referir-se à dialogicidade como ferramenta essencial da educação como prática de liberdade, enfatizando que ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo.

30 Aristóteles, 2005, p. 37.

31 Aristóteles, 2013.

32 Referência aos sete pecados capitais da Santa Fé Católica.

O “Paraíso”, de Dante, refere-se ao átimo em que os bem-aventurados são distribuídos no “Céu” por seguir sua maior ou menor inclinação e pureza espiritual. Em Freire, o “Paraíso” pode ser entendido metaforicamente como as etapas de superação das agruras e adversidades e, mais especificamente, quando ele próprio prega o esforço, por meio de práticas revolucionárias, de transformação radical das estruturas políticas no poder que são símbolo e fonte de opressão. Assim:

*A práxis revolucionária pode opor-se à práxis das elites dominadoras. E é natural que assim seja, pois são fazeres antagônicos. O que não se pode fazer, na prática revolucionária, é a divisão absurda entre a práxis da liderança e a de massas oprimidas, de forma que a destas fosse a de apenas seguir as determinações da liderança.*<sup>33</sup>

Freire intitula todo esse processo revolucionário/transformacionista de teoria de ação dialógica e suas características são a colaboração, a união e a síntese cultural. Nas duas obras, o *discurso* se constrói a partir de realidades distintas e a argumentação serve como mola-propulsora para permitir não só a descrição de fatos e/ou acontecimentos, mas também como eles se relacionam entre si e, axiomáticamente, como os diversos conflitos são resolvidos. Os autores “desenvolvem argumentos fundamentados na estrutura do real que se baseiam nas relações que os sistemas de significação consideram existentes no mundo objetivo. São os argumentos de causalidade, de sucessão, de coexistência e de hierarquização”.<sup>34</sup>

Aqui, neste artigo, interessam-nos o argumento de coexistência da causalidade porque: “uma das formas de argumentar é expor a causa dos fenômenos. O conceito de causa foi uma das questões mais debatidas na história da filosofia. A causalidade supõe um encadeamento de fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito”.<sup>35</sup> Quais foram as causas que motivaram Dante a escrever *A Divina Comédia*? De fato, foi a desagregação e a desintegração da sociedade medieval, mais particularmente, a desagregação e a desintegração humana, notadamente marcada pelos vícios mundanos em detrimento das virtudes do espírito, que levou o poeta florentino à escrituração da obra. O poeta escreveu uma comédia para contrapor à tragédia.

O que levou Freire a escrever *a Pedagogia do Oprimido*? Em um momento de dramaticidade, em constante busca, o efeito ao redigir sua obra foi, sem dúvida, a inquietação e

33 Freire, 2014, p. 169.

34 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1988, 1992, 2000, p. 64.

35 Fiorin, 2015, p. 151.

sua resposta contra as estruturas opressoras da sociedade brasileira dos idos dos anos 60, e mais propriamente, suas reflexões a respeito dos fatores que influenciavam a educação com seu processo de ensino e aprendizagem ultrapassado. O educador via a desumanização como resultado de uma ordem injusta, causada pelos opressores, o que o induziu a lutar pela humanização. Uma luta não com armas físicas, mas com a palavra, a escrita.

## Conclusão

A construção do *logos* está presente tanto no enredo da obra de Dante Alighieri (*A Divina Comédia*) quanto na de Paulo Freire (*Pedagogia do Oprimido*). *A priori*, o *logos* constitui, do ponto de vista aristotélico, uma das três provas retóricas ou argumentos para persuasão e convencimento, “umas residem no caráter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*]”.<sup>36</sup>

O *logos* como estratégia retórico-argumentativa é de extrema importância na leitura na perspectiva retórica do discurso, uma vez que é por intermédio dele que se consegue visualizar *in loco* e compreender profundamente o discurso em ação. É dentro dessa razoabilidade do *logos* que se constrói a discursividade de *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Em Freire, o “Inferno”, o ‘Purgatório’ e o “Paraíso” de Dante são, metaforicamente, tomados de empréstimo no tocante à sua temática para a representação simbólica dos vários momentos de conflitos que ele apresenta em sua obra, desde o instante de total dominação dos oprimidos (Inferno), ao atingimento do grau de consciência revolucionária (Purgatório) e, finalmente à conquista da teoria da ação dialógica (Paraíso), instante em que o orador revela a ação do sujeito na transformação do mundo em “co-laboração”.

Enfim, em Freire há uma vitória da virtude, por meio da conscientização sobre o vício (opressão) em prol da liberdade. Assim, como decorre no enredo de *A Divina Comédia*, quando, ao final, o poeta Dante consegue a sua redenção ao atravessar o “Inferno”, purificar-se no “Purgatório” e elevar-se aos “Céus” – Paraíso.

## Referências

- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. 5. ed. v. 1/Inferno. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.  
ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. 5. ed. v. 2/Purgatório & Inferno. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

---

36 Aristóteles, 2005, p. 96.



- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Jean Voilquin e Jean Capelle. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sofisticos. Tradução de Leonel Vallandro e Gerard Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores, v. D).
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os pensadores, v. 2)
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ARISTÓTELES. **Poética e tópicos**. Tradução de Ribeiro de Lima. São Paulo: Hunter Books, 2013. v. I-IV.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha: grandes nomes do pensamento).
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1962.
- FRANCO JR, Hilário. **Dante**: o poeta do absoluto. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FERREIRA, Luiz Antonio (org). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blucher, 2019.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FOLLMANN, Cíntia. Mestre e discípulo: um olhar sobre a relação de Dante e Virgílio na Divina Comédia. **Revista Versalete**. Curitiba, v. 2, n. 2, jan.-jun. 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: A Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução Eduardo Brandão. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, 1992, 2000, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# O lugar dos fraudadores no inferno de Dante e a aparência da toga

**Kathrine Butieri**

A afirmação de Aristóteles de que nos tornamos bons ao praticarmos atos bons pode ser utilizada para a prática dos hábitos maus, simplesmente se excedermos a mediana defendida em sua doutrina ética. Dessa perspectiva, são as ações que produzem os vícios ou as virtudes. A escolha dos atos em relação a quem ocupa um lugar de poder na sociedade pode determinar vícios devastadores à harmonia social.

Dante Alighieri, em sua obra *A divina comédia*, tratou, para além dos pecados religiosos, dos atos viciosos<sup>1</sup> que permeavam a estrutura de poder vigente na política do século XIV. O autor italiano descreveu de que maneira os pecados contribuem para a desordem social, sobretudo, para a corrupção, mal que tem provocado, ao longo dos séculos, desigualdades, injustiças e pobreza. Ao atravessar o inferno alegórico, revelou crimes fraudulentos ocultos, descortinados ao desmascarar figuras públicas respeitadas.

Na sociedade de hoje, os denunciadores do inferno estão nas mídias sociais e se misturam entre acusados e acusadores, permeiam as esferas pública e privada. A midiática saiu do viés técnico de antes para alcançar o centro de referência da vida social e instalou uma movimentação de valores que interferem nas decisões de indivíduos e instituições<sup>2</sup>. Embora a maioria das acusações midiáticas seja exasperada, a persuasão dessas mensagens está, não apenas, no instinto de suas paixões como parece, mas a persuasão poderá ocorrer, principalmente, na racionalidade. O *logos*, como conceito de razão, dentre as provas aristotélicas (*ethos*, *pathos* e *logos*), desempenha o discurso persuasivo, pois por meio dele demonstramos a aparência da verdade. As provas lógicas, portanto, representam o raciocínio retórico que viciosos, pecadores, acusados e acusadores podem provocar rejeições sociais capazes de lançar os inimigos ao inferno, a exemplo de Dante Alighieri.

O *logos* argumentativo da “toga” (vestimenta do magistrado), por exemplo, é simbólico e está presente no discurso e na imagem. A “toga” e a “capa” (castigo dos

---

1 Com o intuito de aproximar a leitura de Dante Alighieri e Aristóteles, tratamos vício e pecado conforme a visão católica, que os tem como “hábitos perversos”, ou seja, a repetição de pecados gera vícios. Disponível em: [https://www.vaticana.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s1cap1\\_1699-1876\\_po.html](https://www.vaticana.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s1cap1_1699-1876_po.html). Acesso em: 31 maio 2021.

2 Martino, 2006.

hipócritas por Dante) podem demonstrar a aproximação desses elementos simbólicos em relação ao vício e a virtude. Segundo Lipovetsky (2020), essa representação transporta-se para dois processos retóricos que se fundam: o da persuasão e o da sedução. Com a midiaticização, a retórica no judiciário deixa a técnica e o “juridiquês<sup>3</sup>” de lado e avança na compreensão e na sedução da imagem sem deixar de ser, simultaneamente, persuasiva e racional.

Siro Darlan, em seu artigo *Uso da toga em manifestação desvirtua simbolismo da veste*, considera a toga como uma lembrança do sacerdócio do juiz e cita o Ministro do Supremo Tribunal Federal Mário Guimarães “A toga incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciais”<sup>4</sup>. Afirma, ainda, que o escritor Joseph Campbell corrobora essa ideia: “Quando um juiz adentra o recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar”<sup>5</sup>. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020) pontuam, uma ligação simbólica acarreta transferência entre símbolo e simbolizado, que suscitam as questões: a toga, símbolo do judiciário, é usada pelos ministros para votos jurídicos ou políticos? A aparência de justiça e imparcialidade que impõe a toga é respeitada pelos ministros? A fim de desenvolvermos nossa explanação, organizamos este capítulo em duas seções.

Na primeira seção, discorreremos sobre aspectos pertinentes ao lugar dos fraudadores no inferno de Dante, especificamente acerca da inversão argumentativa no Malebolge. Na segunda seção, analisamos o *logos*, a racionalidade argumentativa dos viciosos. Em síntese, examinamos como argumentam os viciosos e como o *logos* dos viciosos pode ser visto no inferno dantesco.

## Malebolge: a insidiosa inversão argumentativa

A simbologia do Malebolge pode ser compreendida ao considerarmos a descrição geográfica, em *A divina comédia*, do lugar do inferno, apresentado do canto XVIII ao canto XXX: o inferno está sob a cidade de Jerusalém e tem forma de fossa. O local reservado para os fraudadores, por condição hierárquica de seus pecados, é o oitavo círculo, chamado “Malebolge”, que é subdividido em dez fossos. Estes são denominados “Bolgias”, ligados entre si por pontes, o que sugere que a fraude é o elo entre a violência

3 O termo “juridiquês” é usado no Brasil para designar o uso desnecessário e excessivo do jargão jurídico e de termos técnicos da área do Direito.

4 Oliveira, 2016.

5 Ibid.

(sétimo círculo) e a traição (nono círculo); do “Malebolge”, cai-se no fundo do abismo, onde há morte em vida.

A ironia em Malebolge manifesta-se quando Dante Alighieri é acusado de corrupção, a qual desencadeou sua condenação à morte na fogueira; segundo sua família, ele foi condenado por um sistema político corrupto<sup>6</sup>. Antes disso, quando estava no exílio, escreveu *A divina comédia*, em que desmascarou a cúpula poderosa fraudulenta composta por seus inimigos e os lançou ao inferno.

No contexto contemporâneo brasileiro, também temos o Malebolge. Uma operação investigativa anticorrupção assim denominada, que ocorreu em 2020 e foi acompanhada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux<sup>7</sup>. Nela, deputados foram presos por praticarem vários crimes: corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, gestão fraudulenta de Instituição financeira, delitos contra a ordem tributária e obstrução de investigação criminal<sup>8</sup>. Desse modo, o Supremo Tribunal Federal, representado pelo ministro, não apenas enviou, simbolicamente, “almas” ao Malebolge por crimes fraudulentos, mas também recebeu acusações que o condenaram ao Malebolge, conforme abordamos neste trabalho.

Quando representantes da alta cúpula são enviados ao Malebolge, há sempre um motivador de escândalos, ao passo que, quando isso ocorre a pessoas comuns, inocentes ou não, há um silêncio naturalizado. A explicação para isso pode ser encontrada na perspectiva argumentativa de Perelman e Olbrechts-Tyteca: técnica de ruptura e de re-freamento oposta à interação ato-pessoa, pois há incompatibilidade entre o que julgamos da pessoa e o que pensamos de seu ato. Recusamo-nos, pois, a operar as modificações que se imporiam, porque queremos manter o ato ao abrigo da influência da pessoa<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a opinião pública se nega a acreditar que a Suprema Corte, um modelo de virtude e de justiça, exerça atos contrários aos de julgamentos imparciais e independentes. Assim, manobras fraudulentas dessa Instituição, em razão da oposição de ruptura ato-pessoa, geram escândalos.

A Suprema Corte defende-se do Malebolge, de ataques midiáticos e da opinião pública por meio da insidiosa inversão argumentativa de aparência: da prudência, da imparcialidade e da benevolência, ao abrigo da racionalidade dos argumentos quase lógicos e simbólicos. Quando, porém, desmascarados, assomam os vícios, pecados gravíssimos, condenáveis ao oitavo círculo do inferno. Conrado Hübner Mendes (2021) denomina de

---

6 Disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/descendente-de-dante-quer-anular-condenacao-por-corrupcao-em-1302-13302865.html>. Acesso em: 29 maio 2021.

7 Mendes, 2018.

8 Araújo, 2017.

9 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020.

“magistocracia” a autopreservação do Supremo Tribunal Federal ao proteger a corrupção da Instituição por meio da fundamentação aparente de virtude.

Conforme observam Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>10</sup> “o valor do ato depende, como sabemos, do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo; pessoa e grupo desempenham, com relação aos atos e aos indivíduos, um papel análogo, que pode conjugar-se”. Conclui-se que o modelo que a Suprema Corte quer preservar depende das virtudes que quer encobrir seus vícios. Entretanto, a dissimulação de suas virtudes nem sempre é um simulacro de seus vícios, já que, na esfera pública, diferentemente da religiosa cristã, não é preponderante os valores morais, embora o julgamento público seja alicerçado em noções herdadas da tradição.

Observamos, hoje, um confronto entre a ética das virtudes e as virtudes morais, entre o ser e o parecer, que se tocam. A diferença entre essas virtudes, conforme o pensamento de Aristóteles, é que as virtudes éticas estão ligadas à política, ao passo que, na religiosa cristã, a regulação das ações políticas se dá pela moral<sup>11</sup>. Todavia, o modelo social defende a ética das virtudes, mas a matriz comunitária que constitui esse modelo está baseada na tradição moral e reverbera um pensamento maniqueísta na mediação, que julga uma pessoa como ser virtuoso quando assume seus valores morais, e como ser vicioso, quando não o faz.

A insidiosa inversão argumentativa, nesse caso, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020) está na interação ato-pessoa, demonstrado anteriormente, em que certos vícios, como sedução, bajulação e hipocrisia, que aqui abordamos, podem ser considerados virtudes, pois mantêm a autopreservação da Instituição e evita conflitos.

O Supremo Tribunal Federal ao enviar as “almas”, metaforicamente, ao Malebolge, como no nosso exemplo, vale-se de uma argumentação aparentemente virtuosa, orientada a extirpar criminosos fraudulentos do seio da sociedade em nome da justiça, e, assim, reforça a autopreservação. Mendes afirma que se trata de “populismo judicial” de movimento anticorrupção, em que a Suprema Corte foge da lei com a missão moral populista de bajular a opinião pública<sup>12</sup>. No cenário mediado, o Supremo Tribunal Federal quer atrair a atenção, conquistar a adesão do auditório e manter a imagem de modelo virtuoso. Contudo, isso não funciona. O Supremo torna-se cada vez mais sujeito a desconfianças por parte dos cidadãos. Embora, produza muitos acertos, seu discurso encontra aumento na rejeição popular conforme pesquisa do Datafolha<sup>13</sup>.

---

10 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p.369.

11 Aristóteles, 2007.

12 Mendes, 2021.

13 Bächtold, 2021.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), esse é um modelo que passa a anti-modelo, isto é, o Malebolge pode ser um lugar de acusados e acusadores; o que outrora foi modelo virtuoso institucional passa a ser de seres repugnantes que servem de base para um antimodelo institucional, por meio da insidiosa inversão argumentativa, como citam Perelman e Olbrechts-Tyteca sobre os demônios de que fala Bossuet:

Aprendo também com Tertuliano que os demônios não só mandavam apresentar perante seus ídolos votos e sacrifícios, o próprio tributo a Deus, mas que os mandavam adornar com togas e ornamentos com que se vestiam os magistrados e mandavam levar diante deles os fascas e os bastões de comando, e os outros símbolos de autoridade pública; porque, com efeito, diz esse grande personagem, “os demônios são os magistrados do século”... E à qual insolência, meus irmãos, não se deixou levar esse rival de Deus? Ele sempre simulou fazer o que Deus fazia, não para se aproximar de certo modo da santidade, que é sua inimiga capital, mas como um súdito rebelde que, por desprezo, ou por insolência, simula a mesma pompa que seu soberano<sup>14</sup>.

De acordo com o autor (2020), quando uma pessoa, um agente, é considerado um ser perfeito, divino, porque se confunde com a Instituição, a ideia que se faz de seus atos beneficia-se, evidentemente, da opinião que se tem dela, assim, os atos ficam camuflados diante da argumentação do orador e ganha aparência de virtude. A dupla valoração da argumentação retórica e a dupla vertente dos atos da subcategoria de fraude destinada por Dante também podem transformar vícios em virtudes ou virtudes em vícios e cair nos fossos infernais, as “Bolgas”.

## **O logos dos viciosos**

Dante Alighieri considera a fraude como pecado gravíssimo, uma espécie de traição ao povo, pois é praticada por aqueles que lhe devem justiça e lealdade. O autor a coloca no penúltimo círculo das profundezas do inferno, longe da luz e mais próxima do centro da Terra, onde está o diabo. A crueza com que Alighieri trata as almas que habitam esse lugar é equivalente ao peso desse pecado destruidor. Elencamos, a seguir, três grandes pecados (subcategorias da fraude), que são imperceptíveis, mas têm forte poder destrutivo: sedução, bajulação e hipocrisia, conforme as respectivas Bolgas (Quadro 1).

---

14 *Apud* Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p.418.

Quadro 1 Pecado e castigo na divisão das Bolgias

Primeira Bolgia	Segunda Bolgia	Sexta Bolgia
<b>Sedutores:</b> exploram as paixões dos outros, controlando-os para servir a interesses próprios.	<b>Bajuladores:</b> exploram os outros ao tirar proveito de seus medos e desejos.	<b>Hipócritas:</b> enganam os outros, fingem comportamentos.
Castigo: são açoitados continuamente por demônios para cumprir os seus desejos.	Castigo: são submersos em um fosso de fezes e esterco.	Castigo: devem usar capas pesadas como chumbo.

Fonte: elaborado pela autora com base em Dante Alighieri (2003)

Os pecados identificados por Alighieri podem ser cometidos por um apelo à lógica do orador/pecador que busca convencer o auditório pela razão, por meio do *logos*. Analisamos, a seguir, esses pecados em relação aos atos viciosos observados nos dias de hoje e como o orador pode se valer do *logos* para persuadir.

## Pecados dantescos análogos aos casos da Suprema Corte brasileira

### A primeira Bolgia: sedução <sup>15</sup>

Em 2015, Teori Zavascki, ministro do Supremo, determinou a prisão do senador Delcídio do Amaral, em exercício de seu mandato, embora a lei indicasse o contrário. Segundo Recondo e Weber (2019), a Suprema Corte, por conveniência, interpretou a lei constitucional impulsionada pela imprensa, pelas corporações de procuradores e de policiais federais, e pelas redes sociais. Assim, de acordo com os autores, para atender ao clamor público, agradar a sociedade e explorar as paixões para servir aos interesses da

<sup>15</sup> Esse exemplo da prisão do senador determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal foi integralmente extraído do livro Os onze, de Recondo e Weber, 2019, p.57-58.

Instituição, o ministro Celso de Mello conferiu pompa ao julgamento público e proferiu um discurso, elevando a voz em barítono:

“No Estado Democrático de Direito, absolutamente ninguém está acima das leis, nem mesmo os mais poderosos agentes políticos governamentais”.

E, mirando ao Congresso enviou um recado:

“Quem transgredir tais mandamentos, não importando sua posição estamental, se patrícios ou plebeus, governantes ou governados, expõem-se à severidade das leis penais e por tais atos devem ser punidos exemplarmente na forma da lei. Imunidade parlamentar não constitui manto protetor de supostos comportamentos criminosos”.

Notamos a sedução no discurso do ministro, cuja intenção é agradar a sociedade para atender aos interesses políticos da Instituição, valendo-se para isso de argumentos estratégicos de igualdade que desviam a atenção de suas ações viciosas. O discurso emocional que expressa a intenção de exterminar a corrupção a qualquer preço e o recado para o Congresso, “que sirva de exemplo”, promovem uma polêmica que a sociedade se contenta em assistir. Trata-se de entretenimento. A aparência de que a solução é garantida pela força da Instituição, como o único poder capaz de remover todos os problemas da sociedade, é aplaudida pelo povo, porque toca em suas crenças.

Na análise de Lipovetsky (2020), essa é uma conhecida maneira de seduzir, um símbolo imponente de superioridade de poder. Segundo o autor, um orador que age dessa maneira quer inculcar no auditório uma ideologia única e levá-lo a acreditar em uma verdade absoluta, a fim de edificar, como nos regimes totalitários, um reforço de poder sem divisão sobre a sociedade ou um estado social homogêneo. Desse modo, o discurso do ministro, ao exaltar a literalidade das leis acima de todos, com base no ideal de fazer valer a justiça, torna-se um recurso persuasivo que fascina o auditório e cria uma aura de sede de justiça.

O *logos* de racionalidade usado pelo orador, ministro Celso de Mello, é o da regra de justiça que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>16</sup>, “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria”. No exemplo, o ministro alerta que “ninguém está acima das leis”, e na medida em que especifica patri-

---

16 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p.248.



cios, plebeus, governantes, governados, coloca-os em situação de igualdade. Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>17</sup> observam que o apelo a essa regra apresenta um aspecto de inegável racionalidade, pois “Quando se demonstra a coerência de uma conduta, quase sempre se fará alusão ao respeito da regra de justiça”. A regra de justiça se insere na subcategoria dos argumentos quase lógicos porque, apesar de ter uma aparência lógica, oferece bases para refutação.

### **A segunda Bolgia: bajulação**

Eugênio Aragão, em sua coluna no site *Viomundo*, em 2019, qualificou como indecente a bajulação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, ao Presidente da República, decorrente de acordos e encontros sociais entre ambos. No mesmo ano, houve outras manifestações na mídia nesse mesmo sentido e, por exemplo, no site UOL, a notícia intitulada *Justiça vive fase de parcialidade, politicagem e bajulação, dizem juristas* revelava que o Supremo Tribunal Federal havia violado a lei ao impedir o andamento, ao longo de 30 anos, dos pedidos de impedimento ou suspeição contra seus ministros.

A bajulação, nesse caso, como já mencionamos, pode não ser um simulacro de vício, já que, na esfera pública, não há verdade para os valores morais. Desse modo, trataremos do *logos* midiaticizado, isto é, da forma lógica construída pela mídia sobre a bajulação para atingir a crença de seu auditório e lançar membros do Supremo, por esse pecado, ao inferno.

Consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), notamos que os exemplos tratam de argumentos baseados na estrutura do real, pois se valem da realidade para instaurar as conexões que o orador pretende estabelecer com seu auditório. No primeiro exemplo, o vínculo causal permite um tipo de argumentação na qual o orador, ao perceber um acontecimento, evidencia o efeito que dele deve resultar. Assim, em decorrência de encontros sociais considerados escusos entre o Ministro Dias Toffoli e o Presidente Jair Bolsonaro, o orador visa, a partir de um dado acontecimento, a “negociações”, a aumentar a crença na existência de uma causa que assim resultaria na bajulação. Nesse sentido, a relação entre um princípio e suas consequências é, segundo os autores, a ligação de sucessão que faz parte da estrutura do real.

No primeiro texto, o orador apresenta um vínculo com a causa, “bajular é indecente”, porém o argumento é baseado na experiência e não se sustenta como demonstração

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 249.

científica. As provas dessa argumentação apenas estabelecem juízo de valor, a causa e a consequência estão vinculadas pela opinião; trata-se, portanto, de uma ligação de sucessão. Além disso, o orador ajusta a opinião do auditório ao próprio discurso. Nessa direção, Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>18</sup> consideram que “o importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige”.

Desse modo, a ação retórica da mídia busca os valores morais no auditório em relação à política e ao pecado de bajulação com desejo de levar ao julgamento. Observa-se que no primeiro exemplo, “bajular é indecente”, a informação é, assim, considerada como código de conduta no discurso, como um julgamento polarizado e moralizador. No segundo exemplo, há uma generalização, “dizem os juristas”, e uma simplificação, “a justiça vive uma fase de bajulação”, com o objetivo de criar estereótipo. Conclui-se que nos dois exemplos, a mensagem é simplificada, polarizada e estereotipada. Portanto, a visibilidade conferida ao ato pretende conduzir as pessoas a expressarem um sentimento de reprovação pública. Assim, essa estratégia retórica utiliza-se da construção simbólica do real, de mensagens simplificadas, e segue as regras da inteligibilidade para conquistar o auditório em busca de maior audiência.

### **A sexta Bolgia: hipocrisia**

A hipocrisia, que reúne todos os outros pecados do Malebolge, é o pecado que mais se aproxima do duplo argumentativo insidioso, entre virtude e vício, entre modelo e antimitelo, pois busca evitar confronto de valores. Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>19</sup> sintetizam essa perspectiva ao afirmarem: “Muitas vezes foi dito que a hipocrisia era uma homenagem que o vício presta à virtude”.

Neste trabalho, buscamos aproximar o elemento simbólico, a “toga” (vestimenta do magistrado) e a “capa” (castigo dos hipócritas por Dante), para exemplificar a divisão entre o vício e a virtude, pois acarreta transferência entre símbolo e simbolizado, conforme mencionamos acima.

A toga, símbolo do judiciário, usada também por ministros do Supremo, por meio do ato retórico midiático foi considerada hipócrita na ação da prisão do ex-presidente Lula, pois foi usada por ministros para votos políticos. A aparência de justiça e impar-

---

18 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p.26.

19 *Ibid.*, p. 226.

cialidade que impõe a toga foi desrespeitada, segundo acusações na mídia, porque foi abalada por interesses políticos do Supremo.

Segundo João Filho (2018) no site *The Intercept* “A prisão de Lula é política”. O autor citou o ministro Barroso que disse, nessa ocasião, que o tribunal estava dentro da “fogueira das paixões políticas”, o que é inaceitável, afirma o jornalista, uma vez que temos uma Justiça dependente de um sentimento social e não das leis constitucionais. Concluiu o autor, a prisão torna-se, portanto, “A hipocrisia dos moralistas”.

Na véspera da libertação do ex-presidente Lula, Barbosa (2019) publicou no site Carta Capital que “Se a prisão de Lula foi política, sua libertação também será” e apontou que o STF está longe de ser um terceiro observador que julga, mas ele próprio é uma peça do tabuleiro, reage na medida em que defende seus interesses. O autor ressalta “Note-se que o cuidado não é com a Constituição e com suas franjas poéticas do devido processo legal e da presunção de inocência, sempre relativizadas quando representam um obstáculo ao avanço predatório do capital”.

Nos dois exemplos, o *logos* midiaticizado sobre a hipocrisia para atingir a crença de seu auditório e lançar membros do Supremo, por esse pecado, ao inferno utiliza-se, segundo a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), dos argumentos quase lógicos. No primeiro exemplo, o orador João Filho, parte de uma presunção, mesmo quando cita o ministro Barroso, pois deseja confirmar o seu ponto de vista: entende que a prisão de Lula não foi justa e racionalmente baseada na lei, mas por paixões político-partidárias movidas pelo clamor público. Nota-se implicitamente a articulação de um silogismo:

Todo tribunal que toma decisões políticas depende do sentimento social e é movido pela fogueira das paixões.

Ora, a prisão de Lula foi política.

Logo, foi baseada no sentimento social e movida pela fogueira das paixões.

Nesse silogismo João Filho demonstrou a incompatibilidade entre o que deveria ser justiça “a prisão de Lula baseada em leis” por um apelo inconformado de incompatibilidade “a prisão foi baseada na “fogueira das paixões” e por um sentimento de clamor público”. Conclui-se que, por meio desse silogismo, o orador deseja o julgamento popular lógico e direto relacionado a uma ação da “hipocrisia dos moralistas”. Essa incompatibilidade, de que trata a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>20</sup>, busca ser removida na ação, porque a hipocrisia, segundo os autores, consiste em fazer acreditar que adotamos uma conduta em conformidade àquela que se espera de nós, isto é, no caso em tela, o orador pretende

---

20 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p.227.

demonstrar que a conduta do Supremo na prisão de Lula foge ao que a maioria popular entende por justiça e virtude.

No entanto, embora as premissas pareçam lógicas, assim como a incompatibilidade pareça racional, um termo pode ser refutado “O tribunal tomou uma decisão política”. Nesse argumento quase lógico, há um raciocínio não declarado pelo orador de que o STF também é um órgão reconhecidamente político. O ministro Gilmar Mendes, por exemplo, declarou na mídia<sup>21</sup> que o STF é um órgão político, uma vez que está na cúpula do poder de definir limite de poderes, portanto, o argumento apesar de sua aparência lógica oferece bases para refutação, por isso são argumentos quase lógicos.

No segundo exemplo, o orador Barbosa, vale-se dos argumentos de reciprocidade, que segundo a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>22</sup>, visa aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes em relação simétrica. É um argumento quase lógico que se utiliza da lógica formal quando a mesma relação pode ser afirmada tanto entre **b** e **a** como entre **a** e **b**. “A ordem do antecedente e do conseqüente pode, pois, ser invertida”<sup>23</sup>. Como podemos observar no exemplo “Se a prisão de Lula foi política, sua libertação também será”. Na sequência o autor assume o mesmo ponto de vista do primeiro texto e compartilha com as ideias de João Filho, em que a prisão do ex-presidente Lula foi política e estabelece implicitamente uma ação hipócrita, pois o Supremo relativiza suas leis quando tem interesses políticos.

## Considerações finais

Em *A divina Comédia*, Dante Alighieri trata das estruturas políticas, sobretudo, das que lançou ao inferno. Em uma sociedade em mau funcionamento o autor denuncia pessoas e Instituições que agem em benefício próprio, em detrimento do bem comum. O nível moral da alegoria de Dante é também o político, porque é impossível agir como ser humano moral sem ser um bom cidadão, e é difícil ser um bom cidadão ou uma pessoa moral em uma má sociedade, advertência que o autor ressalta com a esperança de salvação.

Notamos que o Malebolge é um lugar de inversões argumentativas, onde o ideal é que modelo e antimodelo não sejam contraditórios, assim como os vícios e as virtudes que se tocam, o que torna viável o prolongamento de uma na outra, a depender do interesse. O importante para a conquista e para a manutenção do poder de um orador é escapar

---

21 Estadão conteúdo, 2017.

22 Ibid., p. 250.

23 Ibid.

dos extremos, pois poderá ser inaceitável aos olhos do auditório. Dessa maneira, uma imagem ambivalente é tolerável porque pode engendrar modos argumentativos diversos.

Os pecados que analisamos, a sedução, a bajulação e a hipocrisia, têm o seu duplo que gera inversões argumentativas e podem ser vistos como virtudes ou vícios. A sedução pode ser a exploração da paixão dos outros para interesse próprio ou pode ser uma força positiva propulsora do desejo e da ação. A bajulação, na visão de Dante, é a exploração dos desejos alheios, no entanto, também pode ser vista como elogio. A hipocrisia, sinônimo de engano, pode ser considerada como compaixão para aquele que quer evitar conflitos.

Assim como nas demais estruturas de inversões, neste trabalho, é possível determinar o *logos* vicioso no discurso dos acusados e dos acusadores, ao considerarmos que a articulação retórica pode advir da pessoa, da Instituição ou até mesmo do coletivo, em que se insere a opinião pública. Tratar do *logos* dos viciosos no esquema político de hoje pode ser uma maneira de não deixar morrer as denúncias de Dante ou de buscar a compreensão sobre a sincronia em que os vícios e as virtudes podem estabelecer.

## Referências

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Trad. José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: eBooksBrasil, 2003.

ARAGÃO, Eugênio. Comportamento de Toffoli ao bajular Bolsonaro é indecente. 1º jun. 2019. Disponível em:

<https://www.viomundo.com.br/politica/eugenio-aragao-comportamento-de-toffoli-ao-bajular-bolsonaro-e-indecente.html>. Acesso em: 29 maio 2021.

ARISTÓTELES. Ética a **Nicômaco**. Trad. Pietro Nassetti. Coleção a obra-prima de cada autor. Texto integral. Martin Claret, 2007.

BÄCHTOLD, Felipe. Datafolha: reprovação aos ministros do STF volta a subir e atinge 33%. 12 jul. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/datafolha-reprovacao-aos-ministros-do-stf-volta-a-subir-e-atinge-33.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BARBOSA, Gustavo Freire. Se a prisão de Lula foi política, sua libertação também será. 9 ago.2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/se-a-prisao-de-lula-foi-politica-sua-libertacao-tambem-sera/>. Acesso em 02 ago. 2021.

Estadão Conteúdo. Gilmar Mendes diz que STF é um órgão político. 10 mar.2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/gilmar-mendes-diz-que-stf-e-um-orgao-politico/>. Acesso em 02 ago. 2021.

Estado de intimidação. Entrevistador: Cláudio Couto. Entrevistado: Conrado Hübner Mendes. 29 mai. 2021. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_MgNWsvYZQ8](https://www.youtube.com/watch?v=_MgNWsvYZQ8). Acesso em: 29 maio 2021.

FILHO, João. A prisão de Lula é política. 7 abr.2018. Disponível em:

<https://theintercept.com/2018/04/07/a-prisao-de-lula-e-politica/>. Acesso em 02 ago. 2021

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da sedução**: democracia e narcisismo na hipermodernidade liberal. Trad. Idalina Lopes. São Paulo: Manole, 2020.

MARTINO, Luiz Claudio. A revolução mediática: a comunicação na era da simulação tecnológica. **Razòn y Palabra**, México, p.35, n.49, 2006.

MENDES, Vinícius. Ministro Fux determina que Polícia Federal apresente relatório da Operação Malebolge em 45 dias. 19 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=39207&edt=9&noticia=ministro-fux-determina-que-policia-federal-apresente-relatorio-da-operacao-malebolge-em-45-dias>. Acesso em: 31 maio 2021.

OLIVEIRA, Siro Darlan de. Uso da toga em manifestação desvirtua simbolismo da veste. 21 mar.2016. Disponível em:

<https://www.sedep.com.br/artigos/uso-da-toga-em-manifestacao-desvirtua-simbolismo-da-veste/#:~:text=O%20escritor%20Joseph%20Campbell%20afirmou,carregado%20de%20uma%20importante%20simbologia>. Acesso em: 30 maio 2021.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Justiça vive fase de parcialidade, politicagem e bajulação, dizem juristas. 13 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/08/13/justica-vive-fase-de-parcialidade-politicagem-e-bajulacao-dizem-juristas.htm>. Acesso em: 29 maio 2021.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **Os onze**: O STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



# Escravagismo inglês e John Wesley: um embate retórico orientado pela racionalidade argumentativa

Éber José dos Santos

Joelma Batista dos Santos Ribeiro

*Evidentemente, conclui-se que  
toda forma de escravidão é inconciliável  
com a justiça e a misericórdia.*  
**John Wesley**

A abolição da escravatura aconteceu no Brasil em 1888, no entanto, vozes abolicionistas já ecoavam nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra<sup>1</sup>. Entre as figuras que se levantaram em favor da causa, assinalamos John Wesley (1703-1791), fundador do Movimento Metodista, que, por meio de seus discursos, contribuiu com a transformação da opinião pública sobre o assunto e, conseqüentemente, no preparo da mudança na legislação inglesa sobre a escravidão.

Este estudo tem o objetivo de analisar como o sacerdote anglicano e *spiritus rector* estruturou a argumentação no discurso *Pensamentos sobre a escravidão* (1774), parte IV, principal documento escrito por Wesley acerca do tema. Nele são apresentadas as principais proposições justificadoras da prática escravagista da época, as quais são, uma a uma, desmontadas e refutadas pelo orador devido a sua natureza falaciosa. O discurso wesleyano expõe, durante o desenvolvimento argumentativo, as virtudes dos povos escravizados e os vícios do escravizador de maneira a provocar o assentimento do auditório à tese de que a escravidão fere a lei natural da liberdade que, por sua vez, é superior às leis escravagistas da Inglaterra do século XVIII. Nesse sentido, cabe frisar, portanto, que a perspectiva adotada neste trabalho, de aporte teórico retórico, privilegia o aspecto argumentativo do discurso que é evidenciado

---

1 Renders (2013a, p. 108) comenta que a Revolução Francesa aboliu a escravidão na Europa por quinze anos, no entanto, depois foi reintroduzida por Napoleão.



na investigação da racionalidade wesleyana, isto é, favorecemos a análise da prova retórica *logos*, responsável por articular o discurso.

Para tanto, buscamos base teórica em: Aristóteles<sup>2</sup>, com *Arte Retórica* (2005) e *Ética a Nicômaco* (2015); Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), no *Tratado de Argumentação: a Nova Retórica*; e, ainda, nos estudos de Fiorin (2017), com *Argumentação*; e Samuel Mateus (2018), em *Introdução à Retórica no século XXI*. Para a contextualização do orador, do auditório e do corpus, as contribuições se pautam no principal estudioso, no Brasil, sobre o pensamento wesleyano, Helmut Renders (2013a, 2013b e 2019).

## John Wesley, um orador à frente de seu tempo

Embora não seja o enfoque deste artigo, é necessário, ainda que brevemente, traçar o percurso da formação de John Wesley para entendimento da motivação de seus pensamentos. Nascido em 1703, na cidade de Epworth, Inglaterra, berço de família pobre, fervorosa e cristã, desde menino, mostrava-se com inteligência acima da média. Em 1720, ingressou na Universidade de Oxford e, lá, com seu irmão Charles e outros estudantes começou um estudo metódico das Escrituras, grupo que ficou conhecido como Clube dos Santos, mais tarde, em 1784, oficialmente Metodismo<sup>3</sup>. Leitor voraz de diversos gêneros, apreciador das artes e das línguas, teve uma formação completa e interdisciplinar, o que lhe garantiu ser responsável, em 1731, pelos debates públicos no Lincoln College, “de onde vem não somente a sua prática em lógica formal, mas também a sua prática retórica e argumentativa, que depois lhe será de grande valia para seus sermões e polêmicas”<sup>4</sup>. No decorrer deste capítulo, observar-se-á que essa prática retórica a que se refere o autor é apoiada, predominantemente, na prova intrínseca *logos*, que reside no discurso<sup>5</sup>.

2 Cabe observarmos que, para este capítulo, estamos nos valendo da teoria aristotélica no que concerne à retórica, haja vista que na perspectiva da escravidão, na obra *Política*, de Aristóteles, especificamente, o capítulo 2 do Livro I, é evidenciada a adesão do filósofo ao serviço de escravidão, conforme se pode observar neste excerto: “mandar e obedecer são condições não somente inevitáveis, mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados ou para mandar, e há muitas espécies de mandantes e mandados (ARISTÓTELES, 2021, p. 29). Baseado nessa relação de mandantes e mandados, Aristóteles entendia como uma ciência natural a relação senhor e escravo, uma aquisição legítima por parte do senhor. Dizia que as pessoas ricas que não querem sujeitar-se a situações desagradáveis designam essas funções a seus empregados, no caso, escravos. Ademais, considerava os escravos como um bem vivo, instrumento a ser utilizado para se atingir a riqueza.

3 Zioli, 2015

4 Nascimento, 2003, p. 91, grifo dos autores

5 Ferreira, 2010

Wesley viveu em um século de revoluções: a Industrial, que mudou a forma de produção e institucionalizou o conceito de trabalho, e o Iluminismo, que revolucionou o pensamento da época, centrado na racionalidade. No campo religioso teve influência dos pensamentos pietistas<sup>6</sup> e calvinistas. Esse contexto histórico e social fez com que John Wesley atuasse não somente na religião, mas se envolvesse em questões polêmicas da sociedade inglesa, dentre elas, a exploração da mão-de-obra operária e a escravidão, interesse particular deste capítulo.

Inicialmente, seus posicionamentos sobre a questão escravagista foram pontuais, como as Notas Explicativas do Novo Testamento, em 1757; depois, em 1774, publicou “Os pensamentos sobre a escravidão”, primeira vez que ele se dirigiu à sociedade inglesa para argumentar veementemente contra a instituição da escravidão. Vale ressaltar que tal documento, com reedições posteriores, foi publicado dois anos depois do julgamento de James Somerset<sup>7</sup>, 1772, ano em que a escravidão na Inglaterra foi declarada ilegal.

No período de 1787-1791, Wesley juntou toda a sua experiência de ancião a uma geração de jovens abolicionistas - Samuel Hoare, Thomas Clarkson, Granville Sharp, John Wilberforce - pertencentes à Sociedade a favor da abolição do tráfico de escravos<sup>8</sup>, fundada em 22 de maio de 1787. Agrupar-se aos quatro tinha como intuito “dialogar, discutir, valorizar a contribuição de cada um para promover justiça e misericórdia na sociedade inglesa...”<sup>9</sup>.

O quadro 1 a seguir reúne os principais feitos de John Wesley em relação à temática escravidão.

---

6 Defendiam a renovação da piedade.

7 Africano escravizado comprado por Charles Stewart que, depois de ter fugido, foi recapturado e preso. O caso foi a julgamento para verificação se a prisão era ilegal. Britânicos antiescravagistas se mobilizaram para a liberdade de Somerset, dentre eles, Granville Sharp, advogado e abolicionista, para quem John Wesley escreveu uma de suas cartas.

8 Renders, 2013a, p. 105

9 Renders, 2019, p. 15

Quadro 1: JW<sup>10</sup> e o movimento abolicionista

Ano	Fato
1736	JW expressa sua alegria de ver negros no culto de Charles Town, Carolina do Sul, quando viajou à Geórgia, onde permaneceu de 1735-1737. Nesse período teve seu primeiro contato com a escravidão.
1756	Após 20 anos, o tema escravidão, considerado por JW como em-preendimento criminoso, é retomado em <i>Notas explicativas do Novo Testamento</i> .
1758	Relato de catequese e batismo de dois escravos, servos do Sr. Gilbert
1763	Publica <i>Pensamentos sobre a perfeição cristã e Compêndio da filosofia natural</i>
1765	<i>Notas do Antigo Testamento</i>
1770	<i>Pensamentos sobre o estado de assuntos públicos</i>
1772	JW corresponde por cartas com Bénézet e Sharp. Esse último, inclusive, publicou o primeiro tratado inglês de ataque à escravidão, em 1769. Publica <i>Pensamentos sobre a liberdade e Pensamentos sobre a origem do poder</i> .
1773	<i>Pensamentos sobre a atual escassez de alimentos</i>
1774	Publica sobre os <i>Pensamentos sobre a escravidão</i> , com quarta edição no ano seguinte, uma de suas importantes obras para além do campo religioso.
1778	Funda seu próprio jornal, o <i>Arminian Magazine</i> , que até sua morte, em 1791, publicou diversas matérias sobre a escravidão e seis cartas abolicionistas (1777 – 1791) de sua autoria.
1791	Declarou que a escravidão era “um escândalo da religião, da Inglaterra e da natureza humana” <sup>1</sup>

Fonte: Os autores<sup>11</sup>

<sup>10</sup> John Wesley

<sup>11</sup> Adaptado de Renders, 2013b.

Pelo quadro, é possível perceber que desde o primeiro contato com a escravidão, na prática, o tema veio reverberando em meio às publicações de Wesley até que sua inquietação e vontade de falar mais sistematicamente sobre o assunto vieram à tona com a publicação mais importante, reiteramos, e corpus deste estudo: Pensamentos sobre a escravidão. A partir daí, conhecidas suas ideias antiescravagistas, usou amplamente da habilidade argumentativa e retórica, centrada no *logos*, para tratar da questão mais detidamente, conforme já exposto.

### **O discurso wesleyano: do acordo à exposição dos vícios e das virtudes**

Apesar da riqueza argumentativa apresentada na totalidade do discurso Pensamentos sobre a escravidão (1774), nos debruçamos, para esta análise, na parte IV. Nela, John Wesley empreende uma série de refutações às proposições dos capitães, comerciantes, plantadores e demais escravagistas que buscam justificar, naquela época, a sua prática. Para melhor orientar a análise, tecemos, primeiramente, considerações sobre o acordo do orador com o auditório e, também, a respeito dos argumentos que acentuam e evidenciam o raciocínio argumentativo desenvolvido no discurso.

O orador esclarece, logo no exórdio: “Eu uso o termo escravidão para significar escravidão doméstica ou aquela relação entre um servo e seu mestre”<sup>12</sup>. Na sequência, apresenta um panorama histórico desse fenômeno na humanidade que parte da antiguidade até chegar ao século XV, quando a escravidão “ressurge com a descoberta da América e das costas oeste e leste da África. Em seguida outras nações que adquiriram territórios na América seguiram o exemplo dos espanhóis e então a escravidão ganhou raízes profundas na maioria de nossas colônias na América”<sup>13</sup>.

A abordagem inicial realizada pelo orador privilegia os fatos históricos por meio dos quais é estabelecido o acordo com auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que o acordo objetiva estabelecer relações entre as premissas e o que é, presumidamente, admitido pelo auditório, que também pode ser constituído por meio de verdades, presunções e fatos. Esse último, assinalam os autores, possui estatuto de verdade, por isso predispõe o auditório à argumentação. Dessa forma, ao utilizar fatos de conhecimento geral, portanto inegáveis, o orador mobiliza os seus leitores e estabelece um viés de raciocínio, baseado no conhecimento obtido por meio do saber sobre a relação

---

12 Wesley, 2013, p. 156

13 Ibid., p.157

da humanidade com o regime de escravidão até aquele momento. Essa forma de pensar também confere presença, proximidade, uma vez que o auditório faz parte da História.

É a partir desse acordo estabelecido que o orador divide o discurso de Pensamentos sobre a escravidão (1774) em: 1) Que tipo de terra os escravos habitavam; 2) Que tipo de pessoas são; e 3) De que forma são capturados, transportados e tratados. Cada uma das partes é permeada pelo argumento de autoridade na forma de citações de testemunhas que relataram acontecimentos e impressões como: William Moor, que foi contratado em 1730 pela Royal African Company como escritor nos postos avançados da Companhia no rio Gâmbia, e André Brué (1654 – 1738), diretor geral do comércio francês que viveu dezesseis anos na costa de Senegal e escreveu sobre a produtividade da terra<sup>14</sup>. Outros autores também são mencionados no decorrer do discurso.

Wesley justifica o uso do argumento de autoridade ao afirmar: “Aqui também a forma mais segura é formular nossa opinião a partir de testemunhas oculares e auriculares”<sup>15</sup>. Esse argumento, segundo Perelman e Olbrechts-Tyeca (1996), vale-se de atos ou juízos de uma pessoa ou grupo como meio de prova a favor de uma tese, no caso, não são apenas as palavras do orador que ecoam na argumentação, mas de outros autores que lá estiveram e testemunharam as afirmações que são endossadas no discurso.

Após descrever a riqueza do solo africano, o orador destaca o perfil virtuoso daquele povo e ressalta a influência do europeu que, segundo afirma, o tornou vicioso:

Eles (africanos) são extremamente justos e honestos em seus negócios e também são muito caridosos. O rei e seus grandes senhores tomam conta de que todos que podem trabalhar tenham um emprego. E aqueles que realmente não podem trabalhar, eles os mantém por temor a Deus, de modo que aqui também não existe nenhum pedinte. [...] Eles também são descritos como muito criativos, talvez os mais criativos entre os que vivem em tamanho calor; como justos e honestos em seus negócios, exceto onde o homem branco os ensinou a agir de outra maneira. Sem dúvida eles são muito mais mansos e amigáveis com todos os tipos de estrangeiros do que qualquer um de nossos antepassados<sup>16</sup>.

Demorou um tempo até que os europeus encontrassem uma forma mais abreviada de buscar escravos africanos, isto é, encontrando formas de subjugar-los de tal

---

14 Wesley, 2013

15 Wesley, 2013, p. 159

16 Ibid., p. 162, grifo dos autores

forma que eles entrassem em guerra entre si para então vender seus prisioneiros de guerra. Até então, raramente eles tinham qualquer tipo de guerra, pois eram em geral tranquilos e pacíficos. Mas os homens brancos lhes ensinaram sobre bebida e avaréza e logo eles começaram a contratar gente para vender escravos uns aos outros. De fato, por estes meios até mesmo reis são induzidos a vender seus próprios súditos<sup>17</sup>.

Nesse excerto, o orador acentua as virtudes dos povos nativos africanos: justos, honestos nos negócios, caridosos. De acordo com Aristóteles (2015), a virtude é um hábito, deve ser praticado até atingir a mediania, ou seja, nem o excesso nem a falta. O discurso descreve os africanos como praticantes de ações que geraram tais virtudes. Por outro lado, a falta de justiça do europeu, vício pela escassez, movido pela ganância em obter lucros, os fizeram trabalhar para desvirtuar aqueles povos nativos. É, pois, no entremeio do discurso, que John Wesley utiliza a figura retórica da ironia como estratégia argumentativa para evidenciar a virtude e o vício, a qual consiste em “dizer-se ao contrário do que se pensa, deixando-se entender isso pelo contexto”<sup>18</sup>. Na ocorrência abaixo, a ironia alteia a virtude da honestidade do nativo africano e o vício do europeu escravagista:

Nossos antepassados! Onde haveremos nós de encontrar neste dia, entre os brancos da Europa, uma nação que geralmente pratica a justiça, misericórdia e verdade como encontradas entre estes pobres negros africanos? Suponha que as descrições apresentadas são verdadeiras (as quais eu não tenho nenhuma razão ou intenção de duvidar) e logo sairemos todos da Inglaterra e da França para buscar honestidade genuína em Benim, no Congo e em Angola<sup>19</sup>.

Ainda para acentuar o vício da ganância, gerada pela injustiça, do europeu cristão que comete atrocidades, John Wesley, também, vale-se de outra ironia: “Esta é a forma com que os negros são capturados! Assim os cristãos pregam o evangelho aos pagãos!”<sup>20</sup> A afirmação do orador ironiza a situação ao mesmo tempo que delata a conduta daqueles que se dizem cristãos religiosos, mas não agem de acordo.

---

17 Ibid., p. 163, grifo dos autores

18 Tringali, 2014, p. 199

19 Ibid., 162, grifo dos autores

20 Ibid., p. 165

## A lógica inconsistente dos escravagistas e a argumentação wesleyana: falácias e refutações

Na parte IV de *Pensamentos sobre a escravidão* (1774), John Wesley estabelece um esquema argumentativo dialético, no qual expõe os raciocínios inconsistentes dos escravagistas e, em seguida, os refuta. As afirmações dos escravagistas se revelam falaciosas<sup>21</sup>, ou seja, embora, à primeira vista, pareçam verdadeiras, benevolentes e justificáveis, são desmontadas e refutadas, à medida que o orador estabelece raciocínios na forma de argumentos que expõem suas inconsistências e inverdades e, assim, encaminham o assentimento do auditório para a sua tese: a escravidão fere a lei natural da liberdade que é superior às leis escravagistas da Inglaterra do século XVIII. Com esse discurso retórico, reforça nosso entendimento de que o orador enfatiza a argumentação por meio da prova retórica do *logos* com a finalidade explícita de docere<sup>22</sup>, isto é, persuadir o auditório.

O orador se vale, para este fim, de raciocínios de associação que aproximam elementos distintos e estabelece uma relação de solidariedade. Esses esquemas de ligação estão na base de três tipos de argumentos: os que são construídos com base no raciocínio lógico ou matemático, os argumentos quase lógicos, como o argumento de retorsão e de definição; os argumentos que aproximam elementos distintos e cuja a ligação existe no real, os argumentos que fundam a estrutura do real, como o argumento de autoridade e de causalidade; e, ainda, os que criam os elementos para a ocasião, os argumentos que fundamentam a estrutura do real, como os argumentos de analogia e exemplo<sup>23</sup>. A seguir, apresentamos as falácias escravagistas e as respectivas refutações do orador no contexto da análise do corpus.

A primeira proposição escravagista mencionada no discurso revela a falácia de apelo à misericórdia, que pretende impregnar o auditório de piedade ou compaixão: “Como estes negros são prisioneiros de guerra, nossos capitães e gerentes os compram simplesmente para salvá-los da morte. Acaso isso não é misericórdia?”<sup>24</sup>. O orador, John Wesley, utiliza uma sequência de interrogações retóricas para refutar a justificativa falaciosa dos escravagistas:

Acaso o Sr. John Hawkins, e muitos outros, capturaram homens, mulheres e crianças, todos estes vivendo em paz em seus próprios campos e casas, apenas para salvar suas

21 Falácia “são raciocínios falsos ou errados ainda que aparentem ser verdadeiros [...] Na Retórica, a falácia é um raciocínio argumentativo fraco e pode ser facilmente confundida com argumentos fortes”. (MATEUS, 2018, p. 150)

22 Ferreira, 2010

23 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996.

24 Wesley, 2013, p. 170

vidas? 2. Foi para salvá-los da morte que eles esraçalharam os cérebros daqueles que eles não puderam levar? 3. Quem ocasionou e fomentou tais guerras de onde estas pobres criaturas foram tomadas como prisioneiras? Quem os instigou com dinheiro, bebidas e todas as formas possíveis para que se levantassem uns contra os outros? Acaso não foram os próprios brancos? [...] 4. Mas, para sintetizar a questão: poderão eles dizer diante de DEUS que fizeram alguma viagem ou tomaram um negro sequer sob este motivo? Não, eles não podem.<sup>25</sup>

A sequência de interrogações retóricas contribui para manter a comunhão com o auditório, encaminhá-lo para o raciocínio desejado, informá-lo sobre o ocorrido e, ainda, estabelece a crença de que os escravagistas fizeram com objetivo de obter lucro. Revela, assim, a sua ganância e a sua avareza (vícios). Elas também fazem com que o argumento dos escravagistas se volte contra eles mesmos, pois evidenciam a incompatibilidade de seus atos com o seu discurso de misericórdia. De acordo com Reboul (2004), a incompatibilidade liga-se à retorsão que “consiste em retomar o argumento do adversário mostrando que na verdade este é aplicável contra ele mesmo”<sup>26</sup>. A refutação desenvolvida pelo orador, por meio das interrogações retóricas, encaminha o auditório ao assentimento da tese do orador ao mesmo tempo que descridita as palavras e a imagem, o *ethos*<sup>27</sup>, dos escravagistas.

A segunda proposição escravagista evidencia a falácia de apelo à crença popular, no caso, do europeu. Esse tipo de falácia objetiva fazer com que a conclusão ou ponto de vista do orador seja verdadeira porque acredita-se que a maioria das pessoas creem nela:

Se não é de todo correto, ao menos é necessário que assim seja: há uma necessidade absoluta. É necessário que busquemos escravos e, em seguida, é necessário usá-los com rigor considerando sua estupidez, teimosia e perversidade<sup>28</sup>.

O orador refuta essa proposição escravagista a partir do raciocínio analógico:

Não pode ser jamais necessário que um ser racional mergulhe abaixo do nível das feras. Uma pessoa não pode sob qualquer necessidade reduzir-se a um lobo. O absurdo desta premissa é tão evidente que é difícil ver como ninguém possa vê-la.<sup>29</sup>

---

25 Ibid., p.170

26 Reboul, 2004, p. 169

27 *Ethos*: “a representação que o orador imprime de si no ato retórico” (FERREIRA, 2019, p.14)

28 Wesley, 2013, p. 170

29 Ibid., 170



A analogia coloca os homens, seres racionais, na mesma categoria que as feras (lobo: predador), seres desprovidos de racionalidade humana e de valores. Por isso, não levam em conta a lei natural que é superior à lei escravagista, tese defendida por Wesley. O raciocínio analógico, assim como o exemplo, se encontra entre os argumentos que fundamentam a estrutura do real, uma vez que criam elementos ou tiram de outra realidade, especialmente, para ocasião argumentativa.

Ainda para refutar a lógica inconsistente escravagista da época, Wesley resgata mais duas falácias de apelo à crença popular: “Mas o senhor há de concordar que estes escravos são necessários para o cultivo de nossas ilhas, uma vez que brancos não podem trabalhar em climas quentes” e “Mas precisamos de escravos para o comércio e riqueza, e para a glória de nossa nação”<sup>30</sup>. O orador refuta a falácia a partir do raciocínio indutivo, o argumento pelo exemplo:

A julgar pelo termômetro, o calor do verão na Geórgia é geralmente o mesmo do de Barbados. Ainda assim, eu e minha família (oito no total) empregamos todo nosso tempo livre lá cortando árvores e limpando o solo, num trabalho tão árduo quanto o dos negros. Uma família alemã com 40 pessoas igualmente realizava toda forma de trabalho. E isto estava muito distante de ameaçar nossa saúde e todos continuamos a trabalhar perfeitamente bem, ao passo que os ociosos ao nosso redor eram varridos tal como uma peste.<sup>31</sup>

[...] melhor nenhum comércio, do que um comércio adquirido por vilania. É muito melhor ter nenhuma riqueza, do que ganhar riqueza a custo da virtude. Melhor é a pobreza honesta, do que todas as riquezas pelas lágrimas, pelo suor, pelo sangue de nossos semelhantes.<sup>32</sup>

O exemplo consiste em casos particulares, trazidos de fora do discurso, que comprovam uma afirmação. No caso, John Wesley utiliza uma experiência própria e outra ocular para refutar a necessidade do trabalho escravo em detrimento ao do branco nas lavouras sob o clima quente.

Como adendo, considerando o contexto social, histórico, político e econômico, que distancia a Grécia Antiga do século XVIII, é interessante observar que, do ponto de vista

---

30 Ibid., p. 171

31 Ibid., p. 173

32 Wesley, 2013, p. 172

de Aristóteles, em Política, o pensamento de Wesley estaria equivocado, uma vez que, para o estagirita, a riqueza se constituía à base de um trabalho servil, de obediência, ao passo que, para o anglicano, o direito à liberdade era superior a qualquer outra lei, ou seja, um direito natural.

O orador ainda resgata, em Pensamentos sobre a escravidão, outra justificativa falaciosa dos escravagistas sobre seus atos, agora dos castigos e as mutilações cometidas: “Seja como for, é necessário tratar os escravos com rigor, quando os temos” (...) “Oras, para preveni-los de fugir e para mantê-los trabalhando a fim de que não percam seu tempo. Tão miseravelmente estúpida é a raça dos homens, sim, tão teimosa e perversa” e “Mas a estupidez deles não é o único motivo para tratarmos eles com rigor. Afinal é difícil dizer qual é o maior, se sua teimosia ou sua perversidade”<sup>33</sup>. O raciocínio falacioso dos escravagistas apela, novamente, para a crença popular de que os escravizados mereciam tal tratamento, uma vez que uma parcela das pessoas parecia acreditar nisso, assim como eles.

A alegação de estupidez, perversidade e teimosia dos senhores de escravos são refutadas por John Wesley por meio da sequência de perguntas retóricas que denunciam o teor violento das agressões cometidas: “(...) Açoitá-los a cada pequena transgressão até que estejam eles sangrando? E aproveitar para esfregar pimenta e sal em sua carne viva? E derramar cera quente em sua pele? Cortar metade de seu pé com um machado (...) Queimá-los vivos?”<sup>34</sup>. Também os confronta ao estabelecer o viés de raciocínio no qual o comportamento dos escravos é causado pelos atos de seus senhores:

Caso sejam eles estúpidos como tu o dizes, a que se deve tal estupidez? Não há dúvidas que ela bate à porta de seus mestres desumanos. Quem lhes negou os meios, oportunidades de desenvolver seu entendimento? Logo, a estupidez deles é sua culpa e tu haverás de responder por ela, diante de DEUS e das pessoas. [...] <sup>35</sup>

A argumentação estabelecida pela causalidade, argumento que funda a estrutura do real, supõe um encadeamento de fatos que produzem um efeito<sup>36</sup>. No discurso, o orador explicita a desumanidade dos senhores e a negligência na contribuição para o desenvolvimento dos escravizados. Também, em outros trechos, enfatiza atos de indução aos vícios, como: “Quem os instigou com dinheiro, bebidas e todas as formas possíveis para que se levantassem uns contra os outros? Acaso não foram os próprios brancos?”<sup>37</sup>. A sucessão dos atos dos escravagistas, de acordo com o raciocínio estabelecido na argumentação,

33 Wesley, 2013, p. 172-173

34 Ibid., p. 172

35 Ibid., p. 172

36 Fiorin, 2017, p. 151

37 Ibid., p. 170

provocou o comportamento dos escravizados. Em outras palavras, os escravagistas são os reais culpados da teimosia que acusam.

No mesmo sentido, para aclarar o raciocínio de que o comportamento dos escravizados é fruto dos sucessivos atos de seus senhores e, assim, desmontar o raciocínio falacioso dos escravagistas, o orador utiliza um exemplo:

Conheço alguém que teve prudência e paciência para fazer a experiência: Sr. Hugh Bryan, então vivendo nas fronteiras da Carolina do Sul, e qual foi o resultado? Ora, que todos os seus negros (e ele não tinha poucos) o amavam e o reverenciavam como um pai e alegremente o obedeciam com amor. De fato, eles temiam muito mais um de seus olhares do que o chicote de qualquer supervisor<sup>38</sup>.

O exemplo é trazido para o discurso como elemento esclarecedor do raciocínio de causalidade desenvolvido por Wesley. Ainda dentro desse mesmo raciocínio encerra a parte IV do discurso:

Se tu (escravagistas) não tens feito isso, se não tomas os esforços ou pensamentos necessários sobre esse assunto, poderá meditar sobre a perversidade deles? Que surpresa seria que eles se levantassem para cortar tua garganta? Se eles o fizessem, a quem o senhor poderia agradecer, se não a ti mesmo? Tu primeiro agiste como o vilão ao torná-los escravos (seja se os roubaste ou compraste). Tu os mantiveste em estupidez e perversidade ao cortar todas as oportunidades de desenvolvê-los em conhecimento e virtude<sup>39</sup>.

O orador enfatiza que as consequências das ações dos escravagistas podem-lhe custar a própria vida: ter a garganta cortada por um escravo. Dessa forma, encerra a sua série de refutações às falácias escravagistas, acentua as suas inconsistências e desperta a paixão do medo<sup>40</sup> às possíveis consequências de seus atos.

38 Wesley, 2013, p. 173

39 Ibid., p. 173

40 Paixão do medo: segundo Aristóteles (2005), consiste na desolação ou preocupação resultantes da suposição de um mal que se mostra pungente, próximo e danoso.

## Considerações finais

Pensamentos sobre a escravidão (1774) revela um orador de raciocínio claro, conciso e apaixonado pela causa abolicionista. John Wesley foi, além de líder religioso, uma figura de seu tempo que usou o discurso para disseminar ideias que se opunham aos interesses das elites da Inglaterra escravagista em favor do cidadão livre. Na contemporaneidade, as suas palavras ainda continuam retumbando nas sociedades, nas comunidades, nas famílias, enfim, entre todos aqueles que clamam pelo direito à liberdade.

O discurso de Wesley, embora apaixonado, é racional no ponto de vista argumentativo, reiteramos, das três provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos* – a ênfase argumentativa do orador recai sobre a última. A operação argumentativa realizada parte de uma base dialógica que apresenta, primeiramente, os raciocínios falaciosos justificadores da escravidão daquela época para, depois, de maneira persuasivamente clara e direta, refutá-las. Os argumentos utilizados, para isso, se ancoram em elementos de ligação, que se associam com a realidade discursiva: o exemplo, a analogia, a retorsão, o argumento de autoridade e a causalidade. Outros recursos argumentativos são utilizados para reforçar as virtudes dos escravos e os vícios dos senhores como as perguntas retóricas e a ironia. Elas, muitas vezes, delatam as intenções e os atos desonrosos dos grupos escravagistas, ao mesmo tempo que reforçam as virtudes dos escravizados, anteriormente à condição de escravos.

O percurso argumentativo traçado pelo orador no discurso permitiu que sua tese de que o direito à liberdade é superior à lei escravagista da Inglaterra ganhasse o assentimento do auditório e se replicasse por todo o seu país, o que “ajudou na mudança da opinião pública sobre o assunto e a preparar a mudança da legislação inglesa”.<sup>41</sup>

Vale assinalar que Pensamentos sobre a escravidão (1774) atingiu, no ano seguinte à sua primeira publicação, a quarta edição e, ainda hoje, é considerado o discurso wesleyano mais importante fora do campo religioso.

## Referências

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Introdução e notas de Jean Voilquim e Jean Capelle. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas: Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.

---

41 Renders, p. 107, 2013a

\_\_\_\_\_. **Política**. Tradução: Mário da Gama Cury. Prefácio de José Reinaldo de Lima Lopes. São Paulo: Editora Madamu, 2021. Disponível em: [Politica\\_Aristoteles\\_amostra.pdf](#) (awsli.com.br). Acesso em: 21 ago. 2021.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Inteligência retórica e vocalidade**: constituição e manutenção do *ethos*. In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). *Inteligência retórica: o ethos*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 9-23. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/441/21819>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica no Século XXI**. Portugal: Lacombe, IFP, p. 151-153. 2018. Disponível em [201804271553-201807\\_introretorica\\_smateus.pdf](#) (ubi.pt). Acesso: 10 ago. 2021.

NASCIMENTO, Amós. **John Wesley**: o Iluminismo e a educação metodista na Inglaterra. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 12, n. 22, jun/2003. Disponível em: [John Wesley, o Iluminismo e a educação metodista na Inglaterra | Nascimento | Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime](#). Acesso em: 5 jun. 2021.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RENDERS, Helmut. O envolvimento de John Wesley (1703-1791) na causa abolicionista: de experiências pessoais, via a criação de uma rede de contestadores/as até uma ação política orquestrada. **Revista Caminhando**. São Bernardo do Campo, vol. 18, n. 1, p. 107-122, jan. / jun. 2013a. Disponível em: [O envolvimento de John Wesley \(1703-1791\) na causa abolicionista: de experiências pessoais, via a criação de uma rede de contestadores/as até uma ação política orquestrada | Renders | Caminhando \(metodista.br\)](#). Acesso em: 6 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Linha do tempo: John Wesley e o movimento abolicionista. **Revista Caminhando**. São Bernardo do Campo, vol. 18, n. 1, p. 199-204, jan. / jun. 2013b. Disponível em: [Linha do tempo: John Wesley e o movimento abolicionista | Renders | Caminhando \(metodista.br\)](#). Acesso em: 6 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **John Wesley e a luta abolicionista**. Edição bilíngue dos seus Pensamentos sobre a escravidão. São Paulo: Editora da ASTE, 2019.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2014.

WESLEY, John. Pensamentos sobre a escravidão. Tradução de Filipe Maia e Helmut Renders. In: MAIA, Filipe; RENDERS, Helmut. Os pensamentos sobre a escravidão (1774) de John Wesley: introdução e tradução para o português brasileiro. **Revista Caminhando**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-181, jan./jun. 2013. Disponível em: [Os "Pensamentos sobre a Escravidão" \(1774\) de John Wesley: introdução e tradução para o português brasileiro - | Maia | Caminhando \(metodista.br\)](#). Acesso em: 11 mar. 2021.

ZIOLI, Cláudio Ferraz. **Religião e Educação no pensamento de John Wesley**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual e Maringá. Paraná, p. 110. 2015. Disponível em: [2015 - Claudio.pdf](#) (uem.br). Acesso em: 5 jun. 2021.

# Virtudes e Vícios em Depoimentos da CPI da Pandemia: Retórica e Análise Textual dos Discursos em Interface

Sueli Cristina Marquesi

Andréa Pisan Soares Aguiar

## Considerações iniciais

Neste capítulo, relacionamos o aporte teórico oferecido pela Retórica, em especial, aquele que nos permite abordar os vícios e as virtudes, o *logos* e a argumentação, aos procedimentos analíticos da Análise Textual dos Discursos (ATD), em seu nível 5 de análise textual discursiva<sup>1</sup>, em que estão inscritas as sequências textuais, entre elas, as descritivas e as argumentativas, que contemplamos neste trabalho.

Tendo em vista esse exercício reflexivo, estabelecemos a seguinte pergunta a ser respondida: como virtudes e vícios se corporificam nos discursos de dois depoentes na CPI da Pandemia, por meio dos tipos de argumentos e das sequências textuais descritivas e argumentativas? Diante desta pergunta, temos, pois, como objetivo, neste estudo, verificar como os tipos de argumentos e as sequências textuais presentes nos discursos de dois depoentes da CPI se inter-relacionam na construção/expressão de comportamentos virtuosos e viciosos.

Com vistas a alcançarmos esse objetivo e respondermos à questão explicitada, organizamos o capítulo em cinco seções, além destas considerações iniciais, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, tratamos dos vícios e das virtudes com base na ética aristotélica; na segunda, abordamos o *logos* e a argumentação como elementos do discurso retórico destinados a persuadir; na terceira, apresentamos o quadro teórico pertinente às sequências textuais, discorrendo, em suas subseções, sobre as sequências

---

1 Adam, 2011.

textuais descritivas e as argumentativas, bem como sobre os tipos de argumentos; na quarta seção, contextualizamos a Comissão Parlamentar de Inquérito; na quinta seção, procedemos à análise de dois trechos de depoimentos, respectivamente, dos ex-ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Eduardo Pazuello, e à sua discussão.

## Vícios e virtudes

A filosofia aristotélica é marcada pelo senso teleológico, ou seja, está fundamentada na noção de que tanto os seres quanto o universo direcionam-se a uma finalidade que, por transcender a realidade material, é inalcançável de maneira plena ou permanente. Em outras palavras, a toda ação humana corresponde um fim último, denominado eudemonia, visto como um bem supremo.

Em *Ética a Nicômaco* (2021), Aristóteles ensina que o homem é um ser racional e que a razão, o pensamento, é a sua essência; é a razão que constitui o meio para alcançar o fim, o sumo bem. É nela que está a virtude do homem, a raiz da qual emana a ação, em conformidade com o bem; trata-se, pois, de um hábito, que deve se mostrar de forma ativa, ou seja, o ser virtuoso, considerado apenas como uma qualidade, não tem utilidade. Para ser virtuoso, é preciso agir de modo virtuoso, fazer com que a virtude seja uma prática do ser e não apenas uma qualidade.

Com isso, Aristóteles quer dizer que nos tornamos virtuosos praticando a virtude, justos realizando ações justas, temperantes realizando ações comedidas. A virtude não nasce com o homem, mas é adquirida ao longo da vida, promovendo, assim, a transformação do ser, uma vez que aprimora a boa conduta daquele que a possui.

De acordo com o pensador, duas são as espécies de virtude: a virtude intelectual e a virtude moral. A primeira tem como objeto o prazer e a contemplação, requer tempo e experiência para se desenvolver, uma vez que é adquirida por meio do aprendizado; a segunda tem como objeto os atos da vida prática, e é adquirida por meio do hábito, pelo exercício de ações virtuosas.

O caminho para a realização de tais ações é o da moderação; um sentimento ou um ato sendo deficiente ou excessivo tende ao vício. Por exemplo, a falta ou o excesso de ingestão de alimentos leva o corpo à debilidade; o mesmo ocorrendo em relação à falta ou ao excesso de coragem: alguém é covarde por temer tudo e não fazer nada, o que Aristóteles designa como vício por deficiência; é temerário aquele que excede na coragem e deseja o perigo antes que esse aconteça, o que o filósofo denomina vício por excesso.

Uma vez que a virtude é a moderação, os sentimentos e as paixões referem-se ao excesso ou à deficiência, extremos em meio aos quais a primeira se situa. Assim, temos, por exemplo, a virtude da gentileza, em cujos polos opostos estão a indiferença e a iras-

cibilidade; a virtude da temperança, que está entre a insensibilidade e a libertinagem; a virtude da magnificência, entre a vileza e a vulgaridade, polos que representam, respectivamente, vícios por deficiência, caracterizados pela ausência completa de um sentimento, capacidade ou disposição, e vícios por excesso, caracterizados pela posse completa deles.

O grau conveniente, ou ponto ideal, em que está a virtude, não diz respeito exatamente a uma dicotomia, em vez disso, o filósofo propõe um justo meio, a mesotés, conceito que permeia toda moral aristotélica. A virtude ora está mais próxima do excesso, ora mais próxima da deficiência, resta-nos saber como alcançar a medianidade; uma vez que atingi-la é difícil, agir de forma virtuosa não é uma tarefa simples. Aristóteles ensina que o melhor a fazer é analisar as inclinações que nos levam mais a um extremo oposto, já que, conhecendo-as, podemos evitá-las e, dessa forma, alcançamos mais facilmente o grau conveniente.

A fim de procedermos dessa maneira, uma virtude é primordial: a prudência, uma das quatro virtudes norteadoras da conduta humana, ao lado da justiça, da coragem e da temperança. Prudência é a virtude do lado racional, organizadora dos esforços direcionados à obtenção da felicidade<sup>2</sup>, que possibilita julgar aquilo que deve ser escolhido na vida e aquilo que deve ser evitado. Justiça é a virtude da alma, que leva o indivíduo a repartir algo de acordo com o devido, salvaguardar as leis escritas, dizer a verdade e proteger acordos. Coragem é a parte animosa pela qual o indivíduo torna-se imperturbável a temores relativos à morte e ousado diante dos perigos. Temperança é a virtude que leva o homem ao meio-termo entre o excesso e a deficiência em relação às suas ações.

Ao pensarmos em prudência, somos remetidos ao sentido de ter cautela no agir, no entanto, em um significado mais amplo, ela está relacionada à ação de tomar a decisão certa em determinado momento. Em sua exposição acerca dessa virtude, Aristóteles esclarece que o indivíduo prudente é aquele que sabe deliberar bem, ou seja, que calculou de forma acertada para chegar a uma boa finalidade. O prudente, assim, é aquele capaz de julgar o que é bom tanto para si mesmo quanto para os demais indivíduos, qualidade que deve ser observada naqueles que governam, como é o caso de homens de Estado, que devem representar o governo da razão, esta responsável por equilibrar a conduta humana, mantendo-a distanciada dos impulsos da animalidade.

---

2 Na concepção de Aristóteles, felicidade remete a algo interior e espiritual, à plenitude da vida e à perfeição do ato da alma, que requer que o indivíduo tenha uma condição natural afortunada. Por exemplo, no entendimento do filósofo, uma pessoa doente não poderia ser plenamente feliz, assim como um escravo que, sem ter a plenitude da vida, não poderia alcançar a felicidade.



## **Logos e argumentação – o discurso retórico**

Podemos entender o sistema retórico como um aparato discursivo do qual nos valem para convencer ou persuadir uma pessoa ou um auditório em relação a alguma questão. De maneira a alcançar seu objetivo primeiro, que é persuadir e obter a adesão da audiência às teses e ideias expostas, o orador utiliza-se de meios racionais e efetivos em termos de persuasão, o que faz com que a Retórica seja, além de uma arte, um conjunto de técnicas destinadas a tornar o discurso dotado de uma dimensão de verdade.

Nesse sentido, Citelli (2004) explica que a Retórica não tem como intuito assumir uma atitude ética, uma vez que não visa a verificar se algo é verdadeiro ou não, mas busca assumir uma atitude analítica, pois cabe a ela examinar quais são os mecanismos empregados para conferir a algo dimensão de verdade. Ao contrário da ciência, fundamentada na demonstração, na comprovação e na ideia de verdade, funda-se em conteúdos que desejam ser verdadeiros, como inscrito na própria etimologia da palavra *persuadir*, *per* + *suadere*, que significa *aconselhar*, ou seja, alguém aconselha o outro acerca de algo sobre o que está sendo afirmado.<sup>3</sup>

Dessa forma, como defende Perelman (2000), podemos aderir a uma tese não só por sua veracidade, mas também por ela nos parecer mais oportuna, mais útil, mais razoável ou mesmo mais adequada à situação, e há certos casos, considerados como excepcionais pelo autor, em que preferimos outros valores à verdade, talvez porque nos sirvam a determinados interesses.

Da perspectiva do autor, a argumentação centra-se no discurso dos valores, e não no discurso do real. Em outras palavras, o que

se opõe ao verdadeiro só pode ser falso, e o que é verdadeiro ou falso para alguns deve sê-lo para todos; não se tem de escolher entre o verdadeiro e o falso. Mas aquilo que se opõe a um valor não deixa de ser um valor, mesmo que a importância que lhe concedamos, o apego que lhe testemunhemos não impeçam de sacrificá-lo eventualmente para salvaguardar o primeiro. Nada garante, aliás, que a hierarquia de valores de um será reconhecida por outro.<sup>4</sup>

Entendemos, assim, que a escala de valores orienta a argumentação e o posicionamento da audiência, esta que o orador quer atingir por meio de seus argumentos. Nessa dinâmica retórica, não importa se o que o orador profere é a verdade, no sentido

---

<sup>3</sup> Citelli, 2004.

<sup>4</sup> Perelman, 2000, p. 146.

de “construção social”; pode ser apenas verossímil, “algo que brinca de verdade; que se assemelha ao verdadeiro”, que tem “efeito de verdade”.<sup>5</sup> O auditório é que dará seu aval àquilo que considera crível e digno de ter sua confiança, e considerará o orador bom o suficiente para persuadi-lo a ponto de fazê-lo assentir à tese apresentada.

No discurso, conforme esclarece Aristóteles (2013), encontramos as provas de persuasão, denominadas provas intrínsecas, criadas por meio dos próprios recursos retóricos. Elas são de três espécies: *ethos*, centradas na credibilidade moral do orador, na sua virtude, na sua honra, na confiança que lhe é dada; *pathos*, centradas no auditório, na maneira como ele se dispõe a fazer algo movido por crenças e paixões; *logos*, centradas no discurso, na razão, naquilo que demonstra ou parece demonstrar.

Já as provas extrínsecas originam-se não no discurso, mas em uma fonte externa, no mundo exterior à Retórica. O orador as utiliza de forma a favorecê-lo; são empregadas para provar uma intenção, garantir a veracidade de uma ideia ou de um fato, por exemplo. Entre tais provas, temos, como elenca Ferreira (2010), citações de autoridades, os termos da lei, as testemunhas e a impressão digital.

Os meios de persuasão valem-se, então, das provas retóricas, que vão das mais subjetivas, *ethos* e *pathos*, às mais objetivas, *logos*, que têm relação com a construção coerente do raciocínio. De acordo com Ferreira<sup>6</sup>, o *logos* é responsável pelo discurso persuasivo, possibilitando-nos demonstrar o que parece ser verdade sobre um assunto.

Como propõe Aristóteles (2013), há duas estratégias lógicas principais para o desenvolvimento do raciocínio lógico, que são as provas dedutivas: o entimema, raciocínio dialético dedutivo, e o exemplo, raciocínio indutivo. Ferreira (2010) observa que o discurso que visa à persuasão deve trazer as provas dedutivas, pois são elas que sustentam a argumentação.

Os entimemas são dois: demonstrativo, em que se chega a uma conclusão por meio de premissas com as quais o auditório concorda, e refutativo, em que se chega a uma conclusão com a qual o auditório não concorda. Já o conceito de exemplo de Aristóteles, de acordo com Reboul (2004), é diferente daquele que conhecemos. Para o filósofo, exemplo refere-se a fatos que ocorreram certa quantidade de vezes e ajudam a prever fatos futuros. Temos dois tipos de exemplo: relativos a fatos passados, que constituem argumentos históricos, e hipotéticos, que são criados pelo orador.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), na obra *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*, apresentam os elementos de base da Retórica tradicional, mas ampliam sua abordagem ao tratar não apenas da apresentação oral dos argumentos, mas também de

5 Citelli, 2004, p. 14-15.

6 Ferreira, 2010, p. 78.

sua estrutura lógica, ou seja, das técnicas linguísticas utilizadas para convencer e persuadir o auditório, entre elas, o *logos*.

Os autores relacionam às estratégias do *logos* quatro tipos de argumentos: os argumentos quase lógicos, os que se fundam na estrutura real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos que dissociam uma noção.

Os argumentos quase lógicos são semelhantes aos raciocínios lógicos e matemáticos, pois sua estrutura lembra os argumentos da lógica formal, mas não têm o mesmo rigor por não terem valor conclusivo, uma vez que não se pode eliminar da linguagem toda ambiguidade e as múltiplas possibilidades de interpretação.<sup>7</sup> Esses argumentos se favorecem dessa proximidade para parecerem potentes e críveis. Nessa categoria de argumentos, podemos citar a contradição, a incompatibilidade, os argumentos de reciprocidade, de comparação e os argumentos pelo sacrifício.

Os argumentos que se fundam na estrutura do real apoiam-se naquilo que o auditório acredita ser real, no seu entendimento dos fatos, verdades e presunções, não no entendimento objetivo desses elementos. Tais argumentos apoiam-se na experiência, e não na lógica, uma vez que estão baseados na relação entre as coisas e os fatos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, o aspecto central não é a “descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, serem tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”<sup>8</sup>. O argumento da autoridade, de superação e do desperdício são alguns dos exemplos desse tipo de argumento.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real, por sua vez, são os que generalizam algo com base em um caso particular, ou que transpõem para outro domínio o que é aceito em um domínio específico. Tais argumentos operam por indução e por analogia, estabelecendo generalizações e regularidades. Podem ocorrer de três modos: pelo exemplo, pela ilustração e pelo modelo, ou antimodelo.

Já os argumentos por dissociação visam a solucionar uma incompatibilidade do discurso a fim de que seja restabelecida uma visão coerente com a realidade. Segundo Ferreira (2010), a dissociação resulta da desvalorização de algo que até então era aceito.

Refletindo sobre os argumentos, do ponto de vista da Retórica em relação com suas respectivas construções, consideramos importante trazer aspectos teórico-analíticos da Análise Textual dos Discursos, especificamente, os que se referem às sequências textuais, nelas enfocando as descritivas e as argumentativas, como discutimos na seção a seguir.

7 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005.

8 Ibid., p. 298.

## **Sequências textuais**

No quadro de seu estudo de 2011, Adam define as sequências textuais como unidades textuais complexas, dotadas de organização interna própria, na qual seus elementos são ordenados hierarquicamente. Essas unidades são formadas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, denominados de macroproposições, as quais se ligam entre si e, assim, ocupam posições definidas no todo ordenado em uma dada sequência textual.

Diferentemente dos períodos simples, as macroproposições que formam uma sequência organizam-se com base em combinações pré-formatadas, as quais correspondem a cinco tipos de sequências, denominados sequências explicativa, narrativa, descritiva, argumentativa e dialógica, considerados relações macrossemânticas presentes no repertório de conhecimentos dos indivíduos.

Uma vez que todo texto traz em si uma orientação argumentativa<sup>9</sup> e que é formado por sequências textuais, entendemos que estas, independentemente da tipologia, trazem também uma visada argumentativa, cujo intuito é buscar a adesão do outro a determinado ponto de vista.

Cavalcante *et al.* (2020) esclarecem que a persuasão refere-se à mobilização de uma série de recursos e estratégias com vistas a influenciar o outro, no intuito de fazê-lo aderir a um posicionamento ou de influenciá-lo em relação a um modo de perceber o mundo. Entre essas estratégias, podemos destacar, de modo mais específico, neste estudo, as sequências textuais descritivas e as argumentativas, que passamos a expor.

## **Sequências descritivas**

Adam (2011) esclarece que a descrição não comporta um reagrupamento pré-formatado de proposições em encadeamentos ordenados de macroproposições, por isso sua caracterização sequencial é menos rígida em comparação às outras sequências, além disso, ela pode aparecer em enunciados mínimos, nesses casos, pode estar encaixada em outras sequências textuais.

Quanto à composição textual das sequências descritivas, o autor elenca um conjunto de operações linguísticas de base constituídas por proposições agrupadas em períodos, cuja extensão, variável, e organização são ordenadas por um plano de

---

9 Amossy, 2017.

texto. Tais operações, as macro-operações, são quatro: 1) operações de tematização, as quais nomeiam e colocam em evidência um todo; 2) operações de aspectualização, as quais expõem as partes do todo, ou seja, fragmentam de modo a evidenciar as partes do ser descrito; 3) operações de relação, as quais ocorrem por contiguidade (situação temporal ou espacial) ou por analogia (comparação ou metáfora); 4) operações de expansão, as quais ocorrem por subtematizações, que evidenciam que a extensão de uma descrição se dá pela adição de determinada operação a uma operação anterior, reforçando a dependência entre as sequências. Essas operações de base, por sua vez, envolvem nove operações descritivas, as quais geram vários tipos de sequências descritivas de base.

Marquesi (2017, 2018), ao buscar aprofundamento sobre a expressão do descritivo em diferentes gêneros, estabelece um importante diálogo entre as operações propostas por Adam e o que anteriormente tratou como categorias do descritivo – da designação, da definição e da individuação –, de acordo com a perspectiva da tipologia textual.<sup>10</sup> A autora evidencia, nesses estudos, de um lado, a correlação entre designação, tematização e retomatização, e, de outro lado, entre definição e individuação e as operações de aspectualização e relação, focalizando a importância da sequência descritiva para a progressão textual argumentativa de um texto.

Em trabalho desenvolvido à mesma época, sobre planos de texto e sequências textuais, Marquesi, Elias e Cabral ressaltam ser possível afirmar que “ao designar, tematizar ou nomear um ser/objeto, o produtor já indica a orientação argumentativa do texto, que se manifestará pelas escolhas lexicais e sintáticas para qualificar, localizar, situar esse objeto, em função de um querer dizer”.<sup>11</sup> Essa perspectiva reforça o ponto de vista defendido por Adam (2011), segundo o qual a atribuição mínima de um predicado a um sujeito sempre revela a posição do sujeito enunciador, ou seja, sua atitude subjetiva.

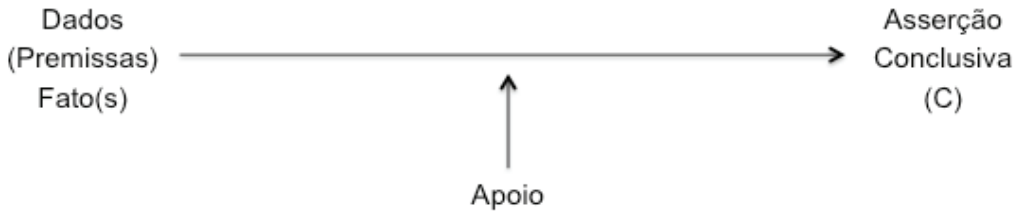
## Sequências argumentativas

Para as sequências argumentativas, Adam (2011) propõe três elementos de base em sua composição: dados, apoio e asserção conclusiva, em esquema que apresentamos na Figura 1, a seguir:

<sup>10</sup> Marquesi, 2004.

<sup>11</sup> Marquesi; Elias; Cabral, 2017, p. 19.

Figura 1 – Esquema de base da sequência argumentativa

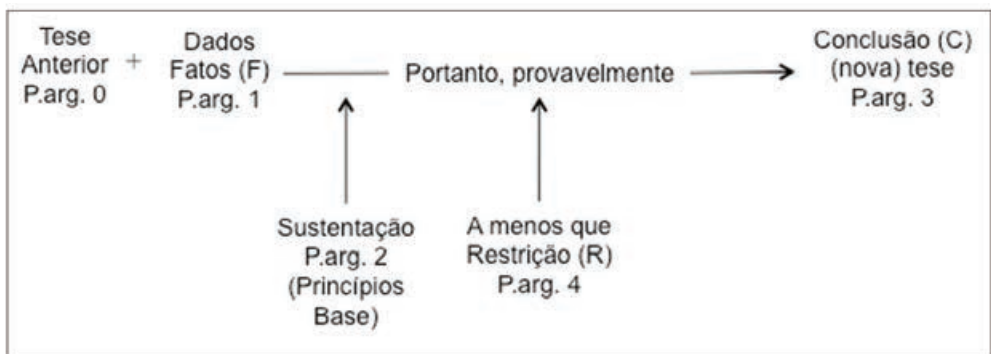


Fonte: Adam (2011, p. 233).

Para o autor, o ato de argumentar envolve a apresentação de um raciocínio que tem como objetivo principal demonstrar ou refutar uma tese. Para fazermos isso, valemo-nos de premissas e utilizamos determinados argumentos, que são os dados ou fatos, para chegarmos a uma conclusão.

Esse movimento, como destacam Marquesi, Elias e Cabral (2017), indica a existência de um princípio dialógico, segundo o qual, no discurso argumentativo, está presente o contradiscurso, efetivo ou virtual, tal como apresentado por Adam em esquema da estrutura argumentativa mais complexa, como retomamos na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura prototípica da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2011, p. 234).

O autor observa que essa estrutura não é rígida, uma vez que a (nova) tese (P. arg. 3) pode ser apresentada de início e ser retomada, ou não, no final da sequência, por uma

conclusão que a repete. Além disso, a tese anterior (P. arg. 0) e a sustentação (P. arg. 2) podem estar subentendidas. Há, ainda, nesse esquema, dois níveis: o nível justificativo, em que a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos colocados, e o nível contra-argumentativo, em que a estratégia argumentativa busca transformar os conhecimentos.

Tendo exposto os elementos teóricos que nos dão os subsídios para a realização da análise que empreendemos na seção 5, passamos, a seguir, à contextualização da CPI da Pandemia.

## **A Comissão Parlamentar de Inquérito**

A base legal que sustenta a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está na Constituição Federal, em seu artigo 58, parágrafo 3 (BRASIL, 2021)<sup>12</sup>. Trata-se de um procedimento por meio do qual o Parlamento exerce sua atividade de fiscalização de um fato determinado. Com prazo definido de duração, a CPI pode ser criada por meio de requerimento assinado por um terço dos membros das Casas de senadores e deputados, 27 e 171, respectivamente.

Entre suas atribuições, como assevera Botacini (2021), a CPI tem poder de investigação próprio de autoridades judiciais, o que lhe permite inquerir testemunhas, ouvir suspeitos, prender em caso de flagrante delito, requisitar informações e documentos, tomar depoimento de autoridades, requisitar presença de ministros de Estado, quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados. Entretanto, há limitações, por exemplo, uma Comissão não tem poder de julgar nem de punir investigados, não pode determinar medidas cautelares, como prisão provisória, indisponibilidade e sequestro de bens, nem de apreender passaporte.

Na primeira reunião do colegiado, ocorre a eleição do presidente e do vice-presidente, posteriormente, designa-se o relator. Geralmente, um acordo assegura às bancadas a presidência e a relatoria. O relator é responsável por apresentar o cronograma de trabalho e os procedimentos administrativos a serem adotados, bem como a linha de investigação.

---

12 “Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. [...] § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.” Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/art\\_58\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_58_.asp). Acesso em: 30 jun. 2021.

No caso de ser necessário prorrogar os trabalhos, o requerimento destinado à tal solicitação deve ser assinado por um terço dos parlamentares. Ao final de sua vigência, a Comissão deve encaminhar um relatório conclusivo ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, para que sejam definidas as responsabilidades civis e criminais dos infratores ou para que sejam adotadas as medidas legais.

Em se tratando especificamente da CPI da Pandemia, ela foi instalada em 27 de abril de 2021, quando houve a primeira reunião, tendo por finalidade apurar ações e eventuais omissões do Governo Federal durante a pandemia do novo coronavírus. O senador Randolfe Rodrigues, do partido denominado Rede, por meio de requerimento, solicitou a apuração dos atos do governo Jair Bolsonaro, tendo em vista o colapso dos sistema de saúde do estado do Amazonas, e, da mesma forma, o senador Eduardo Girão, do Podemos, da base governista, pediu a investigação dos repasses federais a estados e municípios.

No âmbito deste estudo e considerando a delimitação aqui estabelecida, a título de exemplificação, selecionamos trechos de dois depoimentos<sup>13</sup>, a fim de verificarmos como se manifestam os vícios e as virtudes: um trecho refere-se ao depoimento do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, realizado em 4 de maio de 2021<sup>14</sup>; o outro se refere ao depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello, realizado em 19 de maio<sup>15, 16</sup>. Os trechos têm a mesma temática: a falta de oxigênio em Manaus, cujo auge se deu em janeiro de 2021, e foram selecionados em razão de sua repercussão nacional e internacional.

Na sequência, passamos à análise propriamente dita.

## Análise

### Excerto 1

*[...] em tempos de epidemia, você tem que ter a unidade, você tem que ter a fala única. Esse vírus, ele não ataca o raciocínio, não é individual, ataca a sociedade como um todo [...], ele ataca o sistema de saúde ao ponto de derubá-lo e aí sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite,*

---

13 Ambos os depoimentos foram realizados de forma presencial, na CPI da Pandemia e tiveram, em média, sete horas de duração cada um.

14 O depoimento do ex-ministro, na íntegra, está disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>.

15 A data inicial estipulada pela CPI para o depoimento do ex-ministro Pazuello foi 5 de maio, mas, em razão de ele ter tido contato com pessoas acometidas pela Covid-19, uma nova data, 19 de maio, foi estabelecida.

16 O depoimento do ex-ministro, na íntegra, está disponível em: <https://bitlybr.com/t5souj0J>.



*quem tem, lá em Manaus, por exemplo, tinham 70 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio e acaba oxigênio, você faz o quê? [...] você começa a fazer mortes correlatas e etc. Então, você tem sim esse impacto, porque houve uma ruptura, né? [...] Vocês passaram uma epidemia em 2019, de H1N1, dura, que nós conseguimos no final das contas a questão das vacinas, uma epidemia em 2020, aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário e uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio, que foi pra mim a coisa mais grave que eu vi até agora. Então, acho que ali, Vossa Excelência, eu tô à disposição, assim, pra depois nós debruçarmos e o que que eu posso ajudar pra que isso não ocorra mais com Manaus [...] Mas não houve, não houve falta de dinheiro e eles tomaram as decisões da compra dos seus equipamentos.*

Neste excerto, temos a resposta ao questionamento do senador Eduardo Braga (MDB-AM) a Mandetta, em relação a se os recursos oriundos do Governo Federal foram devidamente repassados.

O ex-ministro inicia a sua manifestação não com a resposta direta; primeiro enfatiza a falta de unidade no discurso do governo, que mostra por meio da tese, P. arg. 0, *em tempos de epidemia, você tem que ter a unidade, você tem que ter a fala única*, para que, assim, seja possível adotar ações para enfrentar de forma efetiva o vírus, que *não é individual, ataca a sociedade como um todo*, incluindo o sistema de saúde. O que o ex-ministro apresenta na sequência, os dados e fatos, servem para mostrar que o governo, por não adotar um discurso uno, teve como resultado um cenário negativo para toda a população.

Identificamos a sequência descritiva com pré-tematização, representada pelo termo “vírus”, em *Esse vírus*; depois, a qualificação, representada pelos segmentos *ele não ataca o raciocínio, não é individual, ataca a sociedade [...], ele ataca o sistema de saúde*. Apoiada em Charaudeau (2008), Marquesi (2018) observa que, ao qualificarmos um ser, atribuímos a ele um sentido particular, que carrega certa subjetividade, ou seja, conferimos ao objeto da descrição um ponto de vista e não outro, o que lhe confere uma visada argumentativa. Essa visada, no caso em tela, vai ao encontro daquilo que Mandetta defende: a incapacidade de o governo enfrentar o vírus.

Já no segmento e *ai sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite, quem tem, lá em Manaus, por exemplo, tinham 70 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio e acaba oxigênio, você faz o quê? [...] você começa a fazer mortes correlatas e etc.*, temos P. arg. 1, macroproposição que traz dados/fatos. Em relação ao tipo de argumento, temos no trecho o argumento pelo exemplo, que serve para fundamentar uma regra, no caso, se uma área de um hospital está sem oxigênio, outras áreas são solicitadas a lhe

fornecer para suprir a falta, o que pode ocasionar mortes generalizadas no hospital, pois outras áreas ficaram sem oxigênio.

Em seguida, o operador argumentativo de conclusão *então* introduz P. arg. 3, a nova tese, *Então, você tem sim esse impacto, porque houve uma ruptura, né?* O ministro evidencia aqui a avaliação em relação às ações do governo, que se deram de forma fragmentada, gerando impacto pela necessidade de ter de lidar com a falta de oxigênio em hospitais e, conseqüentemente, com mortes. Em outras palavras, a falta de união resultou na ruptura entre os poderes.

Mandetta sugere que há um *fator* a ser considerado em Manaus, que expressa por meio de argumento baseado na estrutura do real: *vocês passaram uma epidemia em 2019, de H1N1, dura, que nós conseguimos no final das contas a questão das vacinas, uma epidemia em 2020, aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário e uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio.* Mais especificamente se faz presente aqui o argumento pragmático, baseado na ligação de sucessão que possibilita a análise de algo a partir de suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis.<sup>17</sup>

Em seguida, observamos sequências descritivas que concorrem para reforçar o ponto de vista do ex-ministro, qual seja, de que os governos estadual e municipal, respectivamente, Amazonas e Manaus, foram incapazes de administrar a crise gerada pela pandemia, mas que o Governo Federal agiu corretamente, como podemos inferir. Na primeira sequência, *uma epidemia em 2019, de H1N1, dura*, temos as operações de individuação por fragmentação (tipo de vírus: H1N1) e de retematização (*dura*); na segunda, *uma epidemia de 2020 aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal [...]* temos a operação de fragmentação (a performance estadual e municipal); e na terceira, *uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio*, temos uma relação de contigüidade. Essas três sequências têm em comum a relação temporal, que revela que a crise sanitária iniciou antes mesmo da Covid-19.

Na referência à epidemia de 2021, Mandetta avalia a perda da *noção de oxigênio* como a *coisa mais grave que vi até agora*, P. arg. 1, enunciado que, a nosso ver, constitui um argumento de autoridade, pois ele se vale de seu prestígio para assegurar que o governo agiu mal.

Após ter apontado falhas da administração pública durante a pandemia em Manaus – falta de unidade, falha no fornecimento de oxigênio, mortes desnecessárias –, o ex-ministro se coloca como a pessoa capaz de ajudar: *Vossa Excelência, eu tô à disposição, assim,*

---

17 Ferreira, 2010.

*pra depois nós debruçarmos e o que que eu posso ajudar pra que isso não ocorra mais com Manaus.* No segmento, identificamos P. arg. 4, que representa um argumento de autoridade, de que o orador se vale para se apresentar como alguém que tem os conhecimentos necessários para fazer com que os erros cometidos antes não mais ocorram; ele, com seus conhecimentos técnicos e científicos, pode colocar a situação caótica de Manaus nos trilhos, mesmo não sendo mais ministro.

Apenas no final do trecho, Mandetta responde ao que foi de fato solicitado, sem, contudo, ressaltar a importância da ação, qual seja, a destinação dos recursos. Temos aqui um argumento de hierarquia dupla, que se baseia na estrutura do real, isso porque a valoração dada aos recursos financeiros destinados ao estado não é a mesma observada em relação à falta de unidade do discurso do Governo Federal, a qual o ex-ministro utiliza para depreciar as ações do governo.

## Excerto 2

*[...] a empresa White Martins, que é a grande fornecedora, associada à Carbox, que é uma empresa menor, já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início. Começa aí a primeira posição de responsabilidade. Não tem como nos isentarmos essa primeira posição. Cabe o contraponto disso é o acompanhamento da Secretaria de Saúde, que não fez. Se a Secretaria de Saúde tivesse acompanhado de fato e de perto a situação da produção e consumo do oxigênio, preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumido uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente. [...] Vejo aí duas responsabilidades muito claras. Uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara e outra da secretaria de saúde.*

Esse excerto também responde a um questionamento do senador Eduardo Braga (MDB-AM), sobre a quem o ex-ministro atribuiria a responsabilidade pela falta de oxigênio em Manaus, se seria responsabilidade da empresa fornecedora, da Secretaria Estadual, ou da equipe de Pazuello.

O ex-ministro inicia sua exposição com uma sequência descritiva que se dá por meio da operação de pré-tematização, em que há a denominação imediata dos objetos do discurso, quais sejam, *a empresa White Martins* e *a Carbox*, posteriormente deno-

minados no curso da sequência, mediante a operação de pós-tematização: a primeira empresa é *a grande fornecedora, associada à Carbox*; a segunda empresa é *uma empresa menor*. Em seguida, por meio da operação de qualificação, na sequência descritiva *já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início*, à Carbox é atribuída a qualidade de consumidora de reserva estratégica de oxigênio e empresa que age de forma evasiva. Pazuello, assim, desqualifica a Carbox como empresa que trabalha para o governo, ainda que associada à White Martins, e a responsabiliza pela falta de oxigênio: *Começa aí a primeira posição de responsabilidade*.

No que se refere ao tipo de argumento, no trecho *a empresa White Martins, que é a grande fornecedora, associada à Carbox, que é uma empresa menor, já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início*, temos um argumento que fundamenta a estrutura do real que se dá por meio do argumento pelo modelo, White Martins, a grande fornecedora<sup>18</sup>, e do antimodelo, a Carbox, empresa menor, que consumiu reservas de oxigênio e não informou isso a quem deveria, de forma a evitar o colapso.

Logo em seguida, o ministro introduz um contraponto, P. arg. 4, *Cabe o contraponto disso é o acompanhamento da Secretaria de Saúde, que não fez*. Pazuello agora responsabiliza a Secretaria de Saúde, ente público que deveria ter *acompanhado de fato e de perto a situação da produção e consumo do oxigênio, preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumido uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente*, segmento este que constitui P. arg. 2, a sustentação da argumentação do ministro para mostrar como a Secretaria deveria ter agido. Nesse caso, trata-se também, em relação ao tipo de argumento, de um argumento pelo antimodelo, pois evidencia o que órgão público deveria ter evitado.

Por fim, o ministro evidencia as responsabilidades: *Vejo aí duas responsabilidades muito claras. Uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara e outra da secretaria de saúde*, conclusão que representa a tese defendida por Pazuello, da qual ele faz uso para isentar o Ministério da Saúde e o Governo Federal de qualquer responsabilidade pela falta de oxigênio, cujo auge foi observado em janeiro de 2021, quando houve grande ocupação de leitos de UTI em Manaus e aumento da letalidade de pessoas acometidas pela Covid-19.

Entendemos que, embora as responsabilidades possam ser “muito claras” para o ex-ministro, são suscetíveis à refutação, uma vez que o Ministério da Saúde, como ente

---

18 A White Martins está presente em vários países da América do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. No Brasil, atua desde 1912, quando estabeleceu a primeira fábrica de oxigênio do país. No mundo, conta com 80 mil funcionários. Disponível em: <https://www.praxair.com.br/>. Acesso em: 6 set. 2021.

federal, também era responsável por fornecer diretrizes para que o sistema de saúde público não entrasse em colapso como, de fato, ocorreu. Dessa forma, a responsabilidade imputada à Carbox e à Secretaria de Saúde constitui um argumento quase lógico por incompatibilidade.

Notamos, ainda, que Pazuello se vale do argumento de autoridade, explicitado no uso da 1ª pessoa do singular em *Vejo aí duas responsabilidades muito claras*. Ele se utiliza do próprio prestígio, do *ethos* de ex-ministro para validar sua intenção: imputar responsabilidades e isentar a si mesmo das mortes que ocorreram durante a crise da falta de oxigênio.

De modo a tecermos algumas reflexões sobre a análise, observamos que, no **excerto do depoimento de Mandetta**, há indícios de que seu pensamento se pauta na virtude: ele defende que deveria ter havido unidade no discurso do Governo Federal. Esse comportamento, se não teria sido a solução para a pandemia, poderia ter evitado muitas mortes.

Tendo em vista que a virtude se relaciona à moderação, segundo Aristóteles (2013), entendemos que a preocupação do ex-ministro com a unidade no discurso reflete as virtudes da gentileza, temperança e magnificência, em cujos polos opostos estão, respectivamente, a indiferença, a insensibilidade e a vileza, as quais representariam deficiências do governo, relacionadas ao irracional.

Outro segmento que destacamos é aquele em que Mandetta se coloca à disposição para ajudar, mesmo não sendo mais ministro, a fim de que a situação de falta de oxigênio não ocorra mais em Manaus. Ele se mostra, novamente, um ser que age de modo virtuoso, tem em vista não o próprio bem, mas o bem comum. Trata-se de uma virtude moral, cujo objeto são atos da vida prática, no caso, ele deseja evitar que o problema da falta de oxigênio ocorra novamente.

Mandetta se mostra como um ser virtuoso e elabora seu raciocínio na direção de persuadir o auditório a crer nisso, em contraposição ao governo, vicioso em suas ações.

Em relação ao **excerto do depoimento de Pazuello**, podemos notar que o ex-ministro se dedica a isentar o Governo Federal da falta de oxigênio em Manaus e responsabilizar a empresa Carbox e a Secretaria de Saúde.

De acordo com Aristóteles (2013), é da virtude que emana a ação em conformidade com o bem; mas não basta ter a qualidade de virtuoso, é preciso fazer da virtude uma prática individual, o que não observamos no trecho analisado, uma vez que apenas imputar responsabilidade não significa agir de forma virtuosa, com vistas ao bem comum.

Para o filósofo, a realização de ações virtuosas, como já destacamos, requer moderação. Assim, a nosso ver, a não assunção de responsabilidade por parte do ex-ministro na condução da crise de oxigênio em Manaus revela a inércia do Governo Federal, motivada

pelo temor de agir, impedindo-o de tomar as ações efetivas e necessárias para sanar o problema. Nesse sentido, um ato deficiente que tende ao vício.

Pazuello constrói um raciocínio cujo intuito é fazer crer que o problema da falta de oxigênio não era de competência do Governo Federal, mas da empresa Carbox e da Secretaria de Saúde, por isso não interveio, ainda que a pandemia assim o exigisse.

## Considerações finais

Neste trabalho, buscamos relacionar pressupostos da Retórica àqueles da Análise Textual dos Discursos, de modo a refletirmos sobre como os vícios e as virtudes se manifestam nos discursos por meio dos argumentos e das sequências textuais.

Constatamos que esse aporte teórico nos permitiu identificar o sentido dos textos analisados, assim como a intenção de seus produtores, de forma detalhada, em uma situação comunicativa bem específica de uso da língua, a CPI da Pandemia, em que estavam sendo inquiridos os depoentes, a fim de se investigar responsabilidades.

Cada depoente, Mandetta e Pazuello, buscou construir raciocínios, concretizados em discursos, que fossem capazes de persuadir o auditório a acreditar em determinado ponto de vista e no fato de que as ações tomadas foram as corretas.

Nessa direção, analisar os tipos de argumentos e as sequências textuais que concorrem para a produção de sentidos revela-se como estratégia importante para a compreensão dos discursos, que são produtos de uma interação social e refletem um contexto socio-histórico e ideológico.

## Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A Linguística** – Introdução à Análise textual dos Discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coord. da tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. Trad. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Maria Stephania da Costa Flores. Jandira: Principis, 2021. E-book.
- BOTACINI, Guilherme. **UOL Explica**: O que é uma CPI e como ela funciona. 16 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/faq/o-que-e-uma-cpi-e-como-ela-funciona.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. O que é e como funciona uma CPI. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/15/o-que-e-e-como-funciona-uma-cpi>. Acesso em: 30 jun. 2021.

- CAVALCANTE, Mônica *et al.* **Linguística Textual e argumentação**. Campinas: Pontes, 2020.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CPI DA PANDEMIA OUVE O EX-MINISTRO EDUARDO PAZUELLO. Senado Notícias 20 maio 2021 (8h58m46s). Disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- CPI DA PANDEMIA OUVE O EX-MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA. Senado Notícias. 4 maio 21 (9h06m24s). Disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MARQUESI, Sueli Cristina. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; ELIAS, Vanda Maria; LINS, Maria da Penha Pereira (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador. 2017. E-book.
- MARQUESI, Sueli Cristina. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. *In*: GOMES, Alexandre Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Análise Textual dos Discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.
- MARQUESI, Sueli; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.
- PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica – Nova retórica**. Trad. Verginia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# O discurso neoliberal e a autoproclamação da virtude em Hayek

Mariano Magri

## Considerações iniciais

No início da década de 1980, Margaret Thatcher (1925-2013), então primeira-ministra da Inglaterra, e Ronald Reagan (1911-2004), presidente dos EUA, propuseram o refreamento das políticas do Estado de bem-estar social. Inspirados nas ideias do economista austríaco Friedrich August Von Hayek (1899-1992), reduziram a intervenção do Estado na economia, lançaram mão de privatizações de empresas estatais, diminuíram a carga tributária e voltaram a apostar na “mão invisível” do mercado como agente beneficiador do individualismo sobre o coletivismo. Essas medidas político-econômicas ficaram conhecidas como neoliberais.

A partir da implantação dessas políticas, um intenso debate foi instaurado, nacional e internacionalmente. Vários discursos esforçaram-se para provar a superioridade de suas teses em relação às teses opostas. O objetivo deste estudo, portanto, é responder, sob a ótica dos conceitos da Retórica, as seguintes questões: a) quais as estratégias argumentativas utilizadas por Hayek para demonstrar superioridade de sua tese em relação às contrárias? e b) como as virtudes e os vícios se ressaltam nessas mesmas estratégias?

Para responder a essas questões, discutiremos princípios teóricos da Retórica (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000; Ferreira, 2015; Meyer, 2018; e Mosca, 1997), de lógica (Mortari, 2001) e de virtude e vício (Aristóteles, 2018). Na sequência, faremos uma breve exposição das principais ideias contidas no livro *O caminho da servidão*, de Hayek, para, depois, com base em trechos dessa obra, mostrar como as estratégias argumentativas foram traçadas.

Além das considerações iniciais e finais, este capítulo será desenvolvido em duas seções. Na primeira, debateremos os princípios que permitem mostrar de onde os argumentos retiraram suas fontes de apoio e como se relacionaram com os conceitos de virtude ou a sua falta. Na segunda, faremos as análises propriamente ditas.



## Argumentação, lugares-comuns, virtudes e vícios

Independentemente da teoria sobre o uso da linguagem, a comunicação sempre pressupõe a existência de alguém que produz um discurso, um outro que é destinatário desse discurso e o discurso em si. Essas três dimensões se entrelaçam fortemente e as tentativas de segregá-las tornam-se um esforço teórico para ressaltar como cada uma pode contribuir para a efetividade na transmissão de uma ideia. Mas não uma ideia qualquer, e sim aquela que deseja levar o interlocutor a aceitar o que é dito, ou seja, levá-lo ao convencimento, à persuasão.

Essas duas palavras, convencimento e persuasão, são, muitas vezes, usadas como sinônimas. Entretanto, se buscarmos suas etimologias, encontraremos dissimetrias que abrirão espaço para iniciarmos a discussão que pretendemos. De acordo com o *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*<sup>1</sup>, há relevantes diferenças entre uma e outra. O convencimento está associado ao entendimento; a persuasão, à vontade. A convicção é filha da razão; a persuasão depende mais da sensibilidade. Para produzir convicção, basta conhecer as relações de uma ideia, de um fato e expô-las com precisão e clareza; para produzir persuasão, basta conhecer as relações que tem o objeto de que se trata com as propensões, interesses e paixões da pessoa a quem se fala e enaltecê-las com força, vivacidade e calor. A primeira requer conhecimento completo da matéria; a segunda exige conhecimento do coração humano<sup>2</sup>.

Com base nessas diferenças, podemos entender que a convicção está associada à busca da verdade, enquanto a persuasão associa-se ao mundo do verossímil, daquilo é possível ser verdade. Dito somente dessa forma, podemos levar a crer que a persuasão está em oposição à verdade e, por conta disso, ter inclinação à mentira, à enganação. Todavia, discursos políticos – o livro objeto de análise deste capítulo é essencialmente político – não se desenvolvem em contextos uníssonos. Como nos ensina Mosca (1997), é no mundo da opinião que são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas, porque não temos acesso ao que se chamaria de “mundo da verdade” e, para lidar com esse paradigma, atribui a Aristóteles a criação de um estudo sistematizado, com viés dialético-persuasivo. É dialético por não trabalhar com a noção de verdade, mas com o que é provável. É persuasivo por visar levar um auditório, por meio de provas, a melhor opinião sobre uma controvérsia.

---

1 POMBO, Rocha. Dicionário de sinônimos da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2ª edição. Apresentação de Evanildo Bechara. 2011.

2 Ibid, p. 317

Para persuadir, portanto, o produtor do discurso precisa encontrar os melhores meios de provas, as quais, sob a ótica da Retórica clássica, têm relação direta com quem produz o discurso, quem é destinatário do discurso e o discurso em si. À primeira, dá-se o nome de *ethos*, a imagem do orador; à segunda, *pathos*, as paixões do auditório; e à terceira, *logos*, a razão. Como dito anteriormente, essas dimensões estão fortemente entrelaçadas. O *ethos* e o *pathos* representam o lado psicológico do discurso. Associam-se à vontade, à sensibilidade, às paixões. O *logos* representa o lado racional. Está associado ao processo dialético para produção da melhor resposta sobre um assunto controverso. Não devemos, contudo, associar *logos* a convencimento. Embora seja o lado racional dos meios de prova e faça uso de raciocínios parecidos com os utilizados para se chegar a uma verdade, o *logos* não se dissocia do *ethos* e do *pathos*. Ele tem a função de materializar o discurso que tornará o orador digno de crédito e que tocará as paixões do auditório para ensinar, comover e agradar, como nos ensina Ferreira (2015). Portanto, o *logos*, embora racional, não objetiva produzir verdades, mas mitigar a tensão em torno de um assunto polêmico, ou, na concepção de Meyer (2018), encurtar as distâncias entre os homens a propósito de um problema.

Pela ótica didática, porém, é possível realizar um exercício para o destaque das estratégias argumentativas utilizadas pelo orador na criação de um discurso. Para demonstrar isso, recorreremos ao trabalho de Mortari (2001), que se propõe a explicar o que é lógica, inferência e argumento.

De acordo com esse autor, a lógica pode ser entendida como o estudo dos princípios e dos métodos de inferências com vistas a determinar em que condições certas coisas são consequências (ou não) uma das outras. Inferência, por sua vez, “consiste em ‘manipular’ a informação disponível – aquilo que sabemos, ou supomos, ser verdadeiro; aquilo em que acreditamos – e extrair consequências disso, obtendo informação nova.”<sup>3</sup> Ao inferir, portanto, estamos diante de um processo mental em que relacionamos informações disponíveis para chegar a alguma conclusão. No entanto, essas conclusões precisam ser justificadas, pois, muitas vezes, “cometemos erros de raciocínio, chegando a uma conclusão que simplesmente não decorre da informação disponível”<sup>4</sup>. Segundo o mesmo teórico, não sabemos exatamente como nossa mente faz esse processo e, por isso, as justificativas são reconstruções racionais desse processo de inferência, as quais demonstram, por meio de uma língua natural (portuguesa, espanhola, francesa, inglesa etc.), como decorre a conclusão com base nas informações existentes.

---

3 Mortari(2001), p. 4.

4 Ibid., p. 6

Para tornar esses raciocínios mais tangíveis, descrevemos um exemplo de inferência. Tomemos uma premissa como parâmetro: em feriados nacionais, todas as escolas brasileiras paralisam suas atividades. Diante dessa afirmação, trazemos a questão: “A Escola Estadual Fernando Pessoa, situada na capital paulista, tem atividades no dia doze de outubro?”. A resposta necessária é “não”. Mas qual processo de inferência nos permite responder como respondemos? Em primeiro lugar, sabemos que todas as escolas brasileiras paralisam suas atividades em feriados nacionais. Em segundo, sabemos que dia doze de outubro é feriado nacional no Brasil. Em terceiro e último, sabemos ser a capital paulista uma cidade situada dentro do território brasileiro. Portanto, de acordo com a definição de Mortari (2001), manipulamos as informações disponíveis (escolas brasileiras paralisam atividades em feriados nacionais; dia doze de outubro é feriado nacional no Brasil; capital paulista está situada dentro do território brasileiro) e extraímos consequências disso (a Escola Estadual Fernando Pessoa paralisa suas atividades no dia doze de outubro).

O exemplo acima demonstra o processo de inferência diante de premissas que não deixam nenhum obstáculo para a conclusão. A inferência foi realizada com lastro em informações que encerravam qualquer espaço para controvérsias. No entanto, em contextos sociais e políticos, a regra é que premissas e conclusões encontrem resistências. Tome-mos um assunto controverso, como segundo exemplo: as cotas raciais na universidade. Alguns são contra e alegam violação do mérito acadêmico, pois o vestibular seria uma prova neutra que classificaria o aluno de acordo com sua inteligência e desempenho. Alguns são a favor e alegam ser o mérito um parâmetro viável se as condições pretéritas dos candidatos fossem iguais. Se alguns candidatos estudaram em escolas com qualidade de ensino muito superior que outras, não disputariam a vaga em pé de igualdade e a vitória não seria meritória.

Ao analisarmos o segundo exemplo, temos inferências em sentidos opostos: de um lado, o vestibular é um processo de seleção neutro, pois seleciona os candidatos de acordo com suas inteligências e desempenhos; de outro lado, o vestibular não é um processo neutro, pois seleciona candidatos com históricos desiguais da mesma forma e, em razão disso, coloca-os em situação de desigualdade. A inferência de um contesta a premissa de outro e, por consequência, suas conclusões. Porém, isoladamente, ambas manipularam informações disponíveis e chegaram a conclusões racionalmente possíveis.

Para nossa discussão, é importante salientar a diferença dos dois exemplos. No primeiro, as conclusões advêm imperiosamente das premissas colocadas. No segundo, as conclusões, ainda que antagônicas, foram possíveis, verossímeis, mas não logicamente necessárias, ou seja, as premissas não ditaram a conclusão e, nesse cenário, o argumento passou a ser a peça-chave.

De acordo com Ferreira (2015), o *logos* é o meio de prova em que o orador criará os argumentos que sustentarão um ponto de vista. O produtor do discurso se vale de uma espécie de armazém virtual que, em Retórica, é conhecido como lugar-comum. “Aristóteles criou uma disciplina, denominada Tópica, para estudar a invenção. O objetivo era encontrar os lugares (*topóí*) comuns de onde se originam as provas”<sup>5</sup>. Sob o mesmo ponto de vista, Tringali (2013) diz que, por meio dos lugares-comuns, podemos argumentar sobre qualquer assunto em debate. Faz parte da dialética e, no jogo da discussão sobre a melhor opinião sobre uma controvérsia, cabe à Tópica achar os argumentos e justificá-la. É o argumento que torna crível o que é duvidoso. Trazemos, então, alguns lugares-comuns para demonstrar como o produtor do discurso pode se ancorar em cada um deles para validar seu argumento.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) consideram, embora a retórica antiga tenha definido um número extenso de lugares, que uma lista exaustiva seria pouco útil para entendimento geral da argumentação e elencam seis lugares-comuns como gerais e aceitos pela maioria dos auditórios: lugar da qualidade, da quantidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Para este trabalho, todavia, levaremos em conta somente os dois primeiros, pois a própria dupla de autores compreende como possível a redução desses seis lugares aos da qualidade e da quantidade.

O **lugar da qualidade** consiste em definir algo melhor que outro por conter características que se consideram superiores<sup>6</sup>. Tomemos como exemplo a fala de Rui Barbosa (1849-1823): “a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”<sup>7</sup>; ou seja, um regime de governo democrático é melhor que um ditatorial. Os pressupostos para qualificar um melhor do que o outro farão parte da criação do formulador do discurso, mas a qualidade é que valida as conclusões das premissas levantadas. O **lugar da quantidade** designa algo melhor que outro por motivos quantitativos<sup>8</sup>. Tomemos como exemplo: “Chile é exportador de commodities e usa a mesma vacina que nós, mas tem como trunfos a imunização veloz contra o coronavírus e espaço nas contas públicas para novos estímulos econômicos”<sup>9</sup>. De acordo com esse exemplo, o Chile apresenta situação melhor que a brasileira por ter indicadores superiores sob o ponto de vista quantitativo: vacina muito mais gente em menor tempo e tem mais recursos públicos para investimento.

5 Ferreira (2015), p. 69

6 Conceito extraído de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), p. 100

7 Fala extraída do site: <https://www.atribunamt.com.br/2020/12/29/por-que-eu-posso-sera/>. Consultado em julho de 2021.

8 Conceito extraído de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), p. 97

9 Excerto extraído do site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/14/com-vacinacao-eficiente-chile-vira-observatorio-para-recuperacao-economica-do-brasil.ghtml>. Consultado em julho de 2021.

Na argumentação, então, o orador cria as suas premissas para validar suas conclusões por meio de lugares que funcionam como alicerce para as defesas de uma opção, independentemente da situação. São lugares-comuns preenchidos por pressupostos, valores, hábitos, condições etc. Ao dizer que uma coisa é melhor que outra, seja por critério de qualidade ou de quantidade, há a necessidade de parâmetros sobre o que é melhor ou pior.

Obviamente, os adjetivos “melhor” e “pior” carregam em si uma boa dose de subjetividade, especialmente se estivermos diante de uma controvérsia. Se duas pessoas divergem sobre a conclusão de alguma premissa, provavelmente, o que é melhor para uma não será para a outra. Diante desse problema, faz-se necessário utilizar algum critério para enquadrar esses adjetivos e optamos pelo conceito de virtude de Aristóteles (2018).

De acordo com o filósofo, a virtude será sempre destruída pelo excesso ou pela falta. Ela existe quando está no caminho do meio. É a mediania das coisas. Construimos, então, uma relação de “melhor” com o quadro I. Sempre que um argumento ditar que algo ou uma condição é melhor que outra, seja por critério de qualidade ou quantidade, analisaremos se o “melhor”, no contexto de cada excerto, está mais próximo de uma virtude ou um de vício.

### I. Quadro de virtudes e vícios

Vício (falta)	Virtude (mediana)	Vício (excesso)
medo	coragem	autoconfiança
insensibilidade	moderação	desregramento
mesquinhez	generosidade	prodigalidade
torpeza	magnificência	insipidez
pequenez da alma	grandeza da alma	vaidade
desalento	brandura	irracionalidade
autodepreciação	veracidade	ostentação
rudez	espiritualidade	bufonaria
hostilidade	amistosidade	obsequiosidade

Quadro elaborado pelo autor, de acordo com ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro. 2018, págs. 95-98

A combinação desses conceitos, portanto, lugares da quantidade e da qualidade, de um lado, e vícios e virtudes, de outro, será a metodologia utilizada para responder às questões formuladas na introdução deste trabalho.

## Hayek e suas críticas aos regimes coletivistas

Como *corpus* de análise, tomamos as ideias do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich August Von Hayek (1899-1992), editado pela primeira vez em 1946, época em que o mundo assistia a vários regimes totalitaristas, como o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e o stalinismo na antiga União Soviética. Esses governos eram extremamente rigorosos com seu povo e tendiam à supressão das liberdades individuais em nome de “benefícios coletivos”. É na crítica do *modus operandi* desses regimes que o autor defende suas teses. O livro é composto por quinze pequenos capítulos e faremos uma breve exposição das principais ideias.

O autor defende a ideia de que nos afastamos progressivamente das premissas com as quais se ergueu a civilização ocidental: liberdade de ação econômica. O individualismo passou a ser associado ao egoísmo e houve tendência ao socialismo, porque, enquanto o individualismo tem como resultado econômico o imprevisível, o socialismo tem uma condução “consciente” de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos. Contudo, põe em dúvida a ideia de que socialismo pode significar os ideais de justiça social, maior igualdade e segurança, ao abolir a iniciativa privada para a criação de um sistema de economia planificada, em que a visão de lucro é substituída por um órgão central de planejamento. O austríaco critica os socialistas por defenderem a necessidade de substituir a concorrência pelo planejamento centralizado no Estado com a justificativa de que a complexidade da moderna civilização industrial traz problemas solucionáveis somente pelo planejamento central. Porém, defende Hayek, é a própria complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno que faz da concorrência o único método pelo qual essa coordenação pode se produzir de modo eficaz. Acrescenta, ainda, que a concorrência dispensa a necessidade de um controle social “consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientemente boas para compensar as desvantagens e os riscos que a acompanham.

Por fim, segundo o economista, os sistemas coletivistas têm a organização das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido, entretanto, o bem-estar e a felicidade de milhões de pessoas não podem ser auferidos numa escala única de valores. A característica que mais distingue um país livre de um país submetido a um governo autoritário está na observância dos princípios do Estado de direito, o qual cria normas previamente estabelecidas, divulgam-nas e permite ao indivíduo prever de que

modo a autoridade usará seus poderes coercitivos. Além disso, o controle econômico centralizado requer a direção de uma única equipe, chefiada por um chefe supremo, cujos atos não poderão ser suprimidos por processo democrático. Para abrandar essa realidade, diz-se que a questão autoritária se aplicará somente às questões econômicas. É o dinheiro, porém, que oferece ao homem a possibilidade de escolha. Se o Estado controla os meios, determina também a que fins nos dedicamos, a que valores atribuímos maior ou menor importância.

Em síntese, Hayek coloca em oposição individualismo e socialismo, democracia e totalitarismo, concorrência e planificação econômica, liberdade e controle social. Aos primeiros de cada par de oposição, o autor atribui qualidades que contribuem para o progresso da humanidade, da ciência, do comércio e da tecnologia. Aos segundos, por assimetria, atribui qualidades que contribuem para o cerceamento da liberdade, estagnação econômica e, conseqüentemente, da ciência, do comércio e da tecnologia, além de resultar em privilégios para um pequeno grupo.

Demonstraremos, a seguir, alguns excertos, do *corpus* escolhido, que sustentam as ideias do autor e faremos a análise das respectivas estratégias argumentativas, bem como a sua caracterização no quadro de referência, segundo Aristóteles, das virtudes e dos vícios.

## **Hayek: estratégias argumentativas e autoproclamação da virtude**

Para evidenciar a existência de uma estratégia, selecionamos excertos de vários capítulos do livro.

Só depois que a liberdade industrial permitiu a livre utilização dos novos conhecimentos, depois que se tornou possível qualquer experimentação – desde que alguém se dispusesse a financiá-la, e, cumpre acrescentar, isto ocorria, na maioria das vezes, fora do âmbito das autoridades oficialmente encarregadas de cultivo do saber – só então é que a ciência deu grandes passos que nos últimos cento e cinquenta anos mudaram a face do mundo.

Fonte: capítulo 1 – O caminho abandonado, p. 41.

Em relação às estratégias argumentativas, verifica-se a busca pelo lugar da qualidade quando demonstra que a liberdade industrial trouxe mais benefícios à humanidade e mudaram a face do mundo. Concomitantemente, faz o uso do lugar da quantidade ao mencionar que, “na maioria das vezes”, havia disposição para financiamento privado e

isso permitiu “grandes passos”, “nos últimos cento e cinquenta anos”, os quais mudaram a face do mundo.

Sobre os critérios utilizados para caracterizar o “melhor” sob a ótica qualitativa e quantitativa, o autor atribuiu o progresso exclusivamente à liberdade industrial, o que revelou hostilidade e insensibilidade a qualquer outro modelo de financiamento dos experimentos científicos. Por essa razão, há falta de moderação e amistosidade para enxergar o assunto e, em razão disso, usou critérios que fugiram à mediana.

De Tocqueville, mais do que ninguém, percebeu que a democracia, como instituição essencialmente individualista, entrava em contradição frontal com o socialismo. Para afastar essas suspeitas e atrelar a si o mais forte dos incentivos políticos – o anseio de liberdade – o socialismo começou a utilizar com maior frequência a promessa de uma “nova liberdade”. [...] Sem dúvidas a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista [...] Mas essa convicção apenas intensificaria a tragédia se ficasse demonstrado que aquilo que nos prometiam como o caminho da liberdade era na realidade o caminho da servidão.

Fonte: capítulo 2 – A grande utopia, p. 49

É possível verificar o lugar da qualidade na premissa, exposta pelo autor, de preferência pelo individualismo em oposição ao socialismo. Atribuiu a liberdade como valor intrínseco ao individualismo e forjado pelo socialismo como “nova liberdade” para atrair adeptos, contudo, segundo Hayek, era um caminho para a servidão.

É explícita a preferência pelo individualismo, sem nenhuma atenuação, o que aponta para um discurso imoderado, insensível, rude e hostil. Para o austríaco, o socialismo é mesquinho, de alma pequena, torpe. Apontou, assim, não somente o lado positivo do que defende, mas também o lado negativo de que é contra. Contudo, não se utiliza de formas virtuosas.

[...] o liberalismo econômico é contrário à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade.

Fonte: capítulo 3 – Individualismo e coletivismo, p. 58



O lugar da qualidade foi invocado para justificar a superioridade do liberalismo sobre qualquer outro modelo, ao marcar o lugar da qualidade em “método superior”, “melhor método que se conhece”, “único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras” e na inferioridade de seus opostos em “métodos menos eficazes”. Em paralelo, a construção de “na maioria das circunstâncias” demonstra o lugar da quantidade, na medida em que associa qualidade à quantidade de vezes em que ocorre.

De forma sistemática, traz justificativas que se enquadram nos extremos do quadro de referência de Aristóteles. Ora pela insensibilidade, desalento, rudez pelos regimes contrários ao individualismo; ora pela ostentação, autoconfiança e obsequiosidade com o individualismo.

A afirmação de que os modernos progressos da tecnologia levam inevitavelmente à planificação também pode ser interpretada de outra maneira. Ela pode dar a entender que a complexidade da nossa moderna civilização industrial faz surgir novos problemas que não poderemos solucionar senão por meio do planejamento central. De certo modo essa asserção é verdadeira – mas não no sentido amplo que lhe é atribuído

Fonte: Capítulo 4 – A “inevitabilidade” da planificação, p. 69.

O lugar da quantidade é invocado em “faz surgir novos problemas” como mote para amenizar o lugar da qualidade dos sistemas planejados para solucionar os entraves trazidos pela modernidade. Todavia, diferentemente dos excertos anteriores, o critério de “melhor” foi moderadamente exposto em “de certo modo essa asserção é verdadeira”. O discurso foi realizado com brandura ao considerar a possibilidade de lado positivo em sistema ao qual se opõe na maioria das situações.

O “objetivo social” para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o “bem comum”, o “bem-estar geral” ou o “interesse comum”. [...] O bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores. [1]

Segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr seus esforços. [2]

Se lutamos pelo dinheiro, é porque ele nos permite escolher da forma mais ampla como melhor desfrutar os resultados de nossos esforços. [3]

Fonte: [1] Capítulo 5 – Planificação e democracia, p. 75; [2] Capítulo 6 – A planificação e o Estado de direito, p. 89; [3] Capítulo 7 – Controle econômico e totalitarismo, p. 102.

Os trechos “o bem-estar e a felicidade de milhões não podem ...”, “escolher da forma mais ampla” e “desfrutar os resultados de nossos esforços” ressaltam o lugar da quantidade, seja por sobressair o lado positivo do regime que defende, seja por depreciar o lado que ataca. Vale-se também do lugar da qualidade em “segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre”, “tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr seus esforços” em oposição ao sistema totalitário.

O autor tentou ser moderado ao oferecer proposições baseadas em critérios quantitativos, mas o uso de expressões que se assemelham a uma hipérbole, como “felicidade de milhões”, “forma mais ampla”, de um lado, e a expressão “fazer malograr seus esforços”, de outro, revelam hostilidade ao pensamento contrário e a hostilidade demonstra um vício de comportamento.

[...] é a escolha entre um sistema em que a vontade de poucos decida a quem caberá isto ou aquilo e outro em que essa parcela dependa, pelo menos em parte, da habilidade e iniciativa dos indivíduos e, também em parte, de circunstâncias imprevisíveis. [1]

É raro encontrar independência de espírito e força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço. [2]

Fonte: [1] Capítulo 8 – Quem, a quem? p. 113. [2] Capítulo 9 – segurança e liberdade, p.127.

O **lugar da quantidade** é invocado em “vontade de poucos”, quando se refere ao fato de as regras para todos serem definidas por poucos. Encontramos, também, o **lugar da qualidade** em “independência de espírito e força de caráter” como predicativos aos que confiam na capacidade de abrir caminho com o próprio esforço, embora o objetivo tenha sido criticar os que não agem dessa forma.

Sobre a forma de discursar, o autor demonstrou desregramento tanto nas críticas realizadas, quanto nas qualificações atribuídas às suas teses. São formas imoderadas e, por consequência, fogem à forma mediana de se expressar.

É de todo errôneo afirmar, como por vezes se faz, que o grande poder exercido por uma comissão de planejamento central “não seria maior do que o poder exercido conjuntamente pelas diretorias das empresas privadas”. Numa sociedade baseada na concorrência, ninguém exerce uma fração sequer do poder que uma comissão planejadora socialista concentraria em mãos”.

Fonte: Capítulo 10 – Por que os piores chegam ao poder. p. 157

O economista colocou os sistemas de concorrência e socialista em lados opostos e atribuiu ao primeiro qualidades superiores – lugar da qualidade – ao do socialismo. Simultaneamente, é possível ver o lugar da quantidade em “ninguém exerce uma fração sequer”, na tentativa de associar atributos positivos ao regime de concorrência por tomar como melhor a distribuição do poder.

As expressões, que tendem aos extremos, mostram um discurso pouco amistoso com as ideias contrárias, na medida em que não argumenta com base em e dados e/ou situações que relevem superioridade, mas tão somente pela subjetividade do autor em relação aos critérios de melhor e pior. Por tal razão, consideramos uma fala viciosa.

A própria palavra “verdade” perde o seu antigo significado. Já não designa algo que deve ser descoberto, sendo a consciência individual o único juiz a decidir se, em cada caso, a prova (ou a autoridade daqueles que a proclamam) justifica a convicção. Torna-se algo a ser estabelecido pela autoridade, algo em que é preciso crer a bem da unidade do esforço organizado”

Fonte: Capítulo 11 – O fim da verdade. P. 160.

Quando o autor diz que a palavra “verdade” já não designa algo que deva ser descoberto, mas aceito por ordem de uma autoridade, deparamo-nos com o lugar da qualidade, na medida em que o processo de busca pela “verdade”, sem coação, é muito mais qualitativo, sob a ótica do autor, do que a “verdade” assentida em nome de um esforço organizado.

De uso do mesmo padrão ao comentar, o autor observa em polos extremados, evidentes nas passagens: “a própria palavra ‘verdade’ perde...”, “já não designa”. Toma o oposto como verdade e se posiciona nas extremidades, o que nos sugere o vício.

## **Considerações finais**

A realização da análise de um livro em sua integridade traz consigo a dificuldade para um critério de recorte. Para resolver essa questão, propusemo-nos a refletir sobre as ideias distribuídas ao longo dos capítulos, como forma de mitigar a possibilidade de

trazer excertos que pouco comungam com as principais ideias do autor e, ao mesmo tempo, demonstrar a uniformidade de pensamento que nos permitiu afirmar sobre a existência de uma estratégia argumentativa.

Dessa forma, constatamos que as premissas e as conclusões não estavam pautadas em critérios de verdade ou mentira, ou seja, as premissas foram colocadas e as conclusões não derivaram de forma imperiosa. Para tornar suas premissas válidas e as conclusões aceitas, o autor se valeu da argumentação.

Com base na definição de lugar-comum, especialmente os lugares da quantidade e os da qualidade, demonstramos que o autor optou por duas estratégias principais: i) trouxe critérios de qualidade e quantidade para demonstrar que sua tese é melhor do que as contrárias, ao ressaltar os pontos positivos; e b) sob a ótica dos mesmos critérios, qualidade e quantidade, demonstrou que as teses contrárias são piores do que a dele, ao ressaltar os pontos negativos. É importante frisar essa diferença, pois, se fosse ineficaz, o autor poderia somente reforçar os pontos positivos de sua tese, que automaticamente, as teses contrárias estariam subentendidas como piores. Contudo, a opção foi a de salientar as duas.

Foi nosso objetivo também, ao avaliar as estratégias argumentativas, saber se o modo de colocar o discurso se enquadrava como virtude ou vício, de acordo com os critérios de mediana de Aristóteles. O resultado foi que, na maioria esmagadora dos casos, as estratégias tendiam aos vícios, seja pelo excesso, seja pela falta. A mediana foi observada em um único caso, dos vários excertos observados.

Portanto, a autoproclamação da virtude, em Hayek, materializou-se em um processo nada virtuoso. Embora tenha se preocupado em ressaltar as qualidades de suas teses em relação às teses contrárias, fez uso de exemplos extremados, como se toda e qualquer intenção de esforço coletivo, independentemente dos regimes totalitários de Hitler, Mussolini e Stalin, objetivasse levar as pessoas ao caminho da servidão.

## Referências

- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro. 4ª edição. Tradução de Edson Bini. 2018.
- FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2015.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, sedução e razão*. Lisboa: Editoria 70. 2018.
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp. 2001.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2013.

# ***As regras de ouro dos casais saudáveis: o logos no discurso de autoajuda***

**Claudiana dos Santos**

**Neilton Falcão de Melo**

## **Introdução**

**E**m linhas gerais, as estratégias pensadas pelo orador envolvem conceitos fundamentais que tornam o discurso persuasivo. Na prática, como ressalta Meyer<sup>1</sup>, é um jogo em que “o sedutor [orador] visa diminuir a [possível] distância [entre si e seu ouvinte] e procede como se esta tivesse sido abolida ou já não tivesse importância”. Na visão desse autor, o orador não vai direto ao ponto daquilo que deseja, prefere propor possibilidades de recusa ou patamares de consentimento, levando, assim, o ouvinte [o seduzido] a achar que sua escolha é de livre vontade.

Dentre os discursos que circulam nas diferentes esferas da sociedade, há um espaço de destaque para a ascensão do discurso de autoajuda. A construção discursiva desse gênero envolve diferentes estratégias persuasivas, a saber: encontrar o sucesso, a felicidade, o desenvolvimento pessoal, a arte de falar em público, descobrir os segredos da mente milionária, influenciar pessoas, encontrar o parceiro/a amoroso/a dos sonhos, educar os filhos, cuidar da saúde física e mental, dentre outras conquistas. Desse modo, o orador busca o assentimento do ouvinte/leitor e, por conseguinte, almeja fazê-lo mover-se para a ação desejada.

Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar as estratégias retóricas ligadas ao *logos* na promoção de virtudes nas relações entre casais. O *corpus* analisado são os capítulos ser simpático e ser carismático pertencentes ao livro *As regras de ouro dos casais saudáveis*, do escritor Augusto Cury. A escolha desses capítulos é muito importante, pois representam, na esteira aristotélica, duas virtudes que constituem uma base de conexões fortes e poderosas em qualquer âmbito das relações

---

1 Meyer, 1998, p. 136.

humanas, sobretudo, questões éticas e morais entre casais contemporâneos. Com efeito, essas questões têm uma estreita ligação com o *logos*, visto que a partir da estrutura do *logos*, as marcas da subjetividade implicam em uma imagem do orador<sup>2</sup>. Assim, por si só o *logos* contém uma contraparte ética e moral.

Para a nossa análise, além da lógica do sedutor, recorreremos aos lugares retóricos e aos argumentos quase-lógicos, no *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>3</sup>. Essa investigação está dividida em seis tópicos: o primeiro, discorre sobre os conceitos de eudaimonia e mediania; o segundo, trata do *logos*; o terceiro, aborda sobre as acepções da autoajuda; o quarto, trata dos argumentos quase-lógicos postulados por Perelman e Olbrechts-Tyteca; o quinto, sobre a amostragem e a análise retórica do *corpus*; o sexto, apresenta as considerações finais. Assim, todos esses pontos descritos estão organizados para mostrar como o discurso de autoajuda atua intrinsecamente de forma persuasiva, por meio do *logos*, na promoção de virtudes nas relações entre casais contemporâneos.

## A eudaimonia e a mediania

O filósofo grego Aristóteles (384 a 322 a.C.) escreveu, há mais de dois mil anos, que todos nós, seres humanos, agimos em função de um bem e colocamos esse bem como a finalidade de todas as nossas ações. Na obra *Ética a Nicômaco*<sup>4</sup>, essa finalidade é identificada como eudaimonia, termo grego que pode ser entendido como algo bom, o bem supremo, vida plena, viver bem, felicidade. Esse termo também se refere a uma concepção ética da Antiguidade voltada para o alcance da felicidade como finalidade moral. Em suma, a realização da eudaimonia, conforme descrita por Aristóteles, é uma atividade da alma em conformidade com a virtude.

No entanto, Aristóteles acentua que para ser feliz o indivíduo deve ser virtuoso, visto que a virtude é parte essencial da definição de felicidade. Aristóteles afirma ainda que para atingir essa felicidade, no seu sentido pleno, é indispensável a prática da mediania, uma forma virtuosa da ação humana que se esquia dos vícios, uma ação de excelência dentro da justa medida, do meio-termo<sup>5</sup>. Assim, para atingir essa meta, o ser humano deve ser prudente, moderado, envolver-se em atividades conduzidas pelo exercício racional, no qual as virtudes estão associadas à felicidade, a ações de cooperação com a verdade e a razão, o que certamente não é uma tarefa fácil e requer esforço.

---

2 Galinari, 2014.

3 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005.

4 Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 2014.

5 Magalhães; Ferreira, 2000.

No sentido aristotélico, a ética pressupõe que percorramos um caminho de amadurecimento e possamos conhecer mais sobre nossos limites e nossas potencialidades e, assim, colocá-los em prática. No dia a dia, somos considerados bons em razão de nossas atividades virtuosas ou maus devido às nossas ações viciosas, como delibera o próprio Aristóteles<sup>6</sup>: “somos louvados ou censurados por nossas virtudes e vícios”. Por esse viés, o que constitui a felicidade são as virtudes, intelectuais ou morais, sempre representando o “bem agir”. Por se tratar de um princípio racional, o mestre de Estagira divide as virtudes em intelectuais e morais. Para Aristóteles, as virtudes intelectuais podem ser ensinadas e, por isso, requerem tempo e experiência, a saber: a sabedoria filosófica, a sabedoria prática [*phrónesis*] e a compreensão. As virtudes morais [*areté*] são adquiridas pelo resultado do hábito e do treinamento, por exemplo: a liberalidade e a temperança<sup>7</sup>. O exemplo que o estagirita traz para entendermos essa diferenciação é o seguinte: “Ao falarmos do caráter moral de alguém, não nos exprimimos dizendo que é sábio ou dotado de entendimento, mas que é uma pessoa moderada ou sóbria. Mas o louvor também cabe ao homem sábio por sua disposição”<sup>8</sup>.

Concordamos com Santos<sup>9</sup> quando aponta o posicionamento da filósofa americana Linda Zagzebski sobre as virtudes intelectuais e morais que apresentam aspectos bem similares, e que tal divisão se tornaria inválida. Na visão aristotélica, as virtudes intelectuais estariam mais direcionadas a atividades cognitivas, porém, é possível que em algum momento elas envolvam sentimentos em certa instância ou até mesmo contenham sentimentos com intensidades semelhantes ou mais fortes que aqueles que normalmente acompanham as virtudes morais. Por outro lado, as virtudes morais estão mais ligadas aos sentimentos, no entanto, virtudes como justiça, honestidade e sinceridade podem não ter uma relação tão próxima com o manejo dos sentimentos. Em nosso entendimento, decerta forma, independentemente de serem intelectuais ou morais, as virtudes passam pelo hábito. Portanto, é bastante discutível que haja dissenso sobre essa divisão.

Reportando essas questões para nosso objeto de estudo, a falta de hábitos virtuosos tem levado casais, como afirma Cury<sup>10</sup>, a uma relação desinteligente e de instabilidade, em que um passa a ser especialista em reclamar e cobrar do outro. A busca por soluções tem transformado livros de autoajuda como os de Augusto Cury em um dos segmentos com maior crescimento e também como novos *best-sellers* do mercado, como veremos mais adiante.

---

6 Aristóteles, *op. cit.*, p. 90.

7 *Ibidem*, 2014.

8 *Ibidem*, p. 77.

9 Santos, 2013.

10 Cury, 2014.



## O *logos*

O teólogo Claiton André Kunz<sup>11</sup> afirma que, com raras exceções entre os historiadores, a proposição do vocábulo *logos* como conceito filosófico é atribuída a Heráclito de Éfeso. No entanto, em nenhum dos fragmentos a que se teve acesso, até o momento, Heráclito define o que é *logos*. O que se tem, na verdade, são pistas deixadas nesses fragmentos que ajudam na compreensão do seu conceito. As pesquisas desse autor dão conta de que esse termo grego pode ser traduzido por uma gama imensa de palavras na língua portuguesa, entre elas, estão: discurso, deus, razão, palavra, alma e consciência.

Desse modo, parece-nos que *logos* abarca um leque de acepções, o que nos leva a refletir sobre o potencial que os filósofos designavam a esse vocábulo. Frisamos que se trata de uma possibilidade sobre a noção de *logos*, pois todas as possíveis definições apresentam defesas históricas e textuais plausíveis, porém inconclusivas. Destacamos também que com o passar do tempo esse termo foi ganhando novas acepções. Modernamente, *logos* é mais utilizado no sentido de discurso.

Não é à toa que na *Retórica*<sup>12</sup>, Aristóteles adota o *logos* na sua tríade retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) como uma das provas que o orador utiliza para atingir as emoções e o intelecto do auditório, pois nele estão contidos os mecanismos discursivos e argumentativos que, de forma explícita ou implícita, possibilitam a esse orador conquistar a adesão do público<sup>13</sup>. Na retórica aristotélica essa prova pelo discurso não precisa, necessariamente, corresponder à verdade. A questão ética, nesse caso, cabe ao caráter do orador. Todavia, para a busca da eudaimonia como descreve Aristóteles, são requeridas três qualidades que afiançam o discurso e tornam o orador virtuoso: *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*. Consideramos que o conceito de eudaimonia é relevante neste trabalho porque explora o alcance das virtudes e, conseqüentemente, da felicidade, com base na justa medida da ação. Notadamente, falar de Aristóteles não há como fugir do imbricamento entre as três provas retóricas e sua ligação com outros termos, como é o caso da prova pelo *logos*, que pode ter relação com a questão ética (ou não), que está relacionada com o conceito de eudaimonia.

A *phrónesis* está diretamente conectada ao *logos*, considerada pelo mestre de Estagira como a parte mais elevada da alma racional do ser humano. De acordo com Ferreira, é uma espécie de prova em que o orador demonstra características como sensatez, prudência

11 Kunz, 2019.

12 Aristóteles, *Retórica*, 2015 [Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1].

13 Ferreira, 2019.

e “sabedoria prática refletida no bom uso da mediania entre virtudes e vícios”<sup>14</sup>. Com efeito, a inteligência do orador aparece aliada a uma ação prática que move o auditório. A *areté* corresponde às virtudes humanas que precisam ser evidenciadas no discurso. O orador deve parecer sincero, moderado, justo, franco e corajoso ao expor suas ideias e pontos de vista. Porém, esse tipo de virtude deve se enquadrar nos critérios da racionalidade prática [*phrónesis*] e dos aspectos de virtuosidade contidos na mediania, no meio termo entre as virtudes e os vícios. O virtuoso, por exemplo, não se mostra covarde ou temerário, pois conhece a justa medida entre esses dois vícios e encontra, na coragem, o meio termo favorável para seus propósitos. Essa virtude está conectada ao *ethos*, visto que revela a identidade do orador. A *eúnoia*, por sua vez, é a benevolência, está ligada ao pathos. Suas características se dão pelo “gesto solidário de simpatia que se infiltra no discurso como um caminho para mover o auditório a partir de um plano [...] fundamentado no corpo dos recursos persuasivos que provocam efeitos discursivos positivos às intenções do orador”<sup>15</sup>. Por exemplo: o orador mostra-se educado, tolerante, amável e confiável a tal ponto que desperta a simpatia do auditório, que se identifica com as suas atitudes e, assim, adere aos seus apelos.

Em suma, na perspectiva aristotélica, o orador provoca o auditório por meio da materialidade discursiva, o *logos*. Com efeito, por meio do *logos*, o orador debate, compartilha, convence, persuade, seduz, demonstra, confirma, nega, defende ou refuta ideias e teses, entre tantas outras ações, além de criar a plausibilidade e a lógica aparente que influencia o auditório à adesão. Esse é um dos fatores determinantes que nos levaram, neste artigo, a analisar estratégias retóricas por meio do *logos* nos discursos de autoajuda, na promoção de virtudes nas relações entre casais.

## Ponderações acerca dos argumentos quase-lógicos

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, a argumentação quase-lógica é caracterizada por ser não formal, mas apresenta-se como comparável a raciocínios formais, sem sê-los de fato. Assim, esse tipo de argumentação (quase-lógica) “se apresentará de uma forma mais ou menos explícita. Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente”<sup>16</sup>.

---

14 Ibidem, p. 17.

15 Ibidem, p. 17.

16 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 220.

Dentre todos os argumentos quase-lógicos, este trabalho se detém apenas nos argumentos por comparação, sacrifício e definição. Detêm-se também sobre os lugares retóricos da qualidade, da quantidade, da essência, da pessoa e lugar da ordem. A escolha desses argumentos se deu por entendermos que o orador recorreu a eles com a finalidade de conseguir a confiança do público leitor/auditório. Por isso, consideramos importante discorrer sobre cada um deles, para mostrar como são conceituados pelos estudos da Nova Retórica. Destacamos que esses recursos argumentativos são materializados por meio do *logos*. Em outras palavras, o *logos* corresponde ao discurso propriamente dito, à argumentação.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>17</sup>, o argumento de comparação acontece na maioria dos discursos, pois “a argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro”. O argumento de sacrifício também se trata de um argumento de comparação, visto que atesta o sacrifício a que se está disposto a se sujeitar, abdicando de outras coisas, para atingir algum objetivo específico. Assim, “na argumentação pelo sacrifício, este deve medir o valor atribuído àquilo por que se faz o sacrifício”. Enquanto isso, o argumento de definição ocorre quando o orador opta por conceituações, classificações de determinados objetos. Dessa forma, compreende-se que “o procedimento mais característico de identificação completa consiste no uso das definições”.

Segundo Ferreira<sup>18</sup>, o lugar da qualidade “consiste na afirmação de que algo se impõe sobre os demais de sua espécie por ter mais qualidade”, porque é melhor. Nesse sentido, aquilo que é único e raro sobrepõe tudo o que é comum, corriqueiro. O lugar da quantidade caracteriza-se pela utilização de números. “Encontramos o lugar da quantidade quando se afirma que uma coisa é melhor que a outra por motivos quantitativos”. O lugar da ordem “afirma a superioridade do anterior sobre o posterior”. Nesse tipo de lugar as causas são mais valorizadas do que os efeitos produzidos por ela. O lugar da essência consiste em afirmar “a superioridade dos indivíduos que melhor representam a classe à qual são pertencentes”. São considerados modelos de uma determinada essência. O lugar da pessoa “incide sobre o mérito de um ato realizado por uma pessoa para ressaltar a dignidade, a autonomia, a coragem, o senso de justiça”. Esse lugar retórico ressalta o humano acima de todas as coisas. Essas escolhas feitas pelo orador – que são recorrentes – são construções argumentativas admitidas pelo *logos* evitais para o projeto retórico presumido pelo orador, na construção do auditório.

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 274/282/238.

<sup>18</sup> Ferreira, 2017, p. 70/71/73/74/75.

Portanto, todos os tipos de argumentos mencionados e esses lugares retóricos e, ao mesmo tempo da argumentação, são utilizados pelo orador, no *corpus* analisado, como recursos persuasivos para alcançar a adesão do seu público-alvo por meio das escolhas lexicais e da construção discursiva que denotam o poder persuasivo do discurso de autoajuda.

## **A literatura de autoajuda**

Hodiernamente, existe uma gama de discursos que difundem os diferentes métodos e caminhos para alcançarmos a felicidade. Encontramos com muita facilidade manuais e guias que ensinam a ter acesso a essa tal “felicidade”. Tais instrumentos, em sua maior parte, estão associados ao gênero autoajuda e lideram o mercado cultural de livros. No Brasil, em 2020, encontramos dados estatísticos feitos pela Nielsen Bookscan. Os índices comprovam que dos quinze livros mais procurados de 23 de março até 12 de julho, durante a pandemia, dez são de autoajuda, sobretudo financeira<sup>19</sup>. O ranking mostra o brasileiro Thiago Nigro no topo, com *Do Mil ao Milhão Sem Cortar o Cafezinho*. Trata-se, pois, de um acolhimento altamente lucrativo, haja vista a perpetuação de um mercado que oferece “conhecimento e informações” de maneira acessível.

De acordo com Rüdiger<sup>20</sup>, o contexto abarcado pela literatura de autoajuda atribui ao indivíduo, seja ele bom ou ruim, a decisão de meditar sobre sua realidade pessoal, bem como a buscar “modos e direções de mudança pessoal que, não obstante, deve ser organizado pela pessoa que o recebe em relação aos seus próprios problemas”. Ao mesmo tempo que esse indivíduo ganha a suposta autonomia, assistimos ao fenômeno vinculado “a verdadeiras empresas de engenharia da alma que, recorrendo às mais diversas mídias, terminaram transformando o desenvolvimento da personalidade e a procura por autorrealização em motivo de prática popular, dependente do moderno mercado da cultura”<sup>21</sup>.

O espelhamento do discurso de autoajuda não deixa dúvidas no que se refere a atender às demandas por autorrealização instiladas no indivíduo pela modernidade. Exemplo disso, é a publicação do livro *As regras de ouro dos casais saudáveis*, do escritor Augusto Cury, que vislumbra discursivamente a busca do equilíbrio e da felicidade nas relações conjugais, incitando um estilo de vida pseudovirtuoso. Segundo Magalhães e Ferreira<sup>22</sup>, estudos confirmam que:

---

19 Informação disponível em: <<https://istoe.com.br/livros-de-autoajuda-pessoal-e-financeira-dominam-o-ranking-da-quarentena/>>. Acesso: 08set. 2021.

20 Rüdiger, 1995, p. 15.

21 Ibidem, p. 16.

22 Magalhães; Ferreira, 2000, p. 167.

Hoje, centenas de livros de autoajuda, por exemplo, tematizam a felicidade e retoricamente instruem os homens sobre como praticar variadas perspectivas do estar confortavelmente no mundo. Normalmente, tais publicações são criadas para um indivíduo, um ser entre outros e, grosso modo, os caminhos indicados são imediatistas e aparentemente alcançáveis: o prazer, a riqueza, as honras, o poder. Outros, poucos, inflamam nos homens uma visão aristotélica de felicidade: a busca do sumo Bem, o melhor dos bens que existe e é objeto de um saber supremo, uma ciência superior às outras ciências: a Política.

As reflexões de Magalhães e Ferreira ilustram as controvérsias que envolvem a produção do gênero autoajuda, no tocante aos caminhos “verdadeiros” na busca da felicidade.

Pensando como Aristóteles, o estudo da virtude encaminha o homem político para o bem e a obediência das leis. Já a felicidade, trafega entre “o viver bem ou o dar-se bem com o ser feliz [o bem agir]”<sup>23</sup>. Com base nisso, na próxima seção deste trabalho, analisaremos como o orador desenvolve a argumentação acerca da felicidade e das relações saudáveis. Não nos dirigimos ao estudo de casos conjugais, mas à análise de um discurso “ajudador”, por intermédio de um orador que propaga um discurso regulamentador das relações saudáveis, pautadas por ditames humanos, morais, religiosos e institucionais.

## Amostragem e análise retórica do discurso de autoajuda

A obra de autoajuda analisada neste trabalho foi publicada pela editora Academia, com segunda edição no ano de 2014, cuja autoria é atribuída a Augusto Cury. Em nosso trajeto metodológico, optamos pela análise de dois capítulos da obra, intitulados de: *ser simpático* e *ser carismático*. Até o sexto capítulo do livro, o orador instrui seu interlocutor sobre as regras de ouro que descrevem os cárceres emocionais, as armadilhas da mente humana e as emboscadas psíquicas a que os casais frequentemente se submetem e destroem seus relacionamentos, como se fossem tipos de vícios que atravessam as relações dos casais. Nos dois capítulos selecionados como *corpus* deste trabalho, o orador propõe ferramentas e instrumentos de superação no treinamento do Eu como construtor das relações saudáveis, tentando propor uma série de comportamentos que tendem ao equilíbrio para manutenção das relações saudáveis.

Nesse momento, parece-nos importante apresentar, de forma resumida, um quadro das virtudes apresentadas por Aristóteles, assim como as apresentadas pelo orador Au-

---

23 Aristóteles, 2014, p.49.

gusto Cury. Para isso, fizemos um levantamento no capítulo 7 do Livro II da obra *Ética a Nicômaco* e no livro *As regras de ouro dos casais saudáveis*. Vejamos:

Quadro 1

VIRTUDES DESCRITAS POR ARISTÓTELES	VIRTUDES DESCRITAS PELO ORADOR AUGUSTO CURY
Coragem	Coragem/Proteção de si e do outro/Segurança
Temperança/Moderação/Autocontrole	Equilíbrio/Sensibilidade/Disciplina/Liberdade
Liberalidade/ Magnificência/ Generosidade	Carisma/ Generosidade/Solidariedade/ Companheirismo
Magnanimidade/Justo orgulho	Autoestima/Autoconfiança/Liderança/ Resiliência
Calma (mansidão)	Suavidade/Brandura/Tolerância
Veracidade	Honestidade
Espirituosidade	Espontaneidade
Amabilidade/Gentileza	Simpatia/Cordialidade/Agradabilidade
Modéstia/Integridade	Modéstia
Justa indignação	Empatia/Altruísmo
-----	Proatividade

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A partir das virtudes apresentadas nesse quadro, entendemos ser importante comparar como agem (como argumentam) os virtuosos na visão de Aristóteles e na visão do orador Augusto Cury. Em comum, tanto Aristóteles quanto o orador Augusto Cury defendem que a virtude está associada à felicidade e não pode ser considerada como algo previamente consolidado no ser humano, ou seja, é uma disposição adquirida pelo hábito. Todavia, a virtude em Aristóteles é determinada por um princípio racional próprio do ser humano dotado de sabedoria prática, enquanto a virtude propagada pelo orador Augusto Cury é uma proposição da literatura de autoajuda mediada por estratégias de comunicação que visam persuadir o público/leitor para adquirir um produto específico, no caso, o livro do autor.

Como primeiro passo da análise, relembremos o conceito de *ethos* prévio na vertente dos estudos discursivos. Nesse sentido, segundo Amossy, é “a imagem que o auditório

faz do locutor no momento em que este toma a palavra”<sup>24</sup>. Essa construção prévia, em nosso *corpus*, é respaldada pela posição institucional do orador: psiquiatra e psicólogo, reconhecido mundialmente, que por intermédio do *logos* confirma a autoridade e a legitimidade de seu ofício, na condição de orador/escritor.

Nos capítulos iniciais da obra, transitamos por argumentos de quantidade e exemplificação<sup>25</sup> que enaltecem a virtude intelectual do orador. A prática do ofício é respaldada por mais de 20 mil sessões de psicoterapia e consultas psiquiátricas. O orador faz menção à aplicação da teoria da inteligência socioemocional (multifocal) que o habilita a ser autoridade no estudo do processo de construção de pensamentos, formação do eu, papéis inconscientes da memória, educação da emoção e formação de pensadores.

Em uma primeira leitura, identificamos como esse orador constrói uma lógica discursiva acerca dos hábitos dignos de louvor, com vistas à felicidade conjugal. O verossímil e o plausível corroboram no entendimento da noção de virtudes.

Percebemos que a articulação de estratégias argumentativas no discurso de autoajuda aparece afetada pelo discurso pedagógico, pois a todo instante há advertências e ensinamentos de como ser simpático e carismático. O exórdio desse discurso é marcado por um ciclo repetitivo de aconselhamento que cria um modelo de auditório inexperiente e dependente. Vejamos o que Perelman e Olbrechts-Tyteca declaram a esse respeito:

O orador tendo muitas das vezes de assumir o papel de mentor, daquele que aconselha, repreende, dirige, deve zelar por não provocar em seu público um sentimento de inferioridade e de hostilidade para consigo: é preciso que o auditório tenha a impressão de decidir com plena liberdade<sup>26</sup>.

Tal atribuição não é identificada no discurso analisado, logo, o interlocutor é aquele que não sabe decidir e precisa conhecer o funcionamento das relações saudáveis por intermédio dos argumentos utilizados pelo orador. Verificamos um discurso perpassado pelo excesso, contrapondo-se ao que Aristóteles nos diz: “deve-se escolher a mediania e não o excesso nem a deficiência, e que a mediania é determinada pela reta razão”<sup>27</sup>.

Começamos essa demonstração do excesso por meio das seguintes sequências argumentativas:

24 Amossy, 2018, p. 25.

25 De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação pelo exemplo consiste em recorrer a um caso concreto para proceder a generalizações.

26 Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 396.

27 Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 2014, p. 219.

SA1: “Os simpáticos distribuem livremente sorrisos e cumprimentos, os carismáticos distribuem elogios e promoções [...]. Os simpáticos são poetas do bom humor, os carismáticos são poetas da promoção dos outros [...]”. (p.72)

SA2: “Ser simpático é ser um poeta do bom humor. É acima de tudo distribuir gratuita e generosamente sorrisos e cumprimentos para a parceira ou parceiro. É realçar a durabilidade e a agradabilidade do amor”. (p.74)

SA3: “Os simpáticos dão o que dinheiro não compra para seus íntimos, dão sua alegria, seu ânimo, sua coragem de lutar, sua capacidade de crer na vida mesmo nos dias dramáticos. Os antipáticos abortam o ânimo, fomentam o pessimismo, promovem a timidez e a insegurança. Os simpáticos, por distribuírem sorrisos e cumprimentos, são fontes de sonhos e inspiração. Os antipáticos, por serem sisudos e críticos, são vendedores de tristezas e preocupações”. (p.75)

Identificamos, nos excertos mencionados, a promoção do ideal de felicidade. Na SA1, o orador utiliza-se do **argumento comparativo** e do **argumento de definição**. O **comparativo** para evidenciar as posições de um indivíduo simpático e um carismático (*um distribui sorrisos e cumprimentos, o outro, elogios e promoções*). O **argumento de definição** para conceituá-los (*um é poeta do bom humor, o outro, poeta da promoção dos outros*). Na SA2, temos o **argumento da definição** alicerçado por processos de identificação de um indivíduo feliz em uma construção sistematizada. Na SA3, o orador retoma a argumentação por intermédio da **comparação**, só que dessa vez entre os comportamentos de simpáticos e antipáticos, sendo o primeiro descrito através de práticas virtuosas, enquanto o segundo é dotado de comportamentos míseros, o que diríamos ser viciosos. Na SA3, podemos constatar também o **argumento pelo sacrifício**, visto que, independentemente das intempéries do dia a dia, os simpáticos “*dão o que dinheiro não compra, [...], mesmo nos dias dramáticos*”. Ou seja, para fazer os seus íntimos felizes, os simpáticos fazem esforços imensuráveis, logo, são verdadeiros abnegados. Ainda na SA3, podemos identificar que, implicitamente, o orador faz uso do **lugar retórico da essência**, visto que os simpáticos são simbolicamente apresentados como seres virtuosos, superiores aos antipáticos, ou seja, estariam mais próximos da eudaimonia aristotélica.

Dando sequência às análises, destacamos dois trechos que demonstram as virtudes intelectuais do orador. Na primeira, o seu conhecimento teórico e prático aparece em



forma de crítica; na segunda, o orador incita o interlocutor a adquirir um relacionamento saudável. Vejamos:

SA4: Vinicius de Moraes, o brilhante poeta brasileiro, escreveu com argúcia “que o amor seja eterno enquanto dure”. Essa bela frase embute corretamente a fragilidade do amor, mas reflete a ingenuidade com que o encaramos e o tratamos. Nela o amor é “eterno”, intenso, impactante, pelo tempo que se ama, pelo tempo que dura. Ela esquece que a continuidade ou descontinuidade do amor não depende apenas do universo do amor em si, mas também das habilidades socioemocionais de quem ama e o cultiva. (p. 73)

SA5: “No início do romance, a chegada do namorado ou da namorada é um acontecimento único, que jamais passa despercebido. Com o tempo vem o cárcere da rotina e um olha para o outro no pequeno cosmo do ambiente familiar e muitas vezes eles nem se cumprimentam. Todos os dias os casais deveriam se tocar, dar um bom-dia, alegrar-se com a presença do outro”. (p. 74)

Notamos que na SA4 e na SA5 as virtudes intelectuais do orador são construídas com base em um discurso da experiência, que enxerga a realidade diária dos casais, a rotina e analisa a durabilidade dos laços amorosos por meio do *pathos*. Percebe-se que, embora se trate de táticas argumentativas para adquirir a adesão do público às suas pretensões, a sabedoria filosófica e prática são sustentadas através de um conhecimento de excelência, alguém que é especialista em um determinado campo do saber: Augusto Cury, psiquiatra e psicólogo de renome internacional, criador de uma teoria que explica o funcionamento da mente humana. Todavia, Aristóteles<sup>28</sup> adverte-nos que a virtude não pode ser uma simples faculdade de sentir emoções. Lembremos que na ética aristotélica são os bons hábitos que formam as virtudes – ações na justa medida, qualitativas, e não quantitativas –, por outro lado, a ausência das virtudes condicionam os maus hábitos. Assim, tanto virtudes quanto vícios dizem respeito às nossas disposições, e são formados em nós pelo hábito.

---

28 Aristóteles, *op. cit.*

Encontra-se nesse jogo discursivo uma espécie de fórmula mágica que consegue enquadrar os papéis sociais dos casais<sup>29</sup>. Conforme Almeida<sup>30</sup>, não existe a fórmula mágica para uma relação vir a ser perfeita, visto que um relacionamento a dois é atravessado por ciúmes, dependência do outro, egoísmo dos parceiros, falta de paciência e pode não acabar bem. Por outro lado, Almeida defende que as dificuldades de convivência podem ser equilibradas por intermédio do exercício da paciência e da tolerância.

Na oitava regra de ouro, o orador embasa a argumentação no conceito e papéis desempenhados pelos carismáticos. O orador utiliza-se de um raciocínio demonstrativo, a partir de premissas que produzem efeito de sentido de verdade. Vejamos:

SA6: Por sua vez, o carismático está num degrau mais alto na construção das relações saudáveis e felizes. Ele é um poeta da ascensão dos outros. Ele investe diária e continuamente na sua esposa, marido, namorado ou namorada, filhos, alunos, amigos, pais, colaboradores. Como? Distribuindo elogios e promoções. Ele promove características nobres da personalidade, realça o que há de melhor nas reações ainda incipientes e diminutas e alarga as fronteiras das janelas light. [...] Os carismáticos, portanto, são propagadores da felicidade dos outros. [...] Um parceiro anticarismático, além de não promover os outros, chafurda na lama do ciúme. (p.77-78)

SA7: Talvez menos de um em cada cem casais conquista permanentemente uma medalha de bronze e de prata ao mesmo tempo. Em outras palavras, eles são empáticos e carismáticos durante alguns anos de relação e apenas temporariamente distribuem sorrisos e cumprimentos e mais raramente distribuem promoções e elogios. Você conquistou essas duas medalhas? Todos os dias eu procuro conquistá-las. (p.80)

Nos dois excertos, observa-se que as escolhas discursivas do orador tendem a atrair a atenção dos interlocutores, a partir da expressividade retórica e, conseqüentemente, torná-los dóceis e benevolentes. A racionalidade do *logos*, assim, perpassa pela mo-

---

29 Na visão de Augusto Cury, os casais precisam investir em três estágios que impactam diretamente no social: ser simpático, carismático e empático. Esses estágios são valores defendidos pelo orador ao enquadrá-los como deveres que condicionam o comportamento do/a parceiro/a envolvido/a na relação.

30 Almeida, 2015.

bilização de valores do auditório, por exemplo, ser o parceiro ou parceira que investe na felicidade do Outro. O discurso de uma psicologia motivacional atribui ao casal a responsabilidade de fazer dar certo, sem considerar os fatores previsíveis e imprevisíveis que interferem na felicidade conjugal. Esses valores baseados no reconhecimento, elogios e promoções são atravessados por aspectos emotivos, logo, o Eu é responsabilizado pela felicidade do Outro. Para tanto, visando obter o assentimento às teses apresentadas o orador utilizou-se do *logos* e do *pathos*.

Quanto ao uso dos argumentos, na SA6, observa-se a utilização do **lugar retórico da quantidade** em: “*o carismático está num degrau mais alto na construção das relações saudáveis e felizes*”. Números nunca se furtam de serem persuasivos. Dentro da perspectiva retórica, a forma como o orador organiza, como distribui o argumento, de forma a trazer o convencimento e a dizer quem são os responsáveis pelo problema (casais anticarismáticos) ou pela solução (casais carismáticos), é tudo premeditado. No caso, afirma-se que o carismático é melhor que o não carismático por razões quantitativas. Observa-se nesse excerto o uso de estratégias que valorizam o quantitativo, visto que a pessoa carismática precisa agregar inúmeros comportamentos para sustentar a relação saudável. Ainda na SA6, depreende-se que o **lugar retórico da essência** também está presente, mas de forma implícita, visto que dentro da classe de seres humanos os carismáticos representam o que estaria mais próximo da eudaimonia aristotélica. Podemos observar na SA6 o **lugar retórico da ordem**, pois há uma causa e, em seguida, o efeito produzido por ela. Detalhando melhor, a causa seria as ações do carismático: “*distribui elogios e promoções [...], realça o que há de melhor nas reações ainda incipientes e diminutas e alarga as fronteiras das janelas light*”; os efeitos da causa seria a felicidade das pessoas íntimas: “*Os carismáticos, portanto, são propagadores da felicidade dos outros*”. As ações e os efeitos são importantes, mas os efeitos só acontecem por conta das ações, assim, o anterior é superior ao posterior. Nessa SA6, temos também o **argumento pela comparação**, assim como, pela **definição**. Destarte, as palavras e expressões direcionadas aos carismáticos dificilmente não obteriam boa aceitação dos ouvintes, pois são modelos eficazmente almejados.

Na SA7, o orador argumenta sobre a dificuldade que as pessoas têm para se tornarem carismáticas. Nessa sequência, o orador faz uso do **lugar retórico da quantidade** em dois momentos: “*Talvez menos de um em cada cem casais conquista permanentemente uma medalha de bronze e de prata ao mesmo tempo*” e “*Todos os dias eu procuro conquistá-las*”. E aqui depreende-se que o orador se coloca como superior a quem, simbolicamente, não conquista essas referidas medalhas. Ou seja, ele afirma que faz parte desse um por cento, portanto, é raro. Assim,

podemos inferir que esse orador faz uso do **lugar da qualidade**, opondo-se aos demais de sua espécie. Nesse caso, é como se houvesse uma apologia à imitação e à repetição dos comportamentos espelhados pelo orador. Reportando-nos a Meyer<sup>31</sup>, é algo semelhante a uma publicidade, em que somente a compra de certo produto preencheria as lacunas esperadas por determinado público. Diante disso, percebe-se que a lógica psicologizante do orador é marcada da seguinte forma:

[...]deslocamento da ideia de cultivo de virtudes morais individuais para o desenvolvimento de qualidades da personalidade, o valor não está mais no aperfeiçoamento, que resultaria em sucesso pessoal e se reverteria em prosperidade para a comunidade, e sim, na competição entre os indivíduos, que necessita principalmente de aperfeiçoamento de habilidades pessoais a fim de vencer essas disputas, objetivando exclusivamente o triunfo pessoal<sup>32</sup>.

Partindo dessa citação, entendemos que termina como uma espécie de síntese do papel que o sujeito deve assumir em busca do seu destino. O termo personalidade deixa de ter o sentido de qualidade moral e passa a ser empregado como algo dependente do desejo do indivíduo. Nesse sentido, “a preocupação moral com a construção do caráter se perde e entra em cena a autossugestão”<sup>33</sup>. Assim, a transição do cultivo das virtudes ao desenvolvimento da personalidade é um aspecto propagandístico da literatura de autoajuda.

## Considerações finais

Mediante a amplitude do arcabouço aristotélico e sua inegável contribuição para os estudos referentes às virtudes, no presente artigo, tivemos como propósito principal analisar as estratégias retóricas ligadas ao *logos* na promoção de virtudes nas relações entre casais.

Por meio das análises realizadas verificamos que estrategicamente o orador recorre aos argumentos quase-lógicos e utiliza-se dos lugares retóricos para exteriorizar seus argumentos. Materializados no *logos*, esses dispositivos argumentativos são recursos

---

31 Meyer, 2007.

32 Santos e Cunha, 2015, p. 691.

33 Ibidem, p. 691.

utilizados pelo orador com vistas a persuadir o auditório, representado pelos supostos leitores do referido livro da modalidade genérica denominada de autoajuda. A partir de um plano retórico, visando uma identidade com o auditório, o orador traduz a partir da sua ótica as virtudes e os vícios nas relações conjugais modernas. E para isso, o discurso do orador precisa ser digno de credibilidade, como defende Aristóteles, pois o discurso que aparenta ser verdadeiro torna essa construção bem mais fácil. O orador busca, assim, legitimar a sua tese por estratégias que abrangem a hierarquização de valores diluídos socialmente, no caso específico, o “tão sonhado” sucesso e felicidade na relação conjugal.

Constatamos que a materialização das virtudes foi corporificada no discurso do orador por meio dos argumentos de definição e comparação para conceituar, sobretudo, o que seria um indivíduo simpático e um carismático, como ele se comporta e como age com seus parceiros ou parceiras. Além desses, encontramos o argumento de sacrifício para validar os esforços que os indivíduos fazem para tornar as pessoas íntimas felizes, sejam elas, maridos, esposas, filhos. Observamos também como elemento para a corporificação dos discursos, a presença de lugares retóricos, como o lugar da quantidade, lugar da essência, lugar da qualidade e lugar da ordem. Essa corporificação é a presença do *logos*, que a partir de sua verdade construída/reforçada discursivamente e das ações que ele sugere, é possível perceber o *ethos* que daí aflora, assim como as emoções passíveis de serem deflagradas (o *pathos*).

Partindo do que argumenta o orador, consideramos que, na perspectiva do plano aristotélico, os simpáticos e os carismáticos valem-se da *phrónesis*, visto que agem de forma ponderada, fugindo dos excessos e dos vícios; valem-se da *areté*, já que são virtuosos; valem-se da *eúnoia*, pois são altruístas. Dito de outro modo, agem sempre pelo princípio da mediania (da justa-medida), assim como pela eudaimonia (felicidade), sendo, por exemplo, agradáveis e admiráveis. Por outro lado, esses argumentos, que são utilizados para mostrar as virtudes a partir das ações daqueles que são simpáticos e carismáticos, escancaram os efeitos provocados pelos vícios da grande maioria dos casais, que são antipáticos e anticarismáticos. Outro aspecto relevante consistiu na observação de como a construção da imagem pública (psicólogo e criador da Teoria da Inteligência Multifocal) influenciou na construção discursiva de um orador digno de fé.

Diante da utilização desses inúmeros recursos persuasivos, observamos que o orador (*ethos*) alicerça seu discurso (*logos*) oferecendo as condições necessárias para atingir o auditório (*pathos*) naquilo que para ele é uma virtude, nesse caso, ter um relacionamento saudável. O orador se coloca como virtuoso e constrói um *ethos* baseado nas imagens discursivas de alguém dotado de prudência, que aconselha, que julga os comportamentos bons e ruins. Além disso, direciona discursivamente o que deve ser escolhido e o que

deve ser evitado. No entanto, não mostra como manter um equilíbrio na descrição de comportamentos e virtudes que envolvam os aspectos de formação da conjugalidade.

Observamos que a busca pela felicidade pode ser vista sob diferentes prismas, como bem preconizou Aristóteles, englobando a vida política, contemplativa e a vida dos prazeres. Logo, a literatura de autoajuda tem sido responsável por propagar modelos de felicidade que pouco se aplicam ao conceito de felicidade estudado por Aristóteles, enquanto uma atividade virtuosa da alma. A abordagem da felicidade propagada nesse gênero é mediada por questões mercadológicas.

Finalizamos dizendo que nosso estudo se concentrou, sobretudo, nas primícias do *logos*, mas não podemos esquecer que a análise retórico-argumentativa representativa deste trabalho está embasada na interrelação existente entre *logos*, *ethos* e *pathos*.

## Referências

- ALMEIDA, Thiago de *et al.* **Relacionamentos amorosos: o antes, o durante...e o depois**.vol.3. São-Paulo: PoloBooks, 2015. Ebook. Disponível em:[https://www.thiagodealmeida.com.br/site/wp-content/uploads/Relacionamentos\\_amorosos\\_o\\_antes\\_o\\_durante\\_e\\_o\\_depois\\_Voume\\_3.pdf](https://www.thiagodealmeida.com.br/site/wp-content/uploads/Relacionamentos_amorosos_o_antes_o_durante_e_o_depois_Voume_3.pdf). Acesso em: 20 de abr.2021.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz *et al.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 9-28.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. [Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1]
- CURY, Augusto. **As regras de ouro dos casais saudáveis**. 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2014.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. 1. ed. 1. reimpressão, São Paulo: Contexto, 2017.
- FERREIRA, Luiz Antonio. Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do *ethos*. In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 9-23.
- GALINARI, Melliandro Mendes. *Logos, ethos* e *pathos*: “três lados” da mesma moeda. **Alfa**, São Paulo, v. 2, n. 58, p. 257-285, 2014.
- KUNZ, Claiton André, A ideia dologos segundo Heráclito de Éfeso. **Revista Batista Pioneira**, vol. 8, n. 2, p. 247-275, dezembro/2019.
- MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antonio. Eudaimonia, *ethos* e *pathos*: um olhar sobre o discurso político no século XXI. **Verbum**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.166-186, maio/2020.
- MEYER, Michel. **A retórica**. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.
- MEYER, Michel. **Questões de retórica, linguagem, razão e sedução**. Lisboa, Edições 70, 1998.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RÜDIGER, Francisco. **Literatura de autoajuda e individualismo**: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1995.

SANTOS, Arci Gardênia Alves; CUNHA, Eduardo Leal. Self-help speech on a weekly news magazine. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 689-699, 2015.

SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. **Virtudes intelectuais e justificação**: duas teorias sobre o caráter cognitivo dos agentes epistêmicos. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Santa Catarina, 2013.

# Vício e Virtude na Autodefesa de Sócrates

Jackson Chediak

Sorhaya Chediak

*E é assim também em relação às virtudes, pois é pelas ações que praticamos nas relações com os homens que nos tornamos justos ou injustos; e é pelas ações que praticamos em situações de perigo, e pelo hábito de temer ou ter coragem, que nos tornamos uns, corajosos, outros, covardes.*

*Aristóteles*

## Considerações iniciais

Toda ação resulta de uma escolha. Isso reflete a virtude e “ocupa uma posição central em relação a nós a qual é determinada pela razão e determinaria o homem dotado de sabedoria prática”.<sup>1</sup> Nesse sentido, Aristóteles (2019) menciona que a escolha é seguida de razão e pensamento. Não há como decidir sobre tudo, visto que algumas situações independem de nossas escolhas, como por exemplo os fenômenos naturais ou “coisas eternas”<sup>2</sup>, mas cabe a cada um decidir em relação ao que depende de nós ou o que pode ser realizado.

A proposta deste capítulo visa discutir como a virtude e o vício se associam ao aspecto racional do discurso, bem como refletir de que maneira a temeridade e a coragem são reveladas na autodefesa de Sócrates, tendo como objeto de estudo a obra *Apologia de Sócrates* (2019a, 2019b), escrita por Platão, sob a análise da retórica contemporânea.

---

1 Aristóteles, 2019, p. 48.

2 Aristóteles, 2019, p. 63.



Para isso, consideramos os conceitos de Aristóteles (2019) sobre vício e virtude, as reflexões de Perelman e Tyteca (2014) em relação à argumentação, os conhecimentos de dialética de Reboul (2004) e Tringali (2014). Além desses autores, valemo-nos também de outros estudiosos, como Campbell, Huxman e Burkholder (2015), Chaui (2000), Ferreira (2017) e Paviani (1995).

Como percurso metodológico, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa, a fim de identificar de que forma a virtude e o vício são manifestados no exercício de defesa de Sócrates. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, com suporte na retórica contemporânea.

## A razão, a lógica e a dialética

A retórica não é apenas a arte de falar bem ou com eloquência, pois se constitui por técnica de convencimento e persuasão, por isso a “primeira função da retórica, portanto, advém de seu conceito mais antigo: persuadir. Para obter seu intento, o orador vale-se de meios racionais e afetivos, pois, em retórica, razão e sentimento se amalgamam num complexo inseparável”.<sup>3</sup>

De acordo com Chaui (2000, p.71), “a palavra razão origina-se de duas fontes: a palavra latina *ratio* e a palavra grega *logos*[...]. Por isso, *logos*, *ratio* ou razão significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros”. A razão nesse entendimento é a forma como organizamos o discurso para ficar compreensível.

Assim, a razão é sediada no domínio da lógica para demonstrar certas verdades e faz uso da progressão da argumentação no discurso por meio das inferências, da indução, que “parte do particular para o particular, da parte para a parte. Trabalha por meio da analogia, pois propicia a comparação. Consegue provar, porque conduz a um tipo de raciocínio extraído, dentre outros, dos fatos cotidianos, históricos e narrativos”.<sup>4</sup>

É por meio do domínio da lógica que o orador mostra a verdade de uma conclusão e “retira” do auditório a possibilidade de inferências pautadas em convicções pessoais, já que as premissas são baseadas em provas. Assim, se há duas ideias contraditórias, uma será verdadeira e a outra falsa. O aspecto racional do discurso, que é o *logos*, está ligado à argumentação, conforme aponta Mateus:

---

<sup>3</sup> Ferreira, 2017, p. 15.

<sup>4</sup> Ferreira, 2017, p. 79.

Diz respeito, pois, à argumentação que envolve decisões práticas e que como tal requerem o uso de um tipo particular de silogismo: o entimema. O *logos* pode ser, assim, directamente associado à parte argumentativa formal do discurso retórico, estando ligado à face Dialéctica da Retórica. É uma argumentação inspirada no rigor lógico.<sup>5</sup>

O *logos* pode ser empregado tanto para questionar quanto para refutar. Além disso, está ligado “à face Dialéctica da Retórica. É uma argumentação inspirada no rigor lógico”.<sup>6</sup> Afinal de contas, o que a dialética e a retórica têm em comum? Apesar da retórica e da dialética terem semelhanças, há características próprias. A seguir, apresentamos um quadro com conceitos discutidos por Reboul (2004) e Tringali (2014).

Quadro 1 – Dialética e Retórica

Retórica e Dialética	Retórica
<p>A retórica e a dialética são capazes tanto de provar uma tese quanto o seu contrário [...]. (Reboul, 2004, p. 35)</p> <p>Utilizam dois tipos de argumentos idênticos de argumentação: indução e dedução [...]. (Reboul, 2004, p. 37)</p>	<p>A Retórica se situa dentro da Dialética que, por seu turno, se situa dentro da Lógica. Aristóteles estuda o raciocínio dialético nos <i>Tópicos</i>, nas <i>Refutações sofisticadas</i> e na <i>Retórica</i>. (Tringali, 2014, p. 38)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), a partir da leitura de Reboul (2004) e Tringali (2014).

Enquanto a retórica é a habilidade de argumentar diante do auditório, a dialética consiste em debates alternados de perguntas, respostas e refutação sob perspectivas distintas entre os interlocutores, que são também auditórios. Mateus (2018) discute a relação entre a retórica e a dialética.

<sup>5</sup> Mateus, 2018, p. 108.

<sup>6</sup> Mateus, 2018, p. 108

Ambas trabalham no domínio das crenças, previsivelmente aceites por todos. Contudo, enquanto a Dialéctica consubstancia um questionamento argumentativo com um interlocutor na procura rigorosa da verossimilhança, a Retórica expande esse processo dialógico em direcção a um auditório diverso e múltiplo através de um processo de persuasão que dilata o raciocínio dialéctico. Assim, cada uma tem a sua autonomia e função, mas isso não elimina a intersecção de planos entre Retórica e Dialéctica.<sup>7</sup>

A retórica aponta para uma escolha, uma decisão e desenvolve o raciocínio dialéctico. Já a dialéctica objetiva uma pergunta argumentativa ao interlocutor na busca por credibilidade. Observamos a passagem a seguir na visão aristotélica da retórica a partir da definição da dialéctica em que Sócrates questiona Meleto:

- Diga para mim, Meleto: é importante para você que os jovens sejam tão virtuosos quanto possível?
- Certamente é.
- Então diga a todos quem os torna melhores. Não tenho dúvida de que sabe a resposta. Afinal, isso o preocupa tanto que, além de buscar descobrir quem os corrompe, ainda me denunciou na ágora. Pois então diga quem que pode me torná-los melhores. [...]
- As leis.
- Mas não foi isso o que lhe perguntei, ó boníssimo. Minha pergunta foi sobre o homem que conhece, em primeiro lugar, exatamente isto: as leis.
- Aqueles, ó Sócrates, os juízes.
- O que você disse, Meleto? Esses aqui são capazes de educar e torná-los melhores?
- Certamente.
- Todos eles ou alguns sim e outros não?
- Todos.<sup>8</sup>

Observa-se no diálogo que Sócrates orienta o discurso a partir do questionamento a Meleto sobre a acusação de corromper os jovens e, “suscitada a questão, o debate dialéctico e começa pela invenção que consiste em achar (*invenire*) os argumentos e avaliar o valor lógico [...]. Vem, a seguir, a segunda fase da atividade dialéctica que é constituída

7 Mateus, 2018, p. 51-52.

8 Platão, 2019b, p. 28.

pela disposição”<sup>9</sup>. Essa última consiste na organização dos argumentos conforme aquilo de que se objetiva persuadir.

À medida que o filósofo questiona, obtém a resposta e contrapõe Meleto, revela e avalia os argumentos de seu opositor e ao mesmo tempo valida o próprio argumento e se vale da disposição para organizar as informações apresentadas no discurso no decorrer da invenção. Durante os questionamentos, Sócrates demonstra que as acusações são infundadas, pois os argumentos de Meleto apresentam contradições.

## A apologia de Sócrates segundo Platão

Em janeiro de 399 a.C., Sócrates, aos 70 anos de idade, foi acusado pelo poeta Meleto; Anito, que era um excelente orador e político democrata de Atenas; e Lícon, cidadão de pouca influência segundo a história, de corromper a juventude, negar deuses reconhecidos pelo Estado e introduzir novos cultos.

Os relatos feitos por Platão no livro *Apologia de Sócrates* (2019a, 2019b) são considerados fidedignos quanto ao que teria ocorrido na instrução processual da ação penal do filósofo Sócrates. Os registros, na obra, são divididos em três partes importantes. A primeira trata da defesa do acusado, que refuta a inicial acusatória e procura demonstrar aos julgadores a missão que acreditava ter, com eloquência e ironia, ao buscar desconstruir os argumentos da acusação:

O que vocês, varões atenienses, sentiram com os meus acusadores, não sei; mas até eu mesmo, com eles, por pouco não me esqueci de mim, tão convincentemente falavam! Porém de verdadeiro, a bem dizer, nada disseram. E das muitas mentiras que disseram, fiquei mais espantado com uma – esta: quando falaram que vocês deviam tomar cuidado para não serem enganados por mim, porque eu seria hábil em falar!<sup>10</sup>

Nessa primeira parte, Sócrates, ao se defender perante os julgadores da acusação formulada, utilizou de maneira paródica a linguagem forense, em que os gêneros se misturam em judiciário e epidítico. De acordo com Tringali (2014), os gêneros oratórios não são encontrados separados. “Já Quintiliano advertia que, no mesmo discurso, os gêneros se misturam em doses diversas. Convém, porém, saber qual o gênero predominante.”<sup>11</sup>

9 Tringali, 2014, p. 38-39.

10 Platão, 2019a, p. 65.

11 Tringali, 2014, p. 73.

É possível inferir que os acusadores descreveram Sócrates como homem persuasivo e perigoso. Assim, percebe-se, no discurso do filósofo, uma preocupação em demonstrar aos jurados que não faria uso dos elementos retóricos para convencer e persuadir. Em oposição à linguagem jurídica utilizada pela acusação, o filósofo argumenta que

quase nada de verdadeiro disseram. Mas vocês de mim vão ouvir toda verdade – porém não, varões atenienses, por Zeus, discursos ‘beletrificados’, como os deles, nem bem ordenados nas expressões e palavras; vocês vão ouvir sim coisas ditas de improviso, com as palavras que me ocorrerem (pois acredito que são justas as coisas que digo), e que nenhum de vocês espere algo diferente! Certamente nem ficaria bem, varões, nesta idade me dirigir a vocês fabricando discursos como um adolescente.<sup>12</sup>

Nos registros históricos, temos a “definição da pena” quando Sócrates, diante de seus acusadores e juízes, para não contrariar a própria consciência, teceu duras críticas ao sistema corrompido e realizou diversos questionamentos sobre a postura que deveria tomar.

O que o homem determina para mim é a pena de morte. Pois bem, em contrapartida, o que devo propor, ó homem de Atenas? Certamente aquilo que penso merecer, não é? E o que seria? O que mereço pagar, ou receber, por não ter vivido uma vida acomodada e por ter negligenciado aquilo que os outros homens tanto valorizam, como riquezas, negociações, cargos públicos, postos militares e outras dignidades, além das conspirações, tão frequentes na *pólis*? E por ter sido, na verdade, um homem honesto o bastante para fugir dessas atividades e não ir ao encontro dessa vida?<sup>13</sup>

Após sustentar oralmente o que mereceria, Sócrates propôs um banquete em seu favor no edifício onde guardavam as leis de Solon, conhecido por Pritaneu, e articulou argumentos que já não buscavam a absolvição, mas a demonstração da injustiça sofrida em um julgamento célere, “em minutos”, que decidiu pela sua morte. Por isso, o filósofo registrou o que acreditava ser digno.

Então, o que um homem como eu merece receber? Uma recompensa, ó homens de Atenas, já que devo propor algo verdadeiramente de acordo com aquilo que

12 Platão, 2019a, p. 65-66.

13 Platão, 2019b, p. 47.

acredito merecer. Algo que seja bom e convincente para mim. E o que melhor convém a um homem pobre, que é seu benfeitor, que precisa de tempo livre para aconselhá-los? Não há nada mais conveniente, ó homens de Atenas, que alimentar tal homem no Pritaneu.<sup>14</sup>

Pautado em certezas e sentimentos de justiça, o acusado construiu um *ethos* sedimentado em prova que descreveu o caráter moral do orador, com argumentos altivos e articulados em função de valores que acreditava serem importantes e coerentes com sua história: pode “parecer a alguns de vocês, diante dessas palavras, que estou me lamentando ou implorando. Falo com altivez, ó homem de Atenas, mas isso não importa. Na verdade, o que importa é a minha certeza de que, conscientemente, jamais fui injusto com homem algum”.<sup>15</sup>

O orador enfatizou, na sustentação, questionamentos e indagações sobre as leis a que fora submetido no julgamento e comparou-as com as aplicadas a outros homens, bem como frisou a impossibilidade de persuasão ante a celeridade do procedimento penal:

Não pude convencê-los disso, contudo, pois conversei pouco tempo com cada um de vocês. Acredito que, se as suas leis fossem como as dos outros homens, uma pena de morte não poderia ser decidida em um único dia, mas em muitos, e seria possível persuadi-los. Mas agora em tão pouco tempo, é impossível desfazer calúnias tão arraigadas.<sup>16</sup>

Ao se referir à denúncia movida por Meleto, o filósofo declarou nunca ter sido injusto com alguém, e que por isso não seria, também, injusto consigo, afirmando que não mereceria algo de ruim ou mesmo propondo uma “punição” que pareceria mais justa a alguém que nenhum mal fez. Assim, demonstrou não temer a morte ou pena estipulada por Meleto.

Na terceira parte da *Apologia*, Platão relatou a “condenação final”, em que 360 dos 500 jurados mantiveram a pena de morte por envenenamento proposta pela acusação. Há, também, uma reflexão de Sócrates sobre a vida, a morte e a relação com os deuses. O acusado não se submeteu ao poder dos julgadores com lamentações e registrou com altivez e coragem as injustiças do julgamento parcial em que seus adversários esperavam humilhá-lo.

14 Platão, 2019b, p. 48.

15 Platão, 2019b, p. 48.

16 Platão, 2019b, p. 48-49.

Para Sócrates, ficou a impressão, no auditório, de que ele teria sido condenado por não ter usado, adequadamente, a retórica para persuadir os julgadores e evitar a condenação. Por esse motivo, sustentou oralmente que a condenação ocorreu por não ter atrevimento e cinismo para aceitar a calúnia.

Se fui condenado, não foi por falta de palavras ou argumentos, mas pela falta de atrevimento, cinismo e disposição para aquilo que desejavam ouvir: eu me lamentando, chorando e, como já disse, fazendo e dizendo muitas outras coisas indignas, semelhantes às que vocês estão acostumados a ouvir de outros. Mesmo agora, ao perceber o que se impõe ao meu destino, não seria capaz de agir de forma servil, e não me arrependo de como conduzi minha defesa, pois prefiro morrer depois de ter me defendido da forma que o fiz a dever a vida a uma defesa covarde.<sup>17</sup>

Após criticar a hipocrisia e o sistema de justiça da época, Sócrates demonstrou disposição para o enfrentamento ao descrever seus julgadores como pessoas más; “muitos são os recursos para se fugir da morte, quando se está disposto a tudo dizer ou fazer. Pois, o mais difícil, ó homens, talvez não seja evitar a morte. Muito mais difícil é escapar da maldade, que voa mais rapidamente do que a morte corre”.<sup>18</sup>

O discurso que finalizou a reflexão de Sócrates quanto à pena capital expressou coragem e total ausência de medo da morte, com advertências aos julgadores quanto à mútua condenação: devo, “portanto, partir para a morte à qual me condenaram. Quanto a vocês, a verdade irá condená-los à infâmia e à injustiça. A mim cabe aceitar minha pena, e a eles, aceitar a deles”.<sup>19</sup> Assim, Sócrates expressou suas ideias sobre a natureza da morte e afirmou que sendo ou não a alma imortal não haveria mal algum em morrer, até porque não houvera sinal divino, pois

eu vou dizer a vocês. É bem possível que tudo o que está me acontecendo seja um bem, e talvez não passe de engano a ideia de que a morte é um mal. Em relação a isso, considero como evidência maior o fato de o costumeiro sinal divino não ter me alertado, pois ele o teria feito se eu não estivesse para realizar algo de bom.<sup>20</sup>

17 Platão, 2019b, p.53.

18 Platão, 2019b, p. 54.

19 Platão, 2019b, p. 54.

20 Platão, 2009b, p. 55.

Sócrates poderia ter suplicado pela vida, porém demonstrou não temer a morte e, por isso, sustentou até o final ter sido vítima de calúnia e de um ódio alimentado em seu desfavor. Para o filósofo, não havia motivo para se envergonhar de alguma coisa, já que tudo o que estava passando era vontade dos deuses.

## A acusação

Conforme já afirmamos, Sócrates foi acusado de corromper a juventude, negar deuses reconhecidos pelo Estado e introduzir novos cultos.

A desqualificação que Sócrates promovia – uma desqualificação que era, no fundo, amoral – parecia comprometer, por extensão, os costumes da cidade como um todo, dos quais a religiosidade era parte inseparável. A situação era mais preocupante ainda porque os jovens, seduzidos pela ‘inspeção’ socrática, reproduziam tal prática, o que poderia ser nocivo para o futuro de Atenas.<sup>21</sup>

O contexto político de Atenas, no ano de 399 a.C., era de consolidação da democracia, reinstaurada após a Guerra do Peloponeso. Assim, os atenienses “viam, portanto, com maus olhos qualquer tipo de contestação ou novidade que partisse de um de seus cidadãos, principalmente daquele que tivesse forte ascendência sobre a juventude”.<sup>22</sup>

Apesar do regime “democrático” e/ou político de Atenas, é possível perceber no discurso instituinte<sup>23</sup> de Meleto o gênero epidítico com raciocínio falacioso na passagem: “Afirmo que Sócrates é danoso, pois corrompe os jovens e não crê nos deuses venerados pela cidade, mas em outras novas divindades”.<sup>24</sup>

A denúncia em desfavor de Sócrates, na obra de Platão (2020), é percebida e/ou inferida pela defesa do filósofo, que consta em capítulo específico, o que dificulta a análise do elemento retórico “alegações” e o tipo “razão” que a ilustra. Para Campbell, Huxman e Burkholder (2015), a “razão é uma autorização ou *garantia* para fazer um salto em um argumento”.<sup>25</sup> No entanto, Sócrates buscou desconstruir a denúncia em suas alegações e utilizou como prova a contradição dos argumentos de Meleto.

21 Platão, 2019a, p. 13.

22 Platão, 2019a, p. 14.

23 “O discurso instituinte [...] atua na reconsideração das leis, dos valores, da ética, da moral e na amplitude das relações humanas” (FERREIRA, 2017, p. 99).

24 Platão, 2019a, p. 27.

25 Campbell; Huxman; Burkholder, 2015, p. 89.



## A autodefesa

A autodefesa para o direito é relacionada a argumentos e/ou versão dos fatos apresentados pelo réu, sem uso da técnica forense, porém, é aceitável em acusações penais, a resposta ou defesa do réu, fazer uso da versão do acusado. Dessa maneira, é possível afirmar que a autodefesa não se confunde com defesa técnica, já que essa última exige, além da capacidade postulatória, o conhecimento de procedimentos e/ou normas jurídicas. Há defesa técnica sem a autodefesa do réu, quando pautada no direito ao silêncio do acusado, sem a manifestação de versão sobre os fatos.

Assim, tratamos a autodefesa de Sócrates como a construção retórica da defesa realizada por ele ao defender a si mesmo, sem entrar em aspectos da técnica forense e/ou direito explanada. De acordo com Perelman e Tyteca (2014), toda “argumentação supõe, portanto, uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação”.<sup>26</sup> Sócrates, em um exercício de defesa, buscou refutar as acusações de seus denunciadores e apontar as contradições por meio da hesitação e de questionamentos.

Além do exercício de argumentação, observa-se uma demonstração lógica, com apresentação de premissas e silogismo categórico, na apresentação de ideias que se contrapõem à acusação.

Pois então Meleto, em nome desses mesmos deuses de que agora falamos, explique mais claramente, a mim e a todos os outros, porque parece que me acusa de ensinar que certos deuses existem. Nesse caso, se creio que há deuses, não sou completamente ateu. E, assim, disso não sou culpado. Esses deuses, no entanto, não são os da cidade, mas outros diferentes, de acordo com sua acusação. É disso, portanto, que me acusa? Ou será que me acusa de não crer em nenhum deus e de ensinar aos outros a também não acreditar?<sup>27</sup>

Ora, se Sócrates não acreditava em deuses, como acusá-lo de ensinar aos jovens a crer em novas divindades? Dessa maneira, o filósofo, ao argumentar, também demonstrou, por meio de um raciocínio necessário, o domínio da lógica, ao passo que ironizou possível fala de Meleto e apontou a contradição aos juízes.

26 Perelman;Tyteca, 2014, p. 136.

27 Platão, 2019b, p. 31.

Pois este homem aqui, ó homens de Atenas, que me parece ser muito arrogante e imprudente, decerto redigiu essa acusação levado pela inconseqüência e a leviandade de sua juventude. Na verdade, ele se assemelha a alguém que compõe um enigma e diz a si mesmo: ‘Será que Sócrates, ó sábio, perceberá que estou zombando e me contradizendo, ou irei enganá-lo, assim como os outros que nos ouvem? Porque, para mim, ele se contradiz em sua acusação e parece dizer: ‘Sócrates é culpado por não crer nos deuses e também por crer nos deuses.’<sup>28</sup>

Pela sustentação e/ou autodefesa de Sócrates, observa-se que há um conhecimento, por parte do orador, quanto à qualidade do auditório, já que há, inicialmente, uma escolha e articulação em função desse, porém, a progressão da argumentação no discurso por inferência dedutiva, centrada nos silogismos, apostou em uma conclusão baseada em premissas prováveis, o que deveria obstar generalizações e preconceitos ou mesmo decisão com base em razões afetivas e ideológicas, como podemos inferir a partir do quadro 2.

Quadro 2 – Alegações e razões na autodefesa e acusação

<p><b>Acusação/Alegações inaugurais na apologia de Sócrates</b></p> <p>"Sócrates é danoso, pois corrompe os jovens e não crê nos deuses [...], mas em novas divindades. Eis a acusação." (PLATÃO, 2019b, p. 27).</p>	<p><b>Autodefesa/Alegações inaugurais na apologia de Sócrates</b></p> <p>"Perigoso é Meleto, por brincar com coisa séria ao conduzir levemente homens à ágora e por aparentar zelo e interesse por assuntos que jamais lhe interessaram." (PLATÃO, 2019b, p. 27).</p>
<p><b>Análise da acusação/razões</b></p> <p>Não é perceptível base e/ou justificativa. Assim, temos que a acusação se baseou em crenças e valores do auditório, pela indignação e não com base em razão, autorização ou garantia que resultasse em um argumento.</p>	<p><b>Análise da autodefesa/razões</b></p> <p>A refutação dialética do orador, por meio da maiêutica e ironia, levou o interlocutor da denúncia à contradição. Em algumas passagens, o silêncio de Meleto pode ser levar a inferir concordância com a tese defensiva. Os raciocínios do orador são construídos com base em princípios da não contradição e da comparação e tem como consequência uma conclusão que não depende de valores.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), a partir da leitura de Platão (2019b) e Campbell, Huxman e Burkholder (2015).

28 Platão, 2019b, p. 32.

Na autodefesa, Sócrates supôs questionamentos e apresentou, como possível resposta, argumentos dos acusadores, fragilizados por um discurso polêmico, que apontou as falhas da denúncia, com objetivo de convencer os julgadores. Assim, na interpelação feita a Meleto, o filósofo o induziu a responder ou mesmo concluiu pela inconsistência das acusações, o que o levaria à absolvição. A base e/ou razões das conclusões de Sócrates ganharam destaque na obra de Platão, em detrimento de uma acusação sem alicerce na ação retórica.

## **Do julgamento à definição da pena e condenação final**

O julgamento de Sócrates não definiu de imediato a pena do filósofo que poderia ter suplicado por outras medidas que não a morte. Sabendo dessa possibilidade, o acusado se dirigiu ao auditório de forma metafórica e afirmou que “nas batalhas muitas vezes fica claro que se pode escapar de morrer depondo-se as armas e dirigindo-se uma súplica aos perseguidores”<sup>29</sup>, porém de forma diversa e altiva sentenciou os jurados à condenação pela mesquinhez e injustiça e, também, profetizou:

Afirmo que a vocês, varões (aos que me mataram), um castigo há de chegar logo depois da minha morte – muito pior, por Zeus, que aquele com que vocês me mataram. Porque vocês fizeram isso pensando que haveriam de se livrar de ter de submeter suas vidas à refutação, mas vai se passar com vocês inteiramente o contrário, conforme eu mesmo afirmo: serão mais numerosos os seus refutadores, aos quais eu continha, sem que vocês percebessem. E serão tanto mais duros quanto mais jovens, e vocês ficarão mais abalados ainda.<sup>30</sup>

Percebe-se que a decisão final de Sócrates pela morte buscou um apelo pela verdade e ética nas interações humanas. Enquanto, no início da sustentação, fora estratégico o uso da maiêutica para desestabilizar os interlocutores e/ou oponentes, nas considerações finais, não havia questionamentos, mas defesa e exaltação de seus pensamentos, tidos pelo filósofo como virtuosos. De acordo com Aristóteles (2019), a “escolha, de fato, é acompanhada de razão e pensamento”<sup>31</sup>.

---

29 Platão, 2019a, 2018, p.105.

30 Platão, 2019a, p. 105-106.

31 Aristóteles, 2019, p. 63.

## A virtude e o vício: coragem e temeridade

A palavra virtude pode ser vista sob a ótica da Ética Aristotélica, que versa sobre os princípios morais do homem bom e virtuoso. Para Silva (2016), a ética associa-se à virtude que “é denominada *eudaimonia*, palavra grega que traduz, usualmente, felicidade ou o bem-estar, mas que não representa um estado, mas sim uma atividade humana [...]”.<sup>32</sup> A decisão sobre o que e como fazer para atingir a felicidade é que “determina nosso caráter, mas não o que somos por ter tais opiniões”.<sup>33</sup> As escolhas definem se o homem é ou não virtuoso.

Mas, afinal, o que é virtude? De acordo com o filósofo, a virtude pode ser de dois tipos: intelectual e moral. A primeira resulta do ensino, requer experiência e tempo, e a segunda decorre da prática contínua de uma ação e se associa aos prazeres e às dores. Já o vício pode ocorrer pela falta ou excesso e se relaciona às ações e às paixões. Assim, “a virtude tende a agir da melhor maneira em vista dos prazeres e das dores, e [...] o vício faz todo o contrário.”<sup>34</sup>

A virtude é o meio-termo entre os extremos, conhecidos como vício, por falta ou por excesso. Nesse contexto, ela é a predisposição ligada à ética para realizar o bem e o vício, o oposto. Ora, se a virtude é a prática ou o hábito de fazer o bem e está relacionada à razão (*logos*), então podemos escolher ser virtuosos ou viciosos. O *logos*, por sua vez, está ligado à argumentação, mas é necessário refletir como o vício e a virtude se relacionam e são reproduzidos de forma racional no discurso de autodefesa de Sócrates.

Além disso, é importante analisar como Sócrates racionalizou a autodefesa a partir do exercício da dialética e da tentativa de não se contradizer, a fim de vencer as adversidades da acusação, que considerava injusta. Segundo Paviani (1995), “A noção de dialética pressupõe o saber distinguir e classificar, a partir dos princípios racionais presentes no pensamento humano (alma)”.<sup>35</sup> Essa técnica filosófica dialógica, criada por Sócrates, é conhecida também como maiêutica<sup>36</sup>, que é associada à ironia.

A ironia tem a finalidade de mostrar ao interlocutor que as convicções acerca de determinado assunto, consideradas como verdadeiras e únicas, podem ser desconstruídas. A essência do conceito que a pessoa tem construída não se limita apenas à concepção

32 Silva, 2019, p 8.

33 Aristóteles, 2019, p. 62.

34 Aristóteles, 2019, p. 43.

35 Paviani, 1995, p. 730.

36 Maiêutica é um termo que em grego significa “obstetrícia” e foi usado por Sócrates de forma comparativa, estabelecendo relação com o trabalho de sua mãe, uma parteira, por considerar que, por meio da maiêutica, novas ideias vinham à luz. Cf. Platão, 2019b, p. 12.

que possui ou à aparência que apresenta. Dessa forma, a ironia pode desmascarar o sábio, tendo em vista que sua suposta sabedoria pode ser contestada por meio da ironia. Assim, a partir do momento em que as supostas verdades são desconstruídas, novos conhecimentos podem ser elaborados.

Sócrates não se curvou perante os seus julgadores e demonstrou em sua defesa obediência à própria consciência. A ousadia do filósofo consistia em uma postura questionadora de não aceitar o que era assentado pela sociedade de Atenas, sem antes refletir ou discutir. Tal característica socrática passa pela linha tênue de uma discussão virtuosa ou viciosa. Aristóteles (2019) define virtude como atitude moderada e o vício como deficiência ou excesso. Segundo o filósofo, a “virtude é uma disposição de caráter relacionada a uma escolha deliberada e ocupa uma posição central em relação a nós, a qual é determinada pela razão e determinaria o homem dotado de sabedoria prática. Mas é o meio-termo entre dois vícios[...]”<sup>37</sup>

Os questionamentos de Sócrates demonstravam uma atitude de coragem, mas a análise do objeto se torna importante para que não guarde relação com a imprudência e temeridade, pois conforme Aristóteles (2019), aquele “que excede em confiança, é um temerário, e o temerário é considerado ainda como um pretensioso, e que se dá ares de coragem”<sup>38</sup> Sócrates não se desprende da coragem no julgamento e questionou o poder estabelecido, sem temer a condenação à morte.

Os valores éticos defendidos pelo filósofo, além de objeto de sua coragem, marcaram a confiança, uma disposição voltada para a esperança de um agir dos julgadores em conformidade com o bem. Para Chauí (2000), do “ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como a cultura e a sociedade definem para si mesmas o que julgam ser a violência e o crime, o mal e o vício e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude”<sup>39</sup> A ética socrática, refletida na obra de Platão, sugere valores e preceitos morais como princípios, justiça e amizade.

O sujeito ético tem como essência os valores morais, o bem e a virtude. Enquanto a ética está relacionada ao valor que orienta a ação humana, que por sua vez é guiada pela razão; a virtude é a justa medida, ou seja, o equilíbrio entre o vício por deficiência e por excesso. Conforme Aristóteles (2019), a virtude está ligada com as paixões e as ações, e essas condições podem ser voluntárias ou involuntárias. A seguir, apresentamos o quadro 3, em que realizamos uma breve distinção entre virtude e vício na visão de Platão.

37 Aristóteles, 2019, p. 48.

38 Aristóteles, 2019, p. 72.

39 Chauí, 2000, p. 434.

Quadro 3 – Distinção entre vícios e virtude

vício por deficiência - covardia	virtude - coragem	vício por excesso - temeridade
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Aquele que foge de tudo, que teme e não se mantém firme em nada. (ARISTÓTELES, 2016, p. 41)</li> <li>•O covarde é, portanto, um tipo de homem sem esperança, pois ele teme tudo. (ARISTÓTELES, 2016, p. 73)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•E o mesmo pode-se dizer da coragem, pois, habituando-nos a desprezar os perigos e a lhes fazer frente, nos tornamos corajosos, e uma vez que nos tornamos, somos os mais capazes de afrontar os perigos. (ARISTÓTELES, 2016, p. 42)</li> <li>•Para o homem corajoso, é exatamente o contrário, pois sua confiança é a marca de uma disposição voltada para a esperança. (ARISTÓTELES, 2016, p. 73)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Aquele que não teme completamente nada, mas segue adiante em tudo, torna-se audacioso [...]. (ARISTÓTELES, 2016, p. 41)</li> <li>•Os temerários, além disso, são precipitados e anseiam os perigos, mas no momento crítico afastam-se deles [...]. (ARISTÓTELES, 2016, p. 73)</li> </ul>

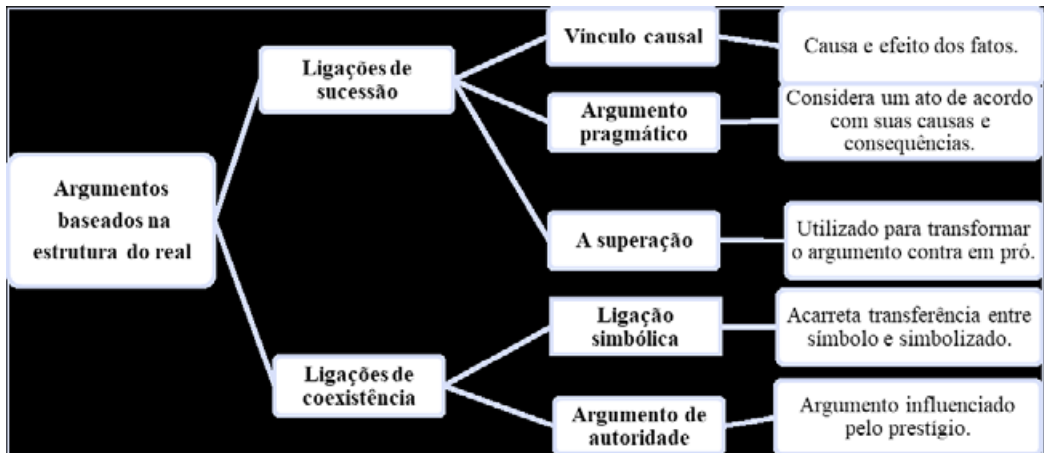
**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da leitura de Aristóteles (2016).

A virtude é apresentada como “o bem para si e para os outros”, ela pode ser entendida como a manifestação da ponderação do homem em tomar decisão que lhe possibilita alcançar a felicidade, que é o ato da vida do homem virtuoso. O poder da escolha tanto para o bem, justo e virtuoso, quanto para o mal, injusto e vicioso, representa a razão que conduz a tomada de decisão.

Os argumentos da autodefesa estão fundamentados na estrutura do real. De acordo com Perelman e Tyteca (2016) esses argumentos buscam organizar uma conexão entre o que é aceito pelo auditório e aquilo que o orador pretende propiciar. Por esse motivo, o “que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”.<sup>40</sup>

40 Perelman;Tyteca (2014), p. 298.

Quadro 4 – Tipos de argumentos na autodefesa



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021), a partir da leitura de Perelman e Tyteca (2014).

Sócrates, a partir de argumentos baseados na estrutura do real, e ligados à sucessão e à coexistência, buscou evidenciar uma relação entre o que era compreendido pelo auditório sobre as acusações e aquilo que desejava alcançar, como a absolvição.

Os argumentos baseados na estrutura do real “estabelecem um vínculo causal entre diferentes elementos: procuram as suas causas e determinar seus efeitos”<sup>41</sup>. O filósofo procurou a adesão do auditório e isso envolveu a elaboração do discurso do orador. Os tipos de argumentos selecionados decorreram da vontade de explicar e justificar a autodefesa, com vistas a persuadir quanto ao justo e/ou injusto, moral e/ou imoral e benéfico e/ou prejudicial na acusação.

Ao empregar argumentos baseados na estrutura do real, o filósofo buscou usar o juízo admitido pelo auditório, a fim de propiciar as teses que visavam à aceitação.

## Considerações Finais

A retórica está presente em diferentes discursos e situações comunicativas. Ela possibilita compreender o que está submerso no discurso. Desta forma, nos permite analisar como os virtuosos e os viciosos argumentam em relação ao aspecto racional.

<sup>41</sup> Mateus, 2018, p.140.

Para tanto, partimos de uma abordagem qualitativa, bibliográfica fundamentada na retórica, a fim de compreender como a temeridade é revelada e como a coragem é racionalizada no discurso de Sócrates, com base na obra *Apologia de Sócrates*, de Platão.

O lugar de onde falou Sócrates fora utilizado para estabelecer o acordo com os interlocutores. Assim, por meio da maiêutica, indicou premissas de natureza ampla, com objetivo de assegurar a adesão a valores e estabelecer certa hierarquia quanto às crenças do auditório.

O discurso defensivo de Sócrates, na autodefesa, fora construído e problematizado em torno do que chamou de calúnia. As acusações em desfavor do filósofo foram fundamentadas em provas extrínsecas e/ou circunstanciais que buscavam assegurar a condenação dele pela proximidade da acusação com o verossímil e disposição do auditório.

Sócrates usou provas intrínsecas, como a lógica, nos silogismos e entimemas persuasivos e moveu parte significativa dos jurados pela razão, os quais decidiram em favor do acusado. Com a maiêutica, operou com premissas verdadeiras, por meio de evidências alcançadas pela contradição de seus acusadores.

Os argumentos fundamentados na estrutura do real foram relacionados à acusação de ser “danoso”, corromper os jovens e não crer nos deuses venerados pela cidade, mas sim em outras divindades. Além disso, o filósofo fragilizou a acusação ao apontar contradições nos argumentos apresentados aos juízes, por meio de questionamentos e respostas alcançadas pela progressão da argumentação por inferência indutiva.

Com base nos estudos e reflexões sobre a racionalidade no discurso de autodefesa, verificamos que Sócrates, no exercício da dialética, na tentativa de não se contradizer, racionalizou a autodefesa, a fim de vencer as adversidades da acusação, que considerava injusta, assim agiu com coerência ao posicionamento crítico que defendia, sem se intimidar com a denúncia feita por Meleto, Anito e Lícon. O filósofo defendeu o que considerava como verdadeiro em detrimento da própria vida.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2019.
- CAMPBELL, Karlyn Kohrs; HUXMAN, Susan Schultz; BURKHOLDER, Thomas R. **Atos de retórica**: para pensar, falar e escrever criticamente. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- MATEUS, Samuel. **A introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: Ed. Labcom-ifp, 2018.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates precedido de Êutifon (sobre piedade) e seguido de Críton (sobre o dever)**. Tradução do grego e notas de André Malta. Porto Alegre: L&PM, 2019a.



PLATÃO. **Apologia de Sócrates; O banquete**. Apologia – tradução e notas de Sueli Maria de Regino; O banquete – tradução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. 3. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2019b.

PAVIANI, Jayme. Dialética e Linguagem em Platão. **Veritas**, Porto Alegre, v. 40, n.160, p. 729-739, 1995. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/36022/18927>. Acesso em: 24 out. 2021.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução de Eduardo Brandão. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Roseli de Fátima. **A medida e a desmedida nas ações humanas na ética a Nicômaco**. In: **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2019.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2014.





# O logos do Manifesto revela o ethos do criminoso: vícios e virtudes no caso *Unabomber*

Acir de Matos Gomes

Márcia Pituba

*Melhor é aquele que tudo sabe por si;  
Bom aquele que ouve o discurso dos sábios;  
Mas aquele que, sem saber ele próprio, não aprende  
A sabedoria de outrem, é, de fato, um homem inútil.  
Hesíodo (O Trabalho e os Dias)*

## Considerações iniciais

Alguns crimes geram repercussão e despertam interesse social. As buscas pela identificação do criminoso e suas motivações são pontos que aguçam a inteligência da polícia e desencadeiam, na sociedade, a indignação, a raiva, a cólera pelo criminoso e a compaixão pela família das vítimas. O Estado, por meio de investigações, trabalha para desvendar e elucidar tanto o crime quanto o seu autor, de forma que este suporte o ônus do Direito e da Justiça e é preciso também prestar conta à sociedade.

Um dos casos dessa magnitude é atribuído a Theodore John Kaczynski, autor de ações bárbaras tipificadas como terrorismo doméstico, que causa grande repercussão tanto nos Estados Unidos quanto em países europeus e latino-americanos. Em face da perversidade de seus atos, tem seus crimes e motivações narrados em séries e documentários.

O período dos ataques ocorre entre os anos de 1978 e 1995, quando o mundo experimenta muitas transformações, como a virada tecnológica, absorvida, principalmente, pelas indústrias. O terrorista, contudo, antes de ser descoberto, tem a intenção de promover

uma revolução antitecnológica<sup>1</sup> e, nesse contexto, elabora um Manifesto<sup>2</sup> denominado: “A sociedade industrial e seu futuro”.

O propósito deste capítulo é desenvolver uma análise de algumas partes desse Manifesto, mais conhecido como o Manifesto de *Unabomber*<sup>3</sup>, e demonstrar como a estratégia argumentativa (*logos*) desenvolvida ao longo do texto permite que se chegue ao autor (*ethos*) dos crimes.

A pergunta que norteia a pesquisa é: Como a argumentação desenvolvida no Manifesto (*logos*), por meio de vícios e virtudes, orienta a descoberta do autor (*ethos*) dos crimes? Para responder a essa pergunta, invocamos os princípios teóricos da Retórica (Ferreira, 2010 e Tringali, 2014), bem como os conceitos de vícios e virtudes em Aristóteles (2014).

Além das considerações iniciais e finais, esse capítulo desenvolve-se em três seções. Na primeira, trazemos algumas informações sobre o caso *Unabomber*, com o objetivo de contextualizar o leitor acerca da notoriedade do caso. Na segunda, entramos com os conceitos de vícios e virtude de Aristóteles (2014), que fornecem elementos teóricos para caracterizar o criminoso. Por fim, na terceira, invocamos alguns pressupostos retóricos que nos permite demonstrar a lógica do criminoso.

## O caso *Unabomber*

Tanto em séries quanto em documentários apresentados por provedores de alcance internacional, como a NETFLIX, constatamos que esse caso ganha tanta notoriedade, que inclusive consta na página oficial do FBI<sup>4</sup>, departamento de inteligência da polícia federal norte-americana. Essa é considerada a operação mais cara e longa da história do departamento.

Quando o caso começa a ter repercussão, o FBI<sup>5</sup> assume as investigações, não se tem um rosto, apenas uma designação para o criminoso que fabrica bombas caseiras, *Unabomber*, sigla criada a partir dos alvos – UNiversity e Airline BOMBing – Universidades e Linhas Aéreas<sup>6</sup>. É montada uma imensa estrutura com aparatos tecnológicos e profissionais de várias especialidades para analisar as provas existentes até então. As

---

1 VICHI, 2021.

2 Disponível em: <<https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/10/A-Sociedade-Industrial-e-seu-futuro-Manifesto-de-Unabomber.pdf>> Acesso em maio 2021.

3 Sempre que nos referirmos, neste artigo, ao Manifesto do *Unabomber*, para destacar o texto ao qual nos referimos, escrevemos sempre com a inicial maiúscula.

4 Disponível em: <Unabomber — FBI> Acesso em 11 set 2021.

5 FBI, em português, Departamento de Investigações Federais, dos Estados Unidos.

6 VICHI, 2021.

primeiras tentativas, contudo, são malsucedidas e, em razão da pressão que a polícia sofre para solucionar o caso, há várias trocas de profissionais.

O caso começa a mudar de rumo quando entra na equipe James Fitzgerald, que além de perfilador<sup>7</sup> é também linguista. Para além das provas existentes, inicia um novo itinerário investigativo e recai sobre as características linguísticas impressas no Manifesto. As estratégias argumentativas revelam evidências que conduzem ao perfilamento do *ethos* de um intelectual, que, ao final da investigação, vai ser sabido tratar-se de um doutor e prodígio da matemática<sup>8</sup>, Theodore Kaczynski.

O Manifesto se torna público quando o *Unabomber* exige, como forma de descontinuar o envio de bombas, que o texto seja publicado na íntegra em um dos dois grandes jornais de circulação à época, nos Estados Unidos, *The New York Times* ou *The Washington Post*. O Manifesto é publicado pelo *The Washington Post*. Ao circular, chama a atenção da cunhada de Theodore Kaczynski, casada com David Kaczynski. O irmão do *Unabomber* procura o FBI, fala da trajetória do seu irmão, que nasceu em Chicago, entrou precocemente na Universidade da Califórnia e, à época, à parte da sociedade, morava em uma cabana em Montana.

Com as referências do perfil (*ethos*) já traçado do *Unabomber*, Fitzgerald junta as informações trazidas por David Kaczynski, que fornece também documentos, como cartas e traz algumas falas e ideias (*logos*) repetidas reiteradas vezes por seu irmão, Theodore Kaczynski. O analista do FBI, após um estudo minudente, reconhece um padrão linguístico nos textos avaliados, ou seja, estabelece que há relações linguísticas irrefutáveis nas provas colacionadas aos autos do caso e posiciona-se com muita segurança ao afirmar que o Manifesto publicado no jornal é de mesma autoria da pessoa que escreveu as cartas<sup>9</sup>.

Contudo, não se admite em processos judiciais a condenação de qualquer suspeito apenas com suporte na análise de textos. Há necessidade de provas extra-técnicas como testemunhos, perícias, documentos, entre outras, para que injustiças não ocorram. O FBI monta, então, uma ação para obter essas provas complementares e para capturar o suspeito conhecido como *Unabomber*, agora com um rosto, o de Theodore Kaczynski.

O fim da investigação se dá com a prisão do suspeito em sua cabana, no meio da floresta, repleta de material explosivo – as provas extra-técnicas buscadas –, o que ratifica e justifica todo o trabalho da análise linguística do Manifesto e dos demais documentos.

---

7 Profissional responsável por traçar o perfil (*ethos*) de criminosos não identificados.

8 VICHI, 2021.

9 Ibid.

## Vícios e virtudes do *ethos*

Iniciamos as discussões com base nos vícios e nas virtudes em Aristóteles (2014), como esteio para caracterizar o perfil do criminoso. O Manifesto está repleto de marcas linguísticas que denotam formas virtuosas e viciosas de dizer. Conforme Aristóteles<sup>10</sup>, “[...] somos louvados ou censurados por nossas virtudes e vícios”. Ao estarmos dispostos, inclinamo-nos para manifestarmos um estado de virtude ou de vício. Assim, pois, é pela ação que a virtude ou o vício se faz presente.

A virtude é considerada uma qualidade de excelência, sob o exercício das faculdades da alma, está de acordo com a razão e apresenta-se pelo que há de bom na vida, mas não se furta também do desejo, da educação, do hábito e da memória. A virtude manifesta-se por meio das nossas escolhas e capacita o ser humano a realizar ações nobres. Não se nasce virtuoso. A virtude humana deve ser cultivada para nos levar ao bem e à felicidade. Por isso, segundo Comte-Sponville<sup>11</sup>:

Toda virtude é, pois, histórica, como toda humanidade, e ambas, no homem virtuoso, sempre coincidem: a virtude de um homem é o que o faz humano, ou antes, é o poder específico que tem o homem de afirmar sua excelência própria, isto é, sua humanidade (no sentido normativo da palavra).

As virtudes traçam um caminho cultural e histórico da humanidade. Assim, podem ser classificadas como morais ou éticas que são a generosidade e a moderação, e resultam do hábito. As virtudes intelectuais são a sabedoria, o entendimento e a prudência. Um ser humano sábio deve ser louvado, uma vez que por meio de entendimento e de prudência pratica as suas virtudes intelectuais para alcançar o bem e a felicidade. As nossas disposições são cíclicas pois são geradas a partir de atitudes semelhantes. Por isso, é preciso dar qualidade às disposições.

Os estados podem ter como âmago o prazer ou a dor. Aristóteles<sup>12</sup> afirma que: “com efeito, a virtude moral diz respeito a prazer e dores. De fato, é devido ao prazer que realizamos ações vis e devido à dor que deixamos de realizar ações nobres”. Assim, “a virtude é a qualidade segundo a qual agimos da melhor forma no tocante aos prazeres e às dores e que o vício é o oposto”<sup>13</sup>. Somos impelidos à escolha do nobre, do útil e do

10 ARISTÓTELES, 2014, p.90.

11 COMTE-SPONVILLE, 2018, p.8.

12 ARISTÓTELES, 2014, p.85.

13 Ibid., p.86.

prazeroso. Somos impelidos a evitar o vil, o nocivo e o doloroso. Prazer e dor são balizas para as nossas ações.

Quando se parte para o excesso ou para a falta, incorremos no desvio da mediania, uma forma de moderação. O excesso é o desregramento. A falta é a deficiência. O vício se dá por não se encontrar o caminho do meio, do equilíbrio ou da mediania, seja pela falta, seja pelo excesso. Ser virtuoso é uma maneira de ser, não é simples, requer esforço. É difícil encontrar o ponto mediano em diversas situações. O estado mediano é o que constitui o objeto de louvor porque conduz ao bem. O estado dos extremos é o vicioso, o que incentiva à censura. Vícios e virtudes são voluntários porque detêm espontaneidade em suas ações. Somos, dessa forma, responsáveis pelas ações que nos determinam virtuosos ou viciosos.

Ao trazermos Theodore Kaczynski, o autor do Manifesto, percebemos, como característica peculiar, um ser humano que, apesar de carregar consigo muito conhecimento, pois é dotado de uma inteligência privilegiada, uma vez que seu nível de intelectualidade é muito acima da média, apresenta falhas em moderação, generosidade e prudência em seus atos, “com efeito, o vício nos perverte e nos faz falsear acerca dos princípios da ação”<sup>14</sup>. O *Unabomber* coloca-se acima do nobre e do útil e age de forma nociva e vil. Conforme Aristóteles<sup>15</sup>,

a virtude é gerada a partir da realização regular de ações justas e moderadas. Assim, as ações são qualificadas de justas e moderadas quando consistem nos atos que homens justos e moderados realizariam. Assim o agente é justo e moderado não quando realizar meramente esses atos, mas quando os realizar tomando homens justos e moderados como seu modelo. É, portanto, correto dizer que alguém se torna justo realizando ações justas e moderado realizando ações moderadas; e ninguém poderá ter sequer uma mera perspectiva de se tornar bom sem realizá-las.

Os vícios do *Unabomber* são maiores que as suas virtudes, quando ele se apresenta como um sujeito não equitativo. Há exagero nas ações praticadas, em consequência, injustiças são cometidas. A violência empregada ao produzir bombas caseiras e criar

---

14 Ibid., p. 242.

15 Ibid., p. 89.



um terrorismo doméstico demonstra as suas escolhas. Pessoas são feridas e mortas pelos extremos de seu agir. Não se produz nem se preserva o bem e a felicidade para os integrantes de uma comunidade.

A inquietação do Unabomber é com “a sociedade industrial e seu futuro”, até aqui, uma ação virtuosa, há preocupação com o bem e a felicidade de toda uma nação, o que revela, até certo ponto, generosidade, sabedoria e entendimento. Em dois excertos do Manifesto<sup>16</sup> são evidenciadas essas virtudes:

5. Neste artigo abordamos apenas alguns dos acontecimentos negativos que engordaram demasiado o sistema tecnológico-industrial. Além disso, aqui apenas mencionamos tais acontecimentos resumidamente ou os ignoramos em sua totalidade. Isto não quer dizer que consideramos os demais acontecimentos triviais. Por razões práticas, tivemos que limitar nossas discussões a áreas que não receberam suficiente atendimento do público ou nas quais temos algo novo que dizer. Por exemplo, na medida em que as tendências ambientais e a desertificação estão bem reveladas, escrevemos muito pouco sobre a degradação do meio ambiente ou a destruição da natureza selvagem, embora consideremos tais coisas de grande importância.

134. Por todas as razões anteriores, a tecnologia é uma força social mais poderosa do que a aspiração de liberdade, mas esta declaração requer uma importante qualificação. Parece que durante as próximas décadas o sistema tecnológico-industrial experimentará uma severa quota de tensão em problemas econômicos e ambientais e, especialmente, em problemas de comportamento humano (alienação, rebelião, hostilidade, uma variedade de dificuldades sociais e psicológicas). Esperamos que a tensão que o sistema provavelmente atravessará lhe cause um colapso, ou ao menos o debilite o suficiente para que ocorra uma revolução e que esta tenha sucesso. Então, nesse momento particular, a aspiração pela liberdade se revelará mais poderosa do que a tecnologia.

Podemos constatar, por meio dessas palavras, o cuidado de Theodore Kaczynski em relação ao futuro da sociedade, severamente afetado por ações decorrentes de práticas desmedidas do sistema tecnológico-industrial. Como exemplo, podemos citar as conse-

---

16 KACZYNSKI, 1995, p.3; p. 42.

quências das ações que recaem sobre o meio ambiente, degradado pelo desmatamento e pelas queimadas, e sobre o ser humano, apenado com problemas de saúde decorrentes da má qualidade do ar, por conta do excesso de gases liberados no ambiente pelas indústrias, que causam o efeito estufa, que também provocam o aumento da temperatura terrestre.

Em 12 de dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, 195 países assinam o *Acordo de Paris*, que entra em vigor a partir de 04 de novembro de 2016. A meta desse *Acordo* é combater a crise climática, com a redução da emissão de gases do efeito estufa, que provoca o aquecimento global. Para isso, um compromisso mundial é firmado, a fim de que o aumento da temperatura do planeta fique bem abaixo dos 2°C. Assim, é possível vislumbrar um futuro com menos emissão de carbono, e, em consequência, adaptável, próspero e justo para todos<sup>17</sup>.

Entretanto, é preciso que haja um ajustamento entre o antigo sistema tecnológico-industrial e o novo modelo sustentável, que traz formas inovadoras de operar, a fim de uma melhor adaptação, incorporação e prática da indústria e da agricultura. A sociedade precisa desejar e assumir um outro comportamento que seja compatível com as demandas sociais, ambientais e econômicas do século XXI, cujo padrão de desenvolvimento deve incluir o teor de baixo carbono. De outra forma, Theodore Kaczynski já fala e alerta sobre as questões ambientais quando divulga os seus escritos acadêmicos. Ao publicar um Manifesto, em 1995, alcança uma parte maior da população.

Ocorre que, a ansiedade do *Unabomber* em resolver os problemas existentes, por conta própria, potencializa a ação do emprego de violência gerada por falta de prudência e moderação, pois é uma ação voltada para uma falsa ideia de necessidade de combate. Atos de hostilidade materializam-se como pretexto para se chamar a atenção da sociedade, pois a “violência pode ser facilmente entendida como função, ou um fenômeno superficial de uma necessidade subjacente e dominante”<sup>18</sup>.

Conforme Zizek<sup>19</sup>, a violência antes de se materializar em ação, manifesta-se antes por meio da linguagem, sua simbolização, “[...] quando nos confrontamos com a cena de uma multidão furiosa que ataca e queima prédios e automóveis, que lincha pessoas etc., nunca deveríamos esquecer as palavras de ordem de seus cartazes nem as palavras que sustentam e justificam seus atos”. Assim, a linguagem moldada pelo pensamento e que se concretiza por meio das palavras, move-nos. Por isso, seguimos no intuito de

---

17 Disponível em: < <https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-licoes-aprendidas> > acesso em 30 set 2021.

18 ARENDT, 1988, p. 51.

19 ZIZEK, 2014, p. 61.

persuadir e de convencer pela linguagem. Kaczynski defende suas ideias de preservação e proteção ambiental desde jovem, quando ainda está na universidade.

*Unabomber* apresenta o Manifesto como um manual de instruções a ser seguido, de forma a solucionar as questões problemáticas da sociedade industrial. Faltam moderação e prudência em seu texto. Há uma clara conclamação à propositura de uma revolução contra o sistema, o que já remete a uma ideia contrária à pacificação. Theodore Kaczynski<sup>20</sup> afirma:

4. Por isso advogamos uma revolução contra o sistema industrial. Esta revolução pode ou não usar a violência: pode ser súbita ou pode ser um processo relativamente gradual abarcando poucas décadas. Não podemos prever nada disso. Tudo que podemos fazer é delinear de uma forma geral as medidas que aqueles que odeiam o sistema industrial deveriam tomar para preparar o caminho para uma revolução contra esta forma de sociedade. Não deve ser uma revolução POLÍTICA. Seu objeto não será derrubar governos, mas as bases econômicas e tecnológicas da sociedade atual.

A finalidade do Manifesto é mostrar os danos para a humanidade oriundos da evolução industrial e tecnológica, inclusive, com a condenação da ciência. No excerto 92, Theodore Kaczynski<sup>21</sup> expõe que a ciência serve aos interesses de alguns nichos da sociedade:

92. Assim a ciência caminha na cegueira, sem discernir o que é realmente bom para a raça humana [...], obedecendo unicamente às necessidades psicológicas de cientistas, de servidores públicos do governo e de executivos de corporações que fornecem fundos para investigações.

Theodore Kaczynski, então, cria um contexto de guerra imaginário e dá passos para a promoção de uma revolução antitecnológica. Quando suas ações viciosas vêm à tona, ocorre então, um exagero, que foge da mediania, por exemplo, em relação à coragem, que é a temeridade, o lado oposto é a covardia. Conforme Comte-Sponville<sup>22</sup>, são dois excessos, a covardia e a temeridade, “o covarde é submisso demais ao seu medo, o temerário despreocupado demais com a sua vida ou com o perigo [...]”. A ousadia, ainda que

20 KACZYNSKI, 1995, p. 3.

21 Ibid., p. 27.

22 COMTE-SPONVILLE, 2018, p. 66.

extrema, só é assim virtuosa se temperada pela prudência”. Enviar bombas para causar danos às pessoas é um ato temerário, além de ser extremamente violento. Zizek<sup>23</sup> afirma:

Mas como podemos rejeitar por completo a violência se a luta e a agressão fazem parte da vida? A solução fácil é uma distinção terminológica entre a “agressão”, que corresponde efetivamente a uma “força de vida”, e a “violência”, que é uma “força de morte”: a “violência” aqui não é a agressão enquanto tal, mas o seu excesso que perturba o andamento normal das coisas devido a um desejo que quer sempre cada vez mais. A tarefa consiste em nos livrarmos desse excesso (aspas do autor).

Quando a violência impera, extingue-se a retórica e a virtude sucumbe. Nesse caso, nem ao menos podemos considerar que há uma retórica de guerra. Pois apesar de Theodore Kaczynski escrever o Manifesto (*logos*), um texto que representa os seus ideais e causa de luta da sua vida, o que representa virtude, com a instauração da violência, por meio da temeridade, evidência de vício, as palavras são emudecidas. O que se ouve são as explosões de bombas caseiras deixadas em locais de grande circulação de cidadãos, espaços onde não há uma guerra oficialmente declarada, ao contrário, nos lugares, alvos das bombas, as virtudes são exaltadas e os vícios minimizados, realidade deturpada e desdenhada pelo *Unabomber*.

## O logos do Manifesto e a sofisticação da argumentação pelo silogismo

Uma vez construído o perfil psicológico do criminoso (*ethos*), com base em vícios e virtudes, apresentamos como a sua estratégia argumentativa (*logos*) pode demonstrar um continuum, uma marca de sua capacidade intelectual, essa é a pista, o seu idioleto<sup>24</sup>, o rastro para que se chegue a Theodore Kaczynski.

Conforme Franchi<sup>25</sup>, a comunicação se dá entre os seres humanos por múltiplos meios de interações que se vinculam em razão dos contextos estabelecidos por símbolos e representações. Os símbolos são uma forma de expressão, pois comunicam a um determinado grupo de pessoas. As circunstâncias em que ocorrem esses atos de comunicação

23 ZIZEK, 2014, p. 63.

24 Segundo Vichi (2021, p. 29), idioleto é a língua própria de um sujeito, que somente ele fala, “é a impressão digital linguística que todos nós, falantes, temos”.

25 FRANCHI, 2011.

devem ser levadas em conta também, pois todo falar está em associação com o resto do comportamento do orador.

É na concretização da interação do ato de comunicação que agimos para compreender o outro e fazermos-nos ser compreendidos pelo outro. Influenciamos ou persuadimos pelo modo individual e peculiar de enxergarmos e sentirmos o mundo e assim nos expressarmos. Somos influenciados e persuadidos pelo modo também peculiar que o outro enxerga e sente o mundo e assim se expressa. Ambos agimos também no mundo como resultado dessa interação.

Deslizamos entre o diálogo e o solilóquio, entre o interior e o exterior. A linguagem, antes de se materializar como mensagem, é construção de pensamento e reflexão. Nessa elaboração, caminham juntos: sentimentos, ideias, emoções, aspirações e experiências vividas que se organizam criadoramente em um processo. *Unabomber* faz esta jornada.

O Manifesto concretiza um ato de comunicação marcado distintamente por uma representação simbólica por meio da linguagem. É um instrumento de intervenção de Theodore Kaczynski na realidade em que vive, a materialização da significação que ele manifesta pelo seu modo de enxergar e sentir o mundo, para agir por meio de pensamentos, reflexões e experiências de vida traduzidos em palavras, capazes de despertar a dialética em seu auditório e desencadear diversas ações humanas que podem provocar novas reflexões, novos pensamentos e um novo agir no mundo. Esse movimento conduz a uma ressignificação da mensagem.

Trabalhamos criadoramente, por meio da ação verbal, para a construção de um produto linguístico que tem a marca de quem o produz. Essa marca se evidencia no uso de certas palavras e expressões que ficam cristalizadas no texto, é o traço revelador da identidade do orador (*ethos*). Quer mude, cresça, evolua, metamorfoseie-se, a escrita do orador é como uma impressão digital, à exemplo das papilas dérmicas, deixa uma marca única no dizer, que é indelével, representada pelo idioleto, uma forma linguística personalizada.

O Manifesto escrito por Theodore Kaczynski está disposto em 232 parágrafos numerados e 37 notas explicativas. É escrito de forma impessoal, tem introdução e divisão por capítulos. Por se tratar de um manifesto, não consta de referências. A escrita é clara, bem sequenciada, organizada de modo que um capítulo se liga ao outro, da mesma forma que os parágrafos estão interligados com coesão e coerência. Notamos, ainda, correção gramatical e adequação do estilo. A escrita possui a crítica reveladora de sua inteligência e está em consonância com o gênero textual proposto.

O Manifesto do *Unabomber* destaca, nas primeiras palavras, as desvantagens da Revolução Industrial, desastre para a raça humana que traz sofrimento psicológico e físico e dano ao mundo natural. Não está em questão, no artigo, a realidade histórica

dos acontecimentos. Como partimos para uma análise retórica, enfocamos o que é pertinente para demonstrar o *ethos* de Theodore Kaczynski e a verossimilhança da autoria do Manifesto (*logos*). O *ethos* é desvelado pelo *logos*. Na introdução do Manifesto<sup>26</sup> está disposto que:

A Revolução Industrial e suas consequências foram um desastre para a raça humana. Aumentou enormemente a expectativa de vida daqueles que vivem em países «avançados», mas desestabilizou a sociedade, tornou a vida um inferno, submeteu seres humanos a indignidades, provocou sofrimento psicológico (no terceiro mundo sofrimento físico) e infligiu um dano severo ao mundo natural. O contínuo desenvolvimento da tecnologia piorará a situação. Certamente submeterá os seres humanos a grandes indignidades e infligirá maior dano ao mundo natural, provavelmente conduzirá a um grande colapso social e sofrimento psicológico, e pode incrementar o sofrimento físico inclusive em países «avançados».

Para Fitzgerald, o perfilador do *Unabomber*, o *ethos* de Theodore Kaczynski é de um gênio. Logo na abertura do texto, na introdução, constatamos que ele se utiliza de argumentos elaborados por premissas, que são as razões, e conclusões de verdades construídas por períodos claros e coerentes, com uma argumentação bem estruturada no conhecimento da língua materna cuja organização textual revela um pensamento fluido, que pode conduzir tanto à persuasão quanto ao convencimento.

Ao escrever seu Manifesto, *Unabomber* faz “escolhas idiossincráticas e distintivas”<sup>27</sup>, “no que concerne às preferências na seleção de determinados itens em vez de outros”<sup>28</sup>, são “cosseleções típicas e individuais de palavras preferidas”<sup>29</sup>. Eis aí o rastro das evidências linguísticas registradas no texto. É por meio de uma expressão identificada por David Kaczynski (irmão do *Unabomber*) no Manifesto, pelo uso de uma terminologia peculiar, parte do idioleto de Theodore Kaczynski, que ele é capturado. Outro artigo de jornal, escrito dez anos antes, encontrado em sua cabana, também serve de prova. Há o reconhecimento de similaridades linguísticas como compatibilidade de itens gramaticais, lexicais e frases fixas que apontam a autoria para a mesma pessoa<sup>30</sup>.

Há uma sofisticação na argumentação do *Unabomber*. Theodore Kaczynski foge ao senso comum, utiliza, por exemplo, uma prova lógica como o silogismo. O orador

26 KACZYNSKI, 1995, p. 3.

27 COULTHARD, 2016, p. 24.

28 Id., 2016.

29 Ibid., p. 25.

30 COULTHARD, 2016.

demonstra saber como articular as palavras para dar vazão ao seu pensamento ao dispor de artimanhas linguísticas para um dizer racional e justificado. Há o emprego de muitos outros recursos retóricos. Mas fato é que a manifestação dos artifícios linguísticos ajuda a garantir ainda mais a genialidade do orador, ele alcança a perfeição nos crimes e no anonimato das pistas. Não há rastros materiais. A deixa se dá com a publicação do Manifesto.

As provas aristotélicas intrínsecas são três: o *ethos*, prova ética, o *pathos*, prova patética e o *logos*, prova lógica. Ocorre que, para esse estudo, destacamos as provas lógicas como meio de se alcançar as provas éticas. Inicialmente, trazemos as provas lógicas, que, segundo Tringali<sup>31</sup>, subdividem-se em dedutivas e indutivas. A dedução caminha do geral para o particular e a indução faz o percurso oposto, isto é, caminha do particular para o geral.

“As provas lógicas dedutivas se expressam diretamente por um silogismo, ao passo que as provas indutivas se expressam por meio de exemplos que no final podem ser convertidos num silogismo”<sup>32</sup>. As provas dedutivas são conhecidas como silogismos oratórios, uma vez que sua força argumentativa se encontra entre o lógico e o estético. Além disso, o silogismo é um importante meio de prova na retórica porque é um modo de raciocinar e argumentar em que há a articulação de três termos, comparam-se os termos maior e menor com o termo médio.

Quando duas premissas são iguais a uma terceira, significa que, conseqüentemente, são iguais entre si. Quando são desiguais a uma terceira, por conseguinte, são desiguais entre si<sup>33</sup>. O silogismo é um período que compreende três orações dos tipos: (a) uma principal, (b) uma continuativa e (c) uma conclusiva. Um exemplo clássico de silogismo é:

- a. Se Sócrates é homem.
  
- b. E todo homem é mortal.
  
- c. Logo, Sócrates é mortal.

O silogismo próprio da retórica é o dialético ou provável, conforme Tringali, “é o raciocínio que parte de premissas prováveis, isto é, premissas admitidas pela maioria do comum dos homens ou pelo menos pela maioria dos entendidos e gera uma conclusão,

---

31 TRINGALI, 2014.

32 TRINGALI, 2014, p. 139.

33 TRINGALI, 2014.

não certa, mas dialética”<sup>34</sup>. O intuito é colocar tanto as premissas quanto a conclusão como verossímeis, que concorda com a opinião ou crença mais comum. A partir do Manifesto, retiramos três excertos<sup>35</sup> que ilustram a presença do silogismo dialético no texto:

35. Todos têm objetivos; se não for para outra coisa, pelo menos para satisfazer as necessidades vitais: comida, água, roupas e abrigos de acordo com o clima. [...]

36. A não-realização de objetivos importantes resulta na morte se os objetivos forem necessidades vitais, e em frustração se a não-realização dos objetivos é compatível com a sobrevivência. A falha em realizar objetivos ao longo da vida resulta neste caso em derrotismo, fraca autoestima ou depressão.

37. Assim, para evitar problemas psicológicos graves, os seres humanos precisam ter objetivos cuja realização exija empenho, e certa taxa de sucesso nessa realização.

Esse exemplo obedece a uma forma de raciocínio dedutivo que revela o ato retórico fundado no *logos*:

- a. Todos têm objetivos de satisfazer pelo menos as necessidades vitais (premissa maior – principal).
- b. A não realização desses objetivos resulta em frustração, derrotismo, fraca autoestima ou depressão. (premissa menor – continuativa).
- c. Logo, para evitar problemas psicológicos, precisamos satisfazer objetivos (conclusiva – conclusão do raciocínio dedutivo).

Constatamos que há uma força persuasiva no Manifesto. O raciocínio dedutivo apresentado é válido, uma vez que a conclusão segue as premissas. Retoricamente, vale a eficácia do argumento, ainda que não seja verdadeiro. A prova ética está relacionada a “um conjunto de traços de caráter que o orador *mostra* ao auditório para dar uma boa impressão. Incluem-se nesses traços as atitudes, os costumes, a moralidade, elementos que aparecem na disposição do orador”<sup>36</sup>. É no exercício do ato retórico que o *ethos* do

---

34 Ibid., p. 141.

35 KACZYNSKI, 1995, p. 12-13.

36 FERREIRA, 2010, p. 21.



orador se consolida. Assim, o orador precisa demonstrar virtudes como generosidade, moderação, sabedoria, entendimento e prudência ao apresentar-se. É preciso passar uma imagem que deriva de padrões morais.

Theodore Kaczynski expõe uma imagem reforçada por um *ethos* virtuoso, pois no ato retórico, exibe-se como um competente orador, causa identificação em parte da população que também não acredita na tecnologia como solução dos problemas contemporâneos. Além disso, é dinâmico nas considerações tecidas e, assim, torna-se um orador crível<sup>37</sup>. Suas habilidades cognitivas e retóricas, presentes na argumentação manifestada, são praticamente incontestáveis, entretanto, as suas ações acabam distorcidas pela violência empregada.

A argumentação apresentada no Manifesto é eficaz, pois enseja adesão, ainda que por uma parte do auditório, além de bem construída e bem edificada, uma vez que possibilita o despertar de um olhar mais acurado para uma análise crítica das bases econômicas e tecnológicas da sociedade atual. O autor/orador utiliza da sinceridade para gerar credibilidade e apresenta justificativa verossímil para manter a adesão à tese defendida. Em nota final, no parágrafo 231, chama a atenção para um ponto, “não pretendemos que este artigo expresse mais do que uma rude abordagem da verdade”<sup>38</sup>, ou seja, é lançado um holofote para a sociedade industrial, sua conceituação, reflexões e ações que ampliem a necessidade de manter o ser humano como protagonista da sua história na sociedade.

O Manifesto, tal como escrito e divulgado, também incentiva as pessoas a buscarem uma nova forma de viver em sociedade, mostra preocupação com a estabilidade e durabilidade das relações humanas, com as tecnologias e com a capacidade de inovação responsável consigo, com o coletivo e com o mundo. Insiste, ainda, para que os cidadãos tomem decisões refletidas e ponderadas, as ações em sociedade devem ser fruto de uma autonomia consciente. Não é necessário derrubar políticos, é necessário que cada sujeito assuma o seu lugar na sociedade. É preciso virtuosamente pensar, decidir e agir em conformidade com o bem comum.

## Considerações finais

O *ethos* do gênio construído pelo texto virtuoso em generosidade, sabedoria e entendimento, em certa medida, é desconstruído pela violência no uso das bombas, ação viciosa por escassez de prudência e moderação. O *Unabomber*, com o Manifesto, produz racionalidade, inclusive com requintes de sofisticação linguística, por meio de silogismo,

---

37 CAMPBELL; HUXMAN; BURKHOLDER, 2015.

38 KACZYNSKI, 1995, p.73.

por exemplo, mas com a explosão das bombas, acaba por sabotar-se. Kaczynski dá um giro de 180° quando mostra um *logos* virtuoso, a partir da sua constituição como animal lógico, e alcança um outro ponto extremo em que não se adequa a um normal social, quando age de forma antissocial.

Se deslocarmos as ações do *Unabomber* para o campo do terrorismo, o *ethos* é de herói, de salvador, de messias, uma vez que nesse lugar discursivo, a violência real e física é admitida como virtude. Por meio do *logos* se revela o *ethos*, por estar aquele ligado a alma do homem. Há no *logos* uma relação entre o oratório e o racional que conduz ao *ethos*, ao caráter, à personalidade do orador.

Com o passar do tempo, o gênio se transforma em criminoso. As primeiras ideias de Theodore Kaczynski de cuidado com o meio ambiente ganham forma pelas palavras, como as que constituem o Manifesto. Outros textos apresentam o mesmo pensamento, mas materializam-se em ações destrutivas, os envios de bombas caseiras. Há diferença entre defender ideais, virtude, e provocar mortes e lesões, vício. Ocorre que, na virada da idealização para a ação, a violência simbólica, presente nos primeiros escritos do *Unabomber*, desde a época da universidade, converte-se, em um dado momento, em uma violência real, quando a persuasão sucumbe pela concretização de atos viciosos e ocorre a desconstrução do herói. Theodore Kaczynski, matemático, aluno de Harvard, doutor e professor na Universidade da Califórnia, Berkeley, torna-se um terrorista que se encontra na prisão.

## Referências

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução Fernando Dídimo Vieira. Revisão Caio Navarro de Toledo. Editora Ática e Editora UNB, 1988.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. 4ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2014 [350 a.C.].

CAMPBELL, Karlyn Kohrs; HUXMAN, Susan Schultz; Thomas R. BURKHOLDER. **Atos de retórica: para pensar, falar e escrever criticamente**. Tradução de Marilene Santana dos Santos Garcia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

COULTHARD, Malcolm. Algumas aplicações forenses da Linguística Descritiva. Tradução de Leonor Scliar Cabral. In: COLARES, Virgínia (Org.). **Linguagem & Direito: caminhos para linguística forense**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 17-48.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. 3ª ed. 3ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. *In*: FRANCHI, Carlos; FIORIN, José Luiz; ILARI, Rodolfo (Orgs.). **Linguagem: atividade constitutiva**: teoria e poesia. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 33-74.

KACZYNSKI, Theodore John. **A sociedade industrial e o seu futuro** (o Manifesto do *Unabomber*). Disponível em: <<https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/10/A-Sociedade-Industrial-e-seu-futuro-Manifesto-de-Unabomber.pdf>> Acesso em maio 2021. Data da publicação original no *The Washington Post*: agosto de 1995.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa Editora, 2014.

VICHI, Leonardo. **Manual Básico de Linguística Forense**: da análise do discurso ao perfilamento em investigações criminais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

## Quem *Soul*? Os Vícios e Virtudes na Trajetória do Herói Joe Gardner

João Baraldi Neto

Thalyta Karina Correia Chediak

*A amizade é, de fato, uma virtude, ou implica virtude, além disso, ela é o que existe de mais necessário para a vida.*

Aristóteles

### Considerações iniciais

Os filmes de animação são, inicialmente, voltados para crianças, porém é possível perceber que muitas vezes atingem também o público adulto. Essas narrativas alegrem os pequenos e ao mesmo tempo apresentam reflexões significativas. O filme *Soul*, por exemplo, agrada público de todas as idades. Trata-se de uma narrativa filmográfica cujo personagem principal é Joe Gardner, um músico que, ao percorrer uma trajetória e passar por desafios e aprendizagens, pode proporcionar ao público diversão, reflexão e autoconhecimento.

A proposta deste capítulo é analisar o *logos*, com foco nos vícios e nas virtudes que se manifestam na trajetória de Joe Gardner, bem como compreender os tipos de argumentos empregados na narrativa para persuadir o auditório. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, adota como procedimento metodológico a análise documental, e propõe como *corpus* a obra filmográfica *Soul*, com base teórica na retórica. Para sustentar a análise, Campbell (2007) contribui com o modelo da jornada do herói percorrida por Joe, Aristóteles fornece as concepções sobre os vícios e as virtudes e os tipos de argumentos usados pelo personagem e, para a Teoria da Argumentação, a baliza está nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020).

## A história de quem *Soul*

O filme *Soul*, disponível na plataforma de *streaming Disney+*, desde 2020, é vencedor do Oscar de Melhor Animação e do prêmio de Melhor Filme Animado, além de Melhor Trilha Sonora Original no *Globo de Ouro* e no *BAFTA*<sup>1</sup>, e de Melhor Trilha Sonora no *Critics' Choice Awards*. Além disso, é a primeira produção da Pixar que tem como protagonista um homem negro.

A palavra *Soul*, de origem inglesa, em tradução para o português, refere-se tanto à alma, quanto ao gênero musical, que surge em uma época de movimentos sociais antirracistas e representa a música negra, ao combinar elementos de *blues* e *jazz*. O título do filme sugere, assim, dois sentidos. O primeiro trata de uma abordagem filosófica sobre o sentido da vida e a relação com a morte. O segundo, da conexão do personagem com o gênero musical, que também é algo que motiva sua vida. A animação convida o espectador a embarcar com Joe Gardner, um professor que gosta de tocar piano e deseja fazer parte da banda de música de Dorothea Williams. Quando criança, é levado por seu pai, que também é músico, para assistir a uma apresentação de *jazz*, o que desperta o gosto pelo gênero musical.

Joe recebe da escola a proposta de ser professor regente, em seguida, é convidado por um ex-aluno, baterista, para realizar uma audição como pianista. Esse é o maior sonho de Joe, ter uma carreira bem-sucedida como pianista profissional. Ao ser aceito, sai do local e compartilha pelo telefone com a mãe a conquista. Durante o percurso, se distrai, cai em um bueiro e entra em coma.

Quando Joe consegue se dar conta do que aconteceu, observa que sua alma não está mais ligada ao seu corpo. Ainda confuso, se vê em uma esteira rumo ao fim da vida. Ele não aceita a morte, pois percebe que vai perder a sua grande oportunidade de tocar e faz de tudo para voltar à Terra. Ao tentar fugir do seu destino, pula da esteira e cai no espaço chamado “Pré-vida” ou “*The Great Before*”, local destinado à descoberta inicial das habilidades dos seres extracorpóreos para conquista do “passê” e consequente início da vida terrena. Joe é recebido pelos “*Jerries*” ou “*Zés*”, representantes do universo que administram os espaços celestiais.

Na “Pré-vida”, para a conquista do “passê”, as almas jovens precisam descobrir o propósito de vida, representado pelo “*sparkle*” ou “faísca de vida”. Nesse local, reside a 22, uma alma jovem e rebelde que nunca conseguiu iniciar a vida na Terra. Por isso, Joe

---

1 British Academy Film Awards, Academia Britânica de Artes do Cinema e Televisão.

2 Os “*Jerries*” são seres extracorpóreos que representam o universo todo e, portanto, seria difícil visualizá-los caso não fossem personificados e ilustrados. Na tradução em português, o Jerry chama-se Zé, abreviação de José, no sentido de ser um nome popular.

é escalado para ser mentor de 22 na busca pela “faísca” e, ao passarem juntos por muitos desafios, a amizade transforma os dois. Joe completa um ciclo de aprendizagem, está pronto para retornar à Terra e lutar pelo que ele agora acredita.

## **A jornada do herói**

Campbell (2007), estudioso da mitologia, desenvolve a ideia de “monomito”, também conhecido como a “trajetória do herói”, uma espécie de percurso padrão e universal necessário para a construção de um verdadeiro herói. Segundo o autor, a “trajetória do herói” consiste em um pilar de rituais de passagens responsáveis pelas transformações que sofre o personagem no decorrer do caminho.

A trajetória do herói, conforme Campbell (2018), é “uma certa sequência de ações heroicas, típica, que pode ser detectada em histórias provenientes de todas as partes do mundo, de vários períodos da história”;<sup>3</sup> apesar de não passarem pelas mesmas etapas, todos vivenciam momentos decisivos de transformação. Silva (2012) afirma que a jornada do herói em Campbell (1990) possui característica cíclica e requer vivência de um monomito, assim,

O termo monomito Campbell toma de empréstimo do escritor irlandês James Joyce. Também chamado de jornada do herói, o monomito trata sobre a jornada cíclica presente nos mitos. A ideia de monomito em Campbell (2000) explica sua ubiquidade – aquilo que está ao mesmo tempo em toda parte – por meio de uma mescla entre o conceito junguiano de arquétipos [...].<sup>4</sup>

Para Campbell, de acordo com Silva (2012), a organização da jornada do herói está dividida em três situações: a partida, o instante em que deseja à sua jornada; a iniciação, relacionada às peripécias durante seu caminho; e o retorno, o instante em que volta à casa munido dos conhecimentos adquiridos.

A padronização em fases, para Campbell (2007), é considerada norteadora das narrativas mitológicas ao passo que toda e qualquer história poderia ser recontada infinitas vezes e mesmo assim sofrer infinitas variações. Para isso, as etapas gerais indicadas pelo autor são divididas em uma série de outras circunstâncias que aparecem na trajetória de Joe Gardner.

Segundo Campbell (2007), a trajetória do herói passa pelas fases: o chamado para a aventura, a recusa do chamado, o auxílio sobrenatural, a passagem pelo primeiro limiar, o ventre da baleia, o caminho das provas, o encontro com a deusa, a mulher como

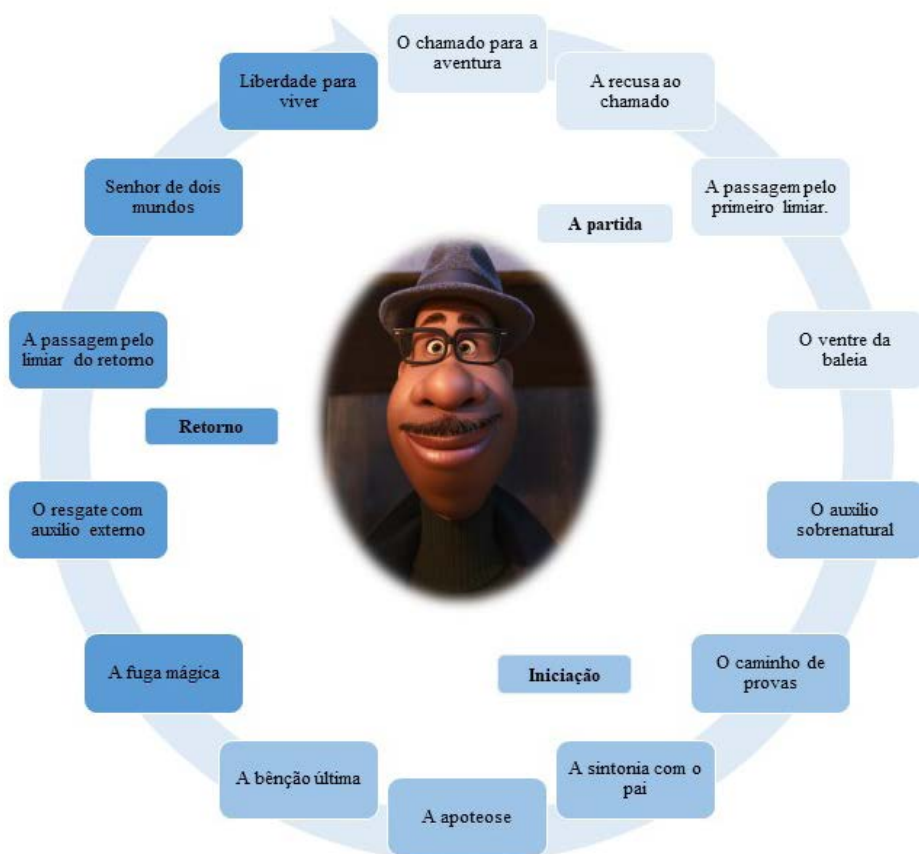
---

3 Campbell, 1990, p. 136.

4 Silva, 2012, p. 64.

tentação, a sintonia com o pai, a apoteose, a bênção última, a recusa do retorno, a fuga mágica, o resgate com auxílio externo, a passagem pelo limiar do retorno, senhor de dois mundos e liberdade para viver.

Organograma 1- A jornada de Joe Gardner



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da leitura de O herói de mil faces (2007), de Joseph Campbell.

Imagem Pixar, 2020.

A primeira fase, o chamado para a aventura, ocorre quando Joe Gardner sai da audição para pianista, cai em um bueiro e entra em coma. De acordo com Campbell (2007), o “chamado para a aventura significa que o destino invocou o herói, e transferiu o centro gravitacional espiritual dentro dos limites desta sociedade para uma zona desconhecida”.<sup>5</sup> Nesse momento, o personagem é convidado a iniciar a aventura que promove a primeira transformação.

Em seguida, três fases são observadas: a recusa do chamado pelo personagem, que ocorre no momento no qual ele tenta a todo custo retornar para o mundo terreno, a passagem pelo primeiro limiar e o ventre da baleia. A recusa do chamado está presente na cena em que ele se depara com a esteira do destino rumo à luz e corre em sentido oposto, até cair em outro espaço e ser recebido por “Zé”, o responsável pela “Pré-vida”<sup>6</sup>, local onde as almas adquirem habilidades, gostos e personalidades para voltar à vida, situação que conduz Joe a uma morte simbólica, pois deixa de pertencer ao mundo material e se metamorfoseia em alma entre vida e morte, em um mundo espiritual, chamada de ventre da baleia.

O auxílio sobrenatural acontece no instante em que Joe assume o lugar de outra alma, torna-se o mentor do personagem 22, por um erro, e passa a ser responsável por ajudar na busca da “faísca”. O desafio é grande, uma vez que 22 já havia passado por outros mentores importantes como Madre Teresa de Calcutá, Gandhi e Copérnico, que não conseguiram cumprir com sucesso o seu papel. A 22 é responsável pela transformação de Joe no caminho de provas e “representa o poder benigno e protetor do destino”,<sup>7</sup> durante as fases que o herói passa até chegar ao final da jornada.

A sintonia com o pai é revelada assim que Joe Gardner adentra no salão da vida para a apresentação da história progressiva de cada alma e se depara com a lembrança do pai no salão de música de *jazz*. O personagem recorda não só de tudo que viveu, mas também das situações que o levaram a decidir a carreira profissional.

Dessa forma, o herói, na fase de apoteose, chega a um conhecimento profundo e munido de um saber novo. Agora, enfrenta a parte mais difícil da aventura, a busca da “faísca” que falta no passe de 22 para a existência terrena. Embora tivessem interesses opostos, visto que enquanto Joe quer voltar a vida terrena, 22 deseja permanecer na “Pré-vida”, eles se unem a fim de alcançarem seus objetivos.

Ao final da trajetória, pelos atos de 22, o músico percebe que a busca por um propósito não está relacionada ao fato de tocar piano, mas em pequenas ações, gestos e sensações vivenciadas. Por exemplo, Joe para e reflete a partir de objetos colecionados por 22: uma

---

5 The Hero's Journey: Joseph Campbell on his life and work, 2018, p. 3. Tradução nossa.

6 O grande antes, tradução nossa.

7 Campbell, 2007, p. 76.



folha de árvore, pirulito, linha de costura, pedaço de pizza, donuts e *ticket* do metrô. Esse momento provoca uma transformação na forma de enxergar a carreira profissional e faz Joe deixar a obsessão pelo *jazz* e procurar se conectar com a sua própria história, além do aprendizado vivenciado de descobrir a simplicidade da vida.

É possível observar a bênção última, no momento em que Joe ajuda 22 a conquistar a “faísca” que falta, bem como o resgate por auxílio externo quando ele é salvo pelos “Zés” e recebe o direito de retornar à vida terrena. Campbell (2018) explica que o resgate por auxílio externo evidencia a necessidade que o mundo tem de ir ao encontro do herói para recuperá-lo e oferecer a chance de transformação.

A fuga mágica de Joe acontece quando ocorre o seu retorno para a vida na terra, transformado e munido com a própria trajetória. Já a fase da passagem pelo limiar do retorno prova que o herói retém a sabedoria adquirida na jornada e aplica-a à vida. Assim, o personagem pode ser “[...] orientado por forças internas ou carinhosamente conduzido pelas divindades orientadoras [...]”<sup>8</sup> e, ao trazer a bênção, impacta a realidade de maneira positiva. Joe percebe que o propósito da vida não se reduz ao desejo subjetivo de tocar *soul*.

A fase senhor dos dois mundos é notada na habilidade de Joe em transitar pela linha que divide as dimensões celestial e terrestre. A jornada proporciona a compreensão dessas dimensões, mundos divino e humano, como distintos, no entanto, são únicos, uma vez que o reino dos deuses “é uma dimensão esquecida do mundo que conhecemos. E a exploração dessa dimensão, voluntária ou relutante, resume todo o sentido da façanha do herói”<sup>9</sup> que acontece no momento da tomada de consciência das suas ações.

Joe alcança a libertação a partir da metamorfose da condição existencial adquirida, após passar os desafios da trajetória. Ele deixa de ser egoísta e ressurge, após o reencontro com o seu verdadeiro eu. Joe conquista a libertação do medo e da morte ao aceitar a esteira do destino e ao sacrificar a própria existência em benefício do semelhante.

## Vícios e virtudes do personagem Joe Gardner

Com base nos estudos de Aristóteles (2016), é possível destacar que, na trajetória de Joe Gardner, há condutas viciosas e virtuosas. Ao vivenciar a jornada do herói, Joe insiste no objetivo de se tornar um músico de *jazz*. Para o filósofo, a virtude, é um meio-termo “[...] e em qual sentido ela o é, a saber, que ela é um meio-termo entre dois vícios, um segundo o excesso e outro segundo a falta, e que ela é um meio-termo de tal tipo porque

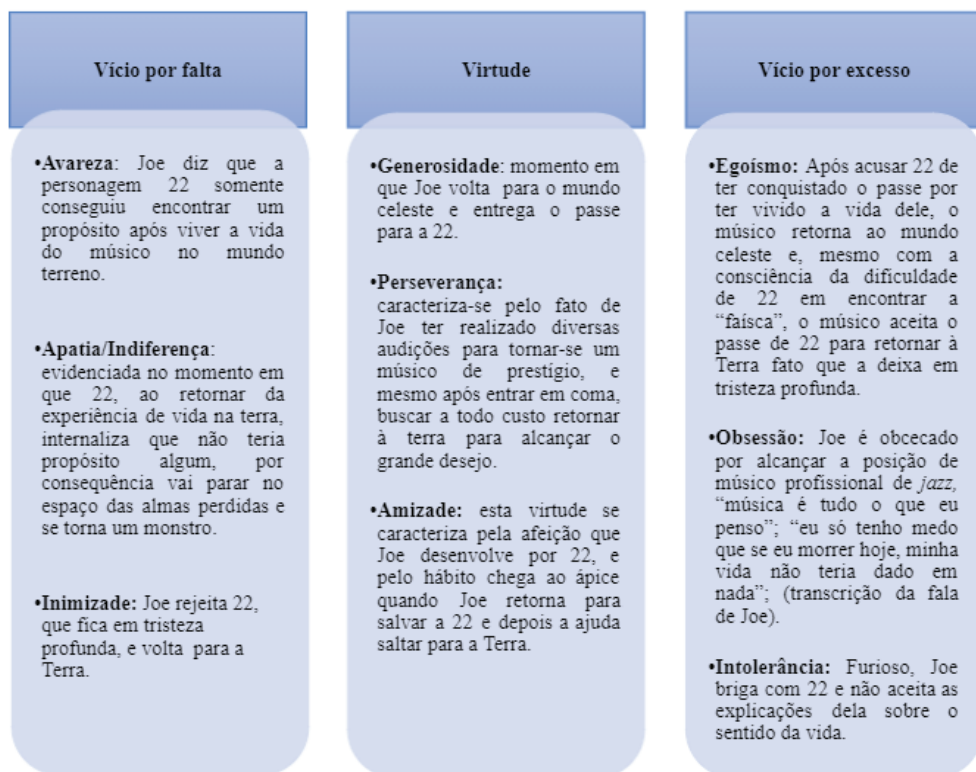
8 Campbell, 2007, p. 213.

9 Ibid.

ela visa à posição intermediária nas paixões e nas ações”.<sup>10</sup> Dessa maneira, “o excesso e a falta são característicos do vício”.<sup>11</sup>

Para Aristóteles, a mediania constitui-se na busca desse meio-termo. Na trajetória do herói, Joe assume atitudes virtuosas, assim, a virtude do personagem consiste nas escolhas que faz na história. Em uma análise empírica, destacamos vícios e virtudes de Joe Gardner:

## Organograma 2 - Vícios e virtudes de Joe Gardner



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

10 Aristóteles, 2016, p. 53.

11 Id., 2021, p. 37.

Conforme o organograma 2, Joe demonstra, por meio de ações, uma série de condutas viciosas como avareza, apatia, inimizade, egoísmo, obsessão e intolerância, até que decide ajudar 22 a ir para a Terra. A partir da sua ação, as virtudes de generosidade, perseverança e amizade são destacadas. De acordo com Aristóteles (2016), há dois tipos de virtude, a intelectual, que é ensinada, e a moral, que resulta da prática:

[...] a intelectual, via de regra, deve seu nascimento e seu desenvolvimento à educação. Por esse motivo, exige experiência e tempo. Já a virtude moral (*ethiké*) é adquirida pelo hábito (*ethos*), palavra da qual, com uma pequena modificação, é formado seu nome. Assim, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; pois nada que existe por natureza pode criar um hábito contrário à sua própria natureza.<sup>12</sup>

As fases do herói proporcionam a adoção de condutas virtuosas de generosidade por Joe no momento em que se abstém do sonho de ser músico profissional e quando percebe as pequenas mudanças que, como professor, promove na vida dos alunos.

Nesse sentido, o caminho percorrido por Joe exhibe a morte na qualidade de dor e a vida como prazer, ao considerar que “é por causa do prazer que fazemos coisas más, e é por causa da dor que nos abtemos de atos nobres”;<sup>13</sup> a virtude se relaciona com o prazer e com a dor, visto que o indicativo disso “é o fato de a punição ser infligida por esses meios, pois ela é uma espécie de cura”;<sup>14</sup> e Joe se cura ao entender a consequência natural da sua realidade existencial: a morte.

Na narrativa, o que mais se destaca é a virtude da amizade entre Joe e 22 que acontece no instante em que o músico expressa a verdade sobre sua identidade e o motivo de ter se passado por outra alma. Conforme Aristóteles (2016), a “amizade é, de fato, uma virtude, ou implica em virtude e, além disso, ela é o que existe de mais necessário para a vida”;<sup>15</sup> uma vez que, mesmo com todos os bens materiais, ninguém escolheria viver sem amigos. A amizade envolve todos os segmentos das relações humanas, agrega reciprocidade, e, na vida social, essas relações adquirem uma significação valiosa, haja vista que em sociedade é muito difícil viver sem termos laços com outros indivíduos.

## **A argumentação e o logos em *Soul***

---

12 Aristóteles, 2016, p. 29.

13 Aristóteles, 2016, p. 32.

14 Ibid.

15 Ibid., p. 189.

Argumentos são o que chamamos de raciocínios, operações lógicas, discursivas e mentais. Por meio da cognição, um ou mais argumentos são empregados de forma que os raciocínios sejam direcionados a respostas verdadeiras, falsas ou improváveis. São adequados de acordo com a situação e podem ser compreendidos a partir da oposição com outra totalidade, a demonstração.

[...] a argumentação distingue da demonstração por cinco características essenciais: 1) dirige-se a um auditório; 2) expressa-se em linguagem natural; 3) suas premissas são verossímeis; 4) sua progressão depende do orador; 5) suas conclusões são sempre contestáveis.<sup>16</sup>

O uso da razão para alcançar uma consonância sobre determinado assunto demonstra o verossímil, o plausível e o provável e elege esses termos como meios de prova, a fim de obter a adesão do auditório e eliminar a violência, ainda que simbólica, da ação argumentativa. Assim, a eficácia está relacionada a sua forma lógica, isto é, ao modo como as premissas se associam com a conclusão, em uma produção que deixa repetir aquilo que já foi afirmado. Ao discorrer sobre o ato de argumentar, é possível mencionar que quem argumenta tem o objetivo de revelar algo ou persuadir alguém para alguma coisa.

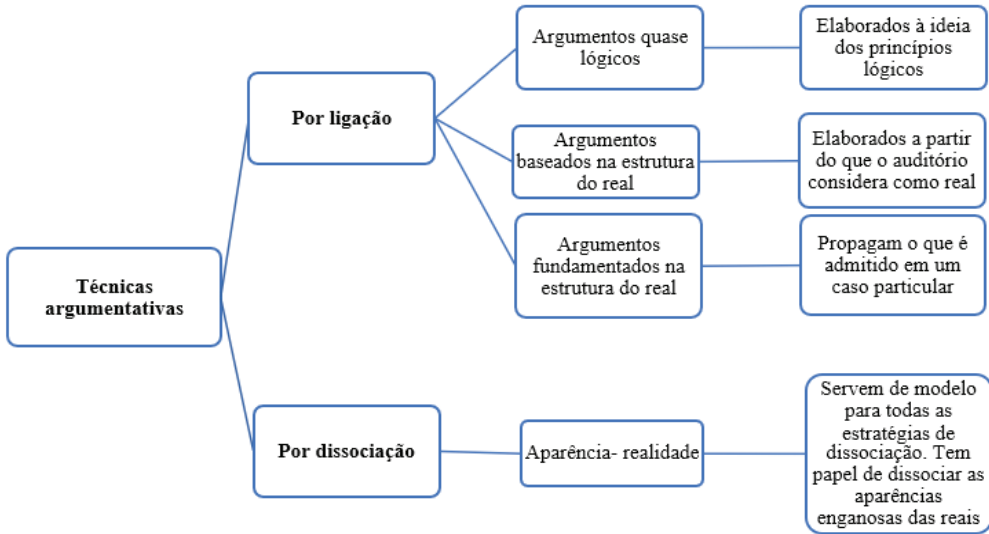
De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), as técnicas argumentativas manifestadas em um discurso ou texto escrito podem despertar a adesão do auditório para o orador, por meio dos argumentos apresentados. Nesse sentido, os autores ponderam que “[...] é possível, ademais, que esses esquemas atuem sem ser claramente percebidos e que apenas um trabalho de explicitação, raramente efetuado, permita ao orador e, mormente, aos seus ouvintes ficarem conscientes dos esquemas intelectuais que utilizam [...]”.<sup>17</sup> As técnicas argumentativas sugeridas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020) apontam para as principais características de cada um deles.

---

16 Reboul, 2004, p. 92.

17 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p. 214.

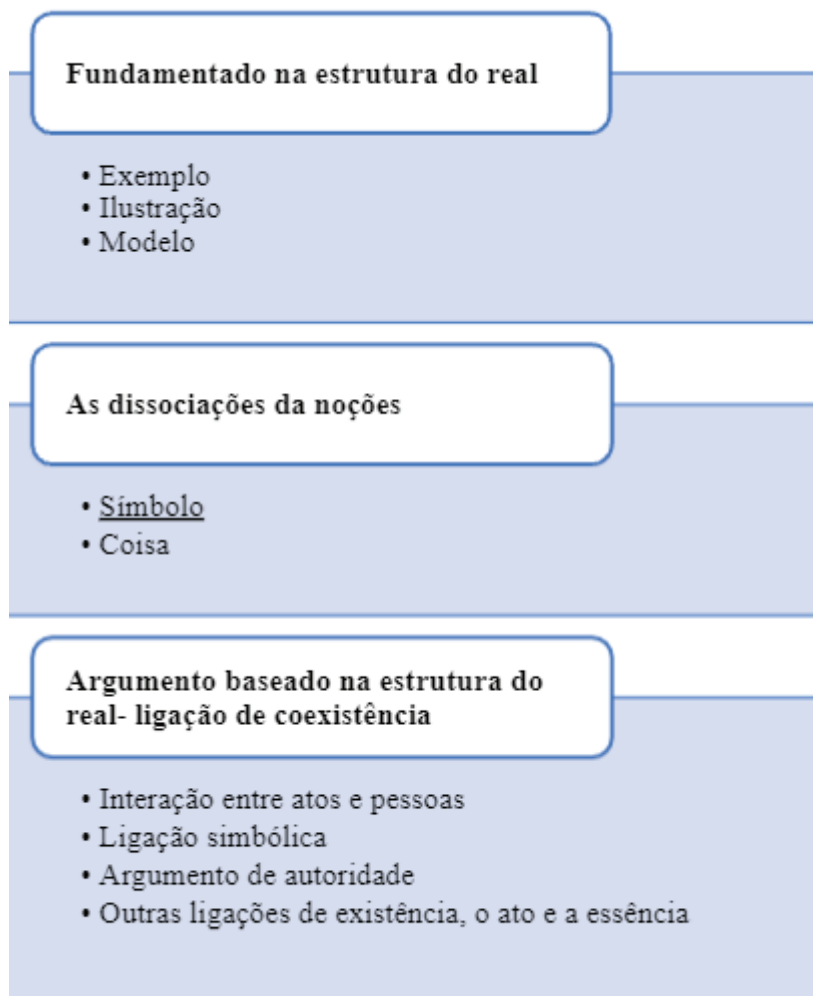
Organograma 3 - Técnicas argumentativas



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2021, com base na leitura de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020).

Para conseguir a adesão do auditório, o discurso do orador necessita de uma construção lógica dos argumentos, momento em que se evidenciam as técnicas argumentativas na organização das ideias. Dentre as técnicas empregadas em *Soul*, embora seja possível se identificar os argumentos fundamentados na estrutura do real, os argumentos por dissociação das noções e os argumentos baseados na estrutura do real, a proposta desta pesquisa visa a destacar os argumentos baseados na estrutura do real – ligação de coexistência para a análise do *corpus*.

Organograma 4 – Argumentos do personagem Joe Gardner



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

De acordo com Mateus (2018), os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles que não se baseiam nos acontecimentos reais, no entanto, criam o real por meio da apresentação de acontecimentos não vistos antes. Já os argumentos por dissociação das noções, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), determinam a

reorganização mais ou menos profunda dos dados conceituais utilizados como fundamentos para a argumentação.

Os argumentos baseados na estrutura do real, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020), são aqueles que garantem de maneira suficiente o desenvolvimento da argumentação. Em outras palavras, não interessa que o argumento seja uma descrição objetiva do real, “mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdade, quer como presunções”.<sup>18</sup> Nesse sentido, os argumentos baseados na estrutura do real sobressaem no filme e são divididos em ligações de sucessão e ligações de coexistência. Esse último modo de ligação se destaca na jornada de Joe em quatro tipos de argumentos: interação entre atos e pessoas, ligação simbólica, argumento de autoridade e outras ligações de existência do ato e da essência.

A interação entre atos e pessoas desenvolve o valor atribuído a cada pessoa. “Se por acaso um ato acarreta uma transferência de valor, essa é correlativa a um remanejamento de nossa concepção da pessoa, à qual atribuímos, de um modo explícito ou implícito, certas tendências, aptidões, instintos ou sentimentos novos.”<sup>19</sup> No filme, é possível perceber os valores atribuídos a cada personagem por meio da interação entre atos e pessoas.

Joe é um personagem triste e egocêntrico, com ambição desenfreada pelo objetivo de ser um músico de prestígio, obsessão que o priva de entender o propósito da vida. No momento em que a 22 assume o corpo de Joe, e ele, o de um gato, o músico consegue perceber a vida sob um ângulo diferente.

Imagem 1 - Joe observa a 22 cortar o cabelo



Fonte: Pixar, 2020.

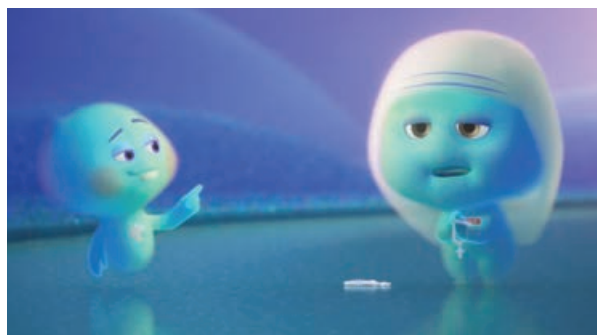
18 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p. 297.

19 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p. 339.

Na imagem, Joe, no corpo do gato, observa 22 cortar o cabelo, conversar com o barbeiro e chupar um pirulito, situações antes nunca realizadas por ele. Joe acompanha os passos de 22 no mundo terrestre e ao final da trama, relembra esses momentos e descobre que o propósito da vida é viver com o entusiasmo de 22. O herói desenvolve novos sentimentos pela vida e modifica o seu comportamento com os semelhantes.

A ligação simbólica desenvolve transferências entre o símbolo e o simbolizado, “acontece isso quando se tratam certas pessoas e certos acontecimentos como ‘figura’ de outras pessoas e de outros acontecimentos”.<sup>20</sup> Esse argumento pode ser visto no momento em que 22 comenta com Joe que ninguém pode ajudá-la a conquistar a “faísca”.

Imagem 2 - 22 relembra Madre Teresa de Calcutá



Fonte: Pixar, 2020.

Na imagem, 22 relembra a Joe alguns mentores que tentaram ajudá-la na busca pela faísca, dentre eles, Nicolau Copérnico, Muhammad Ali, Maria Antonieta e Madre Teresa de Calcutá, que logo perde a paciência com a postura de 22 e alega ter compaixão e devoção por todos, menos por 22, pois a odiava.

A presença de Madre Teresa na animação indica que a tarefa de Joe seria complicada, pois a figura dela se refere ao arquétipo da pureza, paciência, cristianismo e compaixão. Mesmo com todas as qualidades, Madre Teresa perde a paciência com 22. “A reação da pessoa sobre seus atos é influenciada por um dos fatores aos quais a psicologia social concedeu a maior importância, o do prestígio. O prestígio é uma qualidade da pessoa

---

20 Ibid., p. 378.



que se reconhece por seus efeitos”.<sup>21</sup> Assim, a personagem beata confere também o argumento de autoridade na alegação, modo de raciocínio retórico que é inspirado pela reputação da religiosa.

O argumento de outras ligações de coexistência, o ato e a essência, é observado no estilo musical que envolve a trama. Nesse sentido, é importante situar o leitor do conceito desse argumento, pois “[...] as ligações de coexistência unem duas realidades de nível desigual, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que a outra”.<sup>22</sup> Em conformidade, Fiorin (2020) menciona que “os argumentos de coexistência são aqueles que relacionam um atributo com a essência ou de um ato com a pessoa. A essência e o ato permitem explicar ou prever fatos que são considerados sua manifestação”.<sup>23</sup> O título *Soul* revela a conscientização sobre a cultura afro-americana.

Ato e essência são resultados de episódios de um determinado período histórico, seja estampado em obras, em estilos, em instituições ou em um regime. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2020) esclarecem que o comportamento humano pode ser explicado tanto pelo fato de pertencimento cultural, como pelo período histórico com que se relaciona, a exemplo, “esse homem e esse comportamento participam de uma essência e a expressam e, como, por seu turno, permitem caracterizá-la”.<sup>24</sup>

O estilo de música *Soul* evidencia a existência do ato e da essência, pois é um gênero musical popular que se originou na comunidade afro-americana em uma época de movimentos sociais antirracistas, e o personagem principal, Joe, é afro-americano; por isso, traduz a referência da música negra.

## Considerações Finais

A retórica permite não só “desvendar os discursos”, mas também compreender sua manifestação. Além disso, permite também conhecer quais são os recursos empregados pelo orador para persuadir o auditório e observar como empregados nos argumentos.

Os vícios e virtudes do personagem Joe Gardner são manifestados na jornada do herói quando ele enfrenta diferentes situações para conseguir o que tanto desejava, retornar à vida. Os vícios, egoísmo, obsessão e intolerância surgem assim que Joe tenta a todo custo voltar para seu corpo para tocar no quarteto de *jazz* com Dorothea Williams. Já as virtudes, perseverança, generosidade e amizade ocorrem no momento em que ele

21 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p. 345.

22 Ibid., p. 333.

23 Fiorin, 2020, p. 170.

24 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2020, p. 372.

consegue retornar ao seu corpo na Terra e perceber que o ápice de sua vida pessoal e profissional como músico de banda não era suficiente para se sentir bem.

Joe aparenta ser uma pessoa infeliz, ansiosa, autocentrada e, de certa forma, egoísta, por não aceitar o fato de 22 ter encontrado a “fáscia” que falta para viver, momentaneamente, a vida dela. O personagem consegue se libertar dessa realidade graças à amizade que teve com 22. De todas as virtudes, essa é a mais latente em *Soul*, visto que todos os conflitos vivenciados são superados pelo amor que provém da amizade com 22.

Durante a trajetória, Joe coloca os desejos pessoais sempre à frente em toda e qualquer situação, até que a disposição para a amizade com 22 transforma suas atitudes viciosas em virtuosas e ele alcança o lugar de herói na trama. Desde o primeiro momento, a animação evidencia o talento de Joe como músico. A trajetória de vida do personagem leva a entender que o protagonista precisa somente de uma oportunidade para mostrar seu talento ao mundo e obter sucesso.

A força do discurso é revelada nos tipos de argumentos durante a jornada do herói. Além dos argumentos baseados em dissociações de noções destacam-se aqueles fundamentados na estrutura do real, especialmente, os mantidos por ligações de coexistência. Estes subsidiam a análise do filme. A racionalidade na argumentação está pautada na lógica dos valores, do razoável e do preferível. Não é possível mencionar qual argumento teve mais força para o auditório, uma vez que ele é multifacetado e abarca diferentes faixas etárias.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Maria Stephania da Costa Flores. Jandira, SP: Principais, 2021.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.
- CAMPBELL, Joseph. **The Hero's Journey: Joseph Campbell on His Life and Work**. Joseph Campbell Foundation. Versão 1.1.0 Amazon. Edição do Kindle, 2018.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MATEUS, Samuel. **A introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: Ed. Labcom-IFP, 2018.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SILVA, Carlos Aldemir Farias da. **Joseph Campbell: trajetórias, mitologias, ressonâncias**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUL. Direção: Pete Docter e Kemp Powers. Produção: Pixar Animation Studios. Emeryville, Califórnia: Walt Disney Pictures, 2020. (100 min.)

# **O *logos* global e o maravilhamento no discurso político no Projeto de Extensão Politizar/UFG<sup>1</sup>**

**Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira**

**Haryta Silva Queiroz**

## **Introdução**

Os projetos de extensão têm como finalidade principal a intermediação entre a produção acadêmica ocorrida na universidade e a comunidade em geral. Com o objetivo de refletir a respeito desse viés, esta elaboração aborda um estudo sobre o produto e as implicações dessas relações no Projeto Politizar-UFG.

Esse projeto se insere na sociedade ao oferecer a estudantes de Ensino Médio a oportunidade de vivenciar as experiências diárias ocorridas na Câmara dos Vereadores; os estudantes, assim, passam por um processo de letramento político e atuam como jovens vereadores (simulandos – alcunha dada aos estudantes que participam do projeto por seus idealizadores). Os participantes, nesse processo, constroem seus posicionamentos e modos de defender sua tese, por meio de estratégias argumentativas, o que gera também um processo de educação linguística. Isso porque propicia a reflexão sobre o papel da linguagem nessa instância, além de se caracterizar por momentos de uso da língua para persuadir e/ou convencer.

A Educação Linguística em uma perspectiva discursiva não é tarefa fácil para professores e alunos, porque implica pensar em perspectivas práticas que integrem a língua em uso, a sociedade e as interações. Contudo, associar essa possibilidade a um projeto de extensão que conjuga letramento político e uso da língua, para compor estratégias

---

<sup>1</sup> Este capítulo surgiu da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Educação Linguística e Estratégias Argumentativas no Projeto de Extensão Politizar” desenvolvida a partir dos resultados desse projeto que leva estudantes da rede de ensino goiana para vivenciar a rotina dos vereadores na Câmara. Este trabalho faz parte do Projeto DICE em Rede e se integrou ao Projeto de Linguística Forense da FL/UFG.

de argumentação com um propósito social claro, faz com que os alunos construam um senso de civilidade crítico e ainda pensem sobre o poder da palavra.

De maneira formal, os participantes do Projeto Politizar/UFG têm contato com gêneros argumentativos em três momentos diferentes: no processo seletivo em que devem escrever sobre alguma temática que envolva a cidade; nas discussões no plenário para escrita de propostas; e na defesa de seus projetos no púlpito do plenário da Câmara dos Vereadores de Goiânia. Desse modo, os estudantes são contagiados por essa vivência de modo que informalmente a argumentação contagie os diferentes ambientes e etapas. Assim, o processo de ensino e aprendizagem se dá de forma prática.

Os estudantes vivenciam uma espécie de “maravilhamento” e também “estranhamento” que levam ao aprendizado e a defesa de princípios, valores e direitos que dizem respeito aos diferentes problemas sociais da cidade.

Sócrates e Platão, conforme nos lembra Abreu (2012), baseavam-se na retórica acreditando que, por meio da argumentação e de discussões, era possível encontrar e conhecer a verdade. Assim, os retóricos causavam o chamado ‘maravilhamento’ ou ‘estranhamento’ nos ouvintes ao levá-los a questionar e entender o senso comum no caminho cujo o fim era a verdade. Quando voltamos

[...] a Atenas e aos professores de retórica, uma das técnicas mais utilizadas por eles, para arejar a cabeça dos atenienses contra o discurso do senso comum, era a de criar paradoxos - opiniões contrárias ao senso comum - levando, dessa maneira, seus ouvintes ou leitores a experimentarem aquilo que chamavam de MARAVILHAMENTO, a capacidade de voltar a se surpreender com aquilo que o hábito vai tornando comum. Essa palavra foi substituída no expressionismo alemão, no surrealismo francês e, sobretudo, no formalismo russo, pela palavra ESTRANHAMENTO, definida como capacidade de tornar novo aquilo que já se tornou habitual em nossas vidas. (ABREU, 2012, p. 18)

Logo, no projeto, isso também ocorre, pois um conjunto de valores, que representam as construções sociais, culturais e históricas, são mobilizados. Tais valores são importantes diante do fundamento de que argumentar é conduzir outro indivíduo à autonomia cívico-política para atingir uma autonomia discursiva. Para isso, os estudantes (interlocutores) se apropriam do discurso político e da encenação pedagógica e linguística na Câmara dos Vereadores para fazer uso da língua com o objetivo de persuadir.

Com base na concepção de que a educação lida com aspectos cognitivos, históricos e sociais mediante processos de interação, percebemos que a linguagem atua de modo essencial nas abordagens dos participantes do Politizar-UFG, em seu processo de apren-

dizagem da realidade política. Haja vista que a língua em uso é o meio primordial que os estudantes utilizam para defender seus pontos de vista, as estratégias argumentativas apresentadas e o modo como constroem seus posicionamentos de forma lógica são, portanto, o objeto de análise de nosso estudo. Para isso, recorreremos aos registros disponíveis na mídia das produções dos participantes, no decorrer do Projeto de Extensão, como corpus de análise do logos discursivo.

Em resumo, neste capítulo, analisamos o logos e a mobilização de valores no momento em que os participantes precisam defender seus projetos de melhorias para a cidade de Goiânia. Pautamo-nos em Maingueneau (2016 e 2020) no que concerne à relação entre *ethos*, AD e cena de enunciação; em Charaudeau (2008) para delinear as características do discurso político; com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) e Aristóteles (1998) buscamos a compreensão das estratégias argumentativas que propiciam a lógica discursiva. Além disso, demonstramos que é possível unir os eixos extensão, pesquisa e ensino em investigações que envolvam o ensino de linguagens de forma multidisciplinar.

Buscamos, portanto, uma tentativa de unir a perspectiva de Análise do Discurso, de linha francesa, cuja premissa principal é a interdisciplinaridade, aos estudos retóricos, pois acreditamos em um diálogo multidisciplinar de pesquisa, embora no Brasil haja uma insistência na criação de fronteiras entre as diferentes vertentes da Análise do Discurso, da Argumentação e dos Estudos Retóricos. Seguimos, assim, a Ruth Amossy e Marie Annie Paveau (entre outras), que unem distintas perspectivas em prol da análise discursiva, cuja natureza é ser interdisciplinar.

## Argumentação e lógica discursiva

Vivemos um momento bastante peculiar, no qual as mídias e redes sociais exploram as informações sem explorar seu processamento e a construção de conhecimentos, isto é, vivemos quase uma epidemia de uma suposta argumentação. As pessoas se sentem autorizadas a opinar e argumentar sobre assuntos que nem conhecem ou dominam para forçar e submeter o outro a pensarem da mesma forma. Abreu (2012) observa que é demasiado importante questionar se o que é apresentado pela mídia é, realmente, o que está ali e o que se entende diante da recepção, tendo em vista que ocorre o que ele denomina ‘alinhamento dos pontos de vista’ e ‘processos de manipulação’. Percebemos, entretanto, que isso não ocorre nas diferentes instâncias sociais e cabe aos processos de ensino assumir o papel de questionar e relativizar o que é apresentado.

Isso significa dizer que, diante da exposição dos mesmos conteúdos, as perspectivas são restringidas a uma pequena realidade e sabe-se pouco de outros universos. Some-se a isso, a ideia de que basta esses mesmos conteúdos serem expostos a maior parte das

peças para gerar uma influência controladora das crenças e da vida das pessoas. O que fazer diante disso? Abreu (2012) aponta como respostas a leitura, porque a ficção leva o indivíduo a diversas realidades e moldes, e a leitura e o conhecimento levam o indivíduo para além do que lhes é apresentado ou imposto.

Acrescentamos a essa visão que pensar nos problemas que envolvem a realidade local, bem como conhecer sujeitos de outras localidades para pensar nos problemas sociais em busca de soluções coletivas, a partir de pesquisas e leituras, como é feito no Politizar/UFG, também pode colaborar para romper com essa epidemia de superficialidade e proporções democráticas e diálogos.

A argumentação está no domínio do diálogo, da compreensão e da empatia, diferentemente do que se entende no senso comum como “... vencer alguém, forçá-lo a submeter-se à nossa vontade” (ABREU, 2012, p. 6). Argumentar, desse modo, não é forçar alguém a fazer algo ou acreditar em algo, mas sim acessar no indivíduo uma perspectiva singular que o leva a outra realidade. Argumentar é levar o outro à autonomia e à adesão a um posicionamento discursivo coerente e lógico. Abreu (2012) apresenta, então, quatro condições necessárias à argumentação: (a) definição da tese que estabelecerá um problema e conseqüentemente uma solução; (b) falar de acordo com os conhecimentos do ouvinte, acessando-o, entender o que fundamenta o ponto de vista do outro; (c) a empatia, se colocar na posição daquele a quem se argumenta; (d) agir de forma ética, sendo sincero e não hipócrita, sendo quem se é e não inventando uma nova pessoa, o oposto disso é manipulação.

Ainda que esses quatro direcionamentos não inovem os ensinamentos retóricos aristotélicos, servem para destacar, de forma didática, elementos fundamentais para a argumentação, embora saibamos que há outros elementos e semioses que intervêm nos efeitos de sentido e na relação entre os sujeitos para que haja adesão ao dizer, pois

um dos pilares do universo da argumentação e da retórica é a ideia de adesão e de convencimento. Desse modo, aderimos a uma ideia ou mesmo fazemos alguém aderir a um projeto, a uma causa, a um empreendimento sempre que alguém se alia ao nosso ponto de vista. Importante será também, num debate, tentar convencer outrem de que temos razão, ou mesmo nos deixar convencer. (DAMASCENO-MORAIS, 2017, p. 158)

Esse alinhamento ou adesão converge na combinação de muitos elementos discursivos como as condições sócio-históricas, o contexto, os sujeitos e o sistema retórico clássico,

que permitem a compreensão da *proxêmica*<sup>2</sup> discursiva, ou seja, da imagem/trajetória que se estabelece por meio do dizer argumentativo.

A participação no espaço social Câmara dos Vereadores institui nos oradores a sensação de participar efetivamente da administração da cidade, fato que fortalece a verossimilhança discursiva, constrói a encenação linguística e colabora com a lógica do discurso político. Segundo Charaudeau (2008), a encenação no discurso político está entre a razão e a emoção; mescla o *logos*, o *pathos* e o *ethos* porque conjuga discursos de ideia de poder, de pensamento e de ação que caracterizam as ações humanas.

### A tríade aristotélica e a soberania do *logos*

O sistema retórico mobilizado pelo orador consiste na consolidada tríade aristotélica: *ethos*, *pathos* e *logos*. Sua compreensão possibilita a interpretação de estratégias argumentativas, porque, tanto Aristóteles (2005) quanto para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) entendem que retórica e argumentação podem ser consideradas termos que consistem na prática de utilização de elementos a fim de alcançar o convencimento, a persuasão e, até mesmo, a manipulação. Aristóteles apresenta uma “...concepção de retórica como a arte da comunicação...” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA 2005, p. 5), assim, a retórica assume caráter essencial nos estudos linguísticos e seus dizeres assumem a posição arqueológica desses conceitos.

Desse modo, Aristóteles propõe que a retórica, ao atuar junto à coerência da comunicação linguística, necessita se conectar à persuasão de maneira adequada e fluida para integrar de forma coesa o *ethos*, o *pathos* e o *logos* nos diferentes tipos de discurso. Em essência, podemos afirmar que o auditório é o público que o orador objetiva influenciar na argumentação, assim, o orador deve se posicionar e atuar conforme as características desse auditório, com base naquilo que já conhece sobre ele, ou nas ideias já formuladas a seu respeito.

O auditório, então, pode ser homogêneo ou heterogêneo; dentro dele, pode-se encontrar um público que concorda ou discorda com a tese do orador. Portanto, quanto mais o orador conhece o auditório e constrói um discurso adequado a esse público, melhor será a argumentação e as estratégias de convencimento ou persuasão, considerando que

---

2 O termo *proxêmica* apresenta suas raízes no pensamento aristotélico: na Poética, onde discorre sobre o posicionamento dos atores para a constituição do espaço, estabelece afastamentos e aproximações necessárias à verossimilhança do discurso; e na Retórica, quando discorre sobre o *ethos* do orador e a constituição do espaço inter-racional-discursivo. (CARREIRA, 2020, p. 157)



a perspectiva da Retórica aristotélica confirma a importância do *ethos*, do *pathos* e do *logos* como estratégias de persuasão pela ética, pela emoção e pela lógica, respectivamente, mas é o orador que as provoca no auditório. Nesse sentido, o orador, pelo olhar do auditório, recebe uma identidade social e psicológica, no mesmo instante em que constrói para si uma identidade. Em outras palavras, posso dizer que o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, na medida em que se relacionam ao orador e à situação na qual essas estratégias se manifestam, permitem ao auditório construir uma imagem daquele que fala no discurso. (NASCIMENTO, 2019, p. 50)

Assim, quando os estudantes frequentam a Câmara dos Vereadores, percebem e vivenciam a diversidade de bandeiras e ideologias político-partidárias ali existentes. Ao participarem da rotina, constroem não somente argumentos para defesa de seus projetos, mas também imagens que remetem aos diferentes partidos com os quais tomam contato. Essas imagens refletem na imagem de orador que é, aos poucos, construída.

O *ethos* é a imagem enunciativa apresentada pelo orador ao auditório e, na atualidade, seja na Retórica seja na Análise do Discurso, conforme salienta Maingueneau (2016), adquire papel relevante da adesão discursiva e merece atenção de acordo com o tipo de discurso, o contexto e as condições sócio-históricas do dizer que revelam elementos da imagem que o sujeito constrói de si/para si e para o outro. Isto é, aquela que o orador deseja transmitir como estratégia argumentativa por meio do discurso. Também considerada a vocalidade da inteligência retórica no momento de simulação, conforme assevera Ferreira (2019).

A imagem apresentada pelo orador, todavia, precisa ser formulada a partir das pressuposições levantadas pelo auditório, ou seja, o auditório levanta um conjunto de características e (pré)conceitos sobre o orador que, por sua vez, dependendo do contexto social em que está, constrói o *ethos* que deseja para “conquistar” e conseguir a adesão do público. “É possível distinguir que no caso específico dos estudos retóricos, o *ethos* do orador e o *pathos* do auditório coexistem no processo de persuasão e, na AD, o *ethos* se manifesta na cena enunciativa” (NASCIMENTO, 2019, p. 50-51). Logo, quando os estudantes passam a vivenciar as experiências políticas dos vereadores, além de passarem por um letramento político, passam também por uma experiência educacional linguístico-discursiva e constroem em suas interações cenas de enunciação que reiteram a situação comunicativa e o contexto social.

Amossy (2018) salienta que “Aristóteles denomina *ethos*, (...) o caráter, a imagem de si, projetada pelo orador desejoso de agir por sua fala, pondo em destaque o fato de que essa imagem é produzida pelo discurso.” (AMOSSY, 2018, p. 80) e, ainda acrescenta, que “a questão do *ethos* está, então, associada à questão da construção de uma identidade que

permite, ao mesmo tempo, criar uma relação nova para si e para o outro.” (AMOSSY, 2018, p. 104). Os jovens vereadores precisam construir essa imagem para mobilizar o *pathos* em seus auditórios, porque seus argumentos podem gerar votos para seus projetos locais.

Por sua vez, o *pathos* é apresentado por Aristóteles como “... o que, ao nos modificar, produz diferenças em nossos julgamentos” (*apud* AMOSSY, 2018, p. 196), tal afirmação evidencia a importância do *pathos* no alcance do convencimento, pois atua intensamente sobre os seres humanos. Esse aspecto humano de se motivar pela afetividade é positivo nas estratégias argumentativas, todavia, o excesso de *pathos* e a supressão do *logos* promove discursos, muitas vezes, inconsistentes e não leva, efetivamente, o auditório ao convencimento e à autonomia, mas sim à manipulação. Deve-se, portanto, construir argumentos em que o *pathos* e o *logos* estejam atuantes e interligados e o *ethos* esteja a serviço do *logos*.

Magalhães (2020), na introdução da obra “Inteligência retórica: Pathos”, apresenta as diferentes compreensões sobre *pathos*, em diferentes períodos e filósofos. Inicialmente, na Grécia Antiga, distinto de pensar *pathos* na Psicanálise, como sofrimento que afeta o indivíduo; *pathos* ali dizia respeito às possibilidades de estado de emoções. Para Platão, numa outra abordagem, o ser humano lida com paixões externas a seu corpo que devem ser controladas. Aristóteles, por sua vez, caracteriza *pathos* como o cerne das emoções produzidas no auditório, ou seja, o afetar coletivo ou compartilhado entre sujeitos obtido a partir do discurso. Coloca, assim, o *pathos* como constituinte do ser humano, que deve ser aceito, pois é impossível que o humano viva sem o convívio e a interação com suas emoções. No momento discursivo, mediante as tentativas de convencimento e persuasão, o *pathos* é fundamental para o desenvolver da fundamentação contida em argumentos. Isto é, a Filosofia percebe que o *pathos* deve ser dominado de forma lógica e a Retórica utiliza do *pathos* para estabelecer estratégias discursivas para a persuasão e para o convencimento, ou seja, admitir o *pathos* em equilíbrio com o *logos* significa compreender como os sujeitos podem ou não aderir a determinados discursos.

Aristóteles instaura o *logos* no campo dos raciocínios lógicos que estruturam os lugares do dizer. Além disso, vale ressaltar que “... a argumentação no nível do *logos* tem como fundamento, principalmente, os raciocínios lógicos que estão na base do discurso com intenção persuasiva.” (AMOSSY, 2018, p. 137).

Dentre os raciocínios, Amossy (2018) destaca o entimema<sup>3</sup> e o exemplo. A compreensão do entimema perpassa a compreensão do silogismo, este é considerado como um conjunto de dois dados que, quando combinados, geram o dado. Amossy (2018, p.139)

---

3 Conforme explica também de forma didática para o jovem pesquisador, Joelson Santos Nascimento em seu texto O entimema e o exemplo na retórica de Aristóteles. Prometeus, Sergipe, v. 5, n. 9, p. 99-109, jun. 2012.

define da seguinte maneira: “O silogismo é um discurso no qual, estando colocadas algumas coisas, outra coisa diferente delas resulta necessariamente, pelas coisas mesmas que são colocadas...”. E apresenta, portanto, o exemplo clássico:

todo homem é mortal - premissa maior  
Sócrates é homem - premissa menor  
logo, Sócrates é mortal – conclusão

Logo, o entimema se configura como o silogismo, no entanto, sua composição se dá com alguns constituintes ausentes, um ‘silogismo truncado’, ou seja, o entimema possui a mesma estrutura que o silogismo: a premissa maior, a premissa menor e a conclusão, mas se constitui subentendendo alguns desses elementos. Se entre as premissas surgirem outros implícitos, podemos ter discursos falaciosos.

Outro ponto destacado pela autora com relação ao *logos* é o exemplo ou analogia, a utilização de histórias ou ilustrações já conhecidas e aceitas a fim de gerar a aceitação da tese. Em outros termos, Amossy (2018, p. 152) diz que “o exemplo ou a analogia, que estabelece ‘a relação da parte à parte e do semelhante ao semelhante’ é o segundo pilar sobre o qual a retórica de Aristóteles se funda, o *logos*.”

Na leitura da Retórica de Aristóteles, fica evidente o destaque que o autor dá para a análise e a construção de argumentos nos diferentes gêneros e lugares do dizer e todos os elementos que os compõem. Mesmo quando não nomeia diretamente o *logos* ou o raciocínio lógico, é possível notar que se trata de um estudo sobre a lógica do dizer no intuito de contribuir com um fundamento para o orador. Assim, embora *ethos* e *pathos* sejam elementos importantes, o eixo condutor da obra é, sem dúvida, o *logos* discursivo. O teórico parte da natureza da retórica em contraposição à dialética como elemento próprio dos indivíduos e uma arte necessária ao desenvolvimento social para, em seguida, tratar da estrutura lógica ligada à capacidade de descobrir como persuadir o outro em diferentes gêneros do discurso e situações sociais. (ARISTÓTELES, 2005)

Todo discurso segue alguma lógica mantida seja pelo gênero do discurso seja pelos interagentes. Na argumentação, como nos ensina Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), a estrutura lógica se dá por meio de premissas que são as responsáveis pelo fundamento da tese e da estrutura do discurso do orador, dividindo-as em três planos: ao acordo referente às premissas, à sua escolha e à sua apresentação. Ressaltamos que nesses planos pressupõe-se a presença do orador, fato que leva à presunção óbvia de *ethos*, *pathos* e *logos*.

Para Maingueneau (2020), a retórica é o coração do discurso político<sup>4</sup>. O discurso político, por sua vez, apresenta especificidades a serem consideradas, conforme Charaudeau (2008) a encenação do discurso político é constitutiva do fazer político e mobiliza no imaginário coletivo outros imaginários ancestrais compartilhados e compostos pelas noções de “tradição”, “modernidade” e “soberania popular” e forma parte elementar desse tipo de discurso a mobilização do sistema retórico, cuja finalidade comunicacional se fixa em determinados lugares: o lugar da governança da instância política; o lugar da opinião da instância cidadã e o lugar da mediação da instância midiática.

Esses elementos, a nosso ver, compõem o desenho do dizer constitutivo do discurso político, logo, quando os estudantes são levados a vivenciar a rotina dos vereadores e lidar com os problemas da cidade, os lugares e instâncias se entrecruzam e esse imaginário é mobilizado, pois ao reproduzirem o discurso político e ao se sentirem fazendo parte da encenação, relações de poder institucional também são vivenciadas e são necessariamente motivados a criar argumentos lógicos para convencer e conseguir votos e aprovação a projetos políticos que podem, inclusive, ser votados realmente por vereadores oficiais e implantados na cidade, como já aconteceu em algumas versões do projeto.

Assim, neste capítulo, por meio de nossa análise propomos analisar o *logos*, sem desconsiderar *ethos* e *pathos*, pois fazem parte do *desenho do dizer*<sup>5</sup> (a proxêmica) que se institui e fornece elementos para que a cena enunciativa ganhe força e sentidos, pois a nosso ver o sistema retórico se dilui, se contrai e se contrasta no processo de enunciação, ou seja, ainda que haja estratégias argumentativas que denunciam a lógica dos discursos e na interação global que o dizer atinge seu propósito, não se trata de diferenciar ou distanciar conceitos da AD e da Retórica, mas de admitir que esses conceitos clássicos retóricos alimentam inerentemente certos tipos de discurso como o político (principalmente o discurso político público institucional e/ou partidário).

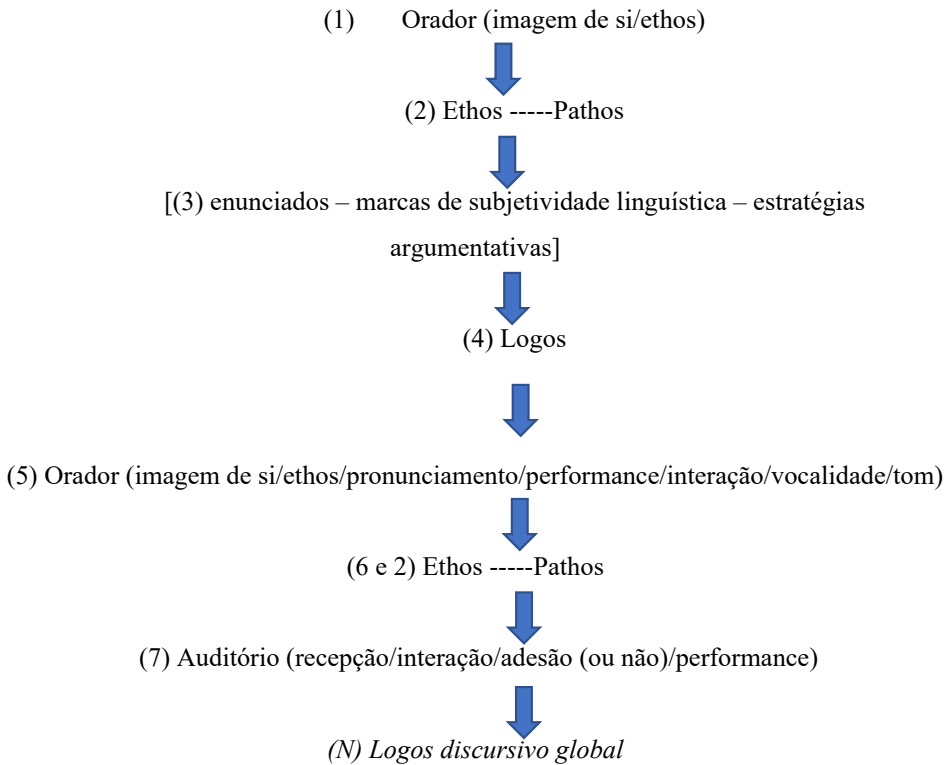
A lógica discursiva é dinâmica e que vários elementos contribuem para os efeitos de sentido causados pelo *logos* enunciativo que podem contribuir para que a adesão ao discurso seja por persuasão ou convencimento. Apenas a título didático, propomos o esquema analítico abaixo, deixando claro que não se trata de um sistema estático e fechado, ao contrário, submetido à análise da cena de enunciação, às condições sócio-históricas, ao contexto social, ao gênero, aos interlocutores e outros fatores, essa

4 In: A Análise do Discurso e a Crise do Coronavírus. Abralin. 03 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rXzRl0UdvKk>. Acesso em: 22/10/2021.

5 Em nossos estudos atuais optamos por desenho do dizer para o termo proxêmica, bem como lugar do dizer para o termo paratopia.

dinâmica pode destacar alguns elementos como *ethos/pathos* ou o *logos* enunciativo, pensamos que é desse modo que o *logos* se impõe no processo de aprendizado proporcionado pelo projeto de extensão a ser analisado.

Figura 1: Esquema do *logos* discursivo global<sup>6</sup>



O que chamamos de *logos* global, não somente inclui os participantes do discurso, mas também impõe (N) possibilidades de efeitos de sentido para alcançar a persuasão ou o convencimento, do mesmo modo, a voz do orador é atravessada por muitas outras vozes e se manifesta de maneiras diferentes no enunciado e na enunciação, este será nosso caminho de análise.

<sup>6</sup> Esse esquema discursivo global compõe material inédito usado em aula [Mímeo] pela autora Rosângela Carreira.

## Da extensão à pesquisa: o *corpus in loco*

O Projeto de Extensão Politizar - UFG existe desde 2013, criado por alunas da Faculdade de Ciências Sociais. Consiste na simulação de atividades políticas na Câmara dos Vereadores de Goiânia por estudantes do Ensino Médio das redes públicas e privadas de Goiânia. A Universidade Federal de Goiás atua ativamente na sociedade, por meio das unidades acadêmicas (Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Letras e Faculdade de Informação e Comunicação) ao oferecer aos participantes a oportunidade de passarem por um letramento político, por meio do engajamento ativo nas atividades cotidianas locais. Assim, Projeto possibilitou aos participantes a ação política e a compreensão de sua realidade, em diferentes etapas: criação, discussão e, por fim, votação das propostas para o bem da cidade. Os estudantes são divididos entre os partidos, representando-os em suas discussões.

Consoante apresentação inicial e para servir de suporte para compreensão de nosso esquema e análise, reiteramos que o *corpora* de análise foi detectado e delimitado após a seleção de uma série de vídeos disponibilizados na mídia<sup>7</sup>, que relatam as Sessões Ordinárias dos simulandos (estudantes locais), após a visualização de todos e encerramento do Projeto no Ano de 2019. Vale ressaltar que, no início do projeto, o *corpus* seria escolhido nos pronunciamentos dos participantes na Câmara dos Vereadores na edição de 2020, todavia, devido às normas de distanciamento social estabelecidas para evitar o contágio pelo Coronavírus-19, não foi possível realizar a seleção da edição de 2020, mas de edições anteriores. O vídeo foi transcrito e os argumentos utilizados serviram de suporte para primeiro movimento de análise do *logos* nos limites de um capítulo.

## O logos no dizer em ação de letramento político

Na quarta edição do Politizar-UFG 2019, foi apresentada uma proposta de Lei intitulada 'Obrigatoriedade de manter-se, no mínimo, um ônibus articulado em cada composição, estação ou terminal para uso exclusivo de mulheres em toda região metropolitana e regiões limítrofes.' As participantes, simulandas A e B, não conseguiram a adesão da maioria, pois os grupos autodenominados liberais-conservadores não aceitaram positivamente a proposta, por isso, o pleito foi aberto para defesa, e arguição da participante C, abaixo transcrita:

---

<sup>7</sup> O *corpora* da Iniciação Científica e o TCC da autora Haryta Silva Queiroz é composto por vídeos do Projeto Politizar-GO disponibilizados nas seguintes mídias: *Youtube*, Canal UFG e TV Goiana. (O Projeto Politizar tem repercussão local e nacional)

[Minha fala aqui é um pouco pessoal e direcionada ao pessoal que se identifica com o liberalismo e o conservadorismo (1). Eu já fui vítima de assédio sexual no transporte público (2), acho que não preciso descrever meus sentimentos acerca deste caso, mas gostaria de reiterar que apenas nós mulheres, todas nós mulheres (3), sabemos o quanto isso fere nossa dignidade e conviver com isso gera um trauma nas vítimas que nenhuma reparação é eficaz. As mulheres estão em situação de vulnerabilidade e precisam sim de políticas públicas que assegurem seus direitos mais básicos, me assusta que pessoas não considerem coisas tão simples. Minha fala se pauta no pensamento liberal, especificamente aquele liberalismo comunitarista de John Rawls(4) que entende que, para se alcançar a liberdade, a igualdade é o meio partindo, portanto, que a justiça se concretiza partindo das particularidades de cada indivíduo, que cada um mesmo sendo igual ao outro mediante a lei é diferente e afetado de maneiras diferentes em sociedade. Assédio e violência contra a mulher é realidade concreta no estado de Goiás. Segundo seu colega de Harvard, Robert Nozick, depois de Rawls todos os filósofos deverão se confrontar com sua teoria, portanto, as pautas clássicas do liberalismo, por mais que sejam relevantes, precisam ser confrontados com a conjuntura do século XXI. Nossos direitos mais básicos não são apenas aqueles de liberdade, propriedade e vida, é considerando e almejando sempre o debate com pluralidade de ideias que dirijo a minha fala a todos e a todas que se identificam com o liberalismo e com o conservadorismo, destacando aqui meu partido PRB que é de centro-direita (5) e possui diversas ações e movimentos em favor da mulher, saliento esse exemplo. Vamos então construir um debate consistente e coerente, não ignorem ou minimizem o nosso sofrimento, ele transcende ideologias. (*In Verbi*)]

A participante C, ao discutir a matéria, direciona sua fala àqueles que se identificam com o liberalismo (aqueles que foram contra a proposta) (1) e fundamenta-se no pensamento do filósofo liberal John Rawls (4), além disso, a participante evidencia sua posição política de centro-direita (5) associada ao partido que representa, identificando-se com o liberalismo e o conservadorismo.

Essa postura assumida por C é extremamente relevante no que se refere a acessar a realidade do outro e conduzir a uma nova perspectiva. Tendo em vista que a participante utiliza de fundamentos e crenças conservadoras para apresentar aos conservadores aquilo que ela acredita. Assim, como disse Abreu (2012) acerca da condução ao maravilhamento, esse é o ponto de partida que baseia a fala da jovem, ela começa a conduzir os jovens

liberais à compreensão de sua perspectiva ao maravilhamento, ao colocar-se na mesma posição dos que foram contrários.

Para isso, mobiliza os imaginários sóciodiscursivos propostos por Charaudeau (2008) assume as relações de poder e o entrecchoque político entre os partidos assumindo o local da governança e como também salienta o autor ativa a tríade retórica constitutiva do discurso político.

Observamos o fato de C criar um *ethos* conservador-liberal com o intuito de mobilizar o *pathos* do grupo liberal que não aderiu ao projeto, no entanto, ambos são coadjuvantes do *logos*, porque neste auditório formado por jovens cidadãos “vereadores”, a imagem de si já foi instituída quando assumiram as propostas políticas de seus partidos e se fizeram passar por vereadores, o *pathos* foi extremamente mobilizado nas discussões que antecedem a votação para a aceitação de ideias para criação de projetos, os quais já passaram por uma votação preliminar na qual todos os liberais votaram e, neste projeto específico, votaram “não”, mas nesse momento trata-se de convencer pela lógica sobre a importância do projeto para atrair votos para sua aprovação em plenário.

A participante C articula o raciocínio por meio do entimema (3) em “apenas nós mulheres, todas nós mulheres (3), sabemos o quanto isso fere nossa dignidade e conviver com isso gera um trauma nas vítimas que nenhuma reparação é eficaz [premissa maior]; eu sou mulher [premissa menor]; eu sei o quanto isso fere [conclusão].

Em seguida, quase por paralelismo, cria um falso silogismo para induzir a uma dedução não lógica a partir dos implícitos presentes nessas condições sócio históricas de produção e nesse contexto político imposto na Câmara dos Vereadores: Todo conservador-liberal vota não nesse projeto [premissa maior]; Eu sou conservadora-liberal [premissa menor]; Eu [sou liberal] mas... voto sim [Falsa conclusão]. Poderia ser “Todo liberal-conservador vota sim em pautas a favor das mulheres [premissa maior]; Eu sou liberal-conservadora, logo, voto sim [premissa menor], teríamos aí uma dedução não lógica – logo, quem não vota sim, não é liberal-conservador, no entanto, não foi isso que a oradora disse e não foi essa a postura dos partidos liberais-conservadores em geral, essa dedução não lógica instituiria um discurso falacioso, assim, a dedução não lógica se dá de modo implícito e é compreendida e resgatada por aquilo que denominamos *logos global*, ou seja, os efeitos de sentido se impõem na interação e na situação comunicacional e o convencimento se dá discursivamente por meio da lógica, enquanto *ethos e pathos* são resgatados globalmente, conforme esquema.

Ademais, outra posição assumida por C, para defender sua tese, favorável à proposta, foi a de uma mulher que vivencia e conhece as dificuldades enfrentadas pelas mulheres (2), e também a posição de alguém que já sofreu violência dentro do transporte coletivo. Utiliza, assim, o argumento construído pelo exemplo, para ressaltar que sua fala é sincera



e fiel às realidades femininas, consoante a Abreu (2012) sobre a importância de agir de maneira ética e com sinceridade.

Trazendo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) para nossa análise, observamos que os acordos já foram feitos durante as discussões que antecederam a votação para a construção de propostas. É com base neles que a oradora C faz suas escolhas para a construção de um discurso/enunciado que ela classifica como “um pouco pessoal”, no qual se posiciona ideologicamente para, então, apresentar seus argumentos em busca de votos positivos para a proposta.

Por fim, aplicando os princípios de nosso esquema ao *corpus* selecionado, temos:

Quadro I – Análise do *logos* global

<b>Logos global</b>	
orador no enunciado	Apresenta um tom pessoal em “minha fala será um pouco pessoal” em primeira pessoa do singular assumindo seu posicionamento de forma clara.
<i>ethos e pathos</i>	Constrói uma imagem de <i>ethos</i> feminino conservador e liberal que pretende mobilizar as emoções dos liberais que votaram negativamente
Logos	Utiliza exemplos, analogias, entimemas, argumentos de valor e narratividade na construção da defesa de sua tese para aprovação da proposta.
orador na apresentação	<b>Apresenta-se</b> como mulher liberal-conservadora que vem falar aos liberais; assume as premissas argumentativas de suas escolhas, a partir dos acordos já estabelecidos; mantém o tom e garante a vocalidade ética.
<i>ethos e pathos</i>	Mantém e reitera a imagem do <i>ethos</i> feminino conservador a favor da proposta e mobiliza o <i>pathos</i> do auditório, pois alguns se levantam, há burburinhos e alguns pedem a palavra.
Logos	Os gestos, a entonação e o processo de interação com o auditório instituem a lógica global.

A partir dessa análise, observamos que os participantes não somente atuam em um projeto de exercício de civilidade, mas também participam de um projeto que os ensina a pensar a língua em uso como instrumento de poder, persuasão e convencimento. Os dizeres seguem *um desenho de dizer* provocativo que fomenta o debate e, algumas vezes, gera polêmicas, portanto, para além do *logos global* há o aprendizado amplo orientado à

análise crítica da realidade e toda a encenação política, simulada ou não, cria a sensação de maravilhamento e contribui para a vocalidade do *ethos*. Além disso, os adolescentes percebem e vivenciam as especificidades do discurso político com destaque para as relações de poder e institucionais, características estudadas por Charadeau (2008) na análise do discurso político.

## Considerações finais

O presente capítulo demonstrou que é possível unir os eixos extensão, pesquisa e ensino em prol de investigações linguísticas que favoreçam a análise, neste caso, retórica dos fundamentos discursivos utilizados.

Propusemos e observamos que o logos, no corpus delimitado, além de manter o propósito argumentativo do discurso mantém a lógica enunciativa da cena de enunciação, promovendo um logos global que envolve *ethos* e *pathos* em diferentes medidas também. Nosso *corpora* é bastante extenso, mesmo assim, dentro dos limites propostos para um capítulo, nesse primeiro movimento de análise, comprovamos nossa hipótese inicial e verificamos que a tríade aristotélica forma parte constitutiva do discurso político como propõe Charadeau (2008) e vimos que a retórica é o lugar dessa encenação, conforme Maingueneau (2020), mas também percebemos que em dados momentos um elemento retórico pode se sobrepor ao outro ou se destacar e para resgatar os efeitos de sentido é preciso resgatá-los implicitamente por meio do que chamamos logos global.

Por fim, consideramos que o Projeto de Extensão Politizar- UFG, além de promover o letramento político, proporciona o aprendizado de estratégias discursivo-argumentativas que são incorporadas pelos participantes ora de forma intuitiva, ora de forma técnica. Comprovamos, portanto, o que diz Aristóteles (2005) sobre a natureza da Retórica, como algo inerente às relações humanas em que as pessoas para defender ou acusar, criam argumentos intuitivamente, mas também de forma técnica. Para isso, preocupam-se com as escolhas das palavras, com a solenidade da enunciação e compõem uma estrutura lógica que se apresenta de modo global, cujos acordos e premissas estão intimamente relacionados ao discurso político e geram a sensação de maravilhamento.

## Referências

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**. Edição digital. Ateliê Editorial, 2012, p. 1-89
- AMOSSY, Ruth. **Argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018. 288 p.
- ARISTÓTELES. **Retórica** (Obras Completas). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1998]2005.

CARREIRA, Rosângela A. R. **Paratopia e proxêmica discursiva : discurso e resistência na literatura.** – 1. ed. – São Paulo :Blucher Open Access, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** São Paulo: Contexto, 2008.

DASMACENO-MORAIS, Rubens. **Dois Bicudos que não se beijam? A construção da unanimidade em território jurídico.** EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 13, jan/jun.2017.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Introdução: Inteligência retórica e vocalidade: constituição e manutenção do ethos.** In: FERREIRA, Luiz Antonio (org.). *Inteligência retórica: Ethos.* São Paulo: Blucher, 2019. Cap. 1. p. 1-264.

MAINGUENEAU, Dominique. **Retorno crítico sobre o ethos.** In: BARONA, R. L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. de O. (org.). *Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes.* Campinas: Pontes, 2016.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. **Em torno do ethos discursivo e de questões de identidade.** In: FERREIRA, Luiz Antonio; *Inteligência: O Ethos.* São Paulo: Blucher, 2019, pp 45-62.

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

# A persuasão do *logos*: o estupro e o aborto em pauta na moda de viola

Cláudia Borragini Abuchaim

Leonardo Vinicius de Souza Tavares

*O ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflete.  
(Aristóteles)*

## Considerações Iniciais

Rousseau (2010) adverte que o homem necessita transcender a sua natureza, ou seja, buscar alternativas para as situações inusitadas que se apresentam cotidianamente. A escolha do caminho ao qual nos dedicaremos cabe exclusivamente a nós mesmos, uma vez que somos seres humanos dotados de livre-arbítrio.

Fazer escolhas implica, no mínimo, dois valores fundamentais: soberania e liberdade. Vislumbrar possibilidades e escolher a que melhor apraz parece ser plausível, no entanto, escolher não é tarefa fácil, uma vez que as relações humanas são complexas, quiçá contraditórias e, para que seja viável a convivência em sociedade, faz-se necessário observar algumas condutas que, implicitamente, regem o corpo social. É imprescindível que tomemos decisões a todo instante. Segundo Sartre (2014), o homem é condenado a ser livre, seu livre-arbítrio lhe trará a angústia que nasce da responsabilidade pelos seus atos.

Perscrutaremos nesse capítulo como certas condutas sociais violentas redirecionam a vida e como algumas decisões tornam-se urgentes e necessárias. Qual a melhor escolha a se fazer diante de um estupro que gerou uma gravidez?

No presente capítulo, propomos ao leitor uma reflexão acerca do curso da narrativa contida na moda de viola “A imagem do perdão”, gravada pela dupla caipira Zé Mulato & Cassiano, faixa 4, do álbum “Rei Caipira”, lançado em março de 2019, pela VBS Produções. Na letra da canção investigamos como o *logos* e os raciocínios retóricos se amalgamam,

a fim de conduzir o auditório à adesão, mediante o uso de refinadas questões sociais colhidas no debate público: o estupro e o aborto.

Traçamos nossa análise teórica no que condiz à arte retórica para melhor refletirmos sobre os argumentos de persuasão do *logos* ancorados em Aristóteles (2010, 2012), Ferreira (2010), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Nosso escopo teórico, quanto à representação do caipira brasileiro, contemplou as análises históricas e sociológicas dos seguintes autores: Nepomuceno (1999), Andrade (2012) e Sant'Anna (2015).

As músicas caipiras não são meras inspirações ingênuas escritas apenas da vivência do cotidiano interiorano. Expõem um *logos* que conclama o auditório, por meio da racionalidade, a aderir a suas convicções, ao mesmo tempo em que emocionam, conscientizam o auditório, e nesse jogo antitético de razão x paixão nasce a arte do universo caipira. Relembremos a importância de um grande intelectual que dedicou sua vida à propagação do mundo caipira: Cornélio Pires.

Um dos grandes pesquisadores sobre a música feita pelos caipiras do interior do Estado de São Paulo foi Cornélio Pires (1884-1958). Registrou a cultura caipira em livros: ao todo foram 24 dedicados à temática caipira, dentre eles, *Quem Conta um Conto*, *Conversas ao Pé do Fogo* e *Musa Caipira*, este último, seu primeiro livro de poemas lançado em 1910.

Cornélio transformou a música do interior paulista em produto comercial, por meio do disco. Tudo começou no ano de 1910, no Colégio Mackenzie, onde organizou um final de semana cultural em que o núcleo era a abordagem do rico universo caipira “(...) enfatizando um ângulo novo e positivo, valorizando seu saber e sua sagacidade”<sup>1</sup>.

O discurso laudatório de Cornélio Pires a respeito do caipira era contestado por Monteiro Lobato que lhe atribuiu a alcunha de “velha praga”. De um lado, Cornélio vislumbrava o autêntico valor da arte caipira do interior paulista e, de outro, Lobato estigmatizava o caipira, seu modo de ser e de agir.

Cornélio Pires divulgou o *modus vivendi* do homem rural na mesma esteira de Juó Bananére na representação da fala do ítalo-paulistano. “Ambos estabeleceram uma abertura na literatura nacional, possibilitando o conhecimento dessas expressões linguísticas e culturais incrementadas pelo humor e pela sátira.”<sup>2</sup> Estimulou a criação e projetou a música caipira que, anos mais tarde, deu origem à música sertaneja ao incorporar novos ritmos (paraguaios, argentinos, mexicanos).

---

1 Andrade, 2012, p. 18

2 Ibid, p. 73

Convidamos o leitor a nos acompanhar em uma análise retórica da letra da moda de viola<sup>3</sup> A imagem do perdão”, gravada pela dupla caipira Zé Mulato & Cassiano em 2019.

A escolha da dupla caipira se justifica pela relevância no cenário musical e cultural do Brasil. Uma trajetória de mais de 40 anos marca a carreira de Zé Mulato e Cassiano, considerados como baluartes da música caipira raiz. Identificam-se pela simplicidade de expressão, sensibilidade e um forte sentimento de brasilidade. Estudiosos da canção cabocla, como Nepomuceno (1999), Sant’Anna (2015) e Ribeiro (2015), consideram a dupla representante expressiva do gênero. Falar de Zé Mulato é falar de um dos maiores compositores da música caipira raiz do nosso Brasil, poeta que traz à tona os sentimentos mais profundos do caipira que vive na zona rural, com suas alegrias e tristezas, dificuldades e incertezas. Explora tanto temas simples, do cotidiano, quanto temas profundos, que nos levam à reflexão da complexidade da existência humana.

Ao Zé Mulato, pedimos licença para analisar seu texto e, por meio da Retórica, ler as entrelinhas de sua moda caipira. Nossa análise perscrutará o poder de persuasão do logos, como bem afirmou Cecília Meireles a respeito das palavras: *Ai, palavras, ai, palavras/que estranha potência a vossa!*

No que condiz à análise retórica, é preciso observar a intencionalidade do orador. Aristóteles em sua *Retórica* (2012) apresenta a tríade retórica, que nos auxilia na análise de todo discurso proferido: “Quem fala? Para quem fala? De que modo fala?” Para iniciarmos qualquer análise retórica precisamos responder a essas perguntas.

Em nossa análise, “Quem fala?” o *ethos* do orador é de um homem simples, sertanejo, que expõe uma história cruel, verossímil, de violência e conduz o auditório para um questionamento com a finalidade de ensinar (*docere*) uma lição. “Para quem fala?”, fala para um auditório (*pathos*), que a princípio se configura particular, pois compactua com seus valores e crenças. “De que modo fala?” utiliza um *logos* de linguagem simples, por vezes coloquial, seu diferencial é que o lirismo, manifestado no ritmo, na rima, semelhante aos repentistas nordestinos, envolve o auditório, que é transportado para a história, assim ao mesmo tempo que observa, também vivencia a trama narrada.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>4</sup>: “A argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige”, portanto, conhecer o auditório é de suma importância ao orador. Ancoramo-nos na definição dos autores para definir o auditório de uma letra de música,

---

3 Conforme Tavares de Lima (1997, p. 35) a moda de viola é “[...] poesia narrativa, lírica por vezes, e sempre de circunstância”. Significa dizer que se trata de uma manifestação de base folclórica, proveniente do “saber espontâneo”, que se dá em função de fatos mais globais (nacional), regional, local e, às vezes, individual, isto é, o caipira ou “modinheiro” colhe temas sociais de variadas naturezas e os transformam em moda, nos quais ele imprime a sua impressão e valores acerca de determinado acontecimento.

4 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 21

a princípio, como particular, pois o objetivo do orador é persuadir. Ao se lançar em um universo midiático, não mais se restringirá a persuadir os ouvintes que apreciam a música caipira (auditório particular), alcançará um auditório universal que poderá convencer-se da argumentação ou refutá-la:

(...) propomo-nos a chamar persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional. O matiz é bastante delicado e depende, essencialmente, da ideia que o orador faz da encarnação da razão.<sup>5</sup>

Tecemos a análise da letra da canção em pequenos excertos de estrofes, a fim de verificarmos o poder do *logos* e quais as artimanhas retóricas utilizadas pelo orador para a persuasão do auditório. Consideramos que o objetivo principal do orador de letras de música caipira é persuadir seu auditório particular, os ouvintes que preferem as modas de viola em detrimento de outros gêneros musicais. Portanto, nossa análise elegeu o auditório como particular, sendo que a intenção do orador (*ethos*) é persuadi-lo a acreditar em suas crenças (na religiosidade cristã) e em seus valores (ser contra o aborto em quaisquer circunstâncias).

A letra da música apresenta uma narração com tempo cronológico e estrutura narrativa com introdução, desenvolvimento do tema e conclusão. A sapiência do caipira, adquirida com a observação da natureza perfeita, em comparação à conduta do homem em sociedade, “um animal de rapina” (como observou Voltaire), reverbera na letra analisada que expõe dilemas existenciais, humanos, universais. Deriva daí a primeira adesão do auditório: a imagem do “eu” que habita a letra da canção não é distante, tão pouco idealizada, trabalha com a verossimilhança da sociedade e, expõe temas conflitantes: a questão do estupro e do aborto. Ferreira (2010) afirma que “cada auditório possui valores admitidos que influenciam na hora do acordo e que, ao orador, servem de referência para escolher os argumentos”<sup>6</sup>.

A letra da música configura-se em cinco estrofes. Analisemos a primeira:

Tem histórias muito tristes, que acabam sendo lição  
 Uma mulher atacada, por um bandido ladrão  
 Agredida e estuprada naquela ocasião  
 Sobreveio a gravidez, era triste a situação

5 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 31

6 Ferreira, 2010, p. 128

Lutou a direito e a torto, pra conseguir o aborto  
Mas não era pra ser morto, aquele forte embrião

A narrativa apresenta uma triste história, uma experiência de vida, o *logos* antecipa uma intenção, a de ensinar (*docere*) valores éticos por meio da narrativa. Relata uma tragédia verossímil que acomete milhares de mulheres em todo o mundo: a violência de um estupro que gera uma gravidez e a decisão de buscar no aborto a solução para a situação. Está instaurado o discurso, que classificaremos como de predominância de gênero judiciário<sup>7</sup>. Analisemos o verso que expõe a violência sexual: *Agredida e estuprada naquela ocasião*.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um levantamento sobre o estupro no Brasil. Estimou que a cada ano 0,26% da população sofre violência sexual, o que implica em 527 mil tentativas ou estupros consumados, dos quais apenas 10% são reportados à polícia (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Vejamos o que diz a lei: desde 1940, o crime de estupro está previsto no Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940). A Lei 8.072/90 classificou como crime hediondo todo e qualquer tipo de estupro, seja ele contra vulneráveis ou não, sem deixar margem para nenhuma outra interpretação que pudesse favorecer o infrator (BRASIL, 1990). Em seu artigo 213, o Título VI do Código Penal *Crimes contra a Dignidade Sexual* prevê pena para quem “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”<sup>8</sup>. Conforme a lei, então, comprovado o crime, o autor deve ser punido pela lei. Estupro é crime.

Nos versos: *Lutou a direito e a torto, pra conseguir o aborto/Mas não era pra ser morto, aquele forte embrião*, depreendemos que a mulher não conseguiu legalmente fazer o aborto. A legislação brasileira, no artigo 128 do Código Penal, permite o aborto legal em apenas três casos, sem que seja necessário decisão judicial ou Boletim de Ocorrência Policial: gravidez de risco à vida da gestante; gravidez resultante de violência sexual; anencefalia fetal (BRASIL, 1940).

Em caso de violência sexual, a lei brasileira concede à mulher o direito ao aborto. Nos argumentos quase lógicos<sup>9</sup>, Perelman e Olbrechts-Tyteca analisam a regra de justiça que “exige a aplicação de um tratamento idêntico aos seres ou às situações que integramos

7 De acordo com Reboul (2004), a estruturação dos discursos é feita em função do auditório a ser atingido, que dá condições para o gênero do discurso ser classificado em três por apresentarem objetivos distintos: judiciário, cujo objetivo é inocentar ou condenar; deliberativo, aconselhar ou desaconselhar; e epidítico, louvar ou vilipendiar.

8 Brasil, 2009, art. 213

9 Segundo Ferreira (2010, p. 149), argumentos quase lógicos são aqueles que se apresentam explicitamente, que têm sua força persuasiva na proximidade com argumentos formais.



numa mesma categoria”<sup>10</sup>. Na narrativa, a mulher estuprada teve o direito de denunciar o agressor e se ancorar na lei que permite o aborto legal nesse caso específico. Instaura-se não apenas a questão legal, mas, também, a questão social e moral: estupro é crime, a persuasão do *logos* é efetiva, nesse caso, e conclama à *figura de comunhão, argumento retórico que “pretende a participação ativa do auditório na exposição”*<sup>11</sup>. Mas, a questão do aborto instaura a polêmica, a tensão, e a sociedade não tem uma posição consensual a esse respeito.

Movimentos feministas, desde a década de 1970, têm reivindicado o direito ao aborto, mas a questão tornou-se pública, de questionamento social, a partir de 1980. A luta desses movimentos sociais valoriza a vida da gestante em detrimento da vida do feto.

A religião traça caminho oposto, segundo Lucena<sup>12</sup>, a Igreja católica, apoiada pelas demais tradições religiosas cristãs, afirma que o aborto é uma questão humanitária, não apenas religiosa. A mulher que opta pelo aborto, em qualquer situação, mesmo as vítimas de estupro<sup>13</sup>, perdem a comunhão com Deus. A posição da Igreja é a de que o estupro é crime, e o aborto também é crime. Pesquisas apontam que a sociedade compactua com os valores religiosos: uma pesquisa de opinião pública nacional<sup>14</sup> realizada em janeiro de 2021 mostrou que 79% dos brasileiros são contra a legalização do aborto, 16,6% são a favor e 4,4% se abstiveram.

Interessante notar que, embora a lei autorize o aborto em caso de estupro, o médico poderá se negar a fazê-lo. A Lei nº 12.845 (BRASIL, 2013) dispõe sobre o atendimento obrigatório, humanitário e integral de pessoas em situação de violência sexual nos hospitais. No entanto, segundo Buzanello (2001), o médico tem o direito de alegar a “objeção de consciência” ao aborto, independentemente da licitude do ato, com base no direito à liberdade de pensamento, de crença religiosa e de consciência, exceto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante. Em caso de recusa do médico em realizar o aborto, outro profissional deverá ser acionado pelo serviço de saúde.

Nossa pesquisa se ancorou em dados legais e em estatísticas para melhor compreensão do discurso retórico. Concebemos que todo discurso (*logos*) é uma construção

---

10 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 248

11 Ferreira, 2010, p. 127

12 Lucena, 2008

13 A pesquisa se ateu à questão do aborto em caso de estupro.

14 Paraná Pesquisas. Pesquisa de Opinião Pública Nacional. O(a) Sr(a) é a favor ou contra da legalização do aborto em qualquer situação? janeiro de 2021. Disponível em [https://static.poder360.com.br/2021/01/Mi%CC%81dia\\_Aborto\\_Jan21.pdf](https://static.poder360.com.br/2021/01/Mi%CC%81dia_Aborto_Jan21.pdf). Acesso em 2 set. 2021.

retórica, “(...) uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão”<sup>15</sup>.

Vislumbramos na letra da música uma construção retórica que desencadeia a tensão e, conseqüentemente, a polêmica: em caso de estupro, deve-se acionar a lei e abortar o feto? O tema controverso transcende a racionalidade e abarca a retórica ética, moral e religiosa.

No primeiro parágrafo da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles afirma:

Toda arte e toda investigação, bem como toda ação e toda escolha, visam a um bem qualquer, e por isso foi dito, não sem razão, que o bem é aquilo a que as coisas tendem. Mas entre os fins observa-se uma certa diversidade: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades das quais resultam; e onde há fins distintos das ações, tais fins são, por natureza, mais excelentes do que as últimas.<sup>16</sup>

Segundo o estagirita, a ética é racional e natural, o homem tem a capacidade de fazer escolhas, que repercutirão tanto para o bem quanto para o mal. Adverte que nossas escolhas precisam se pautar na virtude (*arete*), o homem virtuoso busca a felicidade (*eudaimonia*). Segundo Aristóteles (2010), a virtude é um meio-termo entre dois vícios. Ser covarde ou ser corajoso? Os extremos não configuram virtudes, a covardia é o extremo da falta de enfrentamento, e a temeridade é o extremo do excesso do enfrentamento, a virtude da coragem é a medida correta do medo que deve ser respeitado, caso em que é necessário se proteger, e do medo que é possível enfrentar.

Na letra da canção, a mulher teve a coragem de buscar legitimar o aborto, mas não conseguiu aprovação legal. A história é verossímil, muitos cidadãos desconhecem as leis brasileiras e os trâmites legais para acioná-las. Como afirma Aristóteles (2010), “toda ação e toda escolha, visam a um bem qualquer”, movida pela ética, a protagonista não se corrompeu em busca de um aborto que poderia ser praticado na ilegalidade.

A narrativa assim continua:

Com medo que a criança herdasse a reputação  
Do bandido sanguinário, e se tornasse um vilão  
Chorava desesperada, maldizendo a gestação  
Se era filho do mal, porque não morria então

15 Ferreira, 2010, p. 49

16 Aristóteles, Livro I,1,1094a, 2010

Não podia ver direito, que o que Deus faz é perfeito  
E ser mãe de qualquer jeito, é a mais nobre missão

A narrativa expõe o medo da hereditariedade, como gerar um filho que foi concebido de uma violação sexual? O *logos* persuade por meio da fé cristã, as letras das músicas caipiras apelam muitas vezes para máximas e adágios, nesse caso, remete ao ditado popular de origem religiosa: “Deus escreve certo por linhas tortas”. Os dois últimos versos da letra da música configuram um eufemismo paradoxal, o *logos* se vale de um lirismo poético nas expressões antitéticas “ser mãe de qualquer jeito” x “a mais nobre missão”. A artimanha retórica para incitar a adesão do auditório configura-se na distorção da causa (estupro) que é desviada para a consequência (maternidade), a eterna luta religiosa entre o Bem e o Mal.

Vislumbramos nessa estrofe os argumentos baseados na estrutura do real sob a forma de sucessão ou coexistência. A relação de sucessão ocorre, quando os argumentos:

a) [...] tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal; b) [...] dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo; c) [...] dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.<sup>17</sup>

O *logos* por se valer de um discurso religioso coloca em risco a adesão do auditório, que pode tender à refutação do argumento. Dados estatísticos indicam que a insatisfação de uma gravidez indesejada se sobrepõe à questão religiosa, muitas mulheres que têm religião optam pelo aborto. De acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, 88% das brasileiras que já fizeram o procedimento declaram ter religião: 56% são católicas, 25% cristãs não católicas, 7% são de outra religião. Apenas 11% das mulheres que fizeram aborto declaram não ter religião<sup>18</sup>.

A terceira estrofe assim se apresenta:  
Menino nasceu robusto, apesar da agressão  
A mãe nem quis ver o filho, o avô fez a adoção  
Aos dez anos já mostrava, uma bela vocação  
Com carinho ele curava, os bichos de estimação

17 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 299

18 Fonte: Anis - Instituto de Bioética. Pesquisa Nacional do Aborto (PNA). 2016

Se era quebrado encanava, se era tumor operava  
E mais tarde se tornava, um grande cirurgião

O discurso envolve o auditório com argumentos apropriados para persuadi-lo. As provas lógicas (centradas no *logos*) utilizam raciocínios como meio de persuasão. Classificamos a prova utilizada como dedutiva, porque busca convencer o auditório por meio de fatos retirados do cotidiano.

Na passagem “o avô fez a adoção”, a afirmação fica ambígua. O avô deu a criança para a adoção de outrem ou ele mesmo a adotou?

A figura de presença denominada hipotipose constrói uma narrativa que se encaminha para um final feliz: a criança foi adotada e formou-se em medicina, uma profissão de excelência. Ferreira define a hipotipose: “cria um elemento de presença que realce o próprio argumento. (...) descreve as coisas de modo tão vívido que pareçam passar sobre nossos olhos.”<sup>19</sup>

A persuasão do *logos* conclama à figura de comunhão, argumento retórico que incita a participação do auditório na exposição. O medo de que o filho herdasse do pai a má índole se desvanece nos seguintes versos: *Aos dez anos já mostrava, uma bela vocação/ Com carinho ele curava, os bichos de estimação*. O auditório inclina-se a aderir à tese de que o aborto seria desnecessário. O *logos* exorta o ensinamento, o *docere*, reafirma que a moral, a ética pode ser transmitida por meio da educação familiar e social.

Analisemos a penúltima estrofe:

Certo dia foi chamado, na dura atribuição  
De socorrer um detento, que morria na prisão  
Sem conhecer o paciente, realizou a operação  
A enfermeira que assistia, quase morre de aflição  
Reconhecendo o agressor, e a própria falta de amor  
Chorando viu no doutor, a imagem do perdão

Segundo Ferreira (2010), o discurso retórico possui três ordens de finalidade: *docere* (o lado argumentativo), *movere* (o lado emotivo) e *delectare* (o lado estimulante). Nessa estrofe, o *logos* desencadeia duas finalidades: o *movere*, na narração determinamos como o clímax da história, a epifania, a descoberta. A mãe (a enfermeira) reconhece no médico, o filho abandonado e no paciente o algoz que a estuprou. O *logos* incita o *movere*,

---

19 Ferreira, 2010, p. 126

o amor de mãe é despertado na mulher, mas a compaixão a leva a racionalizar (*docere*) a situação, e perdoar o agressor.

Na passagem “um detento, que morria na prisão”, o *logos* atesta o argumento baseado na estrutura do real, porque “vale-se da realidade para estabelecer as conexões que o orador pretende estabelecer com seu auditório”<sup>20</sup>. O *logos* vale-se da retórica da justiça: a condenação do criminoso, e conclama nesse julgamento o gênero judiciário, cujo objetivo é inocentar ou condenar.

Observamos, também, a figura de escolha, por meio da linguagem figurada, no uso da metáfora “a imagem do perdão”, que também se classificaria como um epíteto ao filho, o *logos* se vale dessa figura para argumentar a seu favor. Fica implícito na narrativa, desde o começo, que o aborto é condenado em qualquer circunstância pelo orador (*ethos*). Nessa passagem revela-se também a escolha do título. O filho levaria a mulher à remissão dos pecados de seu agressor.

Ao analisarmos o contexto geral da estrofe, a lei foi cumprida, o agressor foi preso, podemos voltar ao dito popular de origem religiosa: “Deus escreve certo por linhas tortas”, porque foi devido à doença e, portanto, à existência do agressor, que a mãe reencontrou o filho.

Analisemos a última estrofe:

Tinha o seu sobrenome, Dr. José Requião  
 O nome do seu avô, que era o pai de criação  
 E quem pensar no aborto, analise essa questão  
 Que a vida é coisa séria, no conforto ou na miséria  
 Matéria vem da matéria, mas o espírito não

A peroração do discurso ensaia um viés moralizante, uma das possibilidades do discurso retórico. Meyer adverte que

a retórica é o encontro entre os homens e a linguagem na exposição das suas diferenças e das suas identidades. Nela eles afirmam-se para se reencontrarem ou repudiarem, para encontrar um momento de comunhão ou, pelo contrário, para evocarem a sua impossibilidade e constatarem o muro que os separa.<sup>21</sup>

O desenrolar da narrativa esclarece a ambiguidade da afirmação da terceira estrofe “o avô fez a adoção”, fica claro o fato de que o avô adotou como filho o próprio neto.

20 Ibid, p. 162

21 Meyer, 1994, p. 41

Atitude altruísta, pois a concepção dessa criança deu-se de forma violenta. A força de persuasão do *logos*, mais uma vez debruça-se sobre o *movere*.

Nos últimos versos, o discurso toma partido e defende uma posição contrária ao aborto, o auditório é conclamado à reflexão de que o aborto é “coisa séria”, apela para a figura de comunhão, incita a refletir sobre valores e crenças, reveste as palavras de paixões. Termina com um mote religioso: “Matéria vem da matéria, mas o espírito não”.

O término da letra da canção vale-se de uma passagem em que Jesus ensina (*docere*) a Nicodemos que o corpo físico vem da matéria, mas o Espírito vem de Deus (BÍBLIA, 2002). A criança concebida por meio de uma violação, na perspectiva religiosa, não herdaria o espírito ruim do progenitor, uma vez que apenas a matéria vem da matéria. Portanto, o *logos* ao valer-se de um ensinamento (*docere*) cristão conclama a figura de comunhão com seu auditório em busca de adesão.

## Considerações Finais

Nossa pesquisa adentrou na história da música caipira com a proposta de analisar retoricamente a brilhante letra escrita por Zé Mulato, poeta-cantor, que expõe em seu lirismo um apelo à racionalidade, incita seu auditório por meio de um *logos* caipira à reflexão de dilemas sociais e existenciais.

Resgatamos a ilustre figura de Cornélio Pires, que edifica o interiorano e o caracteriza com inteligência e perspicácia diante da vida. Classificamos a música de raiz, como a autêntica música do caipira que, enquanto canta, ensina seu auditório.

A simplicidade não é sinônimo de ignorância, constatamos em nossa análise uma das possibilidades de ler nas entrelinhas dessa poesia-canção os ensinamentos de Aristóteles. Seleccionamos a letra “A imagem do perdão” por abordar temas polêmicos: o estupro e o aborto. Analisamos o poder de persuasão do *logos* e verificamos que as letras caipiras não são apenas entretenimento, se valem do *docere* e expõem questões delicadas que incitam o leitor a refletir, a debater e, conseqüentemente, a se posicionar diante de situações verossímeis, inerentes à sociedade, à humanidade.

## Referências

ANDRADE, Arlete Fonseca de. **As “estrambóticas” aventuras de Cornélio Pires** e cultura caipira no cenário hegemônico da cultura brasileira. 2012. 175f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. [Trad. Torrieri Guimarães]. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. 237 p.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera a legislação que trata de estupro, estupro de vulnerável, corrupção de menores e outros. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2). Acesso em 19 set. 2021.

BRASIL. **LEI nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos. 1990.

BRASIL. **Código Penal - Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Dispõe sobre o crime de estupro em seu artigo 213. 1940.

BUZANELLO, José Carlos. Objeção de consciência: uma questão constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 38 n. 152 out./dez. 2001, p.173-182.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Norma Técnica número 11, março de 2014.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCENA, R. B. de. **Aborto, direitos humanos e desigualdade de gênero no Brasil**. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MEYER, Michel. As Bases da Retórica in CARRILHO, M.M. (org.) **Retórica e Comunicação**. Porto, Edições Asa, 1994, p. 31/70.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira: da roça ao rodeio**. São Paulo: Ed. 34, 1999, 448 p. (Coleção Todos os Cantos).

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, José Hamilton. **Música Caipira: as 270 maiores modas**. 2ª. ed. Santos (SP): Realejo, 2015. (acompanha dois discos: DVD 1 - documentário e DVD 2 - show).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SANT'ANNA, Romildo. **A moda é viola: ensaio do cantar caipira**. 3ª. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. 4. Ed. São Paulo: Vozes, 2014.

TAVARES DE LIMA, Rossini. **Moda de viola: Poesia de circunstância**. Secretaria de Estado da Cultura: Comissão Estadual de Folclore. São Paulo: Laser Press Gráfica, 1997.

# A liberdade religiosa e a intolerância: limites ao direito de expressão?

Antonio Marcos Conceição

Andréia Honório da Cunha

## Considerações iniciais

A vida em sociedade tem como pressuposto fundamental as relações entre as pessoas, sejam aquelas que se estabelecem em grupos institucionalizados ou não. Essa coexistência pressupõe o sacrifício da liberdade individual e a aceitação das diferenças, uma vez que, não raro, se estabelecem conflitos de interesses que necessitam ser resolvidos e adequados para a manutenção da convivência de forma pacífica.

Os posicionamentos que cada um expressa em relação à convivência em sociedade decorrem das necessidades humanas, físicas ou psicológicas, e se fundamentam em doutrinas que são a expressão das crenças, opiniões e ideologias que cada um desenvolve com base em sua formação sócio-histórica-cultural. Diante da variada gama de interesses pessoais, para que a convivência se mantenha pacífica, é necessário o exercício da tolerância, compreendida como a aceitação dos contrários dentro de determinados limites. Entretanto, há no ser humano uma tendência natural a não aceitar o que é diferente às suas percepções. Com efeito, *a intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina*<sup>1</sup>.

No sentido natural, a intolerância aflora como defesa da territorialidade entre os animais apontados como irracionais. Por sua vez, nos seres humanos, baseia-se em relações emocionais, às vezes até superficiais, como o fato de não suportar que outras pessoas falem uma língua diferente, ou que sejam de cor diferente, ou em razão dos alimentos e a forma como os consomem. Esse tipo de intolerância é conceituado por Umberto Eco como *intolerância selvagem*<sup>2</sup>.

---

1 Eco (2020), p. 114

2 Idem, 2020, p.114



Além da intolerância selvagem, natural no ser humano, também somos acometidos pela intolerância doutrinária que é fruto da *doxa*, entendida como crença comum ou opinião popular<sup>3</sup>. Nesse sentido, a intolerância não aceita as expressões distintas, ou contrárias umas às outras.

A tolerância, no sentido oposto ao da intolerância, pressupõe a admissão da expressão de crenças, opiniões e ideologias que cada pessoa professa, como forma de aceitação dos contrários.

Com efeito, uma vez que a convivência humana em sociedade só é possível com o exercício da tolerância, admite-se que todos professem, defendam, e divulguem o que entendem ser melhor para todos. Daí, fomenta-se uma questão crucial, pois a admissão da livre expressão de forma intolerante confronta com o direito de livre expressão.

Assim, o paradoxo entre o direito de livre expressão, e a necessidade de coibir a expressão da intolerância exige do Estado, como regulador da vida em comum, a criação e a aplicação de regras legais que norteiem a convivência, e busquem a pacificação social. Dessa forma, criadas as regras, e diante do eventual descumprimento das normas, o Estado, na condição de juiz, é chamado a se manifestar, e nessa eventualidade, o faz por meio do discurso jurídico decisório.

O discurso jurídico decisório é a expressão da retórica e a ela se liga umbilicalmente desde o momento em que se tornou necessária a capacitação discursiva das pessoas para defender a recuperação de terras na Sicília, no período aproximado de 485 a.C. Naquela época, os populares tiveram de se expor juridicamente para que conseguissem recuperar as suas terras espoliadas por Gélon e Hieron, tiranos Sicilianos<sup>4</sup>.

Tal discurso jurídico manifesta-se na forma escrita, nos termos previstos em Lei, e se realiza, na maioria das vezes, mediante argumentações baseadas na estrutura do real. Para além dos aspectos técnicos, investigamos neste trabalho tão somente os valores e os argumentos utilizados nas fundamentações de uma decisão a respeito da intolerância religiosa e da liberdade de crença.

## **A regulamentação legal e a intolerância religiosa**

A liberdade de consciência e crença é garantida pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso VI ao dispor que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção

---

3 Silva, (2016), p. 44

4 Fonte: <As tiranias sicilianas do início do século V a.C. - Aspetos ideológicos do poder. Parte III – Hieron.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2021 às 22h11min.

aos locais de culto e a suas liturgias<sup>5</sup>”. Segundo dados coletados do site Brasil de Fato<sup>6</sup>, as denúncias de intolerância religiosa no Brasil aumentaram 56% desde janeiro de 2020.

Esse tipo de intolerância tem se manifestado no país, tanto por meio de ataques verbais, como mediante postagens de manifestações escritas e em vídeos nas redes sociais, e ainda, com a realização de ataques físicos que se consumam contra igrejas, templos e demais lugares onde se realizam os cultos religiosos. Essa prática é de tal modo afrontosa aos direitos das pessoas que o Estado editou a Lei nº 7.716/89, para prevenção e punição aos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ainda mais, no mesmo tom é o regramento do Código Penal, editado pelo Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940, que prevê em seu artigo 208 o crime de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, descrito como “*escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso*”<sup>7</sup>.

Dessa forma, as normas asseguram o livre exercício dos cultos e suas liturgias, e preveem a punição da discriminação ou preconceito das mais variadas espécies, bem como o ultraje e impedimento ou perturbação relativos aos cultos religiosos. Entretanto, os significados de cada uma das expressões dos atos considerados criminosos não são definidos pela norma, seja em razão da impossibilidade de previsão de todas as nuances que os envolvem, seja porque a regra não tem mesmo como esclarecer qual o sentido das palavras.

Por sua vez, o delito previsto no artigo 208 do Código Penal, é conhecido como um tipo penal “misto cumulativo”<sup>8</sup>. A previsão legal, portanto, traz em um tipo penal a descrição de crimes diversos que atentam contra o sentimento religioso, e à liberdade de crença e de culto. O primeiro termo em apreço, segundo o dicionário priberam.org<sup>9</sup>, é a palavra “escarnecer”, que significa ridicularizar, zombar, troçar. Esse escárnio tem de se relacionar com a crença, ou a função religiosa exercida por quem celebra os cultos. A segunda conduta, expressa-se pelo verbo “impedir”, e significa o ato de evitar o início, ou suspender, e paralisar o ato religioso; e, ainda, pelo verbo “perturbar”, no sentido de atrapalhar, embaraçar ou tumultuar. Em terceiro lugar, a conduta expressa pelo verbo

---

5 Brasil, 1988.

6 Fonte: <Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 56% | Direitos Humanos (brasildefato.com.br)>. Acesso em 10 de setembro de 2021 às 23h36min.

7 Brasil, 1940

8 Fonte: <Dos crimes contra o sentimento religioso: Breves comentários ao artigo 208 do Código Penal - Âmbito Jurídico - Educação jurídica gratuita e de qualidade (ambitojuridico.com.br)> Acesso em 19 de setembro de 2021 às 21h42min.

9 Fonte: <https://dicionario.priberam.org, 2008-2021 . Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13h26min.

“vilipendiar”, consiste no ato de desdenhar, menoscar, ou aviltar, praticada na presença de várias pessoas, e ter como objetivo da prática o próprio culto, ou objeto utilizados para a sua prática, como o altar, paramentos etc.

## A intolerância religiosa

Segundo o site Brasil Escola:

A intolerância religiosa é o ato de discriminar, ofender e rechaçar religiões, liturgias e cultos, ou ofender, discriminar, agredir pessoas por conta de suas práticas religiosas e crenças. A intolerância religiosa está marcada na história da humanidade, principalmente porque, no passado, era comum o estabelecimento de pactos entre as religiões, em especial as institucionalizadas, como o cristianismo, e os governos.<sup>10</sup>

Não obstante a clareza conceitual, ainda há controvérsias que resultam menos do seu sentido léxico, e mais do que representa o exercício da tolerância. De fato, há uma certa ambivalência quanto a esse conceito na atualidade, pois para muitos não é possível haver limites ao estabelecimento da liberdade. Essa problemática exerce um papel central nas discussões que se travam a respeito dos limites entre o exercício de dois tipos de liberdade previstos na norma, a liberdade de crença e religião, e a liberdade de expressão.

Controvertem a respeito do tema, de um lado, aqueles que entendem ser necessária a adoção da liberdade de expressão absoluta. De outro lado, aqueles que entendem que deve haver moderação estatal para preservar o direito de liberdade de crença e religião, com a oposição completa a qualquer ofensa, de forma a se estabelecer um estado intermediário, por ser a tolerância um ato complexo, uma vez que há fatos que o ser humano em geral não tolera por diversos motivos.

Dessa forma, busca-se uma posição intermediária, pois há situações em que a desaprovação e oposição necessitam ser moderadas, senão coibidas, especialmente se estiverem fundadas em preconceitos e crenças, conforme a defesa das virtudes na visão aristotélica, portanto, é prudente que o judiciário persiga a mediania.

Há várias espécies de intolerância, mas a intolerância religiosa serve de paradigma para as reflexões sobre outros tipos de intolerância. Com efeito, ao longo da história humana é conhecida a existência de muitas guerras que persistiram por longo período em

---

10 Fonte: <Intolerância religiosa: no Brasil, dados, tipos - Brasil Escola (uol.com.br)>. Acesso em 10 de setembro de 2021 às 23h45min.

razão de questões, pelo menos em parte, religiosas. Esse tipo de intolerância, portanto, ainda é motivo de variados conflitos pelo mundo.

Assim, refletimos neste trabalho os modos e as formas de expressão que as pessoas e os grupos se manifestam a respeito das religiões, e como essa questão é apreciada e decidida atualmente pelo Poder Judiciário, sobretudo pelo Supremo Tribunal Federal que se posiciona sobre o confronto entre o direito de liberdade de expressão e o direito de crença e religião.

## **O respeito à liberdade de crença e o exercício da liberdade de expressão**

Os requisitos da tolerância vão muito além da política formal, e se estendem para a política informal que se pratica na vida social, haja vista que a primeira não fornece respostas eficazes e rápidas às demandas que provêm da sociedade em geral. Assim, como exemplo dessa política informal temos a disputa entre grupos religiosos, e entre outros grupos e indivíduos que se revelam nas discussões por meio das mídias sociais, com a finalidade de buscar o reconhecimento de seus ideais.

Daí emerge a intolerância de grande parte dos indivíduos, motivados pelo discurso na forma radicalizada, que não admite ideias contrárias, e que pretende se impor como verdadeiro, portanto, não permite a diversidade de condutas e de ideais. Com efeito, constata-se nesse tipo de discurso a reivindicação de uma posição privilegiada para os seus próprios valores, e para o estilo de vida que defendem, como é o caso da discussão de alguns intolerantes religiosos que reflete na sexualidade, ou em outras questões de convivência, por exemplo, ao não admitir a homossexualidade em nome de dogmatismos, o que resulta em discussões e violência.

## **A busca do convencimento e a decisão judicial**

No discurso jurídico decisório, como em todo discurso, podemos encontrar os três elementos que Aristóteles definia como instrumentos de persuasão: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. O primeiro, o *ethos*, se refere à imagem do orador que, segundo Reboul, é “o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório”. O segundo, o *pathos* “é o conjunto de emoções, paixões, e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com o seu discurso”<sup>11</sup>.

---

11 Reboul, 2004, p. 48.

O terceiro, o *logos*, se refere à argumentação em si, e de acordo com Reboul<sup>12</sup>, é o aspecto dialético da retórica, retomado por Aristóteles, nos Tópicos. Nestes, distinguem-se dois tipos de argumentos, o entimema, que é o silogismo baseado em premissas prováveis por meio das quais se obtém a dedução. Assim, por meio dos fatos passados, deduz-se o futuro, com base em verossimilhanças, ou indícios seguros. No *logos* a prova de persuasão reside no próprio discurso, pelo que este demonstra, ou parece demonstrar<sup>13</sup>.

No discurso jurídico, ainda que todas elas sejam empregadas, com maior ou menor grau de prevalência, por regra, é o *logos* que predomina. De fato, empregam-se as provas lógicas (*logos*) por meio de induções, deduções e exemplos. O *ethos* e o *pathos* compõem a dimensão subjetiva da persuasão e o *logos*, a dimensão objetiva do discurso.

Importa, ainda que em rápida passagem, apontar as principais diferenças entre convencer e persuadir, uma vez que ambos os termos são comumente empregados para representar os objetivos do discurso que é buscar a adesão do orador. Essa distinção é relevante especialmente quando se trata de análise do discurso jurídico. Com efeito, convencer se baseia na lógica, enquanto o persuadir está mais voltado para a emoção, para o despertar das paixões. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca<sup>14</sup>, a diferença nos procedimentos argumentativos dependem dos objetivos do orador. Esclarecem que se o orador se preocupa mais com o resultado “persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação”. Contudo, se o orador se preocupa mais “com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir”.

Na argumentação cotidiana, o silogismo empregado é o entimema, nele as premissas não são evidentes, mas são proposições geralmente admissíveis, não arbitrarias. Para Ferreira, “o *logos*, dentre as provas, se encarrega do discurso persuasivo, por meio dele demonstramos o que parece ser verdade de acordo com o que se conhece de cada assunto”.<sup>15</sup>

No discurso jurídico decisório, a solução de uma controvérsia se faz por meio de argumentos que procuram fazer valer valores que possam ser aceitos em um determinado momento. Segundo Perelman<sup>16</sup>, “os raciocínios dialéticos que Aristóteles examinou nos Tópicos, na Retórica e nas Refutações sofísticas se referem, não às demonstrações científicas, mas às deliberações e controvérsias”.

Portanto, como se trata de julgamento de atos humanos, não é sempre que os argumentos se baseiam no que é verdadeiro, mas apenas no que é verossímil, e a argumentação nem sempre pode se basear no que é verdadeiro, pois pode ser verdadeiro para um, e

---

12 Idem, 2004, p.48.

13 Aristoteles, p. 96

14 Perelman, Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 30

15 Ferreira, 2017, p. 78.

16 Perelman, 1998, p. 2

não para outro, de forma que a verossimilhança é o que se busca com a predominância do emprego do *logos* na argumentação judiciária.

### **Análise do *corpus***

Para melhor compreensão do problema em discussão, buscamos um julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal que, na data de 11 de setembro de 2018, negou provimento ao recurso de Habeas Corpus n.º146303, por meio do qual a defesa do pastor Tupirani da Hora Lores, pastor da Igreja Pentecostal Geração Jesus Cristo, pretendia o trancamento da ação penal em que foi condenado por praticar e incitar discriminação religiosa.

O referido pastor foi condenado pelo Juízo da 20ª Vara Criminal da Capital do Rio de Janeiro à pena de 3 anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 36 dias -multa, pela prática do crime previsto no artigo 20, parágrafo 2º, da Lei 7.716/1989. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos.

A condenação se deu pelo fato de o referido pastor ter publicado na internet vídeos e postagens ofensivas às autoridades públicas. Também ofendia os seguidores de crenças religiosas diversas, tais como a católica, judaica, islâmica, espírita, wicca, umbandista e outras. Ainda mais, pregava até o fim de algumas delas, com a imputação de fatos ofensivos aos seus devotos e sacerdotes.

Da decisão em primeira instância, o réu apresentou recurso de apelação, cujo julgamento apenas se limitou a reduzir a quantidade dos dias-multa, mas manteve a condenação. A defesa, então, impetrou Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça que o rejeitou. Da negativa do Habeas Corpus pelo STJ, foi apresentado o recurso ao STF.

Durante o julgamento, travaram-se intensos debates com a defesa de opiniões contrárias sobre o assunto. O relator do recurso, Ministro Edson Fachin, votou pelo provimento do recurso, porque a conduta não seria penalmente relevante. Em sentido oposto votaram os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, e Celso de Mello. Assim foi redigida a ementa da decisão:

“EMENTA Recurso ordinário em habeas corpus. Denúncia. Princípio da correlação. Observância. Trancamento da ação penal. Descabimento. Liberdade de manifestação religiosa. Limites excedidos. Recurso ordinário não provido. 1. Inexiste violação do princípio da correlação quando há relação entre os fatos imputados na denúncia e os motivos que levaram ao provimento do pedido da condenação. 2. O direito à liberdade religiosa é, em grande medida, o direito à existência de uma multiplicidade de crenças/descrenças religiosas, que se

vinculam e se harmonizam – para a sobrevivência de toda a multiplicidade de fés protegida constitucionalmente – na chamada tolerância religiosa. 3. Há que se distinguir entre o discurso religioso (que é centrado na própria crença e nas razões da crença) e o discurso sobre a crença alheia, especialmente quando se faça com intuito de atingi-la, rebaixá-la ou desmerecê-la (ou a seus seguidores). Um é tipicamente a representação do direito à liberdade de crença religiosa; outro, em sentido diametralmente oposto, é o ataque ao mesmo direito. 4. Como apontado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgado recorrido, a conduta do paciente não consiste apenas na “defesa da própria religião, culto, crença ou ideologia, mas, sim, de um ataque ao culto alheio, que põe em risco a liberdade religiosa daqueles que professam fé diferente [d]a do paciente”. 5. Recurso ordinário não provido”.

A seguir, destacamos os argumentos do Ministro Fachin, como relator do recurso, no sentido de que as graves ofensas ao direito de crença e de professar religião estavam acobertadas pelo direito de liberdade de expressão, *in verbis*:

“Quanto ao trancamento da ação penal, de início, **impede consignar a delicadeza do tema em apreço**”.

“**Descabe ao Poder Judiciário, na minha ótica, censurar, por razões estritamente metajurídicas, manifestações de pensamento**”

“Assim, **eventual infelicidade de declarações** e explicitações escapa do espectro de atuação do Estado-Juiz”

“Esclareço que **diversas religiões ostentam caráter universalista, vale dizer, almejam converter o maior número possível de pessoas**. Embora nem todas as religiões detenham referida característica, **o cristianismo**, de modo geral (religião professada pelo paciente), **persegue objetivo universalista**.”

“Nessa medida, tolher o proselitismo indispensável à consecução das finalidades de religiões que se pretendem universais configuraria, ao fim e ao cabo, o **ataque ao núcleo essencial da liberdade de expressão religiosa**.”

“Todavia, **discursos que evidenciem diferenças ou até mesmo juízos de superioridade não consubstanciam, automaticamente, preconceito ou discriminação**,

sob pena de, como já dito, esvaziamento do núcleo essencial das manifestações religiosas, compreendidas em sua inteireza.”

“Na hipótese de discursos religiosos, a comparação entre crenças e a ocorrência de explicitações de qual é a mais adequada entre elas é da essencialidade da liberdade de expressão religiosa.”

“Nota-se, outrossim, a grave e inaceitável indicação de que os livros exibidos pelo paciente “irão para o lixo e que não os rasgaria para não sujar o estúdio”. “Contudo, tal afirmação, com alto teor retórico, não desborda da ambiência dos exemplares do próprio agente”

“Sendo assim, a afirmação de superioridade da crença professada pelo paciente, apesar de indiscutivelmente intolerante, pedante e prepotente, além de certamente questionável na própria ambiência em que explicitada, encontra guarida na liberdade de expressão religiosa e, em tal dimensão, não preenche o âmbito proibitivo da norma penal incriminadora.”

Constata-se na manifestação, que o eminente ministro Fachin defende que descabe ao poder judiciário censurar, por razões estritamente metajurídicas, a manifestação de pensamento. Ora, com isso, ao se referir a razões metajurídicas, ele busca provar por entimema que a posição contrária à sua não tem base legal, pois razão metajurídicas é aquela que não tem amparo nas normas<sup>17</sup>.

Todavia, ao ter em vista que a manifestação de pensamento que evidencie diferenças, por superioridade entre religiões ou não, caracteriza-se em preconceito ou *ataque ao núcleo essencial da liberdade de expressão religiosa*, abriu brechas para a refutação contraposta pelos demais ministros que votaram na sequência, e que formaram maioria contrária à essa tese. Portanto, a declaração do voto do Ministro Fachin, ambigualmente, aponta para direções contraditórias ao considerar que a natureza dos discursos religiosos intrinsecamente se vale do proselitismo<sup>18</sup> com caráter universalista, e ainda, que é “*indiscutivelmente intolerante, pedante e prepotente*”.

Argumentativamente, o *logos* está exposto na relação ato-pessoa, bem como no vínculo causal argumentativo inserido na natureza do discurso jurídico decisório. Para

17 Streck. <https://www.conjur.com.br/2013-set-05/senso-incomum-supremo-nao-guardiao-moral-nacao>.

18 “ação ou empenho de tentar converter uma ou várias pessoas em prol de determinada causa, doutrina, ideologia ou religião.” Fonte: <<https://www.significados.com.br/proselitismo/>> acesso em 17/09/2021 às 23h04min.



o referido ministro, a criminalização do ato de manifestação de pensamento, mesmo que de cunho contrário a outra religião, equipara-se a tolher uma forma de pensar em detrimento de outra. Dessa forma, por entimemas pretende ele convencer da verdade de suas afirmações, como no primeiro já apontado, em que já consta a conclusão sem qualquer premissa anterior.

Em sentido contrário votou o eminente Ministro Dias Toffoli, nos seguintes termos que destacamos:

**“O Judiciário é o meio da pacificação social. E, historicamente, no Brasil, temos orgulho de nos dizer um País de tolerância religiosa. Isso faz parte da essência da construção de nosso Estado democrático de Direito.”**

**“A sentença transcreve uma série de fatos que estão colocados em vídeos, estão na internet de maneira permanente, alimentando o ódio, alimentando a intolerância. Vou destacar apenas uma frase. Veja o que se diz sobre o islamismo: “Diz, por fim, tratar-se de pilantragem e hipocrisia, e que é uma religião assassina”. Não podemos tolerar este tipo de intolerância. Este tipo de atuação não se enquadra na liberdade de expressão, não se enquadra, com a devida vênia, na ideia de liberdade religiosa; muito pelo contrário. E cabe ao Estado fazer essa pacificação... Senhor Presidente, vamos aprofundar algo que está ocorrendo no mundo e pelo mundo afora, causando muita infelicidade, que é a intolerância. Nós temos que retomar a tolerância, mas de que forma? Ente tantas outras, sancionando”**

O Ministro Dias Toffoli inicia a manifestação de seu voto com a afirmação do Estado como instrumento pacificador na construção e manutenção do Estado Democrático de Direito. Vale-se dessa premissa como recurso à exposição de trechos como manifestação de prova intrínseca que incita ao discurso de ódio pelo uso de termos como *pilantragem e religião assassina*, atos esses contrários à ideia de pacificação que incumbe ao Estado com a finalidade de preservar o Estado Democrático de Direito que defende no início do seu discurso.

Nesse sentido, o Ministro Dias Toffoli aponta ser intolerável a atitude que se revele intolerante, porque a intolerância não pode se enquadrar na liberdade de expressão e, por isso, deve sofrer as respectivas sanções previstas em Lei. Argumentativamente, o *logos* aponta para a função do Estado como instrumento pacificador mesmo em assuntos

que estejam vinculados à natureza dos discursos religiosos. Portanto, é dever do Estado prezar pela pacificação e pela tolerância religiosa.

Por sua vez, o Ministro Lewandowski, também se manifesta pela sanção criminal pelas ofensas, conforme argumentos destacados a seguir:

“Cito, apenas a título de exemplo, trecho do parecer ministerial que faz referência à frase do paciente, utilizada para abordar o islamismo: “Diz, por fim, tratar-se de pilantragem e hipocrisia, e que é uma religião assassina”. **Compreendo que este tipo de agir não se enquadra no direito à liberdade de expressão; não se enquadra, com a devida vênia, na ideia de liberdade religiosa; muito pelo contrário. Trata-se de manifestação que atinge diretamente o direito de crença do outro e a própria integridade de conduta de seus fiéis.** Saliento, nesse instante, que **não vislumbro como se possa atribuir à liberdade de crença religiosa conotação volátil que se relacione à natureza da crença professada, de modo a assegurar legitimação máxima aos propósitos de expansão que muitas delas possuem.**”

“Tenho, nesse passo, que cabe ao Judiciário dedicar especial atenção ao exercício da hermenêutica jurídica, **para que o direito se faça em consonância com as necessidades da sociedade contemporânea, ainda sobremaneira marcada pela utilização da religião como elemento de legitimação de discursos segmentadores que ultrapassam as fronteiras da fé, e mesmo da razão.**”

O Ministro Lewandowski aponta primeiramente a prova intrínseca igualmente exposta pelo Min. Dias Toffoli em trechos do discurso classificado como “manifestação que atinge diretamente o direito de crença do outro e a própria identidade de seus fiéis”. Na sequência, aponta a conotação volátil relativa à atribuição da liberdade de crença religiosa para, por fim concluir em seu voto pela importância dos cuidados que deve ter a hermenêutica jurídica atrelada às *necessidades da sociedade contemporânea*. Ainda mais, aponta ser necessário a aplicação do direito consonante com a necessidade da sociedade contemporânea, ou seja, deixa claro que a necessidade contemporânea é a busca do consenso, da tolerância, conforme já mencionamos anteriormente. Com a exposição desse pedido de *especial atenção* o Ministro Lewandowski aponta sua crítica para o *logos* dos demais colegas que se manifestaram.

Vencido, o relator Ministro Fachin, mesmo diante da possibilidade de retratação, confirma o seu voto, selando a sua tolerância com a intolerância máxima, nos seguintes termos:

“Mantenho o meu voto, Ministro Dias Toffoli, por entender que a intolerância, com todas as vênias, não se combate com intolerância. E responder essas circunstâncias, ainda que prepotentes e arrogantes, como disse em meu voto, utilizando-se de uma espécie de Direito Penal máximo, que responde com a sanção penal *prima facie*...”

Assim, o *logos* transparece nos discursos dos três ministros, o primeiro, o ministro Fachin, aponta e defende por entimema, o que leva à indução de que é verdadeira a tese de que não há normas que vedam a liberdade de expressão que extrapolam os limites da tolerância, não obstante a profusa legislação existente sobre o tema.

Os demais ministros apontam, por entimemas, que a pretendida liberdade de expressão defendida pelo Ministro Fachin atinge o direito de crença alheia, e que a verdade consiste no fato de que não é possível se atribuir à liberdade de expressão o direito absoluto, motivo pelo qual o Estado deve sancionar a conduta intolerante, como forma de manter a convivência pacífica em sociedade.

## Considerações finais

Ante o estudo apresentado, constatamos que a controvérsia existente entre a liberdade absoluta de expressão e o controle estatal das manifestações para garantir a liberdade de crença e de religião das pessoas está longe de ser unanimidade nos tribunais brasileiros, notadamente no Supremo Tribunal Federal que atua como guardião da constituição federal.

A análise dos argumentos utilizados pelos três julgadores, e que compuseram o discurso jurídico decisório do caso específico, relativo à intolerância religiosa, apontou o emprego do uso da prova artística consistente no *logos*, uma vez que os debatedores buscavam o convencimento por meio do próprio discurso, e com ele demonstrar o que o orador entende como verdadeiro.

Não obtido o consenso, prevaleceram os argumentos da maioria que adotou a tese de que a permissão da intolerância não representa o exercício do direito de livre manifestação, muito pelo contrário, ao se permitir tal prática, ofende-se o direito de livre expressão, de crença e de religião, notadamente das partes ofendidas.

Todavia, a argumentação individual prezou por percursos argumentativos bem distintos. O voto do Ministro Fachin apontou para a natureza dos discursos religiosos

como fator preponderante de modo a garantir a expressão, ainda que ofensiva, como liberdade de expressão a ser garantida à manifestação de religiosos.

Por outro lado, o voto do Ministro Dias Toffoli apontou para o papel do Estado como instrumento jurídico e legal da manutenção do Estado Democrático de Direito e pacificação dos ânimos em relação a tolerância religiosa e, conseqüentemente, a sanção de atitudes que extrapolem o direito de livre manifestação.

Por sua vez, o Ministro Lewandowski aponta seu parecer de modo semelhante ao do Ministro Dias Toffoli, acrescentando a seu voto o caráter de *docere* da hermenêutica jurídica em crítica ao voto do Ministro Fachin de quem discorda e a quem Dias Toffoli devolve a palavra e permite retificação ou ratificação do voto.

Os discursos proferidos privilegiaram o *logos*, com o emprego de entimemas e conclusões que apontaram para os valores que cada orador defende como expressão da verdade. Assim, demonstrou-se, argumentativamente, os raciocínios adotados pelos ministros ao decidirem que o Estado deve intervir para impedir o exercício do direito de livre expressão sem qualquer controle, e que demonstre intolerância com a religião e crença alheia, não pode ser justificado sob o argumento de que é lícito defender a superioridade de uma religião sobre a outra.

Por fim, resultou vencedora a tese de que a liberdade de expressão tem limites, especialmente quando o abuso do direito de livre expressão com base em crenças e religiões. Essa forma abusiva de expressão ofende o direito à liberdade de outrem de seguir e expressar as suas crenças, fato que constitui intolerância inaceitável para uma saudável convivência social, motivo pelo qual cabe ao Estado cercar e punir essa prática.

## Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**; coordenação de tradução Mônica Magalhães Cavalcante; tradução Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto... [et al.]. – São Paulo: Contexto. 2017.

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir / Marc Angenot ; organização Carlos Piovezani, EdUFSCar, 2015.

ARISTÓTELES. Tradução e notas de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse, Alberto e Abel do Nascimento Pena; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Lisboa, 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <Constituição (planalto.gov.br)> acesso em 28/08/2021 às 23h34min.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

CARMO, Filipe. Universidade de Lisboa. Fonte:<**As tiranias sicilianas do início do século V a.C.** - Aspetos ideológicos do poder. Parte III – Hieron.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2021 às 22h11min.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <https://dicionario.priberam.org>, 2008-2021. Acessado em 08/08/2021.

ECO, Umberto. **Imigração e intolerância**, São Paulo, Editora Record, 2020.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo; Contexto, 2017.

MEYER, Michel, 1950. **A retórica?** Michel Meyer; revisão técnica Lineide Salvador Mosca; tradução Marly N. Peres – São Paulo, Ática, 2007.

STF. 2ª Turma nega recurso de pastor condenado por discriminação religiosa. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371511>. Acessado em 11/07/2021.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica Jurídica*, tradução de Virgínia K. Pupi, - São Paulo: Martins Fontes, 1998. \_\_\_\_\_; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**; Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado – 3ª ed. – São Paulo, Martins Fontes, 2014.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCANLON Thomas M., **A dificuldade da tolerância**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/tcWjLPGJr3wTy8sChrG5gGM/?lang=pt>. Acessado em 10/07/2021.

SILVA, C. M. de M. e. (2016). **O conceito de doxa (opinião) em Aristóteles**. *Linha D'Água*, 29(2), 43-67. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p43-67>. Acessado em 19/09/2021.

STRECK, Lenio. **O Supremo não é o guardião da moral da nação**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2013-set-05/senso-incomum-supremo-nao-guardiao-moral-nacao>. Acessado em 20/09/2021

## Organizador

**Luiz Antonio Ferreira** é Pós-doutor em Letras Clássicas e Vernáculas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2015) e Doutor em Educação pela USP (1995). É professor titular do Departamento de Português da PUC-SP, coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e coordenador do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos, que possui sede na PUC-SP. Tem experiência na área de Letras e Ensino, com ênfase em Língua Portuguesa e suas pesquisas enfocam os seguintes temas: retórica, argumentação, metodologia de ensino de línguas, língua portuguesa, Linguística e ensino-aprendizagem. É autor do livro *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica* (Editora Contexto, 2010). Com o Grupo ERA, organizou os livros “Inteligência Retórica: o *pathos*” (2020), “Inteligência Retórica: o *ethos*” (2019), “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018), “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017), “As mulheres que a gente canta” (vol. 2, 2016), “Retórica do risível” (2014), “A retórica do medo” (2012) e “Retórica do opressor” (2010).

## Sobre os autores

**Acir de Matos Gomes** é pós-doutor pela PUC-SP (2019), com Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1994); Mestrado em Linguística, com ênfase em análise do discurso de linha francesa (jurídico) pela UNIFRAN (2011); Doutor em Língua Portuguesa (com ênfase em retórica jurídica) pela PUC-SP (2017). Além disso, é Pós-graduado (especialista) em psicanálise contemporânea pela UNIFRAN (2013). Pós-graduação (especialista) em Processo Civil pela FACON (2017). Professor da Escola Superior da Advocacia do núcleo de Franca-SP. Professor na escola Meta – preparatório para concurso público. Advoga nas áreas: cível, família e criminal. Integrante do Grupo ERA, vinculado a PUC-SP, e do Grupo de Pesquisa PARE (Pesquisa em Argumentação e Retórica), vinculado a Unifran - São Paulo. Autor dos livros “Discurso Jurídico, Mulher e Ideologia: uma análise da Lei Maria da Penha” e “União Homoafetiva: análise retórica e jurídica”.

**Aidil Navarro** é Pedagoga. Licenciada em História. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Direito Educacional. Metodologia do Ensino Superior. Mestre em Língua Portuguesa pela (PUC/SP). Membro do Grupo ERA Estudos Retóricos Argumentativos. Doutora em Ciência da Informação-Jornalismo e Estudos Mediáticos pela UFP-Universidade Fernando Pessoa/PT. Endereço eletrônico: [aidil@abrangeursos.com.br](mailto:aidil@abrangeursos.com.br)

**Ana Cristina Carmelino** é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo. Possui pós-doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e

em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (2018). Coordena o grupo de pesquisa GETHu – Grupo de Estudos de Textos Humorísticos (CNPq). Atua nas áreas de Texto, Discurso e Retórica, com pesquisas sobre produções humorísticas.

**Ana Lúcia Magalhães** é doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, tem pós-doutorado em Retórica e Argumentação. Coordenadora do Curso Superior de Eventos e professora titular na Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro. É membro da ABC-Association for Business Communication (USA), da ISHR-International Society of the History of Rhetoric (Alemanha), da AAR-Asociación Argentina de Retórica, da AMR-Asociación Mexicana de Retórica, da SBR-Sociedade Brasileira de Retórica, da SBEC-Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e do Grupo ERA-Estudos Retóricos e Argumentativos da PUC-SP. É detentora da cadeira 42 da Academia Cachoeirense de Letras e Artes. É editora do International Journal on Active Learning e das revistas H-Tec (da Fatec de Cruzeiro), Tecnologia, Gestão e Humanismo (Fatec de Guaratinguetá) e Janus (Unifatea-Lorena). Publica trabalhos em revistas e livros nacionais e internacionais e participa com frequência de congressos, simpósios, reuniões e encontros acadêmicos nas áreas de Filosofia, Retórica, Comunicação Organizacional, Educação e Literatura. Endereço eletrônico: almchle@gmail.com

**Andrea Pisan Soares Aguiar** é doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e pós-doutoranda, bolsista PNPd-Capes, pela mesma universidade. Integra o grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura (CNPq-PUC-SP). Desenvolve pesquisas nas áreas de Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos, com foco na escrita, na revisão e na reescrita de textos acadêmicos, tendo produzido artigos sobre a temática. Endereço eletrônico: andreapisan@uol.com.br

**Andréia Honório da Cunha** é doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Bolsista Capes/Prosc, Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de SP em 2017, bolsista Capes/ Prosc com dissertação tematizando o gênero de tiras e gramática do design visual e a produção de sentidos no gênero multimodal. Possui pós-graduação *latu sensu* em Língua Portuguesa pela faculdade D.Domênico em 1998. Possui graduação com licenciatura plena em Letras pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS - em 1996. Atualmente, é professora efetiva da rede estadual de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras e Literatura Inglesa e Norte-americana. É membro do grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos da PUC/SP - grupo ERA e o grupo de pesquisa em Educação Linguística da PUC/SP - GPEDULING. Atuou em cursos preparatórios para concurso e cursinhos pré-vestibulares. Sua área de atuação é a Teoria Social do Discurso, Análise do Discurso Crítica tendo por interesse específico a vertente da Sociosemiótica.

**Antonio Marcos Conceição** é doutorando em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Bolsista Capes/Prosuc. Mestre em Linguística pela Unicsul em 2017. Especialista em Direito Processual Civil pela PUCMinas em 2010. Especialista em Planejamento e Implementação e Gestão de EAD pela UFF em 2012. Bacharel em Direito pela Universidade São Francisco em 1995. Formação pedagógica em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano em 2009. É advogado em escritório próprio de advocacia e ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Estuda retórica e argumentação, com ênfase no discurso jurídico. Tem experiência na área de Direito, especialmente em Tribunal do Júri, Direito Processual Civil, Magistério, EAD, e Gestão de Educação.

**Cláudia Borragini Abuchaim** é Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professora de Filosofia e de Literaturas Portuguesa e Brasileira - Curso Pré-Vestibular Objetivo Integrado - Pirassununga e Curso Pré-Vestibular Poliedro - Araras. Coordenadora do Núcleo de Leitura Libertas do Colégio Objetivo Integrado - Pirassununga. Desde 2010, membro do Grupo ERA com o qual publicou “Inteligência Retórica: o Pathos” (2019) “Inteligência Retórica: o *Ethos*” (2019), “Artimanhas do Dizer: Retórica, Oratória e Eloquência” (2017), “As Mulheres que a Gente Canta” (vol. 2, 2016), “Retórica do Risível” (2014), “A Retórica do Medo” (2012).

**Claudia R. S. Nascimento** é doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e mestra em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia e Educação Especial. Atua como Assistente Pedagógica em uma escola municipal de Santo André. Membro do grupo ERA – Estudos Retóricos Argumentativos no âmbito do qual publicou “Inteligência retórica: o *ethos*” (2019) e “Inteligência retórica: o pathos” (2020) e do Grupo GPEEI – Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva da UFABC. Endereço eletrônico: joecla87@gmail.com

**Claudiana dos Santos** é doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, desempenha suas atividades laborais no Instituto Federal de Sergipe, como Técnico Administrativo em Educação (TAE). Tem experiência na área de Estudos Linguísticos, com ênfase na linha de pesquisa que abrange linguagem, identidade e práticas sociais. Desenvolveu pesquisas na área da Análise de Discurso e suas interfaces, através de temas como discurso, leitura, escrita e autoria. No momento, suas pesquisas perscrutam os estudos da Argumentação e Retórica. Endereço eletrônico: clauptugues10@hotmail.com



**Éber José dos Santos** é doutorando e mestre em Língua Portuguesa pela PUC/SP. Graduado em Gestão Empresarial. É professor na Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro, nos Cursos Superiores de Tecnologia em Eventos (modalidade presencial) e Gestão Empresarial, modalidade EaD. Faz parte do Grupo ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos, cadastrado no CNPq, e do Grupo LED – Leitura, Ensino e Discurso. Dedicou-se ao estudo do discurso religioso sob a ótica da Antiga e Nova Retórica. Com o grupo ERA, publicou *“Inteligência Retórica: o pathos”* (2020), *“Retórica, escrita e autoria na escola”* (2018) e *“Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência”* (2017). Integra a equipe de bolsistas pesquisadores do PIPAD (Plano de Incentivo à Pesquisa Aplicada à Docência) e do GAAR (Grupo de Apoio às Atividades Remotas), ambos da PUC/SP. Endereço eletrônico: ejsantos2010@gmail.com

**Haryta Silva Queiroz** é pesquisadora PROLICEN/PRPI/UFG. Graduada em Letras: Português na Universidade Federal de Goiás. Participante ativa dos grupos Grupo de Pesquisa Discurso Cultura e Ensino (DICE) e do GELF (Grupo de Estudos em Linguística Forense). Desenvolve pesquisas que envolvam Retórica e Discurso. Endereço eletrônico: harytaqueiroz@discente.ufg.br

**Jackson Chediak** é doutorando em Língua Portuguesa (PUC-SP), Bolsista da CAPES, pesquisando sobre desvios normativos e responsabilidade discursiva do Ministério Público nas iniciais acusatórias. Mestre em Ciências Sociais e Jurídicas pelo PPGSD (UFF-RJ/2017). Especialista em Linguística Aplicada à Produção de Texto (UNINTES/2007). Graduado em Letras/Português (UNIPPEC/2003) e Direito (FARO/2009). É membro integrante dos grupos de pesquisa LED – Leitura, Ensino e Discurso, coordenado pelo Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira; e ERA – Estudos Retóricos e Argumentativos, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, cadastrados no CNPq; sócio fundador do Escritório Chediak Advogados, especialista em Tribunal do Júri, publicou *“Inteligência Retórica: o pathos”* (2020). Endereço eletrônico: chediakjackson@gmail.com

**João Baraldi Neto** é mestrando em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Católica de Rondônia – FCR (2019). Bacharel em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia – FCR (2019). Atua como pesquisador nas seguintes linhas de pesquisa: Direito Internacional Humanitário; Pós-Colonialismo; Análise do Discurso; Direito e Literatura e Retórica. É membro/integrante do Núcleo de Estudos Históricos e Literários (NEHLI/IFRO); do Grupo de Estudos Semióticos em Jornalismo (GESJOR/UNIR) e do Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos (ERA/PUC-SP), cadastrados no CNPq. Atualmente exerce a função de assessor de juiz, lotado na 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO. Endereço eletrônico: baraldi.n.j@gmail.com

**João Paulo Goulart** é graduando em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP. Membro do Grupo de Pesquisa "Justiça e razão prática: Aristóteles, seus interlocutores e o mundo contemporâneo". Endereço eletrônico: joaosrg@usp.br

**Joelma Batista dos Santos Ribeiro** é doutora e mestra em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Especialista em Língua Inglesa pela USP, cursou Inglês como Segunda Língua na Wilkes Community College, NC-USA. É também graduada em Letras e em Pedagogia. Já atuou como gestora escolar e professora da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo. Atualmente é professora da Fundação Instituto Educacional de Barueri (FIEB) e membro da Sociedade Brasileira de Retórica - SBR. Dedicar-se ao estudo do discurso na perspectiva da Retórica Antiga e da Nova Retórica. Com o grupo ERA, publicou "Inteligência Retórica: o pathos (2020)", "Inteligência Retórica: o *ethos*" (2019), "Retórica, escrita e autoria na escola" (2018), "Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência" (2017) e "As mulheres que a gente canta" (2009). Endereço eletrônico: joelma.bsr@gmail.com

**Kathrine Butieri** é doutoranda em Língua Portuguesa pela PUC-SP e mestre em Língua Portuguesa pela mesma Universidade. É bacharel em Direito pela Universidade São Francisco/SP e licenciada em Letras (português/inglês), com especialização em Linguagens da Arte (USP). Atualmente, é bolsista CAPES e desenvolve pesquisa no âmbito do texto e discurso nas modalidades oral e escrita. Tem experiência em docência na área de Língua Portuguesa. Faz parte do Grupo ERA, cadastrado no CNPq, no âmbito do qual publicou "Inteligência retórica: o *ethos*" (2019) e "Inteligência retórica: o *pathos*" (2020). Endereço eletrônico: katbutieri@gmail.com.

**Leonardo Vinicius de Souza Tavares** é doutorando em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pela mesma universidade, possui mestrado em Língua Portuguesa e graduação em Letras, com habilitação em Português. Atuou como professor de Língua Portuguesa (contratado) na Rede Estadual de Ensino de 2013 a 2017. Atualmente leciona Língua Portuguesa (gramática) para o ensino fundamental II na Kindy Escola Americana, em São Paulo. Pesquisador do Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos (ERA) da PUC-SP. Com o Grupo ERA, publicou "Inteligência Retórica: o *pathos*" (2020); "Retórica, escrita e autoria na escola" (2018) e; "Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência" (2017). Principais temas de interesse: Retórica e Argumentação Contemporâneas, Representações Sociais, Memória Coletiva, Ensino de Língua Portuguesa (leitura, gramática e produção de texto), Escrita Acadêmica, Música Caipira e Cultura Popular.

**Márcia Pituba** é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa pela PUC-SP; Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2017); Especialista em Linguagens da Infância pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro - UniÍtalo

(2017); Licenciada em Português/Inglês e Português/Espanhol pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro – UniItalo (2014), Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador – BA (1999) e advogada. Membro do Grupo ERA (desde 2015) e do Grupo História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional (desde 2017), ambos da PUC-SP, e bolsista da Capes/Prosc. Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Literatura Infantil e Juvenil como professora universitária (em cursos de graduação e pós-graduação), aula particular e correção de textos. Com o Grupo ERA publicou *Inteligência Retórica: o pathos* (2020), *Inteligência Retórica: o ethos* (2019), *Retórica, escrita e autoria na escola* (2018) e *Artimanhas do dizer* (2017). Endereço eletrônico: marpituba@hotmail.com.

**Mariano Magri** é doutorando em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pela mesma universidade, possui mestrado em Língua Portuguesa e graduação na área de Letras, com habilitação em Português. Com o grupo ERA, publicou “Inteligência Retórica: o pathos” (2020), “Inteligência Retórica: o *ethos*” (2019), “Retórica, escrita e autoria na escola” (2018) e “Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência” (2017). Endereço eletrônico: ma.magri@terra.com.br

**Neilton Falcão de Melo** é doutorando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, desempenha suas atividades laborais na Secretaria de Estado da Educação, como Professor de Língua portuguesa. Tem experiência na área de Estudos Linguísticos, com ênfase na linha de pesquisa que abrange linguagem, identidade e práticas sociais. Desenvolveu pesquisas na área de Estudos da Multimodalidade e suas interfaces, através de temas como infográfico e leitura de imagens. No momento, suas pesquisas perscrutam os estudos da Argumentação e Retórica. Endereço eletrônico: neilton\_melo@hotmail.com

**Nuno M. M. S. Coelho** é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Livre-Docente em Direito na área de Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo, com estágios doutorais na Faculdade de Direito de Coimbra e na Faculdade de Letras/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, com pós-doutorado em Filosofia Antiga realizado na UFMG e em teoria do Direito na Universidade de Munique, Alemanha. Foi Professor e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é advogado e professor de Graduação e pós-graduação da FDRP-USP e diretor da FDRP-USP. Autor de artigos e livros sobre Filosofia do Direito. Endereço eletrônico: nunocoelho@usp.br

**Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira** é doutora e mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015), com MBA em Gestão e Inovação em EaD pela USP (2015) e Especialização em Linguística Forense pela Universidade do Porto (2019) e graduação em Letras - Português/Espanhol pela Universidade de São Paulo (1997). Líder do Grupo

de Pesquisa Discurso Cultura e Ensino (DICE) e do GELF (Grupo de Estudos em Linguística Forense). Criadora e organizadora do Grupo de Divulgação Científica DICE em rede composto por diferentes Instituições nacionais e internacionais. Participa do grupo de pesquisa da PUC/SP: Memória e Cultura na Língua Portuguesa escrita no Brasil e Discurso e Cultura (DISCULT) sob a liderança do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento. Endereço eletrônico: [rosangela.carreira@ufg.br](mailto:rosangela.carreira@ufg.br)

**Rui Alexandre Grácio** é investigador do CECS — Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Dirige a Grácio Editor e é autor de uma extensa obra no âmbito da filosofia, da retórica e da argumentação. É mestre em Filosofia e Doutor em Ciências da Comunicação, na especialidade de Semiótica Social. Para mais informação consultar: <https://www.ruigracio.com/pessoal/>

**Sorhaya Chediak** é doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2014), Especialização em Linguística Aplicada à Produção de texto - UNIRON (2006), Graduação em Letras/ Português e suas respectivas Literaturas (UNIR - 2003) e curso técnico integrado ao médio em Magistério. É membro integrante dos grupos de pesquisa LED – Leitura, Ensino e Discurso, coordenado pelo Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira e ERA, Estudos Retóricos e Argumentativos, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, cadastrados no CNPq; Atua como professora e formadora educacional de professores, publicou “Inteligência Retórica: o pathos” (2020). Endereço eletrônico: [chediakSORHAYA@gmail.com](mailto:chediakSORHAYA@gmail.com)

**Sueli Cristina Marquesi** é Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990). Realizou estágios de Pós-doutoramento na Universidade do Porto (2004) e na Universidade de Lausanne (2016). É Professora Titular da PUC-SP, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, no Instituto de Pesquisas Sedes Sapientiae para Estudos do Português (IP) e nos Cursos de Letras e de Direito. É líder do Grupo de Pesquisa “Texto, Escrita e Leitura” (CNPq-PUC-SP) e membro do Grupo de Pesquisa ATD (CNPq – UFRN). Desenvolve pesquisas relacionadas à produção textual, à leitura, à linguagem jurídica e ao uso da linguagem verbal em ambientes virtuais de aprendizagem, da perspectiva teórica da Linguística Textual e da Análise Textual dos Discursos. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação - ANPOLL (2016-2018). É membro, da ANPOLL – GT Linguística de Texto e Análise da Conversação, da ABRALIN, da ALFAL e da REDIPAR. É Coordenadora do curso de Letras – Português e Inglês – Licenciatura da PUC-SP. Endereço eletrônico: [suelimarquesi.sm@gmail.com](mailto:suelimarquesi.sm@gmail.com)

**Thalyta Karina Correia Chediak** é mestranda em Educação pela Universidade de Rondônia - UNIR. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade de Rondônia – FARO (2019). Bacharela em Direito pela Faculdade de Rondônia – FARO (2018). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. É membro/integrante do Núcleo de Estudos Históricos e Literários (NEHLI/IFRO); do grupo História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/UNIR) e do Grupo de Estudos Retóricos e Argumentativos (ERA/PUC-SP), cadastrados no CNPq. Atualmente atua como advogada no escritório Chediak Advogados e como pesquisadora nas seguintes linhas de pesquisa: Direito à Resistência; Direitos Humanos; Direito à educação e Estado de Exceção. Endereço eletrônico: chediakthalyta@gmail.com

**Wander Emediato** é Doutor em Ciências das Linguagem pela Universidade de Paris XIII, com pós-doutorado em Linguística realizado na Universidade de Lyon 2 (CNRS), França. Professor Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenador do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG e líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso do CNPq. Autor de artigos e livros sobre Análise do Discurso e Argumentação. Endereço eletrônico: wemediato@hotmail.com

Com Inteligência retórica: o *logos*, o grupo ERA (Estudos Retóricos e Argumentativos), sediado na PUC- SP e liderado pelo doutor Luiz Antonio Ferreira, cumpre uma importante etapa na consolidação dos estudos retóricos contemporâneos no Brasil. Traz aos leitores um estudo específico sobre o *logos*, prova retórica que vem completar a trilogia a que os pesquisadores se propuseram investigar ao longo de três anos. As duas obras anteriores, Inteligência retórica: o *ethos* (2019) e Inteligência retórica: o *pathos* (2020), tornaram-se referências e leituras necessárias a quem estuda o assunto e aos curiosos pelo campo da Retórica.

*Ana Cristina Carmelino*



**Blucher** Open Access